

Junho de 2015

Extractos da
imprensa Angolana
sobre questões sociais
e de desenvolvimento

CEDOC Development Workshop - Angola

Dw CEDOC

Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola



DEVELOPMENT WORKSHOP CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Janeiro de 2001 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais.

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Microfinanças](#)
3. [Mercado Informal](#)
4. [OGE investimens públicos e transparência](#)
5. [Governação descentralização e cidadania](#)
6. [Urbanismo e habitação](#)
7. [Terra](#)
8. [Serviços basicos](#)
9. [Genero e Violencia](#)
10. [Ambiente](#)
11. [Imigracao](#)
12. [ExploraçãoMineira](#)

As fontes monitoradas são:

- Jornais: Jornal de Angola, Agora, Semanário, Angolense, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, e o Semanário Africa.
- Websites: ANGOP, Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.
- Publicações Comunitárias como ONDAKA, Ecos do Henda, Inforsambila, Voz de Cacuaco e Jornal Vida Kilamba e Chella.

O Corpo das notícias não é alterado. Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

A Redação

Redacção

Sobriano César Capitão

Conselho de Edição

Allan Cain, José Tiago
e Massomba Dominique

Editado por:

Development Workshop Angola

Endereço

Rua Rei Katyavala 113,
C. P. 3360, Luanda — Angola

Telefone +(244 2) 448371 / 77 / 66

Email cedoc.dwang@angonet.org

Com apoio de

Development Workshop
OXFAM Novib
Fundação Bill & Melinda Gates
International Development Research Centre
Civil Society Challenge Fund
Norwegian & The Netherlands Embassies
European Union

Disclaimer

1. Content

DW – CEDOC provides this service solely for academic and research purposes. The articles are displayed as originally published, with reference to the source and date. DW – CEDOC does not give any guarantee for the accuracy of the transcription or its completeness.

2. References and Links

The content of the articles do not necessarily represent the views or opinions of DW-CEDOC. DW-CEDOC reserves the right to change, complete or delete parts or the whole website without prior announcement.

3. References to Articles

DW-CEDOC facilitates this information library service and sets an example to mention the original source and date of the articles. If (parts of) articles are referred to in other documents, original sources should be cited.

INDÍCE

I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA	8
1.1 Falta De Divisas Retarda Produção Nacional	8
1.2 Executivo procura estabilidade macroeconómica	9
1.3 A presente crise financeira de Angola agravará situações de pobreza e aumentará o fosso entre ricos e pobres	9
1.4 Angola longe dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio	11
1.5 Sociedade Civil no combate à pobreza	13
1.6 Preços Continuam a disparar em Luanda	13
1.7 Base logística instalada no Lubango	14
1.8 Ex-militares reintegrados	15
1.9 Comércio Livre Impulsiona Produção	15
1.10 Quadro económico continuará negro em 2016	16
1.11 Ekwanzas será aceite na Namíbia dentro de duas semanas	17
1.12 Crédito Chinês de 25 bilhões de dólares nas mãos do ressuscitado BESA	17
1.13 Economia angolana vista pelos investigadores do CEIC	18
1.14 Crise do petróleo aumentou repressão e desigualdades em Angola, diz The Economist	20
1.15 Frustrações e algumas sugestões de esperança	20
1.16 Pobreza vai disparar e diversificação não é para já porque agora se contam os totões	21
1.17 Queda de preço afectou mais Angola	22
1.18 Regime não tem noção da realidade do país e aumenta impostos	23
1.19 Taxa de inflação cresceu em Maio	24
1.20 Fábrica de pneus transforma "lixo" em desenvolvimento económico	24
1.21 Fundos de Investimentos Abu Dabi viram-se para Angola	25
1.22 A queda do petróleo e as suas vítimas colaterais	27
1.23 Pobres e remediados serão os mais sacrificados pela crise	27
1.24 Vítimas da seca beneficiam de ajuda	29
1.25 Artes e ofícios garantem sustento	29
1.26 Camponeses sem meios de trabalho	30
1.27 Agricultura familiar aposta no cultivo da mandioca	31
1.28 Ex-militares recebem viaturas	32
1.29 Combustíveis. Subida de 80,5% afecta bolso do cidadão'	33
1.30 Angola Investe já aprovou 55 projectos em 2015	36
1.31 Fome em Angola reduz	36
1.32 Angola Investe financiou 1,34 bilião de kz por mês	37
1.33 Comunidades rurais com renda melhorada	37
1.34 Angola defende a recuperação dos preços	39
1.35 Aumenta diversificação da economia	40
1.36 Gestor bancário considera momento actual de crise "ideal" para investir	41
1.37 Receita petrolífera quebra mais de USD 5,5 mil milhões	42
1.38 Reduz crescimento da África subsariana	43
1.39 Angola LNG reinicie operações no 4º trimestre de 2015	43
1.40 Comércio rural com resultados	44
1.41 Mundo pode eliminar escassez de alimentos	44
1.42 Indústria absorve mais financiamento	45
2. MICROFINANÇAS	46
2.1 Curso de Avaliação imobiliária vai suprir o vazio existente no sector, diz Archer Mangureira	47
2.2 Aumenta venda de dólares no mercado interbancário	47
2.3 BNA prevê retirar Notas de 50 e 100 de circulação	48

2.4	Banco Sol concede 146 milhões de dólares em micro-créditos	48
2.5	BNA vende mais de USD 300 milhões ao sistema bancário	49
2.6	Fórum de microfinanças desencadeia discussão entre a banca e micro-empresários	50
2.7	Reservas internacionais registam subida	51
2.8	“Angola Investe” já aprovou projectos avaliados em mais de 72,8 mil milhões de kwanzas desde o seu arranque	51
2.9	Luanda acolhe Fórum sobre Micro-finanças	52
2.10	Governador prevê estabilização do câmbio	52
2.11	Dólares Continuam a ser uma raridade	53
2.12	Subiram as vendas no mercado cambial	54
2.13	BNA mantém taxas de cedências de liquidez	55
2.14	Sonangol obtém capital para investir	56
2.15	Angola Investe aprova projectos milionários	56
2.16	Certificação habilita empresas ao crédito	57
2.17	Mulheres processadoras de pescado recebem micro créditos	58
2.18	Governo aproxima empresários dos bancos comerciais	58
2.19	Governo aproxima empresários dos bancos comerciais	59

3. MERCADO INFORMAL 60

3.1	Não é vontade dos zungueiros vender nas ruas	60
3.2	Novos mercados de Luanda às moscas	61
3.3	O grande problema está na venda ambulante	61
3.4	Comércio de berma de estrada sustenta famílias	62
3.5	Velho ofício garante o sustento de muitas famílias	63
3.6	Velhas profissões renascem em mercado a céu aberto	65
3.7	Luanda vislumbra lojas Paparocas	65
3.8	Subida exponencial de preços de bens preocupa populares	67
3.9	Mercado do Panguila continua de bancadas vazias	68
3.10	Preço do táxi deveria aumentar apenas para 111,325 Kz	68
3.11	Taxistas ‘Mbaiam’ preços oficiais	69
3.12	Velho ofício garante o sustento de muitas famílias	70
3.13	Mototaxista recebem formação no Cunene	72
3.14	Empresas de Moto-táxi apostam em jovens do interior do país	72
3.15	Kupapatas na vanguarda da distribuição	73
3.16	Polícia quer acabar com mercados de rua	74
3.17	Preços em alta no mercado	75

4. OGE INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA 76

4.1	Estradas secundárias são reabilitadas	76
4.2	A média ponderada e os números do OGE (inicial e revisto de 2015)	77
4.3	Nova revisão do OGE/2015 à vista	78
4.4	Refinaria do Soyo começou a ser construída	79
4.5	O OGE 2016 começou já a ser preparado, mas, para aquele responsável, não se divisam grandes melhorias em termo de receitas.	79
4.6	Parlamento aprova a Conta Geral do Estado	80
4.7	III Sector não mineral a aposta principal	82

5. GOVERNAÇÃO DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA 82

5.1	Apresentado Plano Municipal de Desenvolvimento	82
5.2	Oito distritos para Viana	83
5.3	Contributos são escassos	84

6. URBANISMO E HABITAÇÃO

85

6.1	Os prós e os contras de uma política habitacional	85
6.2	Executivo garante a construção de mais de mil casas até 2017	87
6.3	Imogestim incentiva técnicos de projecto	88
6.4	"A propriedade imobiliária do Estado"	89
6.5	Avaliadores imobiliários recebem formação técnico-profissional	90
6.6	Curso de Avaliação imobiliária vai suprir o vazio existente no sector, diz Archer Mangureira	90
6.7	Luanda: cidadão denuncia "esquema de assalto de apartamentos" na centralidade de Kilamba	91
6.8	Parlamento debate novas leis da energia e arrendamento urbano	93
6.9	Favela da Boavista persiste com casotas arrendadas	93
6.10	Antigos militares da FLEC recebem habitações	94
6.11	Executivo propõe simplificação do acesso à habitação	94
6.12	Milhares de casas sociais são construídos em breve	95
6.13	Candidatos à compra de casa no Kilamba2 queixaram-se da morosidade no processo	95
6.14	Mercado imobiliário nacional atravessa período de incertezas	96
6.15	Empresa americana que vai vender casas a 24 mil dólares recebe luz verde do Governo	97
6.16	Aldeia Solar em degradação precoce	98
6.17	Melhorada a situação das famílias realojadas	99
6.18	Ex-guerrilheiros da FLEC recebem casas no enclave	99
6.19	Negros Afastam Pretos Da Zona Urbana	100
6.20	Moradores do Kilamba assinam novos contratos	100
6.21	Duzentos fogos habitacionais a bom ritmo	101
6.22	Empreitada da província do Bis com entrega prevista para 2016	101
6.23	Imogestim entrega casas a mais de 5.400 cidadãos	102
6.24	Entrega das casas no «Kilamba» aguardada com muita expectativa	102
6.25	Executivo quer habitação mais acessível	103
6.26	Preço das casas no Kilamba e Cacucaco cai pela metade	104
6.27	Centralidade do Cuito tem 3 mil casas concluídas	106
6.28	Mais investimentos entram na província	106
6.29	Novas centralidades no Bié dignificam muitas famílias	107
6.30	A degradação do Zango	107
6.31	Proprietários sensibilizados a registar imóveis	108
6.32	Moradores começaram a receber as chaves	109
6.33	Obras de nova centralidade arrancam ainda este ano	109

7. TERRA

110

7.1	Há seis anos sem casas	110
7.2	Mão invisível invade largo no zango	111
7.3	Administrador de Cacucaco denunciado de mandar demolir mais de quatrocentas casas na Comuna da Funda	112
7.4	“Não vamos, de jeito nenhum, ocupar terrenos”	113
7.5	Os prós e os contras de uma política habitacional	116
7.6	A garantia é do director	118
7.7	Afinal, não é só o Zé Povinho que faz ocupação ilegal	118
7.8	Envolvidos em falcatura de terrenos	119
7.9	Combate à ilegalidade. Administração de Icolo e Bengo reage ao assalto de terrenos	120
7.10	Governo quer expropriar OS terrenos sem produção	122
7.11	Envolvidos em falcatura de terrenos	122
7.12	China Pede Terras Em Angola Em Troca De Financiamento	123
7.13	Combate a ocupação ilegal de terrenos em Cacucaco	124
7.14	Governo expropria terras sem produção	125
7.15	Participantes defendem desburocratização	125

8. SERVIÇOS BÁSICOS

127

8.1	Executivo cria fundo para a electrificação rural	127
8.2	Falta de saneamento em Angola é sinal de pobreza	128
8.3	O Nosso lixo	129
8.4	ONG pretende criar clube de recicladores de resíduos	130
8.5	Lixo fora dos locais indicados da multa	131
8.6	Ruas da Caála são reabilitadas	131
8.7	Energia. Bié tem nove aproveitamentos hidroeléctricos	132
8.8	Estado degradado da estrada prejudica os automobilistas	132
8.9	Buraco e água na estrada da Cuca irrita automobilistas	133
8.10	Depois de malária, a vida na comuna continua degradante	134
8.11	Lixo e carcaças de viaturas 'afundam Cassequel do Buraco	136
8.12	Milhões de pessoas estão sem acesso a serviços básicos	138
8.13	Projecto inovador para zonas rurais	138
8.14	O problema de energia depende do ciclo combinado	138
8.15	TUDO QUE O SENHOR GOVERNADOR DEVE RESPONDER AOS LUANDENSES	139
8.16	Luanda produz energia a partir do lixo	140
8.17	Operadoras cruzaram os braços e recolhem seus contentores	140
8.18	Trabalhadores da Elisal prometem greve para hoje	141
8.19	O saneamento é um direito humano	143
8.20	Remover carros mal estacionados é legal	143

9. GÉNERO E VIOLÊNCIA

145

9.1	Aumento de Crimes com recursos à arma de fogo	145
9.2	BENGO, SOB OLHAR DOS MARGINAIS	146
9.3	DETIDO HOMEM QUEVIOLOU E MATOU A PRÓPRIA IRMÃ	147
9.4	Homem dizima família a Martelada	147
9.5	Jovem espancada até a morte por causa de Droga	149
9.6	Viúva suspeita de ter morto o esposo	149
9.7	Pai mata seu próprio filho á Catanada	150
9.8	Viúva suspeita de ter morto o esposo	151
9.9	Homicídios, violação de viaturas lideram estatísticas	152
9.10	Dezenas de marginais detidos no país	153
9.11	Mais de 50 crimes registados em 24 horas no país	154
9.12	Criminalidade está a piorar em alguns bairros do Cazenga	154
9.13	PARA ASSALTAR UM CASINO HOTEL	155

10. AMBIENTE

156

10.1	Degradação afecta maioria das províncias	156
10.2	Luta contra a desertificação absorve 20 milhões de dólares	157
10.3	Acções humanas sobre ambiente aceleram seca e desertificação	158
10.4	A defesa do Ambiente	158
10.5	Mais de 9 mil toneladas de resíduos hospitalares serão produzido ainda este ano	159
10.6	Oceanos e resíduos sólidos	160
10.7	Crescimento urbano invade habitat de animais selvagens	161
10.8	Buscar saúde entre o mar e o lixo	161
10.9	Milhares de pessoas são afectadas pela seca	162
10.10	Município de Namacunde é o mais afectado pela seca	163
10.11	Consumo racional da água garante futuro	163
10.12	Governo Provincial do Bié reforça acções de combate	164
10.13	Total arrebatou troféu em Luanda	165
10.14	África, a maior vítima do aquecimento global	165

10.15	Já se percebe a incapacidade dos sinistrados	167
10.16	Angola lidera projecto Okavango-Zambeze	167
10.17	Recursos florestais são fontes seguras de receitas públicas	168
10.18	A importância da população na preservação do ambiente	168
10.19	Cegueira dos rios faz dezenas de vítimas	168
10.20	Consumo racional da água garante futuro	169
10.21	Governo Provincial do Bié reforça acções de combate	170
10.22	Total arrebatou troféu em Luanda	170
10.23	África, a maior vítima do aquecimento global	171
10.24	'Alterações climáticas é um assunto de bandeira em todos os países'	172
10.25	“ O lixo electrónico vai ser um problema em Angola nos próximos anos”	174
10.26	Protecção e melhoria do meio ambiente na ordem do dia	178
10.27	Executivo combate alterações climáticas	178
10.28	Queimadas de cacimbo devastam florestas	179

11. MIGRAÇÃO **180**

11.1	Polícia detém imigrantes em situação ilegal	180
11.2	Processo de repatriamento interrompido	181
11.3	Regresso voluntário de cidadãos da RDC	181
11.4	Centenas de refugiados registados	182
11.5	Endiama Doa Viaturas Para Reforçar Combate À Imigração	182

12. EXPLORAÇÃO MINEIRA **183**

12.1	Processo Kimberly em busca de consenso	183
12.2	Levantamento geológico termina no final do ano	184
12.3	Levantamento geológico do Planageo termina no final do ano	184
12.4	Exploração ilegal de inertes soma e segue em Luanda	184
12.5	Kimberley resolve impasse em Luanda	185
12.6	Serviços de internamento sem morte	185

I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

I.1 Falta De Divisas Retarda Produção Nacional

*Jornal Folha 8
6 De Junho de 2015*

A falta de divisas no mercado angolano continua a deixar preocupados os investidores que dependem da matéria-prima importada para o funcionamento das indústrias e comércio no País. De acordo com os produtores, os atrasos nos pagamentos de facturas internacionais é feito em divisas, razão pelo qual, impossibilita o acesso à matéria-prima e causa redução da produção nacional.

De acordo com as políticas de diversificação da economia, o Executivo angolano, aprovou recentemente a redução das quotas de importação, de forma a limitar a saída de divisas, sem antes prever a restrição dos serviços e bens alimentares à população.

Para o Executivo, tal política obrigaria as empresas estrangeiras acreditadas em Angola, a investir no País, de modo a diminuir o elevado índice de desemprego que se regista em Angola.

Ledo engano.

No entanto, os sectores das bebidas, produção Agrícola e de comércio geral, são os mais visados, correndo o risco de paralisação, já que o país tem um peso relevante nas importações.

Estes grupos nos últimos meses, depois da entrada em vigor da nova pauta aduaneira, da restrição de importação de grande parte de produtos alimentares e da limitação da saída de divisas, apresentaram grandes perdas potenciais. Jorge Mateus, sócio de uma das fábricas de bebidas em Luanda, reconhece que a falta de divisas está a provocar redução ou paralisação na produção de muitas indústrias, "a falta de matéria-prima, nos obriga a reduzir a produção ou mesmo encerrar algumas linhas de produção, o que pode causar uma clara insuficiência da oferta face à procura, com os consequentes riscos de aumento dos preços e da crescente insatisfação dos consumidores angolanos", alertou.

O economista Paulo Mendembo considera que o Banco Nacional de Angola (BNA), na qualidade de

regulador do sector bancário, deve criar mecanismos que facilitem a obtenção de divisas estrangeiras a grupos específicos. Quem concorda também com esta teoria é o estudante de administração pública, Joaquim Kabalala. "Os estudantes e doentes que residem no exterior do país, devem fazer parte das prioridades, basta que se prove a razão da aquisição dos dólares", sustenta.

BNA DUPLICA VENDA DE DÓLARES

Segundo F8 apurou o Banco Nacional de Angola (BNA) manteve 300 milhões de dólares na semana passada o que representou um volume da venda semanal de divisas à banca comercial do país.

De acordo com o relatório semanal do BNA sobre a evolução dos mercados monetário e cambial, as vendas entre 11 à 15 deste mês (Maio) foram concretizadas uma taxa média de referência do mercado cambial interbancário de 110, 116 kwanzas por cada dólar. Trata-se de um valor idêntico à emana anterior, de acordo com dado do BNA.

Já no mês de Abril, a injeção de divisas pelo BN A rondou até 310 milhões de dólares semanais, mas persistem as dificuldade de empresas e clientes no acesso a divisas nos bancos comerciais.

A moeda norte-americana subiu mais de 12%, face ao kwanza nos últimos sete meses, acompanhando a escassez de divisas devido à quebra nas receitas petrolíferas e com reflexos directos no custo de vida.

KINGUILAS À PORTA DO DESEMPREGO

As cambistas informais, vulgo kinguilas, são receosas pela falta de dólares nos diversos bancos comerciais, segundo elas, a restrição da divisa está a impedir os clientes de efectuarem levantamentos imediatos ao balcão, o que vêem os seus negócios em risco.

Muitas delas, incansavelmente gritam em uníssono, chamando os clientes, pese terem cada vez, menos dólares para cambiar. "Já era difícil levantar dólar nos balcões dos bancos, agora também tem sido praticamente impossível levantar dólares nas casas de câmbio, eles também estão a pedir bilhete de passagem, porque só vendem para quem vai viajar. Tudo mentira, a verdade é que também não têm dinheiro", disse dona Glória. Anteriormente, este negócio punha pão na mesa de muitos angolanos, mas agora, as "kinguilas" temem ficar sem trabalho, principalmente, por a maioria não ter nem formação profissional, nem nível académico, que as permita concorrer a uma vaga em alguma empresa. Esta situação, segundo as cambistas informais, põe em risco a continuidade dos seus filhos nas escolas. Ana Maria de Carvalho, cambista informal, há 18

anos, também lamenta a falta de dólares, alegando nunca ter registado uma discrepância da subida do dólar em menos de sete meses.

Segundo ela, nos últimos sete meses um dólar começou a ser cotado a 10 kwanzas, vindo a disparar de 13 a 18 Kz, actualmente. "Neste momento, apenas o kwanza está a aparecer. A casa de câmbio está a vender o dólar americano por 15 mil kwanzas, mas não podemos seguir o sistema das casas de câmbio", afirmou.

Entretanto, em Angola, aumenta o valor do dólar em relação à moeda nacional, o Kwanza, numa altura em que há uma baixa do preço do petróleo a nível mundial, num país que produz poucos bens de consumo e onde muitos estrangeiros estão a trabalhar, além de um número considerável de angolanos a efectuar viagens internacionais.

1.2 EXECUTIVO PROCURA ESTABILIDADE MACROECONÓMICA

Jornal de Angola
20 de Junho de 2015

As mesmas fontes referem que "nem o Presidente angolano, nem qualquer ministro do Governo de Angola pediu ao Governo chinês uma moratória sobre o pagamento da dívida do país as instituições financeiras ou governamentais chinesas", durante a visita do Chefe de Estado angolano, José Eduardo dos Santos, a China.

A visita do Presidente de Angola à República Popular da China, de 9 a 13 do corrente mes, teve como objectivo reforçar a amizade e as fortes relações bilaterais.

Como parte desta deslocação, o Chefe de Estado angolano e os ministros do Governo de Angola discutiram com os seus homólogos chineses um amplo conjunto de temas relacionados com a continuação da cooperação, incluindo a parceria entre os dois países em áreas como Ciência, Educação, Economia, Energia, Agricultura, Indústria Transformadora, Geologia e Construção.

O Presidente angolano e sua delegação ministerial discutiram, com a parte chinesa, formas de expandir mecanismos fiscais que permitam ao Governo de Angola continuar a investir e melhorar o seu Programa de Investimento Público, assim como prosseguir com a execução do seu Plano Nacional de Desenvolvimento, sem comprometer a carteira da dívida existente, particularmente nas circunstâncias

actuais do mercado de preços baixos do petróleo, A estratégia adoptada inclui a exploração de novas formas de financiamento, expansão do limite de exposição ao risco do país oferecido pela Agência de Crédito de Exportação chinesa e a expansão das oportunidades de financiamento, melhorando os termos e condições anteriores para reflectir as condições actuais dos mercados, bem como a identificação de projectos estratégicos nas áreas de energia eléctrica, de abastecimento de água, de tratamento de água e agricultura. Durante a visita a China, o Chefe de Estado procedeu a abertura, em Pequim, de um fórum de negócios que contou com a participação de mais de duas centenas de empresários chineses e angolanos.

A iniciativa fez parte da agenda da visita do Chefe de Estado angolano a China, e teve por objectivo captar investimentos chineses e impulsionar o programa de diversificação da economia angolana. Inicialmente, a organização do fórum esperava a participação de pouco mais de uma centena de homens de negócios, mas o forte interesse de empresários chineses em investir em Angola obrigou a que duplicasse o número de lugares. A China apoia o processo de industrialização de Angola, com investimentos directos na construção de zonas económicas especiais de desenvolvimento e parques industriais, incluindo a formação dos quadros que vão servir essas indústrias.

É desejo do Executivo angolano que investidores chineses participem nesse processo, especialmente na indústria e agricultura, quer através de aplicações directas quer pela via de parcerias com nacionais. Fizeram parte da delegação presidencial o ministro de Estado e chefe da Casa Civil do Presidente da República, Edeltrudes Costa, e os ministros das Relações Exteriores, Georges Chikoti, das Finanças, Armando Manuel, dos Transportes, Augusto Tomas, do Comércio, Rosa Pacavira, e da Energia e Águas, Joao Baptista Borges.

1.3 A presente crise financeira de Angola agravará situações de pobreza e aumentará o fosso entre ricos e pobres

Jornal Expansão
26 De Junho de 2015

Qual deve ser o rendimento médio compatível com a dignidade humana? Em Angola, de acordo com o IBEP 2008/2009, são consideradas duas linhas: uma, a da pobreza extrema, equivalente a menos de 1,25 USD por dia, e outra de menos de 2 USD por dia para uma dimensão de pobreza geral. Dentro deste

último limiar parece sobreviver quase 60% da população.

Admita-se uma linha de dignidade humana de 5 USO por dia (basta visitar os mercados da periferia das grandes cidades para perceber que os preços dos produtos, essenciais e não essenciais, são muito elevados, seguramente incompatíveis com este rendimento de sobrevivência), como o mínimo dos mínimos para se acomodarem condições beneméritas de vida. Neste caso, o Total Poverty Gap em Angola, tomando como referência 2 USD por dia, é de 7,17 mil milhões USD. O Total Poverty Gap é uma medida de desigualdade de rendimento e tem como objectivo estimar o montante de investimento necessário para se retirar da pobreza uma quantidade relevante de população.

Rareiam os estudos sobre distribuição do rendimento em África, embora se continue com a sensação de que os seus países, em particular os economicamente mais representativos, são dos mais desiguais. Sobretudo os que assentam as suas estratégias de crescimento nos sectores de enclave e que praticam um modelo de repartição rentista, com uma elite privilegiada a aceder aos rendimentos procedentes da exploração dos recursos naturais não renováveis.

Cassandro Mendes (da Escola de Negócios e governança da Universidade de Cabo Verde) e Olugbenga Adesida elaboraram um estudo aplicado sobre os países da África subsariana para descobrirem se a Curva de Kuznets tem validade empírica. Este estudo abarcou 43 países e um período de mais de 20 anos (1980-2000).

A conclusão geral é: mesmo nas economias africanas da África subsariana mais desenvolvidas, a desigualdade tem aumentado à medida que o rendimento médio por habitante aumenta, ou seja, o crescimento económico não tem sido um factor de diminuição das desigualdades económicas e sociais entre a população.

Os autores determinaram que o turning-point (nível de rendimento médio por habitante a partir do qual passa a existir uma relação amigável entre crescimento económico e melhoria significativa e sustentável das condições de vida dos cidadãos) se situa entre 13.000 e 14.000 USD).

Esta conclusão é relevantíssima para Angola:

a) O PIB por habitante em 2013 foi de 6.527,5 USD, 7.472,5 USD menos do que limite superior do intervalo anterior.

b) Para se atingir o turning point, ou se incrementa substancialmente a taxa de crescimento do PIB - de

acordo com as últimas previsões do FMI, a taxa média anual de crescimento do PIB poderá ser da ordem dos 5,5% até 2019, ou então,

c) A uma taxa de variação do PIB por habitante de 2,2% (admitindo-se uma taxa de crescimento médio do PIB de 5,5% e de variação demográfica de 3,2% ao ano), serão necessários 35 anos para se encontrar o ponto de ruptura da excessiva concentração do rendimento no País.

Naturalmente que se trata de projecções lineares (tudo o resto permanecendo constante), mas este tipo de exercício tem a enorme vantagem de pôr a descoberto a amplitude dos fenómenos e de identificar a verdadeira natureza dos problemas. O aumento do PIB por habitante depende directamente da quantidade de crescimento económico conseguida e do controlo/estímulo da natalidade, parcialmente controláveis em alguns dos seus aspectos e fundamentos. Mas a sua distribuição pode ser negativamente influenciada pelas falhas de mercado (repartição primária do rendimento base) e pelo modelo existente quando privilegia a classe política e empresarial dominante. Nestas circunstâncias, e no caso de Angola, se não forem 35 anos (e seguramente em termos reais não serão), poderão ser 20, se, entretanto, forem acordadas cedências significativas na diminuição dos excessos de concentração do rendimento e da riqueza.

A dúvida está em se a classe política em exercício do poder está, de facto, interessada em ceder privilégios e alterar os mecanismos estabelecidos que enviesam e dificultam um acesso mais generalizado e equitativo ao rendimento nacional. É por isto que aspectos como a descentralização administrativa, a criação das autarquias e o verdadeiro exercício da democracia tal como contemplado na Constituição da República se afiguram determinantes para o processo de repartição dos rendimentos e da riqueza no País.

As políticas relacionadas com a distribuição secundária do rendimento - após a incidência dos impostos e das transferências para as famílias - costumam ser um instrumento para se corrigirem as assimetrias que os mecanismos de mercado e o rent-seeking introduzem no processo de repartição primária do rendimento. O Governo (Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017, páginas 67 e 68) e o MPLA (Programa de Governança para 2013-2017, páginas 79 e 80) acolhem estas medidas correctivas. Só que, perante um clima de corrupção generalizada e endémica e de forte tráfico de influências, estas medidas de carácter administrativo acabarão por ter um impacto menor do que o teoricamente reconhecido e politicamente desejado. Nestas sociedades - com instituições ainda por fazer e

politicamente muito influenciáveis -, medidas de natureza administrativa - ou seja, tendo na sua base a intervenção directa dos organismos do Estado geram sempre oportunidades de ganhos marginais para os agentes públicos, em prejuízo das famílias mais carenciadas (algumas evidências empíricas apontam para uma perda entre 25% e 30% do montante global das transferências para a população inscritas nos Orçamentos de Estado).

Com menos crescimento económico até 2019, diminuição de recursos financeiros do Estado e de divisas da economia, a criação de emprego não vai acontecer nas proporções necessárias.

Até porque crescimento e criação de emprego nem sempre são parte de um binómio completamente compatível. Especialmente quando o País se debate, também, com um sério problema de competitividade, cuja mitigação pode ter de passar pela redução de emprego e salários.

1.4 Angola longe dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio

Jornal Expansão

26 De Junho de 2015

Texto: Francisco De Andrade

Angola ainda está muito longe de atingir a meta dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) relativa à mortalidade infantil em menores de cinco anos -75 óbitos por 1.000 nados vivos, em 2015 -, conclui o relatório do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), que analisa a situação das crianças e mulheres no País.

De acordo com o documento, dados actualizados a 16 de Setembro de 2014 pelo Grupo Inter-agências das Nações Unidas para Estimativas sobre a Mortalidade Infantil (UN-IGME), apontavam para o registo de 167 óbitos por cada 1.000 nados vivos, em 2013 (ver infografia nas páginas 4 e 5).

A meta dos ODM de 2015 baseia-se numa redução de dois terços da mortalidade em menores de cinco anos desde 1990, altura em que a taxa de mortes em crianças da referida taxa etária em Angola era de 226 óbitos por 1.000 nados vivos.

A Unicef reconhece que a mortalidade infanto-juvenil em Angola tem vindo gradualmente a diminuir, mas, ainda assim, afirma que um número demasiado elevado de crianças continua a morrer antes de completar os cinco anos. Entretanto, esta organização das Nações Unidas sublinha que, devido à inexistência de dados comparáveis ao longo do

tempo, as estimativas de mortalidade infantil de Angola devem ser analisadas com cautela.

"As taxas de mortalidade são movidas por uma vasta gama de factores, nomeadamente, o acesso aos cuidados de saúde, água potável e saneamento adequado, renda familiar e disponibilidade de alimentos, práticas de alimentação infantil e estado nutricional das crianças", indica o relatório.

Os mais recentes inquéritos nacionais fiáveis com dados referentes à mortalidade infantil e em menores de cinco anos são os do Inquérito de Indicadores Múltiplos (MICS) 2001 e o Inquérito Integrado Sobre o Bem-estar da População (IBEP) 2008-2009.

O MICS 2001 estimou a mortalidade infantil e em menores de cinco anos em 250 e 150 óbitos por 1.000 nados vivos, respectivamente. Já o IBEP 2008-2009, mostra um declínio substancial, respectivamente de 194 e 116 óbitos por 1.000 nados vivos, para mortalidade da criança e infantil.

Por sua vez, o UN-IGME utilizou dados existentes para modelar a mortalidade infantil em Angola para 2013, estimando a mortalidade de menores de cinco anos em 167, a mortalidade infantil em 102 e a mortalidade neonatal em 42 óbitos por 1.000 natos vivos.

Supondo que as estimativas do UN-IGME são mais ou menos precisas, uma em cada seis crianças angolanas não completa o quinto aniversário, estimativas que colocam Angola no grupo de países com o pior desempenho do mundo no que diz respeito à sobrevivência da criança.

Segundo a análise da Unicef, as crianças angolanas que vivem em zonas rurais correm maior risco de morrer do que as que vivem em zonas urbanas [o IBEP 2008-2009 indica que perto de 23% das crianças rurais morrem antes de completar 5 anos, em comparação com 15% das crianças urbanas].

Embora não existam estatísticas precisas sobre as causas de mortalidade em crianças de tenra idade em Angola, dados do Ministério da Saúde avançados pela Unicef apontam a malária como a principal causa de mortalidade infantil, seguida por doenças diarreicas, infecções respiratórias agudas e sarampo, enfermidades que a organização diz serem todas preveníveis e tratáveis a baixo custo.

Desenvolvimento social com grande disparidade Embora o Governo tenha feito esforços substanciais no sentido de expandir e reabilitar as infra-estruturas rodoviárias, a Unicef refere no relatório que os mercados não estão bem desenvolvidos, e alguns serviços públicos, como escolas secundárias, unidades

sanitárias e conservatórias de registo civil, ainda não chegaram a muitas zonas do País.

Devido ao enorme crescimento da população urbana, ao planeamento urbano limitado e ao deficiente fornecimento de serviços, continuam a registar-se grandes disparidades no desenvolvimento social entre as principais zonas urbanas e os bairros degradados das zonas periurbanas, avança o relatório.

Conforme explica o documento, as zonas rurais estão em piores condições do que as áreas urbanas no que diz respeito aos indicadores de desenvolvimento social e, em alguns sectores, como água e saneamento, ensino secundário, alfabetização, saúde materna e sobrevivência da criança, a disparidade é ainda maior.

Em 2012, refere a análise da Unicef, Angola juntou-se ao grupo de países de renda média-alta, actualmente definido pelo Banco Mundial como sendo o dos países com um Rendimento Nacional Bruto (RNB) percapita situado na faixa dos 4.126 USD a 12.745 USD. Além de Angola, há cinco países de renda média-alta na África subsariana, nomeadamente a África do Sul, o Botsuana, o Gabão, as Maurícias e a Namíbia.

Cada um destes países tem um RNB percapita mais elevado do que Angola, situando-se entre os 5.840 USD e 10.650 USD, em 2013. Estes países definiram padrões a que, na visão da Unicef, Angola pode aspirar, "com os seus crescentes e vários recursos".

O organismo sugere que, para se equiparar, a longo prazo, ao desempenho social e económico dos países ricos de África e não só, o País deve fazer investimentos reais no capital humano, a começar pela infância.

Angola e Madagáscar sem transferências sociais
Angola e Madagáscar são os únicos países da África subsarianos que não têm programas de transferência de renda de escala no terreno. No auge da crise económica global, em Abril de 2009, a Organização das Nações Unidas (ONU) apelou aos governos em todo o mundo para estabelecerem um "patamar de protecção social" como forma de proteger os pobres das 'ondas de choque'.

Antes, a União Africana (DA), na Declaração de Windhoek, em Outubro de 2008, havia já apelado aos países africanos para que criassem sistemas mais fortes de protecção social como parte dos seus esforços mais amplos para reduzir a pobreza.

O Expansão sabe que o Governo de Angola e a União Europeia têm um programa de cooperação que visa reforçar a intervenção do Estado no capítulo

da protecção social. O programa tem como parceiro principal o Ministério da Assistência e Reinserção Social (MINARS), instituição que tem o papel de coordenar as intervenções de assistência social do Executivo, está orçado em 32 milhões de euros (cerca de 3,9 mil milhões Kz) e será implementado em quatro anos.

Segundo revelou Stefano Visani, chefe da secção de Políticas Sociais da Unicef em Angola, a organização apoia directamente a implementação de algumas componentes do programa.

Entre outros objectivos, o projecto pretende apoiar e reforçar os programas de acção social no terreno e testar programas de transferência monetária a famílias pobres, bem como melhorar a capacidade do País na análise e na geração de conhecimento na área da protecção social, e reforçar o papel das organizações comunitárias, como complemento da intervenção do Estado.

"O FMI e o Governo de Angola estão conscientes de que a diminuição dos subsídios de combustíveis, embora seja uma medida positiva, no geral, porque tem efeitos redistributivos, impacta também os pobres de várias formas, como no custo de transporte de pessoas e bens, entre outras. Neste contexto, faz todo o sentido complementar a gradual diminuição dos subsídios com o gradual reforço das medidas de protecção social - como, por exemplo, as transferências sociais às camadas mais pobres da população", disse.

No seu relatório sobre a análise da situação das crianças e das mulheres, que aponta progressos e também desafios, especialmente em termos de operacionalização de leis e políticas e em termos da: eficácia das intervenções, a Unicef refere que, enquanto os mecanismos de solidariedade informais proporcionam uma espécie de rede de segurança a nível da comunidade, o sistema formal de assistência social em Angola ainda é rudimentar.

O principal programa de transferências sociais em Angola é o de Programa de Apoio Social (PAS), que prestou assistência em espécie a cerca de 600 mil pessoas em 2011, segundo dados do Governo.

I.5 Sociedade civil no combate à pobreza

Jornal De Angola

3 De Junho de 2015

Texto: Fula Martins

Os participantes ao primeiro encontro metodológico do Movimento de Apoio Solidário de Angola (Movangola) exortaram a sociedade civil a participar nas políticas do Executivo de combate à fome e à pobreza, do urbanismo e habitação e de formação de quadros para a melhoria das condições sociais básicas da população.

Reunidos em Luanda, os participantes manifestaram o seu apoio ao Presidente da República, José Eduardo dos Santos, pelo papel preponderante que tem desempenhado para o alcance da paz e estabilidade política e social em África, com destaque para resolução de conflitos na Região dos Grandes Lagos.

Os participantes louvaram a iniciativa do Executivo na construção de várias infra-estruturas sociais ao longo dos 13 anos de paz, como estradas, hospitais, escolas, pontes, sistemas de tratamento de água e energia eléctrica.

O presidente da Movangola, Agostinho Sawanga, sublinhou que o lançamento do projecto "Mãos Dadas" nasce do desejo de amparar as famílias carenciadas. Agostinho Alcino Sawanga disse que a sua organização está a trabalhar em parceria com os governos provinciais na identificação das famílias vulneráveis.

Qualidade de vida

O presidente da Movangola assegurou que o projecto "Mão Dadas" tem como objectivo proporcionar a melhoria da qualidade de vida das famílias vulneráveis, sobretudo aquelas que vivem nas ruas, por meio de contribuições voluntárias.

Quanto ao projecto "Coração Solidário", Agostinho Alcino Sawanga explicou que o projecto teve início em Setembro do ano passado na província do Cuanza Sul e tem como objectivo mostrar a solidariedade e o amor que as pessoas têm para com o próximo.

I.6 Preços Continuam A Disparar Em Luanda

Jornal Folha 8

6 De Junho de 2015

Segundo as famílias, alegam que os produtos de primeira necessidade estão a ser comercializados a preço muito elevado, fora do alcance dos seus orçamentos. Por esta razão são obrigadas a fazerem sociedade do valor do produto alimentar para posterior divisão.

Para os consumidores, a razão é a falta de produtos alimentares nos diversos pontos de venda, em Luanda. Assim como à subida dos preços dos derivados do petróleo e a escassez de divisas no mercado nacional.

Porém, o Semanário Folha 8 constatou também que grande parte dos produtos alimentares manteve até aqui uma significativa subida nos preços. Igual fenómeno foi constatado em lojas de frescos, onde proprietários reconheceram a subida dos preços., por um lado, reclamam que tem havido atrasos dos seus salários, na função pública que já é baixíssimo. No entanto, Teresa Maria, funcionária pública entende que o comportamento dos preços no mercado angolano se deve, essencialmente, a uma pressão de corrente de alguma especulação que resulta do facto de boa parte dos produtos que constam da cesta básica serem importados.

"Estamos a conviver com um défice de políticas sérias, que prima pelo bem-estar de uma sociedade sadia. Entretanto, acredito que a falta de divisas, leva os importadores a fazerem recurso ao mercado informal de moeda externa. É uma situação que não é normal, é atípica, que tem que ver com a nossa excessiva dependência da importação", afirmou Teresa-Maria.

Por outro lado, o economista Braulio de Sousa disse que, a subida dos preços dos produtos alimentares já era prevista com o incontornável aumento do preço dos combustíveis, pois estranhou com as previsões dos economistas que falavam da deflação de preços dos bens e serviços com a subida do combustível.

"Os economistas que defenderam fizeram-no para proteger um certo grupo político. Perante os factos, o Executivo vai dizer que os comerciantes são desonestos e querem sabotar os seus esforços. Não me surpreende que os preços estejam a subir a uma magnitude que chegue até aos 100%", vaticinou.

O economista referiu que é inevitável uma subida generalizada dos preços. Igual lógica é extensiva aos produtos importados também, "para além do facto do elevado custo das taxas aduaneiras e da perturbação que tem gerado a escassez de divisas, com atrasos nas compras e restrição da procura em mercados mais competitivos", disse. Braulio de Sousa falou também da contenção salarial. Segundo ele, o salário mínimo ou seja, de muitas instituições públicas, como por exemplo do Governo Provincial de Luanda é insuficiente e, tem um impacto negativo no poder de compra das populações.

"Isto é ainda agravado pelo facto duma grande parte da força activa, que esperava ingressar no mercado de trabalho, melhorando os rendimentos familiares do seu núcleo, não vai ingressar. Pelo contrário, os despedimentos aumentaram, num contexto de ausência de qualquer política social de rendimento mínimo, como fora prometido na campanha eleitoral", alertou.

RELATÓRIO DO INE SOBRE A INFLAÇÃO

De acordo com o mais recente relatório do Instituto Nacional de Estatística (INE). A inflação oficial do país aumentou em Fevereiro último para 0,63%, com a província de Luanda a liderar as subidas em todo o país. (O índice de Preços no Consumidor IPC) nacional foi influenciado de Janeiro para Fevereiro sobretudo pela classe "Alimentação e Bebidas não Alcoólicas", cujos preços aumentaram 0,85%.

Na classe "Saúde" os aumentos foram de 0,83%, por exemplo nas consultas médicas, enquanto nos "Bens e Serviços Diversos" o aumento foi de 0,82% e nas "Bebidas Alcoólicas e Tabaco" de 0,75%. Entre os produtos do cabaz definido pelo INE, os aumentos de preço de Fevereiro foram liderados por produtos alimentares, como coxas de frango (aumento de 2,67%), de tomate (1,44%) ou o arroz agulha (1,13%), entre outros. Em Janeiro, os preços já tinham aumentado 0,53%, segundo o INE. Contudo, no mercado paralelo, devido à crise da cotação internacional do petróleo com reflexos na falta de divisas, os aumentos de preços, sobretudo de produtos alimentares, são superiores. Em termos nacionais, a capital do país lidera a inflação, com os preços a aumentarem para 0,76%, enquanto em Cabinda e no Namibe os aumentos foram, respectivamente, de 0,27% e 0,32%, segundo o INE.

De acordo com dados daquele instituto público e do Banco Nacional de Angola, a inflação no país terá ficado ligeiramente abaixo dos 7,5% em 2014. Quanto a revisão do Orçamento Geral do Estado para 2015, devido à forte quebra da cotação internacional do barril de petróleo, o Executivo definiu uma previsão de 7 a 9% para a variação da inflação este ano.

I.7 Base logística instalada no Lubango

Jornal de Angola

19 De Junho de 2015

Texto: Arão Martins

Uma base logística para apoiar o Programa de Aquisição de Produtos Agro-pecuários (Papagro), na província da Huíla, está a ser implementada na comuna da Arimba, município do Lubango, numa área de aproximadamente dois hectares, anunciou ontem o director provincial do Comércio.

Fernando Calola informou que é notória a tendência actual das comunidades rurais em aumentar a componente mercantil da produção, como forma de obterem bens e serviços do mercado para satisfazer as necessidades crescentes das famílias.

Para a concretização da acção de apoio ao Programa do Papagro, disse, foi identificado um terreno para erguer as infra-estruturas na comuna da Arimba, onde vai ser criada uma base logística.

"Foi identificada uma área com aproximadamente dois hectares, com redes técnicas de energia e água para a construção da base logística de apoio ao Papagro que vai contar com cinco naves, com 500 metros quadrados. As mesmas vão servir para recepção, lavagem e calibragem dos produtos hortofrutícolas, armazenamento de produtos diversos para abastecer as lojas adjacentes, bem como as do campo", disse.

A base logística dispõe de naves que asseguram o armazenamento e conservação de produtos de origem animal, conservação da batata e outros tubérculos, além de um outro para o carvão.

Um terreno foi identificado para agente logístico rural, que se destina à construção e reabilitação de unidades de comercialização de produtos agro-pecuários para quatro municípios. Numa primeira fase vão ser contemplados os municípios de Chicomba, Matala, Chibia e Rumpata, cujos terrenos já foram cedidos com os respectivos croquis de

localização, em posse do Ministério do Comércio, aguardando apenas pelo financiamento.

Os municípios de Caluquembe, Matala e Chibia vão dispor nos próximos tempos de três alpendres de apoio aos centros logísticos, em conformidade como plano do Ministério do Comércio. O Programa de Aquisição de Produtos Agro-pecuários (Papagro) surge para assegurar, com regularidade, a aquisição de excedentes da produção agrícola familiar e outros produtos e garante o escoamento para os principais centros de consumo e o abastecimento permanente de bens essenciais e mercadorias às comunidades rurais. O programa, concebido como estruturante no contexto de combate à pobreza, procura contribuir para o aumento de rendimentos dos produtores de pequenas unidades do campo e incentivar o escoamento da produção familiar.

À luz do Programa de Aquisição de Produtos Agro-pecuários, foram construídas no Km 40, comuna do Roque, estruturas vocacionada ao mercado Agro-pecuário, Agro-merca, onde são efectuadas as compras dos produtos do meio rural. Estão em construção estruturas nos municípios do Lubango, Chibia e Caluquembe. Durante o primeiro trimestre deste ano, os camponeses que vivem nos arredores do Km 40, município do Lubango, efectuaram a venda de 239,433 toneladas de produtos diversos, no valor de mais de 30 milhões de kwanzas.

I.8 Ex- militares reintegrados

Jornal de Angola

4 De Junho de 2015

Texto: Flavia Massua

Um total de 214 antigos militares da província da Lunda Sul beneficiaram, ontem, em Saurimo, de equipamento profissional para a criação de micro-empresas. A coordenadora do grupo técnico multi-sectorial dos ex-militares, Natália Iculo, disse que o apoio consta do Programa do Governo para a reintegração social dos antigos combatentes. Os equipamentos são compostos por material para mecânica e bate-chapa, electricidade, corte e costura, canalização e alvenaria. Natália Iculo garantiu que o processo de atribuição de equipamento profissional e contínuo.

"É a forma mais viável que o Governo encontrou para compensar o sacrifício consentido pelos ex-militares", frisou.

Acrescentou que "o Estado esta consciente das responsabilidades que tem para ajudar na

minimização das dificuldades" que os ex -militares enfrentam.

I.9 Comércio Livre Impulsiona Produção

Jornal De Angola

4 De Junho De 2015

Texto: Nilza Massango

A ministra do Comercio disse ontem, em Luanda, que Angola continua empenhada na adesão a Zona de comércio Livre da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) e no Mecanismo Tripartido.

Rosa Pacavira, que falava na reunião de trabalho da Comissão Multi-sectorial de Negociações e Implementação do Protocolo sobre Trocas Comerciais da SADC, afirmou que "a adesão aos acordos implica o desenvolvimento ou ajustamento de estratégias de potenciação das exportações nacionais em produtos competitivos",

A ministra referiu que, apesar de Angola ainda não ter aderido a Zona de Comercio Livre, já foi desenvolvido um conjunto de iniciativas para "a implementação de medidas alinhadas aos padrões praticados internacionalmente a luz das recomendações da SADC", como e o caso do Sistema de Pagamentos de Angola (SPA) com países da região.

Rosa Pacavira lembrou a Criação de "um grupo técnico que desenvolveu um projecto de roteiro, cujo documento foi apresentado no ano passado ao Secretariado Executivo da SADC". A ministra referiu que "Angola trabalha em negociações bilaterais com países da SADC" e que estão preparados acordos transfronteiriços para possibilitar as trocas comerciais entre os Estados da região, que podem impulsionar a produção nacional. "Anão adesão a Zona de Comercio Livre pode retirar Angola de um universo de potenciais investidores internacionais", alertou.

A ministra acentuou que o país vive um período de crise financeira e que há grande pressão para a transferência de cambial destinada a importações, mas que "se Angola aderir a Zona de Comercio Livre a pressão sobre a banca pode reduzir substancialmente".

Rosa Pacavira garantiu que há vantagens com a assinatura do Acordo Tripartido, do qual fazem parte 26 países de três comunidades económicas regionais da África Oriental e Austral: Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA),

Comunidade Económica dos Estados do Leste de África (EAC) e a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC).

O acordo relativo ao Mecanismo Tripartido e assinado na terceira cimeira do Mecanismo Tripartido, que se realiza entre os próximos dias 6 e 10, na cidade de Sharm El Sheikh, Egipto.

Nos dias 14 e 15 de Junho realiza-se na África do Sul uma Cimeira de Chefes de Estado e de Governo na qual é assinado o acordo sobre o início das negociações para a Zona de Comercio Livre continental.

Da Comissão Multi-sectorial de Negociações e Implementação do Protocolo sobre Trocas Comerciais da SADC fazem parte representantes dos Ministérios da Economia, das Relações Exteriores, Finanças, Transportes, Industria, Planeamento, Agricultura, Pescas e ambiente.

1.10 Quadro económico continuará negro em 2016

Jornal A Capital

27 De Junho de 2015-07-03

Texto: Presbitério Lundange

O actual momento financeiro, caracterizado por uma gritante escassez de liquidez no mercado angolano, pode alargar-se ate 2016, pelo que se espera momentos críticos no capítulo económico, a semelhança do actualmente vivido.

Pelo menos assim antevê o Ministério das Finanças que, na pessoa da directora nacional do orçamento, já vai advertindo os gestores das unidades orçamentais a não esperarem por cabimentações que satisfaçam o volume de necessidades programadas para o próximo ano.

A antecipação do cenário apresentado, segundo a responsável, decorre da incerteza que ainda se vislumbra em relação ao preço do petróleo no mercado internacional, onde o principal produto de exportação angolana continua em níveis depreciativos.

"Ninguém de nós consegue ainda hoje saber qual será o preço do barril de petróleo a 2 de Janeiro de 2016 ou no primeiro trimestre de 2016", referiu Aia da Silva, alguém que perante tal quadro, não vê como evitar-se a adopção de medidas de contingência.

"Temos de avançar com medidas percussionistas e não podemos prometer aos gestores orçamentos que provavelmente não vamos poder executar", adiantou.

De acordo com o que disse Aia da Silva, o Orçamento Geral do Estado para 2016 começou já a ser preparado, mas, para aquele responsável, não se divisam grandes melhorias em termos de receitas. Tudo por razões também por ela avançadas.

"É um orçamento que há-de ser preparado no mesmo clima de incerteza em que foi preparada a revisão orçamental de 2015", explicou a responsável, para quem "não esperamos por isso um maior nível de receitas, principalmente ao nível do que muitos gestores já nos reportaram".

Face a previsível exiguidade de recursos, entidades como o consultor Carlos Henriques entendem que é hora de Angola começar a aprimorar a qualidade dos gastos públicos, exercício que, segundo o especialista brasileiro, implica "colocar os recursos naquilo que é prioritário", Ou seja, fazer as coisas com eficiência e com menores recursos possíveis.

O recurso a medidas de austeridade para contrabalançar a actual redução do nível de liquidez e atribuído ao facto do país não ter a sua economia diversificada, vivendo quase exclusivamente de um único recurso, o petróleo cujas receitas representam cerca de 80% do Orçamento Geral do Estado.

O ministro da Economia, Abraão Gourgel e, aliás, alguém particularmente crítico face a essa dependência do Produto Interno Bruto angolano dos proventos decorrentes da actividade petrolífera e assume, em nome do Executivo, a culpa pelo atraso na sua diversificação.

E que, segundo o governante, Angola desperdiçou as oportunidades que tinha para desatrelar a sua economia da dependência da industria petrolífera, por acomodação do Executivo no momento em que teria encetado o processo de diversificação das fontes de receitas do país.

Dito de outro modo, o país atrasou-se neste aspecto por falta de sentido de oportunidade das entidades com responsabilidades nesta matéria.

"As oportunidades de investir para diversificar foram desaproveitadas nos períodos de expansão económica", lembrou. Avisa, entretanto, que com a actual crise Angola vai ter dificuldades acrescidas para atingir o objectivo de diversificação da sua economia, pelo facto da dinâmica do processo estar agora dependente de recursos a serem contratados a custos proibitivos.

E isso, segundo Abraão Gourgel, não deixa de encarecer um processo que, na sua óptica, devia ser concretizado a preço menos oneroso.

"Teremos de ter mais juízo", atirou o governante, aproveitando a ocasião para criticar o facto de os discursos sobre a necessidade da diversificação ser mais recorrente em tempo de aperto financeiro quando, na sua opinião, tinha de ser o inverso.

I.11 Kwanza será aceite na Namíbia dentro de duas semanas

Jornal Semanário Económico

4 De Junho de 2015

Texto: Helder Taculo

A partir do próximo dia 18 deste mês, entra em vigor o acordo de conversão monetária entre Angola e a República da Namíbia, que vai permitir que qualquer cidadão angolano em viagem para a cidade de Oshikango, possa converter legalmente kwanzas para dólares namibianos em qualquer banco comercial ou casas de câmbios daquele país.

De igual modo, qualquer cidadão namibiano poderá converter legalmente dólares namibianos para kwanzas, em qualquer banco comercial ou casa de câmbio em Santa Clara à taxa de câmbio do dia aplicável.

A informação foi avançada, pelo Banco Nacional de Angola (BNA), em comunicado de imprensa, tomado publico esta semana.

A medida surge uma semana depois de o Conselho de Ministro ter dado a "luz verde" ao BNA para a implementação do Acordo de Conversão Monetária com o Banco da Namíbia.

De acordo com a nota do BNA, referido acordo facilitará a conversão recíproca das moedas nacionais dos dois países, nas cidades fronteiriças de Oshikango e Santa Clara.

À imprensa, o governador do Banco Nacional de Angola, José Pedro de Moraes informou que os dois bancos centrais têm vindo a trabalhar para criar as condições técnicas e operacionais, realizando seminários em todas as instituições bancárias e em outras de interesse. Entretanto, explicou que estão estabelecidos os valores para a população angolana, que podem sair do país para a Namíbia com limite de 500 mil kwanzas por pessoa adulta e 150 mil kwanzas para menores de 18 anos.

Segundo gestor do banco central, o objectivo é permitir a elevação das trocas comerciais e garantir que as populações dos dois lados possam ter uma convivência boa.

BNA mantém taxa básica de juro em 9,25 % ao ano

Após a sessão ordinária realizada no dia 29 de Maio, que analisou a evolução dos factores que determinaram o comportamento do nível geral de preço durante o mês de Abril, o Comité de Política Monetária (CPM) decidiu manter a taxa básica de juro em 9,25% ao ano.

A taxa de juro dá facilidade permanente de cedência de liquidez em 10% ao ano, enquanto a taxa de juro dá facilidade permanente de absorção de liquidez em 0% ao ano.

Aquele órgão do banco central explica que foi analisada a evolução da inflação, da economia real, das contas fiscais e monetárias, bem como a informação recente sobre a conjuntura económica internacional, incluindo a da região SADC. O objectivo, segundo o comunicado do CPM do BNA, divulgado esta semana, foi a tomada de medidas de política monetária que concorram para a redução da volatilidade dos preços na economia nacional.

I.12 Crédito Chinês De 25 Bilhões De Dólares Nas Mãos Do Ressuscitado Besa

Jornal Manchete

5 De Junho de 2015

Texto: Mbanza Do Nascimento

De acordo com informações divulgadas pelo site Club K nesta quinta-feira, o antigo Banco Espírito Santos de Angola (BESA), que desde o ano passado passou a se chamar "Banco Económico SA", foi a instituição indicada para acolher os 25 bilhões de dólares que o Presidente José Eduardo dos Santos solicitou as autoridades chinesas, cujo acordo será assinado na próxima semana, em Pequim.

Esta notícia vem á público depois de na segunda-feira o embaixador chinês ter anunciado que o Presidente da República, José Eduardo dos Santos, visitará a República da China. De acordo com uma fonte diplomática, o Presidente Eduardo dos Santos deverá chegar a Beijing na segunda-feira, dia 8, permanecendo na China até ao dia 12 deste mês.

De salientar que na última segunda-feira, o embaixador chinês em Angola, Gao Kexiang, anunciara que o Presidente angolano visitaria "muito em breve" a China, "para aprofundar ainda mais o bom relacionamento" bilateral, mas não precisara as datas.

Recorda-se que o tefe o executivo angolano visitou a China, pela última vez, em Dezembro de 2008.

De acordo com interpretações de meios económicos independentes em Angola, a referida indicação/decisão coloca, por outro lado, o banco económico, SA, numa posição destinada a "beneficiar" do controle da influência dos chineses, em Angola.

A fazer fé no que noticiou o Club K, o interesse dos chineses por esta instituição bancária começou a ser verificado antes de Outubro de 2014 através da Lektron Capital, uma empresa chinesa que entrou discretamente no capital social deste banco, nascido das cinzas do BESA, com uma quota de 35%.

A estrutura accionista anterior era composta pelo BES português, (55,7%) Portmil (24%, general Kopelipa), Grupo Geni (18,99%, general Leopoldino do Nascimento (interesses da família presidencial) e Álvaro Sobrinho, ex-CEO do BESA, 1,3% do banco.

No seguimento de medidas extraordinárias de saneamento impostas ao Banco Espírito Santo Angola pelo BNA, a Assembleia Geral Extraordinária do referido Banco Comercial, decidiu, a continuidade do accionista Geni, S.A. e a entrada para o capital, além da Sonangol, da Lektron Capital, S.A. e Novo Banco, S.A.

Os interesses da Portmil do general "Kopelipa" ficaram influídos neste novo sócio chinês, a Lektron Capital. Por decisão dos novos sócios, foram escolhidos dois cidadãos de origem indiana, Sanjay Bhasin e Girish Narula para liderar o então BESA que deixou de estar intervencionado pelo BNA, desde 2014.

1.13 Economia angolana vista pelos investigadores do CEIC

Jornal Expansão
5 De Junho de 2015

Actividade geral

Os sinais de deterioração da actividade económica nacional foram sendo dados ao longo do ano [de 2014], com as sucessivas revisões em baixa da taxa de crescimento do PIB. As estimativas oficiais (aparentemente finais) colocam agora a taxa real de variação do PIB em 2014 em apenas 4,4%, representando uma quebra de 4,4 pontos percentuais em relação às estimativas iniciais do Governo. Aliás, já desde 2009 que se vinha estabelecendo uma linha tendencial de crescimento com um declive negativo, simbolizando a perda de algum fulgor do passado.

Durante o período dourado da economia nacional (2002-2008), a taxa média anual de crescimento do PIB foi de 10,2%, considerada uma das mais elevadas do mundo e com registos pontuais de mais de 15%. Entre 2009 e 2014, a taxa média anual de variação da actividade económica baixou drasticamente, tendo-se situado em apenas 3,6. %.

Agricultura, Pecuária e Florestas

A agricultura, as pescas, a manufactura e os serviços são os sectores de menor intensidade de crescimento médio durante o período 2002/2014. Não se pode, uma vez mais, deixar de chamar a atenção para o facto de o OGE não estar a traduzir, na prática, a anunciada preocupação do Executivo com a diversificação da economia. A análise das verbas atribuídas ao sector nos últimos anos mostra que, quer em percentagem em relação à totalidade do orçamento, quer em termos absolutos, se assiste a uma deterioração da situação, desde 4,45% em 2008 para menos de 1 % em 2014, ano em que a redução, em percentagem relativa ao total do OGE, atinge praticamente metade da cifra de 2013. Essa era já a situação descrita no Relatório Económico de Angola 2013. A situação piorou, pois em 2015 essa percentagem baixou para 0,3%.

Emprego

Cruzando as informações das Contas Nacionais e as dos Relatórios de Balanço do Governo, estima-se que no final de 2014 existia um quantitativo de emprego em Angola de 6137 816 trabalhadores. A respectiva evolução temporal tem sido positiva e ascendente, com uma taxa média anual de 3,46%. Nem nos anos de crise, em 2009 e 2010 - em que a taxa média de variação do PIB não ultrapassou 3% - a economia nacional deixou de criar emprego - e emprego substantivo -, tendo sido justamente em 2009 e 2010 que se registaram as maiores criações líquidas de emprego, respectivamente, 175773 e 200 798 novos empregos. Parece que o mercado de emprego de Angola se comporta no contra ciclo do crescimento económico. Repare-se que também em 2014 (taxa de crescimento do PIB de 4,4%) se registou um incremento de 306 957 novos postos de trabalho (5,6%).

Desemprego formal

A taxa global de desemprego do sector formal da economia - calculada com base nas Contas Nacionais, mas ainda sem os ajustamentos determinados pelo Censo Populacional de 2014, por enquanto não efectuados pelo INE-tem-se mantido entre 21 % e 22% nos últimos quatro anos. Actualizando-se a população para 24.383.301 com base no último censo

e mantendo a mesma definição para o intervalo da população em idade activa, a taxa de desemprego do Sector Formal poderia situar-se acima dos 30%.

Indústria transformadora

As taxas de crescimento do sector têm-se estabelecido em redor dum valor médio anual em redor de 8%. O ano de 2011, com uma variação de 139,5% (Contas Nacionais do INE) deve ser um evidente erro, porquanto se não conhecem factos que justifiquem tão elevada cifra. Entre 2007 e 2014 foram criados apenas 22.000 novos postos de trabalho (taxa média anual de crescimento de 1,047%), enquanto o valor da produtividade bruta aparente do trabalho variou 2,5 vezes [o que parece indiciar a opção por modelos de industrialização aparentemente centrados em capital e tecnologia].

A estrutura industrial do país tem-se alterado, ainda que de uma forma suave, embora se mantenha o domínio das bebidas e das alimentares como as actividades mais salientes da produção do país.

Petróleo

A produção de petróleo tem estado sujeita a algumas imponderabilidades relacionadas com problemas técnicos e que têm contribuído para redução da sua taxa de crescimento. Entre 2007 e 2014, o ritmo médio anual foi de apenas 2,1 %. A situação piorou bastante durante o período 2009/2014, tendo a taxa diminuído para -2,2%, em média anual. Assim, mesmo sem a actual crise do preço internacional do petróleo, a economia nacional já desde 2007 que estava a experimentar problemas de produção de petróleo, e as correspondentes receitas só não diminuíram devido ao efeito-preço. A importância relativa do sector na actividade económica global tem vindo a diminuir sobretudo devido ao decréscimo da produção, acompanhada dum quebra no preço médio do petróleo depois de 2011.

Em 2014, a sua quota chegou a 35,8% do PIB, resultado conjugado da queda da produção (3,5%) e do preço (10%).

Construção e Obras Públicas

Os dados mais recentes (2008/2014) mostram que este sector tem vindo a perder vitalidade, por força, por um lado, do intenso crescimento registado no passado e, por outro, de dificuldades relacionadas com os atrasos dos pagamentos das obras do Estado e dum certa retracção da procura final de imobiliário. Depois da agricultura e do comércio, a construção é o terceiro sector de actividade com mais emprego (próximo do Estado), embora seja de natureza precária. Uma das consequências desta

instabilidade do posto de trabalho é o nível baixo (muito baixo, poderia dizer-se) do salário médio mensal (cerca de 62.000 Kwanzas em 2012), ainda assim, acima do salário médio mensal nacional analisado no capítulo sobre o emprego e a produtividade.

Produtividade

Em 2014 o valor médio da produtividade bruta aparente do trabalho atingiu um pouco mais de 21.000 dólares por trabalhador, a que corresponde uma taxa média de variação anual entre 2002 e 2014 de 2,46%. Resta, porém, uma distância significativa para alguns países da SADC - a norma de referência de Angola - como a África do Sul (onde o seu valor rondou os 75.000 dólares por trabalhador empregado em 2010), o Botsuana, com 44.000 dólares, e o Gabão com 55.000 dólares por activo em funções produtivas. Para a União Europeia, a produtividade bruta aparente do trabalho atingiu uma média de cerca de 300.000 dólares por activo ao serviço. O sector petrolífero é o de maior produtividade média por trabalhador, rondando o seu valor 700 mil dólares em 2014. No lado oposto encontra-se a agricultura, com um valor da produtividade do trabalho estimado em 1233 dólares por trabalhador.

Inflação anual

Em 2014, a inflação registada pelo índice de Preços no consumidor do INE ainda na cidade de Luanda foi de 7,48%, menos 0,21 pontos do que em 2013. Este comportamento contrariou as expectativas dos agentes, que esperavam uma maior aceleração dos preços devido aos efeitos da entrada em vigor da nova pauta aduaneira em Março de 2014, da desvalorização do Kwanza face ao dólar (5,6%), de Junho a Dezembro, da redução dos subsídios aos combustíveis¹⁴¹ e do efeito inicial das restrições às importações nos últimos dois meses de 2014, que vieram a agudizar-se nos primeiros meses de 2015.

Perspectivas 2014-2019

A taxa média anual de crescimento do PIB entre 2013 e 2019 rondará 5,5% a 6%, insuficiente para a realização de alguns dos objectivos de Desenvolvimento do Milénio subscritos por Angola. Entre o crescimento e a redução da pobreza estabelece-se uma relação teórica concreta - mais crescimento e menos pobreza. Quando este modelo favorece a acumulação assintótica do rendimento, mais crescimento pode até gerar mais pobreza. Para uma taxa média anual de variação do PIB de 5,5% e uma elasticidade rendimento-pobreza de 1, %, a taxa de pobreza em 2019 poderá ser de 46,3% - Sabe-se que existe alguma polémica sobre a taxa de pobreza

do IBEP de 36,6% em 2008/2009, não do ponto de vista da metodologia, mas principalmente do realismo do seu valor. Por esta razão é que o CEIC tem defendido que uma melhor distribuição do rendimento nacional tem de passar por uma alteração profunda do actual processo de acesso aos rendimentos do petróleo, baseado no tráfico de influências e no favorecimento de grupos e famílias relacionadas com o poder político instalado.

1.14 Crise do petróleo aumentou repressão e desigualdades em Angola, diz The Economist

Jornal A Republica
12 De Junho de 2015

Angola é o segundo maior produtor petrolífero da África subsariana Segundo a revista The Economist, a queda do preço do petróleo aumentou a repressão e as disparidades em Angola. A resposta do Governo de José Eduardo dos Santos à desaceleração da economia foi o lançamento da "maior campanha de propaganda desde os tempos coloniais". Para os analistas da revista britânica, isto serve de máscara para as "enormes desigualdades entre as elites e o resto da população do país." Sebastien Marlier é economista e especialista em assuntos africanos na Economist Intelligence Unit, e considera que a situação é bastante mais complexa, e que a repressão sempre esteve presente em Angola.

"O governo angolano nunca reagiu bem a críticas, protestos ou tudo o que possa ameaçar a sua hegemonia. Com a crise do preço do petróleo aumentou o descontentamento da população devido ao enfraquecimento da economia e aumentou a consciência de que a maioria dos lucros petrolíferos vai apenas para as elites."

Segundo o economista, casos como Rafael Marques ou Kalupeteka não estão directamente ligados ao actual contexto económico, mas as dificuldades têm pressionado o governo angolano, que tem reagido através desta maior repressão.

Marlier afirma que Angola foi gravemente afectada por esta descida do preço do petróleo, tanto a curto como a médio prazo.

"A economia angolana foi bastante afectada por esta crise. Angola depende muito do petróleo e por isso o crescimento económico abrandou, o kwanza enfraqueceu e a dívida pública aumentou. As perspectivas a médio prazo também estão ameaçadas.

Vai ser mais difícil diversificar a economia agora que há menos dinheiro para investir noutros sectores", afirma o especialista.

Presidente em visita oficial à China para reforçar a cooperação. O Presidente angolano, José Eduardo dos Santos, encontra-se na China, numa visita oficial de 6 dias que tem o intuito de reforçar a cooperação bilateral entre os dois países. Sebastien Marlier vê esta visita como uma forma de Angola tentar superar a crise do sector económico sem ter de recorrer a organizações como o Fundo Monetário Internacional (FMI).

"A China é o maior comprador do petróleo angolano e é também o maior credor do país. Penso que neste visita o Presidente vai tentar expandir a relação entre os dois países para além do petróleo. Em 2009 houve outra crise petrolífera e Angola recorreu à China para evitar ter de pedir ajuda ao FMI, e penso que isso pode acontecer de novo", diz o economista.

Angola é o segundo maior produtor petrolífero da África subsariana, e a sua economia é altamente dependente deste produto. A descida nos preços do petróleo teve efeitos económicos muito negativos no país. Espera-se que este ano o crescimento do PID seja de apenas 3%, em comparação com os 6.8% de 2013.

1.15 Frustrações e algumas sugestões de esperança

Jornal Agora
12 De Junho de 2015
Texto: Mário Paiva

A primeira constatação é que "os financiamentos necessários para a revolução da estrutura produtiva nacional podem escassear ou serem contraídos, em condições mais penalizadoras (vide acordos com a China - nota da redacção). Adianta o CEIC que "parece que nem o Fundo Soberano, nem outros Fundos de Estabilização das receitas petrolíferas estão em condições de serem agora o contra-peso para as significativas quebras nas receitas fiscais do Governo e nas receitas em divisas da economia".

Acresce que "os elevados investimentos públicos - cerca de 93 milhões de dólares entre 2002 e 2014 não têm produzido os efeitos económicos que verbas desta ordem de grandeza deveriam induzir. Os investimentos públicos têm sido o segundo factor de crescimento da economia nacional, logo a seguir às

exportações de petróleo, mas a sua contribuição média para a taxa de variação anual do PIB é estimada entre 1,8 e 2,2 pontos percentuais apenas, devido à relativamente baixa qualidade dessas obras públicas e ao facto de também ser por intermédio dos esquemas de adjudicação de obras e correspondente fiscalização que se esvai algum do dinheiro público".

Ao contrário do que diz o refrão político eleitoral do partido do Governo, o documento vaticina que, "entre 2013 e 2020, não ser possível 'distribuir mais e melhor' - o incremento médio anual do rendimento por habitante poderá ser apenas de USD 250 - e, por consequência, a austeridade que se avizinha vai penalizar substancialmente as famílias de rendimento médio baixo e pobres". Traduzindo em miúdos: "a desigualdade em Angola não se circunscreve à repartição do rendimento e da riqueza, mas projecta-se, igualmente, na distribuição dos sacrifícios" (CEIC).

Depois desta lista de sacrifícios, resta ao cidadão comum alimentar-se da esperança: uma melhor gestão das finanças públicas, sendo o exemplo de austeridade dado pelos membros do Executivo. Maior competência e repartição dos sacrifícios. Avanços na reforma tributária; combate à corrupção, tráfico de influência; regresso ao país dos capitais nacionais.

E mais não digo. Caso possa ser encontrada por aí a 'Dona Esperança' no bolso do cidadão comum ou na sua cabeça, avisem de modo gratuito ao semanário Agora.

1.16 Pobreza vai disparar e diversificação não é para já porque agora se contam os Totões

Jornal Agora

12 De Junho de 2015

Texto: Mário Paiva

Um destes dias de antanho - e prefiro começar esta série de artigos antes de números mais ou menos enfadonhos, ainda que necessários - um político afirmou, ao falar sobre matéria de direitos, qualquer coisa parecida como que "as pessoas não comem direitos" - citando de memória (SIC). Desta feita, diremos que as pessoas não comem nem guardam promessas eleitorais nos bolsos e nas mesas familiares.

O relatório económico e social do CEI/UCAN equaciona alguns dos principais desafios do país na

vertente económica e social ou como resumiria o professor A1ves da Rocha na tríade da questão dos desafios colocados em matéria de rendimentos, competitividade e diversidade económica; ou como diria ainda o docente Nelson Pestana, ambos responsáveis das duas áreas e respectivas equipas produtoras do relatório, em matéria da influência dos não-rendimentos no acesso, na qualidade da educação e ensino e nos resultados académicos - como factores estruturantes da eliminação das assimetrias sociais, da subida do nível de vida e bem-estar da população.

Depois dos empréstimos de mil milhões, contraídos em condições ainda não conhecidas publicamente junto da China, não fossem os sinais mais visíveis aos olhos do grande público dos cortes orçamentais, nos subsídios de combustíveis, da desvalorização do Kwanza e do aumento dos preços - numa ordem aleatória - espera-se tudo e mais alguma coisa. Mas, algo é certo: a dimensão da crise já não pode ser escamoteada aos olhos domésticos e externos.

"A conjugação entre a quebra das reservas internacionais líquidas, a nova pauta aduaneira, a redução dos subsídios aos preços dos combustíveis e outras utilidades (electricidade) e a imposição dos contingentes às importações vai provocar um aumento da inflação (a rigidez da oferta interna é um facto que se vai ainda manter no médio prazo, devido à ocorrência de uma série de factores obstaculizantes do funcionamento normal e eficiente das empresas)" - escreve-se na apresentação do relatório. E o filme fica mais sombrio quando o CEIC/UCAN admite que a perspectiva de inflação de 9% do OGE revisto, feita pelo Governo, não tomam em "devida conta as turbulências em formação na economia", perspectivando que, "em 2015, voltaremos a uma taxa de dois dígitos".

Pela banda do emprego, o relatório económico-social 2014 do CEIC/UCAN reconhece que "a dispensa de empregados já começou". Algo que, aliado aos pagamentos nas contas do Estado, "não apenas na construção, mas igualmente em muitos outros fornecimentos (bens e serviços) que o pequeno sector privado angolano presta às instituições do Estado " nos conduz ao arrefecimento" do mercado do trabalho no país. Mas isto não fica por aqui: as empresas petrolíferas tendem a diminuir o quadro do pessoal e a reduzir os investimentos, os bancos queixam-se do crédito mal parado, sobretudo em matéria de habitação, e as grandes e médias superfícies do comércio assistem à diminuição da clientela, sendo forçados a reduzir o pessoal e a estrutura de custos. Salários depauperados associam-se naturalmente à diminuição do consumo das famílias e outras categorias.

Quem duvidar pode ver o filme dos troleys muito menos cheios nas grandes superfícies, acompanhados dos resmungos dos preços altos por parte dos consumidores.

Situação do Excluídos será agravada

OS números do relatório em termos de pobreza são feios, considerando que vão "seguramente aumentar". E acrescenta. "os ajustamentos do OGE 2015 'obrigaram' a passar-se de um PIB nominal de 134.809 milhões de dólares, para 115.349 milhões de dólares. Em 2014, as estimativas do Governo apontavam para o PIB nominal de 127.132 milhões de dólares. Consequentemente, o PIB por habitante diminuirá de USD 5.2109 para USD 4.599 (já considerado o efeito demográfico)".

E o rosário das contas malfadadas continua, segundo o relatório: "a maior inflação vai descontar o poder de compra aos já de si, baixos salários e a redução/eliminação de subsídios aos preços dos combustíveis vai agravar ainda mais a situação de quem já é excluído". E ao contrário, o benefício dos preços subsidiados não só recai sobre os segmentos mais ricos da população, como também, afinal se reconhece, afecta "as famílias mais pobres (que) são as que provavelmente serão mais negativamente afectadas pelo aumento do preço dos combustíveis, uma vez que gastam uma percentagem maior do seu orçamento total em combustíveis e em produtos que são impactados por esses preços" - na opinião traduzida num estudo do Banco Mundial de Fevereiro de 2015. Dito de outro modo, não há nem poderia haver um efeito automático da redução dos subsídios aos combustíveis no orçamento das famílias, sem outras medidas concomitantes que favoreçam o rendimento daquelas, que necessitam de alguns ajustes e um certo período de tempo.

Acresce que os pobres, as famílias de baixos rendimentos, são açoitadas pela escassez de produtos de primeira necessidade no mercado informal, que o relatório admite ter começado em 2014, apesar dos anúncios e do esforço do Governo para minorar o problema, face aos constrangimentos enfrentados pelos importadores e diante da escassez de divisas. Traduzindo o primeiro e mais forte impacto aconteceu junto daquelas famílias, o que, num sistema ainda fortemente baseado na economia informal, não deixa de ter um peso importante na deterioração do ambiente económico-social.

Como se adivinhava no relatório, o Governo seria obrigado a injectar dólares na economia, mas medidas circunstanciais não podem obstar ao facto de "a recente quebra dos preços do petróleo configurar uma mudança estrutural de médio prazo, em que se

pode configurar uma nova fase do petróleo barato, em redor dos 60 dólares". Daí a previsão avisada do Executivo vir a ser constrangido como de resto está a ser - a recorrer a muitos financiamentos externos, não se colocando de parte uma nova revisão do OGE ou ulteriores desvalorizações.

Em resumo, o relatório do CEIC/UCAN termina a sua apresentação confirmando uma certidão de óbito para o Plano Nacional de Desenvolvimento que, citamos" deixa de ter validade em muitos dos seus pressupostos, metas, objectivos, modelos, estratégias e políticas".

I.17 Queda de preço afectou mais Angola

Novo Jornal

12 De Junho de 2015

Angola foi o país africano mais afectado pela descida do preço do petróleo, que piorou as contas públicas, o que torna a sustentabilidade da dívida mais problemática, considerou a vice-presidente da Moody's para o crédito soberano.

Numa conferência sobre as economias da África subsariana, que decorreu terça-feira, 09, em Londres, Rita Babihuga explicou que apesar de os países africanos estarem mais bem preparados para esta crise de receitas do que estavam no final da década passada, "Angola foi o país que viu a sua situação orçamental piorar mais" nos últimos meses.

Isto, acrescentou, cria um problema para as contas públicas, dado que a resposta de Luanda tem sido suprir a quebra de receitas com um aumento do endividamento externo, "o que torna cada vez mais problemática a questão da sustentabilidade da dívida" em relação ao Produto Interno Bruto, que se aproxima dos 40 por cento.

Ainda assim, o crescimento económico da África subsariana, como um todo, é encarado de forma positiva pela agência de notação financeira Moody's, que antecipa um crescimento da região entre os 04 e os 05%, num contexto de aproximação das taxas de crescimento das economias dos países produtores de petróleo com as dos restantes.

O recurso aos mercados internacionais como fonte de financiamento foi uma das respostas que Angola adoptou para lidar com a quebra das receitas fiscais, mas a tendência já tinha começado antes, lembrou o vice-presidente da Moody's para a área financeira, Constantino Kypreos.

"As emissões de dívida nos mercados internacionais surgem para financiar o desenvolvimento e aumentar a exposição internacional", disse o responsável, sublinhando que a instituição financeira da África subsariana vão ter de enfrentar cinco aspectos para conseguirem ter sucesso: desafios no ambiente económico, evolução do preço do petróleo, tecnologia móvel, desenvolvimento dos mercados financeiros e evolução dos blocos de comércio regionais.

Por outro lado, completou o vice-presidente da Moody's para a área do crédito soberano africano, Matt Robinson, o recurso aos mercados internacionais traz outras vantagens para os países: "é mais barato relativamente ao preço dos empréstimos internos, potencia uma padronização para o resto da economia, aumento o escrutínio e a visibilidade internacionais", disse.

A diferença entre as taxas de juro mais elevadas que são cobradas pelos bancos locais às pequenas e médias empresas resulta da "falta de credibilidade das informações financeiras fornecidas pelas PME às instituições financeiras, que assim aumentam as taxas para cobrir o risco que percebem".

BRUSCA DESVALORIZAÇÃO DO KWANZA

O Banco Nacional de Angola desvalorizou de forma brusca a moeda nacional, o kwanza, recentemente, devido à queda dos preços do crude, a sua principal fonte de receitas.

Na semana passada, um dólar valia 116.874,5 kwanzas, em comparação com 110,518 na semana anterior, de acordo com o site do banco central. A moeda caiu para 118,13 no mercado interbancário, segundo a Bloomberg News.

"Essa alteração brusca do kwanza é muito rara", disse Charlie Hampshire, da INTL em Londres especializado no mercado de divisas internacionais, acrescentando que tal mudança "não acontecia desde 2009".

"Na verdade, têm feito uma depreciação contínua nos últimos meses, mas esta última é mais forte", corroborou Samir Gadio, chefe de estratégia africana do Standard Chartered Plc, com sede em Londres.

A agência Bloomberg cita igualmente o economista especializado em África da Capital Economics Ltd., também com sede na capital inglesa, John Ashbourne, segundo o qual "a desvalorização suporta a nossa visão de que o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) vai cair para cerca de um por cento em 2015".

Ashbourne admite ainda que "uma nova depreciação continua a ser possível".

As reservas externas de Angola, segundo a Bloomberg, reduziram-se de Março a Maio cerca de 13 por cento e situam-se nos 26.200 milhões de dólares.

O PIB de Angola, de cerca de 124.000 milhões dólares americanos, é o terceiro maior na África subsariana, depois da Nigéria e África do Sul, de acordo com o Banco Mundial.

I.18 Regime Não Tem Noção da Realidade do País e aumenta Impostos

Jornal Folha 8

13 De Junho de 2015

Os dados do comércio internacional, pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), confirma haver contracção das vendas de bens para Angola, no período compreendido entre Janeiro e Abril do corrente ano, não tanto, face a cedido crise financeira derivada da baixa do preço do petróleo, mas das políticas de má-gestão económica e social do Titular do Poder Executivo.

A perspectiva, segundo o governo é a de contenção dos produtos importados com vista a estimular supostamente a produção nacional, mas esta está condicionada a uma verdadeira diversificação e estímulo ao empresariado nacional.

Angola mostrou-se incapaz quanto a aplicação e implementação de políticas de investimento e crescimento económico do país, tanto que ao optar pelo agravamento das taxas de importação, ao invés do seu aligeiramento, provocou o encerramento de muitas empresas e a mudança de objecto de outras, face a cegueira pelo dinheiro, quando o mesmo não circula de forma normal e regular, no país, logo, provoca não só a inflação, como também, o aumento dos preços quer dos produtos importados, já no país, como os próprios nacionais, face os impostos elevados das matérias-primas.

Isto demonstra a fragilidade das recentes decisões do Regime a não terem trazido os benefícios esperados para alavancar a economia, como estava previsto com a entrada em vigor da nova pauta aduaneira. Pelo contrário, mostrou que o país, ainda não possui uma agricultura e indústrias transformadoras, capazes de produzirem o suficiente para o consumo interno.

Por tanto, dos quatro primeiros meses de 2015, Fevereiro foi o que apresentou a pior taxa, com uma queda homóloga de 33% correspondente a menos 9.771 milhões de Kwanzas seguido de Abril, com as vendas de bens a sofrerem uma redução de 26,8% (-7.773,6 milhões de Kz), significando que, entre Janeiro e Abril deste ano as exportações para Angola não foram além dos 89.162,7 milhões de Kwanzas.

O INE publicou ainda que as importações de bens cresceram 16% em Abril face a idêntico período de 2014, enquanto as exportações subiram a um ritmo inferior: 9,7%.

Em relação a Março, as exportações diminuíram 2,9% "em resultado da evolução registada em ambos os tipos de comércio, destacando-se em relação aos bens transaccionados o vestuário, calçado e produtos químicos.

Por outro lado, o economista Alberto Félix alega que a decisão de cancelar os licenciamentos de importação de 27 produtos alimentares e não alimentares, obrigou às populações a mudarem drasticamente as suas condições socioeconómica.

A medida coloca as empresas portuguesas numa posição negativa, por mais de 68%, dependerem exclusivamente do mercado exterior.

De acordo com o economista, cerca de 300 empresas portuguesas com investimento no país estão a recorrer ao apoio da linha de crédito de Portugal, para conseguirem manter-se em Angola.

O valor do financiamento é de 1,5 milhões, para pequenas e médias empresas (PME), já implantadas no terreno e de um milhão para as novas PME.

Produtos Travados

A lista completa de produtos da cesta básica cujo licenciamento de importação foi cancelado inclui óleo alimentar, farinha de milho, farinha de trigo, sal, arroz e açúcar, quanto aos hortícolas fica vedada a possibilidade de importar alho, cebola, batata-doce, tomate, repolho, milho e mandioca. As frutas não se pode importar manga, banana e ananás e nas bebidas todo o tipo de águas, refrigerantes, cervejas, sumos e néctares. A lista decreta ainda o fim das licenças de importação de ovos, frango, carnes e peixes. A área não alimentar fica abrangida o cimento e tijolos. Todas medidas emotivas e que visaram apenas satisfazer os caprichos umbilicais dos dirigentes-empresários, filhos do presidente da República, família MPLA, bajuladores e arredores.

I.19 Taxa de inflação cresceu em Maio

Jornal De Angola

18 De Junho de 2015

A inflação foi de 1,03 por cento em Maio, informou, ontem, o Instituto Nacional de Estatística (INE), em comunicado publicado no seu site na Internet.

O documento do Instituto Nacional de Estatística adianta que os preços da classe dos transportes subiram 2,77 por cento, mas que, em Maio, também foi digna de registo a evolução da inflação nas classes da educação com 2,02 por cento, habitação, água, electricidade e combustíveis com 1,29 por cento, bens e serviços diversos" com 1,04 por cento e bebidas alcoólicas e tabaco" com 1,03 por cento.

As classes que mais contribuíram para o aumento do nível geral dos preços foram a de alimentação e bebidas não alcoólicas com 0,43 por cento, transportes com 0,21 por cento, habitação, água, electricidade e combustíveis" com 0,14 por cento e bens e serviços diversos com 0,06 por cento. As restantes classes tiveram taxas inferiores a 0,06 pontos percentuais.

O INE refere que o maior aumento da inflação por províncias foi em Luanda, com 1,21 por cento, Lunda Sul com 1,12 por cento e Malanje com 1,03 por cento. As províncias com menor variação foram Cabinda e Benguela com 0,41 por cento e 0,53 por cento. Em Luanda, a classe dos transportes foi a que registou o maior aumento de preços com 2,66 por cento, mas também pesaram os aumentos verificados nas classes de educação com 2,46 por cento, bens e serviços diversos com 1,38 por cento e habitação, água, electricidade e combustíveis" com 1,27 por cento.

I.20 Fábrica de pneus transforma "lixo" em desenvolvimento económico

Jornal Mercado

24 De Junho de 2015

Texto: Agostinho Rodrigues

A Monte Car Tyres está desde há um ano e meio a produzir pneus reciclados para veículos com tracção 4 x 4, o chamado modelo Kwanza, e para camiões, diz ao Mercado Emanuel Valente, director de produção da empresa.

A fábrica está localizada na cidade do Huambo, na zona industrial de São Pedro, e tem capacidade para produzir 100 pneus por dia, num total de mais de 30 mil por ano. "A empresa, só em equipamentos, investiu 2 milhões

USD. É das mais modernas linhas de produção que há em qualquer empresa de recauchutagem ao nível da Europa", garante o director.

A Monte Car Tyres importa trimestralmente 20 toneladas de borracha da África do Sul para manter em plena laboração a unidade fabril. Quanto aos preços dos pneus, o director considera-os competitivos.

Para os camiões, rondam entre 25 mil e 30 mil Kz, e para as pick-ups 4 x 4 ficam a 18 mil Kz. "Estamos a vender cerca de 400 a 500 pneus por mês, e penso que, daqui em diante, será ainda melhor", antevê. Pelo que se deduz uma facturação mínima mensal de mais de 8 milhões Kz.

A empresa orgulha-se de ter uma eficiente rede de distribuição do produto ao nível das 18 províncias do País, dispondo, para o efeito, de dois camiões. O volume de vendas satisfaz o director de produção da empresa, que não avançou detalhes sobre os lucros obtidos, mas de uma coisa tem certeza: "Estamos muito satisfeitos com o retorno que temos tido até agora!"

De lixo ao pneu

A elevada quantidade de pneus velhos nas ruas e oficinas despertou a atenção do negócio de reciclagem deste "lixo" para um segmento pouco explorado em Angola. A Monte Car Tyres é uma das poucas empresas que dão "vida" ao pneu velho, que é adquirido nas comunidades, nas sucatas e nas oficinas. O preço varia de acordo com o estado de uso do mesmo: quando mais velho, menor é o custo. O pneu velho custa entre- 100, 500 e 200 Kz, de acordo com o seu uso. "O grande problema que temos tido neste mercado é o mau uso do pneu.

Quando há danos estruturais, temos de recauchutá-lo, mas é um processo difícil", disse Emanuel Valente.

O reaproveitamento do pneu tem dois processos, inspecção visual e raio X, com uma máquina que é uma espécie de esferográfica que determina a qualidade da roda. "Vimos que havia lixo no mercado que podia ser aproveitado; e a partir daí decidimos montar a fábrica de recauchutagem de pneus", justifica.

1.21 Fundos de Investimentos Abu Dabi viram-se para Angola

Jornal Mercado

23 De Junho de 2015

Os Emirados Árabes Unidos começam uma fase importante de cooperação com Angola depois da recente visita de Estado do Presidente José Eduardo dos Santos a Abu Dabi, onde foi assinado um acordo geral de cooperação que envolve futuros financiamentos a Angola para o desenvolvimento de sectores estruturantes da economia.

O embaixador angolano nos Emirados Árabes Unidos, José Andrade de Lemos, disse ao Jornal de Angola que a cooperação abrange também as áreas económica e financeira, enquanto o ministro das Relações Exteriores, Georges Chicoty, admitiu em Abu Dabi que há a possibilidade de se mobilizarem recursos para projectos nacionais nas minas, agricultura, petróleo, gás e turismo.

Os sectores apontados pelo ministro registaram cancelamento de investimentos públicos estruturantes avaliados em 59,1 mil milhões Kz, os petróleos representam 95,7% do total anulado, face à revisão do presente Orçamento Geral do Estado.

Abu Dabi tem fundos de investimentos com activos apreciáveis, assim classifica o presidente executivo do LIDE Angola, com recursos financeiros provenientes do petróleo, no caso do Investment Authority (773 mil milhões USD), o Investment Council (90mil milhões USD), o International Petroleum Investment (68,4 mil milhões USD), só para citar estes.

A Associação Industrial Angola (AIA) e o LIDE Angola-Grupo de Líderes Empresariais - concordaram, quando abordados pelo Mercado, que a intenção de Angola não é de apenas buscar financiamentos que suportam projectos cancelados no orçamento público corrente, mas também a de garantir a continuidade de materialização de projectos estruturantes no médio e longo prazo.

José Severino, presidente dos industriais, disse que os acordos assinados para facilitar financiamentos a Angola resultam também de trabalhos de bastidores, lembrando que duas missões empresariais estiveram no país árabe, em serviço da AIA, para sensibilizar às suas mais altas autoridades para o reforço da cooperação, com suporte da embaixada angolana.

A AIA encaminhou, recentemente, para as autoridades nacionais informações adicionais sobre financiamentos privados, incluindo com origem nos Emirados Árabes Unidos, disse José Severino, após avaliações sobre a seriedade de tais fundos, quando recentemente duas missões empresariais dos industriais encetaram contactos com autoridades financeiras de Abu Dabi.

Segundo Severino, o financiamento árabe poderia servir; de acordo com estudos feitos, para fomentar a produção agrícola e da pesca. Em Angola, uma vez que os Emirados Árabes Unidos são grandes importadores, não só para o consumo corrente mas também para suportar o elevado fluxo turístico.

Disse que os fundos de investimentos dos árabes têm financiado grandes infra-estruturas pelo mundo e, com esta abertura entre governos, é tempo para Angola aproveitar o máximo, quer de fundos estatais dos Emirados Árabes Unidos, quer de instituições financeiras privadas interessadas na cooperação com Angola.

Outra vantagem que observa é o facto de o país árabe ser uma plataforma logística de commodities agrícolas para outros países da mesma região. Quanto ao sector das minas, a posição da AIA é a obtenção de financiamento para a exploração de diamantes, que, posteriormente, podem ser vendidos aos Emirados Árabes, devido à crescente aquisição de pedras pelo seu mercado interno.

“Acredito que na agricultura, na agro-indústria e nas pescas, aqui, sim, abrir-se-ão oportunidades reais para o empresariado nacional, o que já não me deixa optimista em relação ao sector petrolífero e mineiro, pois aqui há sempre o estigma de que, bastas vezes, são reservas, o que cria muitos embaraços e constrangimentos ao desenvolvimento”: disse.

Filipe Lemos, presidente executivo do LIDE Angola, reconhece o poderio financeiro dos fundos de investimento de Abu Dabi, com activos apreciáveis, e considera um passo positivo a assinatura de instrumentos jurídicos que vão permitir financiar, prioritariamente, a agricultura, turismo, minas, petróleo e gás, assim como o estabelecimento de parcerias económicas para proporcionar know-how de modo a impulsionar os sectores em referência.

"Convém ressaltar que o modelo económico que se pretende, desejável, é aquele em que o desenvolvimento e o crescimento socioeconómico estão dependentes da dinâmica do sector empresarial privado, reservando ao Estado o papel de regulador, fiscalizador e promotor", diz Lemos.

O presidente executivo do LIDE Angola admite que os acordos trarão vantagens para a economia nacional, pois, para além do know-how, haverá com certeza uma injeção de capitais nas empresas nacionais, quer por via de aproveitamento das linhas de financiamento, quer pelas entradas directas de capitais dos Emirados Árabes Unidos nas estruturas societárias das empresas angolanas que, obviamente, vão alavancar as empresas locais para tomá-las competitivas e geradoras de maior número de empregos.

Lemos admite que, dos fundos de investimento de Abu Dabi, o 'Adia - Abu Dhabi Investment Authority é forte nos financiamentos de infra-estruturas, sendo a América Latina, com Brasil a testar, um mercado atractivo para os árabes. Diz que Angola precisa com urgência de infra-estruturas de transportes, energia e águas, e que pode aproveitar a diversificação de financiamentos, olhando também para o sector das minas face à cotação no mercado internacional de minérios nacionais como ferro e ouro.

Oportunidades à vista'

A AIA e o LIDE Angola manifestam posições semelhantes sobre a necessidade de procura de financiamentos externos para a aceleração do processo de industrialização, olhando para os Emirados Árabes Unidos como um parceiro do Executivo para se incentivar o fortalecimento do tecido empresarial nacional, para fomento da geração de emprego e consequente diversificação da economia.

José Severino diz que o mercado árabe é extremamente pragmático nas suas práticas financeiras e, tendo recursos, sabe fazê-lo, porque não se envolveu em endividamento externo, daí a oportunidade de aproveitar o facto de serem exportadores de capital em financiamento e aplicações e noutras economias, inclusive nas mais desenvolvidas. "Ora, se com a China nos referimos estar a negociar com o dragão, por não termos capital para investimento, aqui estaremos a negociar com o leão do deserto, e para ambos os casos precisamos de uma elevada perspicácia para que esse endividamento seja para infra-estruturas de qualidade", disse.

O presidente da AIA fazia menção a obras de pouca durabilidade de menor qualidade, mas que isto pode ser contornado com investimentos que adoptam parcerias com nacionais, um ponto defendido também por Filipe Lemos, para que sejam competitivos e não rácios de custo e benefício que possam ser um desastre, sobretudo para quem tem responsabilidades na execução de projectos.

O contexto económico e financeiro difícil que Angola enfrenta pode refrear à medida que acordos bilaterais forem conseguidos para acudir à situação crítica das empresas que procuram sempre oportunidade em relação à aceleração da diversificação da economia já anunciada, diz Lemos.

I.22 A queda do petróleo e as suas vítimas colaterais

Jornal Semanário Económico
4 De Junho de 2015

Os efeitos colaterais da baixa do preço do petróleo no mercado internacional continuam a coleccionar vítimas colaterais. No país e em várias partes do mundo foram registados anúncios de cancelamentos de projectos de investimentos e despedimento em massa.

O horizonte é nebuloso. Todas as perspectivas sobre o futuro petrolífero são inseguras. Devemos lembrar que a consequência de maior impacto em Angola foi a revisão do OGE de 2015 que reduziu as receitas de 7,251 mil milhões de kwanzas para 5,454 mil milhões de kwanzas. O documento reduziu ainda a previsão da cotação do barril de crude para exportação de 81 para 40 dólares. Como consequência, reduzirá, do mesmo modo, o peso do petróleo nas receitas fiscais angolanas de 70 por cento em 2014 para 36,5 por cento este ano.

O défice orçamental é de sete por cento do Produto Interno Bruto, face aos 7,6 por cento do anterior orçamento.

Dito de outro modo, as famílias angolanas começam a sentir de forma directa as consequências deste palavreado técnico, económico e financeiro, agravado pela subida dos preços dos combustíveis, o que reduziu o poder de compra.

Entretanto, se a reunião da OPEP marcada para amanhã, sexta-feira, for sócia da última, onde prevaleceu aquilo a que muitos analistas chamam "ditadura" da Arábia Saudita, não trará grandes novidades. Porque pensa-se que enquanto os sauditas continuarem a beneficiar de um custo de produção muito abaixo dos restantes produtores, quadro será o mesmo.

Ontem, por exemplo, a dois dias da reunião do cartel da OPEP, o preço do barril estava em queda nos mercados internacionais. Espera-se que o conclave volte a analisar a possibilidade do aumento ou não nas quotas de produção.

E mais: a intenção do Irão aumentar as suas exportações de crude, caso as sanções internacionais aplicadas a Teerão sejam levantadas afigura-se como outro constrangimento, na medida em que poderá produzir um milhão de barris por dia, aumentado, assim a oferta, num mercado onde a procura caiu de forma considerável. Portanto, o futuro continua incerto.

I.23 Pobres e remediados serão os mais sacrificados pela crise

Jornal Expansão
5 De Junho de 2015

Como fazer a diversificação da economia nacional sem as fantásticas receitas do petróleo mais de 467 mil milhões USD entre 2003 e 2013 - tidas como a 'âncora' fundamental para a cobertura dos investimentos necessários e permanentes em diversos domínios? O Banco Mundial é claro: "O novo contexto torna mais desafiante o objectivo de médio prazo das autoridades angolanas de diversificarem a economia para lá do petróleo", considera a instituição citada pela Lusa, agência de notícias portuguesa, em 11 de Fevereiro de 2015.

Na verdade, uma coisa é ser Angola o principal driver do processo, e outra é ter de depender, numa maior proporção, dos empréstimos externos e do investimento estrangeiro. Sendo sempre discutíveis afirmações tais como "a actual crise é uma oportunidade para a diversificação", o que é de facto verdade é que, se a mesma se prolongar por muito tempo, a economia nem se vai diversificar, nem continuará, provavelmente, a crescer a taxas compatíveis com a desejável melhoria das condições de vida da população. Sem investimento e fontes disponíveis que o cubram, pouco mais pode acontecer.

Será que se trata de uma crise anunciada e ainda como reflexo dos efeitos da segunda maior crise económica mundial, ocorrida em 2008/2009? Os Estados Unidos só em 2014 começaram a apresentar sinais inequívocos de retoma do emprego e da produção, enquanto a Europa continua mergulhada na crise das dívidas soberanas, despoletada, justamente, pelo rebenfamento de uma série de bolhas imobiliárias e pela elevada especulação dos mercados financeiros.

Mas [crise] anunciada também, porque se não fizeram as reformas estruturais necessárias e sempre sugeridas pelo Fundo Monetário Internacional e pelo Banco Mundial. Os processos de reforma numa qualquer economia são permanentes, nunca se podendo

afirmar que chegaram ao fim, porque a realidade está em constante mutação, oferecendo, a cada passo, novos e diferentes desafios.

A diversificação da economia, sem sombra de dúvida a mais importante e estruturante reforma, deveria ter tido o seu início - pelo menos em termos de concepção do modelo e da correspondente estratégia - logo a seguir à finalização da guerra civil. "Esta fase de diversificação da economia deveria permitir que chegássemos a 2017 e entrássemos na fase de sustentabilidade da economia, temos de dizer que não fomos assim tão bem-sucedidos", reconheceu Carlos Feijó, ex-ministro de Estado e chefe da Casa Civil do Presidente da República, citado pela agência Lusa, em 2 de Abril de 2015.

Menos crescimento...

Pelo menos 2015 tenderá a ser um ano de crise, anunciada pelo próprio Governo e a ser sentida, no essencial, pela população pobre e pela classe média remediada, que, afinal, representam o grosso da população. Os sinais de crise estão expressos pelos ajustamentos em baixa nas taxas de crescimento de alguns sectores de actividade: menos 4,4 pontos percentuais do que o inicialmente previsto para a indústria transformadora (que passa agora para 6,8%), menos 4,5 pontos percentuais para a construção [a nova taxa é de 6% no Orçamento Geral do Estado (OGE) Revisto], aparentemente a agricultura continuará com a mesma taxa (12,3%, podendo ser problemática na medida em que persistem certos constrangimentos ao seu funcionamento mais eficiente) e os serviços são igualmente ajustados em baixa, estando agora no OGE Revisto prevista uma taxa de crescimento de 4% (contra 9% iniciais).

A conjugação entre a quebra das reservas internacionais líquidas, a nova pauta aduaneira, a redução dos subsídios aos preços dos combustíveis e outras utilidades (electricidade), e a imposição de contingentes às importações vai provocar um aumento da inflação (a rigidez da oferta interna é um facto que se vai ainda manter no médio prazo, devido à ocorrência de uma série de factores obstaculizantes dum funcionamento normal e eficiente das empresas).

O Governo estima a taxa de inflação em 9% no OGE, Revisto, mas, se os cálculos do Índice de Preços no Consumidor (IPC) tomarem na devida conta as turbulências em formação na economia, em 2015 voltaremos a uma taxa de dois dígitos.

A dispensa de empregados já começou. A história mostra-nos que é sempre pelo elo mais fraco que os ajustamentos têm de ser feitos, ou seja, pelos

trabalhadores por conta de outrem. E os atrasos nos pagamentos das contas do Estado, não apenas na construção, mas igualmente em muitos outros fornecimentos (bens e serviços) que o pequeno sector privado angolano presta às instituições do Estado estão a 'arrefecer' o mercado de trabalho no país. As empresas petrolíferas falam em introduzir ajustamento fortes nas suas estruturas de pessoal e nos investimentos em carteira, os bancos começam a ter dificuldades em ressarcir-se dos empréstimos para aquisição de habitação feitos à classe média e os supermercados começam a debater-se com excesso de pessoal face ao declínio da clientela.

... E mais pobreza

O índice de pobreza vai seguramente aumentar. Os ajustamentos do OGE 2015 'obrigaram' a passar-se de um Produto Interno Bruto (PIB) nominal de 134.809 milhões USD para 115.349 milhões USD. Em 2014, as estimativas do Governo apontavam para o PIB nominal de 127.132 milhões USD. Consequentemente, o PIB por habitante diminuirá de 5.210 USD para 4.599 USD - já considerado o efeito do crescimento demográfico.

A maior inflação vai descontar poder de compra aos, já de si, baixos salários, e a redução/eliminação das subsídios aos preços das combustíveis vai agravar ainda mais a situação de quem já é excluída. Parece que, de facto, não são apenas as ricas que beneficiam de preços subsidiadas:

"As famílias mais pobres são as que, provavelmente, serão mais negativamente afectadas pela aumento da preço das combustíveis, uma vez que gastam uma percentagem maior da seu orçamento total em combustível e em produtos que são impactadas por esses preços,"

A escassez de alguns produtos de primeira necessidade começou a verificar-se na final de 2014, a mercado informal de que ainda depende uma proporção considerável da população - apresenta dificuldades de funcionamento, porque vive muita à custa de importações de produtos baratas provenientes da China, da Brasil, da Dubai e de outras paragens. Estrangular a economia informal pode ser muita prejudicial à sobrevivência das pobres.

FMI pode voltar

Necessariamente que a Governar, através de mecanismos próprios e das suas instituições para tal vocacionadas, vai ter de 'injectar' dólares na economia a preço da barril de Brent tem vindo a aumentar (a última cotação média da Bloomberg da dia 20 de Abril de 2015 colocava-o em 63 USD), a que parece

conferir já uma nova possibilidade de folga para a funcionamento da economia. Mas a drama é que, conforme afirma a Banca Mundial, "a recente quebra das preços da petróleo. configura uma mudança estrutural de média prazo", donde se conclui que se pode estar a assistir à emergência de uma nova fase de petróleo barata, em redor das 60 USD.

Portanto, a Governo vai ter de recorrer a muitas financiamentos externas para evitar que se periguem as fundamentas dos equilíbrios macroeconómicos e, possivelmente, voltar a chamar a Funda Monetário Internacional para ajudar a País. Se este cenário acontecer, presumivelmente ter-se-á uma nova revisão da OGE em meadas de 2015, pois esta instituição. de Brettan Woods não se contentará com as medidas de austeridade contidas na OGE Revista, relacionadas, em especial, com a emprega e os salários.

O Plano Nacional de Desenvolvimento deixa de ter validade em muitas das seus pressupostos, metas e objectivos, modelos, estratégias e políticas.

I.24 Vítimas da seca beneficiam de ajuda

Jornal de Angola
1 De Junho

Texto: LOURENÇO BULE

Mais de três mil toneladas de produtos diversos estão a ser distribuídos, no âmbito do Programa Integrado de Combate à Pobreza, às famílias de Meninge afectadas pela seca, confirmou, ao Jornal de Angola, o administrador municipal.

Os bens, distribuídos pela Direcção Provincial da Assistência e Reinserção Social em coordenação com a Administração Municipal, são essencialmente arroz, conservas de atum e sardinha, sal, fuga de milho, roupas usadas, cobertores, calçado e peças de panos. O administrador municipal, Miguel Popular, referiu ao Jornal de Angola que "foi dada atenção especial" às comunas onde a seca foi mais acentuada, como são os casos da Jamba Creio, Caiundo e Missombo.

As pessoas da comunidade khoisan têm tratamento específico por serem nómadas, segundo o administrador Miguel Popular.

I.25 Artes e ofícios garantem sustento

Jornal De Angola

11 De Junho de 2015

Texto: João Gomes

Cerca de setenta por cento dos Jovens que •• formam no Âmbito do Programa "Angola Avança" consegue receitas para o sustento pessoal e da família, afirmou, em Luanda, o chefe do Departamento de Trabalho e Empreendedorismo do Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social.

Manuel Mbangui fez estas declarações no Centro de Formação Feminina do distrito urbano do Rangel, durante uma cerimónia de apresentação do novo sistema dos cursos de formação profissional pós-laboral.

O objectivo do programa "Angola Avança", lembrou, é garantir com que as pessoas continuem a exercer as suas actividades, mas com maior rigor técnico e científico e contribuir para a inserção de novos indivíduos no mercado de trabalho.

Muitos beneficiários do programa, segundo Manuel Mbangui, são profissionais de outras áreas, que frequentam os cursos para melhorarem as suas competências técnicas e pedagógicas com o objectivo de melhorarem o seu desempenho.

"Os jovens que terminam a formação não vão apenas à procura de emprego em pequenas e médias empresas, mas podem criar o próprio negócio, por possuírem habilidades que permitem desenvolver actividades nas áreas em que são formados", realçou.

O chefe do Departamento de Trabalho e Empreendedorismo do Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social disse que o programa "Angola Avança" já beneficiou 885 jovens, número que pode dobrar até ao final do ano. O programa é de âmbito nacional, mas, por enquanto, só está a ser implementado nas províncias do Cuanza Norte, Bengo, Malanje e Benguela.

No âmbito do programa, são administrados cursos desmontagem de antenas parabólicas, reparação de geradores de pequeno porte, máquinas de lavar e outros electrodomésticos.

O Programa "Angola Avança" é parte do pacote de cursos ministrados pelo Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional (INE, FOP), afecto ao Ministério da administração Pública, Trabalho e Segurança Social. Com representações em todas as províncias do país, todos os anos, o INEFOP forma milhares de quadros, nos mais diversos domínios de artes e ofícios.

Este ano, o ciclo de formação do Sistema Nacional de Emprego e Formação Profissional, que foi aberto em Março, conta com 31.651 formandos em todo o país, nos 136 centros tutelados pelo Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional, com 106 especialidades e 1.253 formadores. Em Março, o Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional viu aumentar o número de centros de formação, com a entrada em funcionamento do Pavilhão de Formação Profissional de Artes e Ofícios do Mussequê Baía, no Quilómetro 30, que conta com cursos nas áreas de electricidade industrial, mecânica auto, corte e costura, decoração e informática.

O Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional é hoje uma das principais ferramentas do Executivo para o combate à pobreza. A instituição lança, anualmente, no mercado trabalho milhares de profissionais de diferentes ramos.

1.26 Camponeses sem meios de trabalho

Jornal De Angola

11 De Junho de 2015

Texto: Valter Gomes

Camponeses Integrados na Associação Agrícola Neves Bendinha, na localidade do Cungula, município do Uíge, necessitam de tractores e outros equipamentos de lavoura para o aumento da produção agrícola e do reforço da dieta alimentar das famílias.

O presidente da agremiação e soba da localidade, Lucas Elias, disse, ontem, no Uíge, que os associados necessitam de meios para potenciarem a actividade agrícola, uma das principais actividades da população local.

Entre os meios de que mais necessitam os camponeses para que possam produzir o suficiente, constam motobombas, enxadas, catanas, picaretas, além de uma viatura para possibilitar o escoamento dos produtos do campo à cidade.

Apesar da insuficiência de máquinas de lavoura, na localidade estão a ser preparados mais de 100

hectares de terra para a produção da mandioca, feijão, milho, ginguba, batata-doce e outros produtos.

"Temos já grandes quantidades de produtos em fase de colheita, sobretudo a banana de mesa, mandioca e feijão, cultivados na última época agrícola de 2013/2014. Mas não temos como colocar o produto no mercado, por falta de transportes", disse.

O reforço da dieta alimentar no seio das famílias, constitui um dos objectivos da Associação Agrícola Neves Bendinha, que trabalha igualmente na diversificação da economia local.

Fundada em 2003, a Associação Neves Bendinha da aldeia Cungula é constituída por 165 membros. O presidente da agremiação, Lucas Elias apontou a degradação da via de acesso à localidade, numa extensão de sete quilómetros até a Estrada Nacional Uíge-Negage, como um dos factores que tem contribuído no processo de escoamento dos produtos.

"Os automobilistas demarcam-se em colocar as suas viaturas na localidade para evitar danos. Nesta região produz-se diversidade de alimentos em grande e pequena escala, mas enfrentamos dificuldades para escoá-los", esclareceu.

Em função do actual quadro, o presidente da associação solicitou ao Governo da província que efectue um trabalho de terraplanagem no troço que liga as localidades da Terra Nova e outras do município do Negage. Lucas Elias considerou fundamental a reabilitação da via para permitir potenciar a agricultura e garantir o progresso da localidade, com vista ao bem-estar social dos habitantes.

O mau estado da via tem influenciado os atrasos dos professores que leccionam em Cungula, visto que são obrigados a percorrerem os sete quilómetros a pé.

A aldeia Cungula, localizada a 22 quilómetros da cidade do Uíge, tem uma população estimada em 500 habitantes. A localidade possui um posto de saúde que proporciona os primeiros socorros aos residentes.

A unidade funciona com apenas um enfermeiro. Mas apesar disso, o soba garantiu que o atendimento é positivo, a julgar pelo número de casos superados ali. "Também temos uma escola de três salas onde as nossas crianças aprendem a ler e a escrever, mas insuficiente para dar resposta a demanda. A escola funciona com três professores que transmitem o seu saber aos 250 alunos matriculados da iniciação a 6ª classe", concluiu Lucas Elias.

I.27 Agricultura familiar aposta no cultivo da mandioca

Jornal De Angola

13 De Junho de 2015

Texto: Carlos Paulino

A Direcção Provincial da Agricultura do Cuando Cubango trabalha com associações, cooperativas e famílias camponesas no fomento da produção de mandioca, batata-doce, inhame e outros tubérculos resistentes aos períodos de escassez de chuvas na região.

O director provincial da Agricultura, Mateus Alexandre, disse ao Jornal de Angola que, nos últimos três anos, as chuvas caem com regularidade nos primeiros três meses, mas depois vem um longo período de estiagem, situação que tem pouco impacto sobre os tubérculos, com realce da mandioca, que nesta primeira época da campanha agrícola 20 14/20 15 permitiu já a colheita 53.354 toneladas em toda a província.

"Apesar da estiagem, temos registado um aumento significativo na produção de mandioca e outros tubérculos, incluindo nos municípios da orla fronteiriça, Cuangar, Calai e Dirico, onde este fenómeno natural tem causado danos enormes às culturas", disse.

O milho é que mais prejuízos sofre, por precisar de água com regularidade para o seu crescimento. Os tubérculos, sobretudo variedades de mandioca precoce e batata-doce, têm constituído a reserva alimentar das famílias e até para o comércio.

Alexandre Mateus fez saber que nesta campanha agrícola 20 14/20 15 foram também colhidas 19.701 toneladas de milho, 8.887 de massambala, 8.683 de massango, 3.803 de feijão macunde, 3.304 de batata-doce, entre outros produtos.

Para esta época agrícola, foram preparados 113.703 hectares para cultivo, dos quais 59.257 por meio de atracção animal, 52.169 com instrumentos manuais e 2.281 com meios mecanizados.

As terras preparadas foram distribuídas a 67.730 famílias camponesas associadas em cooperativas. Foram também entregues 60 toneladas de semente de milho, 30 de massango, 20 de feijão macunde e 20 de arroz, assim como 50 toneladas de adubo 24/12, 20 de ureia e cinco de sulfato de amónio, 50 charruas de atracção animal, entre outros meios.

O director provincial da Agricultura recordou que, na campanha agrícola 20 13/2014, das 200 mil toneladas

de produtos diversos previstas, foram colhidas apenas 125.551, numa área preparada de 152.403 hectares. Dos produtos colhidos, foram 53.357 toneladas de mandioca, 44.278 de milho, 12.198 de massango, 6.789 de massambala e 4.408 de feijão. As autoridades haviam fornecido aos 65.730 camponeses associados em cooperativas, 90 mil enxadas europeias e tradicionais, 700 charruas e 10 grades de atracção animal, 100 toneladas de fertilizantes diversos, 75 de milho, 30 de massango, 20 de feijão, 30 quilos de hortícolas diversas, cinco motobombas, entre outros instrumentos agrícolas.

Resultados da estiagem

O director provincial da Agricultura fez saber que, neste momento, 42.286 famílias estão afectadas pela estiagem na província do Cuando Cubango, com maior incidência para os municípios do Calai, Cuangar, Dirico, Rivungo, Mavinga, Nancova e Cuito Cuanavale.

Mateus Alexandre acrescentou que estes sinistrados recebem suplementos alimentares por parte da Direcção Provincial da Assistência Reinserção Social. "E uma situação difícil para os camponeses da região. A estiagem tem causado prejuízos graves na nossa província e é por este facto que não temos alcançado resultados satisfatórios no final das campanhas agrícolas", lamentou. Na época 2013/2014, houve um prejuízo na ordem dos 30 a 40 por cento da produção global.

Por essa razão, a Direcção Provincial da Agricultura, em coordenação com as administrações municipais, tem orientado os camponeses, sobretudo os que vivem próximo dos rios, a cultivarem nas zonas ribeirinhas.

O município do Cuchi e parte do norte do Menongue são as únicas regiões com uma produção acima da média. Nas demais localidades, a falta de chuva afectou sobremaneira as culturas.

Produção de arroz

Apesar da estiagem, na presente campanha agrícola foram colhidas 4.700 toneladas de arroz na Fazenda apoio às comunidades locais, um posto médico e uma escola primária para atender os trabalhadores e a população da localidade.

A Fazenda Agro-industrial do Longa vai possuir ainda seis dormitórios de 25 camas cada, 12 habitações para os técnicos e administradores da empresa, sistemas de captação e tratamento de água, parque de estacionamento de viaturas, uma estação de serviço, oficinas, refeitório, um canal de irrigação e outros serviços.

A fazenda já conta com três silos para secagem, descasque e selecção do arroz, assim como equipamento para embalagem em sacos de 25 e cinco quilos.

De acordo com o director provincial da Agricultura, quando este projecto entrar em pleno funcionamento o país vai registar uma redução significativa na importação de arroz.

Agro-industrial do Longa, no município do Cuito Cuanavale, numa área cultivada de 1.050 hectares.

O projecto, levado a cabo pela empresa chinesa CAMC, desde 2011, criou, só na primeira fase, 219 postos de trabalho. A fazenda, em que funcionam cinco trabalhadores chineses, tem disponíveis cerca de 10 mil toneladas deste cereal, que está a ser comercializado a preço de 65 kwanzas o quilo.

Mateus Alexandre recordou que a Fazenda Agro-industrial do Longa, projecto orçado em 76 milhões de dólares financiados pelo Governo da China, quando entrar em pleno funcionamento vai ter uma área de produção de cinco mil hectares com capacidade de produção de 15 mil toneladas de arroz por ano e mais 800 postos de trabalho.

O projecto vai contar também com um centro de formação para melhorar as técnicas dos camponeses, uma biblioteca, laboratórios, uma estação meteorológica, serviços de mecanização agrícola para apoio às comunidades locais, um posto médico e uma escola primária para atender os trabalhadores e a população da localidade.

A Fazenda Agro-industrial do Longa vai possuir ainda seis dormitórios de 25 camas cada, 12 habitações para os técnicos e administradores da empresa, sistemas de captação e tratamento de água, parque de estacionamento de viaturas, uma estação de serviço, oficinas, refeitório, um canal de irrigação e outros serviços.

A fazenda já conta com três silos para secagem, descasque e selecção do arroz, assim como equipamento para embalagem em sacos de 25 e cinco quilos.

De acordo com o director provincial da Agricultura, quando este projecto entrar em pleno funcionamento o país vai registar uma redução significativa na importação de arroz.

Campanha de vacinação

Na presente campanha, os serviços de veterinário da Direcção Provincial da Agricultura vacinaram 26.500 cabeças

de gado bovino contra a dermatite nodular, carbúnculo sintomático, sarna e peripneumonia contagiosa, assim imunizaram 60 animais de estimação contra a raiva.

A província tem a funcionar quatro mangas de vacinação e igual número de tanques banheiros, construídos na periferia da cidade de Menongue, na comuna do Caiundo e nos municípios do Cuchi e Cuangar, regiões que detêm as maiores concentrações de bovinos.

Nas demais localidades, procura e sensibilizar os criadores a construir mangas de vacinação com troncos de árvores, para permitir a imunização dos seus animais.

O responsável pediu mesmo à população que denuncie os proprietários de gado que se furtam das campanhas de vacinação e acabam por colocar em risco não apenas o gado, mas também a população que consome a carne e o leite desses animais.

Projectos em carteira

Um matadouro industrial, com capacidade para abater entre 400 a 500 bovinos por dia, vai ser instalado nos próximos tempos na comuna do Bondo-Caíla, município do Cuangar anunciou o director provincial da Agricultura.

O projecto, a ser desenvolvido pela empresa Inalca, do grupo italiano Cremonini, num investimento avaliado em cerca de 50 milhões de dólares, vai ser instalado nas proximidades do rio Cubango, região com grande potencial ganadeiro.

Está também prevista a instalação, nos próximos cinco anos, de 20 fazendas agro-industriais no município do Cuchi, a partir de um financiamento do Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA), num investimento de mais de 200 milhões de dólares, além de outra fazenda de produção de arroz e outros cereais pelo Grupo Bartolomeu Dias.

O governador da província do Cuando Cubango, Higinio Carneiro, anunciou recentemente que está ainda prevista a criação, no município do Cuangar, de uma fábrica de processamento de madeira e um projecto agro-pecuário de grande dimensão.

I.28 Ex-militares recebem viaturas

Jornal De Angola

20 De Junho de 2015

O ministro dos Antigos Combatentes e Veteranos da Pátria entregou na quinta-feira 13 viaturas ligeiras

adaptadas e 205 equipamentos profissionais a ex-militares do Cuando Cubango.

Cândido Van-Dúnem afirmou aos jornalistas que com aquela entrega o Executivo assume as responsabilidades que tem quanto à protecção social" dos que ontem deram o melhor de si para Angola ter paz".

O ministro, que referiu que "o Executivo tem a nobre responsabilidade de apoiar os antigos combatentes, viúvas e descendentes dos antigos combatentes e veteranos da pátria já falecidos, anunciou que o Ministério está a adoptar técnicas "para tornar mais célere a preparação, análise, tratamento e homologação dos processos" que lhe são dirigidos.

Cândido Van-Dúnem, na conferência de imprensa realizada a seguir à entrega dos meios, garantiu que "o Ministério vai atender as dificuldades e as preocupações colocadas pelos assistidos no Cuando Cubango", estimados em 12 mil.

O ministro lembrou no encontro com representantes de várias associações que o Cuando Cubango é potencialmente rico em agricultura e pesca, motivo pelo qual o Executivo, no âmbito do Programa de Integração Social, desenvolve projectos da agropecuária e agricultura destinados a enquadrar os antigos combatentes no processo de formação para mais facilmente conseguirem emprego ..

A Associação dos Ex-Militares, Antigos Combatentes e Veteranos da Pátria elogiou na quinta-feira, em Menongue, o esforço do Executivo no desenvolvimento do sector social das Forças Armadas Angolanas (FAA). José Cambinda, dirigente daquela associação, realçou o empenho do Ministério dos Antigos Combatentes e Veteranos da Pátria na inserção de ex-militares na Caixa de Segurança Social das F AA, na melhoria das pensões, na formação técnico-profissional, na atribuição de casas e assistência médica.

I.29 Combustíveis. Subida de 80,5% afecta bolso do cidadão'

Jornal Agora

19 De Junho de 2015

Texto: Miguel Daniel

O economista fez esta afirmação, nesta segunda-feira, quando dissertava sobre 'O impacto da subida do preço dos combustíveis', numa iniciativa da Associação Angolana de Defesa do Consumidor (AADIC), tendo realçado que as famílias pobres

gastam cerca de 4,8% contra 4,3% em combustíveis do que os mais ricos, de forma relativa.

Carlos Rosado fez alusão que o INE apresente os modelos de cálculo que levaram a concluir que a inflação foi de apenas 0,71% e que a subida dos combustíveis não teve impacto directo nas famílias que viram os seus custos aumentarem, sobretudo para os utentes de viaturas e geradores, sem esquecer o aumento dos preços dos bens e serviços.

"Os pobres consomem 1,3% de cada 100 Kwanzas empregues no combustível, enquanto os ricos ficam com uma fatia de 51%, o que faz que os ricos beneficiem de 50% da subvenção aos combustivos", apontou.

A falta de divisas fez que os produtos da cesta básica registassem aumento acima dos 100%, afectando, sobremaneira, a vida do cidadão trabalhador confrontado com a perda do poder aquisitivo do salário. O aumento necessário para repor o poder de compra teria de ser igual à inflação.

Segundo o INE, os preços aumentaram, em Maio, 1,2%, face ao mês anterior, o maior aumento mensal desde Dezembro de 2011. Em termos homólogos, isto é, em relação a Abril, os preços cresceram em 8,9%, o que significa uma subida de 0,7 pontos percentuais.

De acordo com o FMI, os programas bem desenhados de redes de protecção social podem reduzir, substancialmente, esta fuga de benefícios para os grupos com rendimentos mais elevados, de modo a proteger melhor os agregados familiares pobres a um custo orçamental inferior.

Para ele, a maneira mais eficaz de aliviar o impacto da reforma dos subsídios aos combustíveis sobre os agregados familiares vulneráveis é o de transferência directa de renda, com cartões que dão aos beneficiários a flexibilidade de adquirir a quantidade e o tipo de produto que melhor atende às suas necessidades.

Carlos Rosado lembrou, igualmente, que parte deste valor devia ser aplicado na melhoria da despesa social, concretamente na Educação e na Saúde, tendo reprovado a execução dos programas 'Kikuia' e 'Meu negócio Minha Vida', ambos do Ministério do Comércio, apesar de reconhecer a génese da iniciativa.

Afirma que a compensação plena pela eliminação dos subsídios aos combustíveis dos 40 por cento mais pobres na distribuição de rendimentos, que correspondem, grosso modo, à população que vive abaixo da linha de pobreza, custaria cerca de 0,2% do

Produto Interno Bruto (PIB) de 2015 e representa aproximadamente 23 mil milhões de dólares.

Por seu turno, o economista e consultor do Ministério do Comércio, Lopes Paulo, reconheceu a debilidade dos programas, sendo apologista quanto à distribuição de parte das receitas resultantes das subvenções, ao evocar que o programa 'Kíkuia', que já beneficiou cerca de 50 mil pessoas no país, é um exemplo de onde são aplicados os valores.

"O número é insignificante, mas tem valido apenas a intenção do Executivo, ao atribuir cerca de 10 mil Kwanzas em produtos, mensalmente, aos cidadãos desfavorecidos", referiu, acrescentando que outros projectos, visando melhorar as condições das populações, estão na forja.

O especialista foi mais ao longe, ao insistir que Angola "é dos países onde há mais desigualdades na distribuição de rendimentos", por isso entende que os planos e os programas gizados pelo Governo não são eficazes, defendendo uma mudança urgente de estratégias.

A falta de transparência é outro 'calcanhar de Aquiles' no entender do economista, afirmando que o Executivo "deve explicar bem" para onde foi o dinheiro poupado no corte aos subsídios, visto que a Merenda Escolar e outros programas são elaborados para 'boi dormir'.

INFLAÇÃO. A inflação mensal disparou de 0,71% para 1,03%, com Luanda a liderar os preços em todo o país até Maio, com 1,21%, segundo o INE.

No seu mais recente relatório, o INE diz que o Índice de Preços no Consumidor (IPC) nacional foi influenciado de Abril para Maio, principalmente pela classe dos 'Transportes', cujos preços aumentaram 2,77%, pela 'Educação' 2,02% e na 'Habitação', 29%.

Desde Setembro do ano passado, o preço do litro de gasolina subiu 91%, enquanto o do gasóleo aumentou 125%, fruto de três aumentos, o último dos quais efectuado a 30 de Abril. Os aumentos decorrem da diminuição dos subsídios públicos ao sector.

Entre as 18 províncias, a capital do país, considerada das mais caras do mundo, viu os preços subirem em apenas um mês 1,21%, enquanto, no interior, a Lunda Sul registou um aumento de 1,12% e Malange viu-os crescerem 1,03%. Trata-se de fortes aumentos face à inflação mensal de Abril, quando se fixou em 0,71%, em termos nacionais.

Despesas Públicas E Salários Desvalorizados. Angola gasta mais com a Defesa em relação dois países do continente, a África do Sul e a Nigéria, quando

deveria usar esses fundos para a Educação e Saúde, já que o petróleo é um recurso não renovável e que pode acabar um dia. Esta é a conclusão a que chegou um relatório internacional divulgado recentemente.

Indagado sobre os mecanismos que determinam o custo real do cabaz angolano, o economista Lopes Paulo recorreu aos critérios internacionais, alegando que o valor do mesmo é determinado através de um inquérito num espaço geográfico sobre as despesas e as receitas das famílias.

"Calcula-se o custo do cabaz em determinado mês, ao qual chamamos mês base, e faz-se o mesmo todos os meses para captar os consumos sazonais", frisou, admitindo que a estrutura se mantém de acordo com as recomendações internacionais de um cabaz, e deve ser actualizada de cinco em cinco anos.

Conforme o Centro de Investigação Científica (CEIC) da Universidade Católica de Angola (UCAN), o salário mínimo nacional calculado pelos investigadores seria de pelo 35.000 Kwanzas, o que também não faria sentido face ao agravamento dos preços da cesta básica.

Preço Dos Produtos Básicos. O Agora deslocou-se aos armazéns do 'Alimenta Angola' algures na Estalagem, em Luanda, onde muitas senhoras se concentram para constituírem sociedades de compras, em virtude de já não conseguirem por si só adquirir productos perecíveis. Aliás, nesta grande superfície comercial, os preços aumentaram entre 50 a 100%.

Edna da Conceição conta que a nova 'moda' permite que, com poucos recursos, se possa comer ou ter o mesmo com quem tem mais dinheiro, cinco caixas de diversos frescos que depois são repartidos, nas mesmas proporções.

Em contrapartida, o método não é aplicado apenas na compra de bens da cesta básica, mas também em outros, incluindo em negócios. Existem 'zungueiras' que vão ao armazém com dinheiro de uma caixa de chinelas, mas através do 'sistema de sociedade' acabam por adquirir e revender diversas marcas.

Edna contou que, para a caixa de peito-alto (actualmente orçada em 18 mil e 700 Kwanzas), as partes capitalizam o equivalente a 6.250 Kwanzas cada. Enquanto para a caixa de peixe carapau, cada uma desembolsa 3.000, perfazendo os 9.000 Kwanzas do custo da mercadoria.

"Ultimamente, o dinheiro já não tem valido absolutamente nada. Há senhoras que trazem 100 mil só para fazer a logística de casa, mas não chega. Nós, que não passamos dos 20 mil Kz, somos obrigadas a

fazer sociedades só para conseguir levar de tudo um pouco a casa e lá vamos variando as refeições", notou, acrescentando que os importadores prometem fechar as portas, porque o dólar sobe diariamente, pelo que são obrigados a subir os preços ao mesmo nível.

Para Lopes Paulo, o sistema de preços constitui peça fundamental da economia virada para o mercado, no caso de Angola, onde existem três modelos de preços, sendo os vigiados, subsidiados e os livres que são determinados através da lei da procura e da oferta.

Por sua vez, o economista Cláudio Nadais entende que a inflação corresponde à perda do poder aquisitivo por parte dos cidadãos como uma situação que reflecte o 'ruir' dos salários dos trabalhadores, perdendo o seu valor real, particularmente se tivermos como referência o mercado informal, que constitui uma base de sustento de grande parte das famílias angolanas.

Segundo ele, numa perspectiva essencialmente mais técnica, a inflação é concebida como a elevação sustentada do nível geral de preços da economia. O impacto desta situação sobre o bolso do cidadão justifica-se em termos mais objectivos no aumento dos preços médios dos bens e serviços, enquanto os salários auferidos se mantêm inalteráveis, situação que concorre para a geração de incertezas quanto à tomada de decisões relacionadas com os planos de vidas das famílias.

O economista diz que o reajuste em casos essencialmente económicos acontece quando os preços médios dos produtos que dão natureza à cesta básica e os salários aumentam em igual proporção. Logo, qualquer taxa ou percentual acima deste valor que não defina a proporcionalidade entre os preços médios e os salários na economia assume a natureza de aumento salarial.

"No caso particular da realidade actual angolana, se assumirmos, por exemplo, uma variação da inflação média anual na ordem dos 6%, em termos homólogos, e considerando todas as outras variáveis estáveis no domínio macroeconómico, um aumento salarial justo rondaria entre os 8 e 10%, relativamente ao rendimento base actual", observou Nadais, que 'nada' pelas mesmas águas do INE, definindo que o aumento do preço dos combustíveis não afectou o bolso do cidadão, ao realçar que se trata de uma medida que assume por norma um pendor essencialmente social (as receitas retiradas da subvenção aos combustíveis podem ser utilizada para fundos de apoio social).

"A questão chamada na sua análise é apenas a relacionada com o momento adequado para a sua implementação e o modelo adoptado para o efeito. Em contrapartida, não seria de todo correcto considerarmos que a implementação desta medida impacta directamente no bolso do cidadão, uma vez que o plano de vida dos cidadãos se condiciona a outros factores", explicou, ao apontar o caso da inflação.

Cláudio Nadais concluiu o défice de fornecimento de energia eléctrica estar condicionado à conclusão de mega projectos, tais como as barragens de Cambambe e Laúca.

Por outro lado, segundo o mesmo, esta situação leva a que as famílias continuem a apresentar uma enorme dependência do petróleo iluminante, do gasóleo e/ou gasolina que dão razão às fontes alternativas de energia. Há ainda o facto de uma grande franja da população depender de transportes públicos, mas minimizou, dizendo serem próprias de uma nação que dá os primeiros passos.

O impacto da crise sobre o consumidor final nos produtos da cesta básica

Temos de, efectivamente, reconhecer que o mês de Maio - designado como o dos trabalhadores - não foi muito favorável em matéria de preservação do valor dos seus rendimentos, já por si insuficientes para assegurar um padrão de vida com alguma dignidade e qualidade.

Certamente, ocorrem um conjunto de situações, mormente relacionadas com a perda de valor da moeda nacional face ao dólar, a escassez de divisas para assegurar a importação em tempo útil de alguns bens essenciais e o oportunismo de alguns operadores comerciais que geraram alterações nos preços de várias classes de produtos, com propósitos de natureza especulativa.

Não é fácil passar a mensagem e obter um retorno positivo por parte da maioria dos consumidores que, para se preservar os fundamentos da política macroeconómica numa perspectiva de estabilidade, é passível de se atentar contra as condições sociais e qualidade de vida dos cidadãos, como vem ocorrendo num contexto adverso, à semelhança do que se depara no momento.

Devemos assumir, em consciência, que, enquanto persistir o actual quadro económico -duma desmensurada dependência do petróleo na formação da receita fiscal, sermos importadores de quase tudo quanto consumimos, incluindo os produtos da cesta básica, não sermos exímios gestores na execução da

despesa pública com a qualidade requerida, em que ainda prevaleçam práticas que estão em contravenção com a probidade pública, não vai haver um desenvolvimento humano equitativo, uma economia inclusiva e um equilibrado desenvolvimento do território.

A actual situação de pressão sobre os preços dos bens e serviços de amplo consumo social não se compara com o nível de rendimentos dos cidadãos e a ameaça seriamente o bem mais precioso que a Nação dispõe, que é a estabilidade social.

Esse é o momento que a liderança do sector público tem de exercer o seu papel de regulador e facilitador, procedendo às mudanças e aos ajustamentos que atenuem os efeitos da crise junto aos sectores mais desfavorecidos da população, de modo a preservar este importante activo político: a estabilidade social.

1.30 Angola Investe já aprovou 55 projectos em 2015

Jornal Grandes Notícias
5 De Junho 2015

O ministro da Economia, Abrahão Gourgel, afirmou esta semana, em Luanda, que os 17 bancos aderentes ao Programa Angola Investe já aprovaram, deste o início deste ano, 55 projectos num valor de 6,7 mil milhões de Kwanzas.

Ao discursar na cerimónia de entrega de diplomas de Excelência 2015 a 575 pequenas e médias empresas angolanas (PME), Abrahão Gourgel referiu-se ao facto do apoio dos bancos não se confinar apenas aos períodos de maior bonança financeira no país. O governante destacou o papel que o Fundo de Garantia de Crédito tem desempenhado não só ao permitir um acesso a crédito em melhores condições a muitos projectos, mas também no acompanhamento que é feito na execução dos projectos.

"Só este ano já foram realizadas mais de 50 visitas a projectos em vários pontos do país para contribuir para o sucesso dos programas": sublinhou o governante.

Segundo o referiu, o acompanhamento dos projectos, a melhor preparação dos empresários e o maior conhecimento dos contornos do Angola Investe são uma combinação que permite antever que, apesar de este ser um ano de restrições, está criada a base para que o programa possa continuar a suportar as empresas ao longo deste ano. O ministro referiu que a alavanca do financiamento tem um impacto

significativo na capacidade do país de criar emprego, adiantando que o Angola Investe é o responsável, desde o início da sua criação, por 61 mil 896 postos de trabalho.

Existem já mais de 10 mil e 200 micro, pequenas e médias empresas certificadas pelo INAPM que beneficiam de apoios em termos de formação e consultoria, e que podem tirar proveito de benefícios fiscais previstos na Lei 30/11 para terem mais recursos disponíveis para financiar o seu crescimento.

O ministro disse ainda que a formação tem sido uma componente contínua do programa, tendo para o efeito sido ministrados cursos básicos de empreendedorismo.

A mais de 55 mil formandos.

O Programa Angola Investe já aprovou, deste os finais de 2012, altura da sua implementação, 397 financiamentos a pequenas e médias empresas, num valor estimado de cerca de 72,8 mil milhões de Kwanzas. Deste total, 256 financiamentos foram já disponibilizados aos promotores. O Banco Millennium Angola atribuiu diplomas as empresas angolanas e em especial às pequenas e médias (PME's) pelo seu desempenho económico, solidez financeira e profissionalismo.

As PME Excelência 2015 foram atribuídas por várias regiões de Angola e também por vários sectores de actividade, nomeadamente Agricultura, Pecuária, Pescas, Materiais de Construção, Indústria

Transformadora, Indústria Extractiva, Logístico, Hotelaria e Turismo e por empresas de Serviços de Apoio ao Sector Produtivo.

1.31 Fome em Angola reduz

Novo Jornal
5 De Junho de 2015-07-08

ANGOLA, BRASIL e São Tomé e Príncipe são os únicos lusófonos no grupo dos 72 países que atingiram a meta do milénio de reduzir para metade a fome, entre os anos 2000 e 2015.

A informação consta do Relatório do Estado da Insegurança Alimentar 2015, lançado esta quarta-feira, em Roma.

Em declarações à Rádio ONU, o representante da FAO junto à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, CPLP, Hélder Muteia, falou de progressos rio bloco para o alcance desse objectivo.

"O Brasil foi naturalmente um dos países que melhor resultado alcançou, comparado com países desenvolvidos, com vista à segurança alimentar. Mas também temos outros países como Angola e São Tomé e Príncipe, que deram saltos quantitativos e qualitativos muito significativos", referiu.

Segundo a fonte, outros países como Moçambique, Cabo Verde e Timor-Leste, de um modo global estão perto ou já alcançaram as metas do milénio."

O relatório analisou a queda dos índices de pessoas que passam fome pela metade, comparados aos dados registados de 1990.

I.32 Angola Investe financiou 1,34 bilhão de kz por mês

Semanário Angolense
6 De Junho de 2015

Os 17 bancos aderentes ao programa Angola investe já aprovaram, deste o início deste ano, 55 projectos num valor de 6,7 biliões de Kwanzas, de acordo com a informação contida no discurso do ministro da economia, Abraão Gourgel, na cerimónia de entrega de diplomas de Excelência 2015, que teve lugar em Luanda, na etérta quinta-feira (04 de Junho).

O governante destacou papel que o Fundo de Garantia de Crédito tem desempenhado não SÓ, ao permitir um acesso a crédito em melhores condições a muitos projectos, mas também no acompanhamento que é feito na execução dos projectos. «Só este ano já foram realizadas mais de 50 visitas a projectos vários pontos do país para contribuir para o sucesso s programas», sublinhou.

O acompanhamento projectos, a melhor preparação dos empresários e o maior conhecimento dos contornos do Angola Investe - uma combinação que permite antever que, apesar de e ser um ano de restrições, está criada a base para que O programa possa continuar a suportar as empresas ao longo deste ano - considerou o mandatário da Economia.

Existem já mais de 10 mil e 200 micro pequeno e médias empresas certificadas pelo INAPM que beneficiam de apoios em termos de formação e consultoria, e que podem tirar proveito de benefícios fiscais previstos na Lei 30/11 para terem mais recursos disponíveis para financiar o seu crescimento.

O programa Angola Investe já aprovou deste os finais de 2012 altura da sua implementação 397 financiamentos a pequenas e médias empresas num valor estimado de cerca de 72,8 biliões de Kwanzas.

Deste total 256 financiamentos foram já disponibilizados aos promotores.

O Banco Millenium Angola atribuiu diplomas as empresas angolanas e em especial às pequenas e médias (PME's) pelo seu desempenho económico, solidez financeira e profissionalismo.

As PME Excelência 2015 foram atribuídas por várias regiões de Angola, a 575 pequenas e médias empresas angolanas (PME), e também por vários sectores de actividade, nomeadamente, Agricultura, Pecuária, Pescas, Materiais de Construção, Indústria Transformadora, Indústria Extractiva, Logístico, Hotelaria e Turismo e por empresas de Serviços de Apoio ao Sector Produtivo. (Angop)

I.33 Comunidades rurais com renda melhorada

Jornal a capital
6 De Junho de 2015

Sustentabilidade

Famílias de comunidades rurais adjacentes ao Pólo Agro-Industrial de Capanda, na província de Malange, começam a registar melhorias na sua condição de vida. Isso mesmo testemunham chefes de famílias cuja subsistência depende grandemente do que produzem com o cultivo da terra.

"Mudamos de vida, por acaso", confirmou Maria Sequesseque, uma das várias camponesas controladas pela Sodepac, a sociedade sobre a qual recai a responsabilidade de promover o desenvolvimento do referido pólo.

"Já podemos comprar roupa e pagar a escola para os filhos", acrescentou, referindo ser uma realidade antes impossível para muitas famílias de comunidades adstritas ao projecto.

As melhorias sentidas não surgiram por acaso, como disse dona Sequesseque. São fruto de um programa de agricultura familiar, que está a ser implementado naquela região pela Sociedade de Desenvolvimento do Pólo Agro-industrial de Capanda e cujos resultados traduziram-se num aumento significativo da renda das famílias na região de Cacuso que aderiram à iniciativa.

A chave do que a Sodepac considera como "um verdadeiro sucesso que desanuviou a situação social ao nível daquela região" está na estratégia levada a cabo por aquela sociedade.

"A primeira etapa de trabalho da Sodepac foi identificar o mercado consumidor para planear o que produzir", explicou a este jornal um dos encarregados do projecto, indicando que a fase seguinte passa por se prestar assistência técnica aos agricultores, a quem, segundo o responsável, são orientados sobre "o que produzir, como produzir da melhor forma possível".

Foi por via disso que camponeses como a dona Maria Sequesseque dizem ter aprendido a produzir hortaliças.

As hortaliças são, de acordo com um estudo realizado por técnicos da Sodepac, um dos produtos com mercado garantido entre nós.

"Essas famílias não produzem qualquer tipo de produtos, elas produzem aquilo que o mercado quer comprar", tal como disse em tempos pelo director da área responsável pelo desenvolvimento social da Sodepac, referindo-se a isso como sendo uma orientação da entidade promotora do programa de agricultura familiar.

Tal programa começou a ser implementado em 2010. Cinco anos depois, dados em posse desse jornal que a rendas das famílias contempladas viram a sua renda aumentar em mais de 300%.

"Para termos uma ideia, a renda média das famílias dessa região em de 3 mil kwanzas, hoje a renda média já ultrapassa os 15 mil kwanzas", demonstrou.

Maria Sequesseque é um exemplo de alguém que registou melhorias no rendimento obtido da sua actividade agrícola.

"Ela ganhava 3 mil, hoje ganha 50 mil kwanzas", exemplificou o responsável, sublinhando, por outro lado, que o aumento da renda das famílias permitiu, em 5 anos, retirar cerca de 2500 pessoas da linha da pobreza.

O segredo do sucesso está um pouco também no facto da mão interventiva da Sodepac estender-se igualmente na componente escoamento, antes tida uma das grandes dificuldades com que os agricultores familiares se confrontavam. Mas, hoje, este aspecto deixou de ser um problema. "Hoje ajudamos a transportar os produtos", garantiu, considerando tratar-se de uma situação transitória, na medida em que "toda essa estrutura vai ser no futuro repassada para os agricultores".

A produção tem como principais clientes o Nosso Super, a par de empresas como a Biocom, o Gabinete de Aproveitamento do Médio Kwanza e a rede hotéis Ritz, entre outras entidades.

O programa de agricultura familiar, em implementação no pólo Agro-Industrial de Camanda, província de Malange incide sobre uma área de actuação que contempla mais de 10 mil habitantes distribuídos em 29 bairros, onde a Sodepac controla neste momento mais de 700 produtores.

Os frutos de tal programa beneficiam directamente mais de 3.500 pessoas das comunidades rurais adjacentes ao Pólo Agro-industrial de Capanda, irrigado pelo rio Kuanza.

O propósito de tal programa é o de transformar a agricultura de subsistência dominante na região em agricultura geradora de renda para as famílias locais, como, aliás, já começa a ser uma realidade, a olhar para os resultados alcançados em quatro anos de implementação.

Para tal, passa pela aposta na cultura de produtos mais consumidos no mercado, nomeadamente hortaliças, mandioca e bombó, assim como as frutas.

O programa não se limita apenas a isso. Contempla variáveis ligadas à auto-sustentabilidade, o que, à luz da estratégia da Sodepac, passa por formar líderes agrícolas e jovens empreendedores, incubação de cooperativas e consolidação das associações.

Para as acções inseridas no programa de agricultura familiar, a Sociedade de Desenvolvimento da Pólo Agro-industrial de Capanda e parceiros investem anualmente algo como 1.5 milhões de dólares

AGRICULTURA QUE SUSTENTA O PAIS

Dados oficiais indicam que 85% de toda a produção agrícola de Angola é provida pelo sector da agricultura familiar. Em função da importância de tal sector na garantia da perseguida segurança alimentar, o governo angolano diz dedicar particular atenção aos produtores familiares, apoiando a sua actividade com uma série de inputs.

Ao nível do país, o Ministério da Agricultura presta tal assistência a um universo de cerca de 2 milhões de famílias do meio rural, mas entidades como a Associação Industrial de Angola têm vindo a considerar que os recursos dedicados àquele segmento da sociedade ainda são escassos, pelo que defendem a cabimentação de orçamentos condicentes com o peso económico e social do sector agrícola.

E não podia ser de outra forma, se quiser alcançar os objectivos perseguidos pelo próprio Executivo, o mesmo que previa até 2014 atingir uma produção alimentar na ordem das 15 milhões de toneladas, cifra com que as autoridades pensam resolver o problema da fome e relançar as exportações agrícolas.

O desafio obriga a que o país eleve a sua produção para uma cifra de duas mil toneladas de alimentos por ano, o que, segundo Pedro Kanga, já não é uma miragem para Angola, a julgar para os resultados da época agrícola passada.

Segundo o Ministério da Agricultura, as condições estão a ser criadas para que o desafio venha a ser concretizado " dentro dos prazos definidos.

Aliás, constrangimentos como as dificuldades de escoamento dos produtos do campo para os mercados de consumo começam a ser minimizados com a implementação de programas que visam relançar a comercialização dos produtos no meio rural, ao mesmo tempo que se está a criar os chamados CLOD's, as tais infra-estruturas de suporte ao Papagro, Programa de Aquisição de Produtos Agro-pecuários.

I.34 Angola defende a recuperação dos preços

Jornal de Angola

5 De Junho de 2015

Angola defende o estabelecimento de mecanismos que permitam a recuperação do preço do petróleo no mercado internacional até 80 dólares por barril, disse, ontem, em Viena, o ministro dos Petróleos, na véspera da reunião da Organização dos Países Exportadores de Petróleo.

Botelho de Vasconcelos esclareceu que a posição de Angola está em consonância com a da maioria dos membros da OPEP que aguardam por uma recuperação dos preços nos próximos meses, apesar do excesso global do petróleo.

"Eu gostaria que o preço aumentasse, mas isso não é fácil", declarou José Botelho de Vasconcelos.

A reunião da OPEP está marcada por uma forte expectativa de que mantenha a sua política de produção, numa altura em que os Estados Unidos reduzem os seus investimentos no petróleo xisto. O Koweit é um dos países-membros da OPEP que preferem manter as metas de produção na reunião de hoje.

Em Novembro de 2014, o cartel evitou reduzir a extracção de petróleo e preferiu defender a sua participação de mercado, adicionando um excedente de oferta à expansão da produção de petróleo dos Estados Unidos. Os preços desceram 46 por cento, já que a Arábia Saudita levou o grupo de 12 membros a manter a produção em vez de ceder participação no mercado para o "boom" da oferta nos EUA.

A produção de petróleo bruto da OPEP cresceu 67.000 barris, para 31,579 milhões por dia em Maio, revelou uma pesquisa da Bloomberg com petroleiras, produtores e analistas. A Arábia Saudita, a maior produtora da OPEP, extrai 10,25 milhões de barris diários em Maio, o mesmo volume que em Abril e a maior quantidade registada em dados que remontam a 1989.

" Não se espera que a OPEP faça algo, então a atenção está voltada para o mercado americano", disse Michael Lynch, presidente da Strategic Energy Economic Research em Winchester. "Espera-se que a oferta se ajuste gradualmente nos EUA".

A decisão de Novembro provocou uma queda nos preços do petróleo a um mínimo de 46 dólares por barril em Janeiro. Nas últimas semanas, o preço teve uma recuperação substancial ao atingir 65 dólares por barril, na esperança de um abrandamento do crescimento da produção dos Estados Unidos.

Na segunda-feira, o ministro do petróleo da Arábia Saudita, Ali al-Naimi, disse prever uma diminuição da oferta e uma melhoria da procura, mas alertou que o mercado pode levar tempo para reequilibrar a oferta, que ainda está seriamente superior ao consumo.

Ali Naimi não deu previsões para os preços do petróleo, mas vários funcionários da OPEP afirmaram à Reuters que anteviam o preço do petróleo subir para entre 70 e 80 dólares por barril nos próximos meses e em 2016.

Especuladores

Os especuladores retiraram-se das apostas altistas e baixistas nos preços do petróleo bruto na véspera da reunião dos ministros da OPEP que decorre hoje em Viena (Áustria) para a definir a sua produção para os próximos seis meses, anunciou a Comissão de negociação de Futuros de matérias-primas dos Estados Unidos (CFTC).

Como as apostas baixistas no petróleo West Texas Intermediate a caírem a um ritmo mais rápido do que as altistas, a posição líquida longa subiu pela primeira vez em três semanas, mostram dados da Comissão de negociação de Futuros de matérias-primas dos Estados Unidos (CFTC) para os sete dias finalizados em 26 de Maio. A Organização de Países Exportadores de Petróleo continua a preferir a participação no mercado em detrimento dos preços, referiram 33 dos 34 analistas consultados pela Bloomberg.

A Arábia Saudita e outros países-membros da Organização de Países Exportadores de Petróleo vêm extraíndo quantidades superiores à meta de produção

do grupo há meses, no intuito de expulsar produtores com custos maiores, denunciou a Bloomberg.

O número de torres de perfuração activas nos EUA caiu em um ritmo recorde, a oferta dos campos de xisto dos EUA está a diminuir e os produtores mundiais cortaram milhares de milhões de dólares dos planos de gastos.

"Não há motivos para que os saudita modifiquem a política no momento em que ela está a começar a provocar um impacto nos EUA", disse Mike Wittner, director de pesquisa sobre petróleo do Société Générale SA em Nova Iorque. "Eles vão esperar e ver o que acontece com a produção dos EUA antes de fazer qualquer mudança".

Os futuros avançaram 77 centavos de dólar, para 58,03 por barril, na New York Mercantile Exchange durante o período coberto pelo relatório da CFTC. O WTI a ser entregue em Julho caiu 15 centavos para 60 dólares o barril às 9h36.

I.35 Aumenta diversificação da economia

Novo Jornal

5 De Junho de 2015

ANGOLA ESTÁ PRESTES a tornar-se um produtor de etanol (álcool etílico) e de açúcar, através de um projecto agro-industrial angolano e brasileiro, que contribui para a diversificação da economia, tomada urgente pela baixa prolongada do preço do petróleo.

A Companhia de Bioenergia de Angola, conhecida como Biocom e que tem como principais accionistas a brasileira Odebrecht e a angolana Cochan, inicia a actividade este mês, prevendo produzir até final do ano 36 mil toneladas de açúcar e 6 milhões de litros de etanol.

Dados avançados à agência financeira Bloomberg indicam que a plantação de 42 mil hectares, a maior do país, será aumentada para 80 mil hectares de cana-de-açúcar na segunda fase, dentro de 4 anos, permitindo subir a produção para 254 mil toneladas anuais até 2021.

O aumento de capacidade permitirá a Angola ser auto-suficiente na produção de açúcar, produto que o país consome na ordem das 400 mil toneladas anuais, na maioria de importação, estando prevista uma nova duplicação da capacidade de produção até 2025.

A produção de etanol está estimada, a partir de 2019, em 30 milhões de litros, e a energia eléctrica gerada

será utilizada para reforçar a linha de alta tensão de Capanda/Cacuso, que abastece o município e a cidade de Malanje.

Situado 320 quilómetros a leste de Luanda, o projecto sofreu atrasos significativos e o investimento final aumentou para 750 milhões de dólares, sendo assim o maior investimento agro-industrial recente no país, suportado pelos accionistas brasileiros e angolanos, que têm 40% cada, cabendo à Sonangol os restantes 20%.

O início do aguardado projecto surge numa altura em que, segundo a Economist Intelligence Unit, "Angola está a esforçar-se por ultrapassar o impacto negativo dos baixos preços do petróleo e insiste que esta é uma oportunidade para desenvolver a sua economia não-petrolífera", que representa cerca de metade do PIE, mas apenas 10% das receitas do Estado.

Este esforço, adianta a EIU, deverá beneficiar da nova versão da Lei do Investimento Privado, que voltou à Assembleia Nacional depois de um ano de consultas, e também pela afinação de um regime de crédito para empresas locais.

A nova versão reduz o nível mínimo de investimento para usufruto de benefícios fiscais, antes fixado em 1 milhão de dólares, e classifica os investimentos consoante sectores como telecomunicações, turismo, logística, transportes ou energia.

"Isto deve ajudar o governo a atrair dinheiro para onde é necessário. Todos os projectos candidatos com mais de 10 milhões de dólares serão sujeitos a veto dos ministérios relevantes, uma salvaguarda importante para assegurar a viabilidade", prevenindo "alguns elefantes brancos do passado, especialmente na agricultura e indústria", refere a EIU.

O novo regime deverá ainda estabelecer que todos os investidores estrangeiros devem ter um parceiro local com pelo menos 35% da nova empresa, quando o habitual actualmente é que os parceiros angolanos fiquem com 51% das parcerias.

Também em revisão está o programa Angola Investe, que visa chegar financiamento a pequenos e médios negócios, garantido pelo Estado, mas que ficou aquém das expectativas, por os bancos terem rejeitado muitos projectos.

"Operar em Angola não é fácil, e as medidas para rever investimentos e legislação de crédito podem ajudar a estimular o crescimento e criar os muito necessários empregos e diversificação económica", afirma a EIU.

I.36 Gestor bancário considera momento actual de crise “ideal” para investir

Jornal O PAÍS

5 De Junho de 2015

Texto: José Eduardo Dias

Nós estamos numa fase em que é necessário convencer os investidores e os empresários de que esta é a altura certa para investir e não de parar ou desacelerar ou cancelar os projectos" - disse ontem o responsável numa entrevista à emissora Luanda Antena Comercial (LAC) em que foi convidado para falar dos resultados da sua instituição bancária desde a sua entrada em funcionamento em Setembro de 2010.

Segundo o bancário, apesar de se notar uma desaceleração do consumo e do investimento, a verdade é que ao longo deste ano se nota um foco diferente na economia em relação aos custos. Este facto leva a que o sector bancário e as empresas se preocupem mais e sejam cada vez mais exigentes na tentativa de reduzir ou otimizar as suas estruturas de custos.

"Isso faz com que a concessão de créditos seja mais lenta e o BNA recentemente emitiu uma nota em que fala sobre o crescimento mensal do crédito. O mês transacto foi praticamente nulo. Por isso há uma retracção por parte dos empresários e investidores e uma maior diligência e preocupação da parte do B A para que os bancos tenham uma gestão de risco mais activa e que criem provisões para o crédito mal parado" -disse o bancário.

Ano de crise também para o sector bancário

Luís Teles afirmou considerar este ano "bastante" desafiante para o sector bancário, devido a queda do preço do petróleo que tem um impacto significativo no risco de créditos da economia angolana.

Segundo ele, o facto do preço do petróleo ter caído e ter provocado uma desaceleração económica e a consequente redução do investimento este ano, faz com que os clientes empresariais dos bancos estejam numa fase de alguma reserva em relação ao investimento.

O desafio a nível da concessão de créditos não está a correr como esperado. "Do ponto de vista do Standard Bank tínhamos como objectivo crescer significativamente a carteira de créditos, que é um facto embora esteja a acontecer de forma paulatina e a um ritmo mais lento do que estaríamos a espera".

Exige-se diálogo pragmático

No seu ver, o crescimento na concessão de crédito no país, tendo em vista a dinamização da economia, passa pelo engajamento de todos os envolvidos no processo.

Para tal, o diálogo entre as instituições bancárias, os empresários e a Associação dos Industriais de Angola (AIA) tem de existir de forma mais prática do que tem acontecido até agora. "É um tema complexo mas penso que estamos no bom caminho. O diálogo aumentou bastante nos últimos 12 a 18 meses entre todas as entidades mas ainda há um caminho a percorrer, no sentido de poder facilitar o crédito à economia!" - disse.

Outra componente importante no processo é o Estado, que a seu ver, tem feito um grande esforço para tentar dinamizar o crédito à economia, criando novas soluções e mecanismos de apoio, como o caso do Angola Investe.

Entretanto, diz ser necessária uma actualização constante da estratégia e uma avaliação dos mecanismos que foram criados, de modo a perceber se os mesmos estão ou não a alcançar os objectivos predefinidos.

"Se os mecanismos não estão a alcançar as metas e o crédito e o investimento não estão a crescer é necessário agir rápido, no sentido de alterar os parâmetros. E isso só é possível com a contribuição dos empresários e dos bancos de modo a chegar-se a um consenso" - disse.

No seu entender, as pessoas têm de compreender que os bancos são rentáveis apenas se concederem crédito. "Portanto, os bancos são os principais interessados em dar créditos só que os bancos só podem fazê-lo se tiverem algum conforto ou uma garantia de que o crédito será reembolsado.

Caso contrário poderia resultar numa perda significativa para o banco e naturalmente os accionistas do banco não querem ter essa perda".

Luís Teles considera, por outro lado, ser necessário incentivar-se cada vez mais as famílias a cultivar o hábito pela poupança sendo um dos produtos bancários pouco procurado pelos clientes

"Existe um produto que não tem tido muita procura. Estou a falar dos produtos de poupança que é muito importante e a literacia financeira, também tem a ver com o facto de as pessoas aprenderem a fazer poupança e não apenas a endividarem - se excessivamente depois não terem e capacidade com o seu rendimento mensal de fazer face ao seu

crédito. Esperemos que com o desenvolvimento da Bolsa de Valores em Angola através do esforço da Comissão de Mercado de Capitais isso possa acontecer" - disse.

Relativamente à questão da escassez de divisas considerou que o BNA está simplesmente a precaver-se, mantendo os níveis de reservas elevados.

Na sua opinião, a instituição não pode pura e simplesmente vender todos os dólares necessários para manter a economia solvente, daí a necessidade de haver uma maior disciplina na venda de divisas.

Actualmente com cerca de 24 agências espalhadas pelo país e previsão de abertura em mais cinco nos próximos tempos, o responsável bancário apontou 2014 como o ano em que a instituição começou a obter os primeiros resultados positivos, chegando a um crescimento na ordem dos 140 por cento e 2 milhões de dólares em activos.

O banco tem, neste momento, mais de 2 biliões de dólares em activos, o que permitiu-lhe dar um salto no ranking das instituições financeiras angolanas e posicionar-se entre as 10 maiores. "Os resultados de 2014 foram francamente bons. O banco pela primeira vez teve lucro em Angola desde Setembro de 2010. 2011, D- 2012 e 2013 foram anos de investimento em que o banco teve resultados negativos. Em 2014 apresentou resultados positivos" - disse.

Segundo Luís Teles, esta dinâmica vai continuar com o crescimento do seu activo, depósitos e a 'sua carteira de créditos, caso tudo corra como esperado.

O Standard Bank integra o Standard Group que é uma instituição financeira africana quotada na bolsa financeira de Joanesburgo, com sede na África do Sul e cuja estratégia é investir somente no continente africano.

Angola, sendo uma economia em crescimento e com um potencial em termos de recursos naturais, é a terceira maior da África Subsariana, faz parte do número de países prioritários para o Standard Group que visa fazer parte do seu sistema financeiro e apoiar o seu desenvolvimento económico.

I.37 Receita petrolífera quebra mais de USD 5,5 mil milhões

Jornal O PAÍS

5 De Junho de 2015-07-08

Texto: Luis Faria

A receita petrolífera total caiu, nos quatro primeiros meses deste ano, mais de Kz 611,5 mil milhões (o

equivalente a cerca de USD 5,54 mil milhões) relativamente a igual período de 2014. O que significa que quando se comparam os primeiros quatro meses de 2014 e igual período deste ano o recuo é da ordem dos 58%. Tal fica-se a dever à quebra verificada no preço médio a que foi exportado o barril de petróleo no referido período (USD 52,48 por barril no primeiro quadrimestre deste ano contra USD 107 no período homólogo de 2014).

De acordo com os dados respeitantes às receitas petrolíferas ordinárias mensais do Ministério das Finanças, em Abril o preço médio de exportação foi de USD 51,88, o que representa um recuo em relação a Março, mês em que o preço médio do barril de exportação foi de USD 55,38, indiciando uma recuperação depois de, em Fevereiro, ter caído para USD 43,74 e em linha com a recuperação dos preços dos contratos de futuros internacionais, designadamente do Brent, o tipo de crude que mais se assemelha às ramas angolanas. Entre 2 de Janeiro e 30 de Abril, a cotação média do barril de Brent no mercado de futuros a 45 dias em Londres foi de USD 57,38, sendo que o valor mais alto atingiu os USD 67,58 e o mais baixo USD 47,58, uma diferença de USD 19,9 que evidencia a volatilidade do mercado. Um valor que se situa acima do preço médio de exportação do barril angolano durante aquele Angola aquele período (USD 52,48 por barril).

De referir que o preço do barril de Brent sobe à medida que se vai alongando o prazo dos contratos, superando a fasquia dos USD 70 para os contratos celebrados tendo como horizonte o mês de Fevereiro do próximo ano. Mas só a partir do mês de Julho de 2021 o preço do barril ultrapassa os USD 75. Se o sentido ascendente dos preços dos contratos de futuros dá uma indicação de que a tendência de evolução do preço do barril é de que suba, também confirma que a recuperação será lenta e que não deverá ir além dos USD 70 este ano e no próximo. É evidente que esta tendência poderá ser alterada por múltiplos factores, tanto no sentido de uma recuperação mais rápida, como de uma nova inversão de trajectória.

Produção recupera

Nos primeiros quatro meses do ano, as exportações angolanas praticamente voltaram ao nível verificado em igual período de 2013, superando mesmo ligeiramente o valor então verificado, atingindo um volume de 210,39 milhões de barris. Nos primeiros quatro meses do último ano, o volume de exportação

quedara-se se pelos 192 milhões de barris. Todavia, este aumento na produção não chegou para compensar a quebra verificada a nível do preço de exportação. Também a receita da concessionária tombou significativamente no período em questão, passando de Kz 695,46 mil milhões em 2014 para Kz 276,58 mil milhões este ano, uma quebra da ordem dos 60%.

É o Bloco 17, localizado na Bacia do Congo, ao largo de Cabinda, que dá o maior contributo para a exportação do petróleo nacional, com uma produção agregada, nos primeiros quatro meses do ano, de 20,45 milhões de barris, graças sobretudo ao projecto CLOV, colocado em operação pela "Total Angola e que, desde Julho de 2014, produz cerca de 160 mil barris por dia. O seu conjunto, o Bloco 17 representando actualmente mais de um terço da produção petrolífera angolana, com uma contribuição de cerca de 600 mil barris diários. Além do CLOV, o Bloco 15 compreende ainda os pólos Girassol, Dália e Paz flor.

O segundo maior contributo para as exportações petrolíferas nacionais vem dos Bloco 15 e 15/06, O Bloco 15, que alberga o projecto Satélites do Kizomba e é operado pela Esso Exploration Angola, em conjunto com o Bloco 15/06, operado pela ENI, foram responsáveis pela exportação de perto de 10,5 milhões de barris. Mais de 60% da exportação angolana de petróleo fica-se a dever aos Blocos 17,15 e 15/06, este último com um contributo de 949,3 mil barris nos primeiros quatro meses do ano. Seguem-se os Blocos de Cabinda (OA e OB], com 8,2 milhões de barris no período, o Bloco 18 (4,4 milhões de barris exportados), o Bloco 14 (3,9 milhões de barris) e o Bloco 31 (perto de 3,7 milhões de barris

I.38 Reduz crescimento da África subsariana

Novo Jornal

5 De Junho de 2015

OS PAÍSES da África subsariana deverão abrandar o crescimento para 4,5% e acelerar para 5,1% em 2016, prevê o Fundo Monetário Internacional na primeira edição deste ano do 'World Economic Outlook', divulgado há dias.

De acordo com o documento, os países do grupo em que se inclui a maioria dos países lusófonos "deve ter um crescimento sólido em 2015 e 2016, mas dado o panorama económico mundial mais fraco, as perspectivas económicas foram revistas em baixa relativamente às previsões anteriores", datadas de

Outubro do ano passado, que apontavam para 5,75%.

Os países exportadores de petróleo, em que se incluem Angola e a Guiné Equatorial, deverão ser "os mais severamente afectados", com o FMI a prever uma redução do crescimento deste grupo de países em 2,5 pontos percentuais, para 4,5%.

No capítulo sobre a África subsariana, com o título 'Resiliência face a ventos contrários', o FMI nota que o crescimento deve manter-se forte, mas menos pronunciado que em anos anteriores, principalmente devido à descida dos preços do petróleo e ao efeito que o Ébola teve nas economias da região.

Num contexto em que os riscos de as previsões serem demasiado optimistas são "excepcionalmente fortes", os técnicos do FMI escrevem que "os principais riscos incluem o crescimento abaixo do esperado nos principais parceiros comerciais, um aperto maior do que o previsto nas condições de financiamento globais, e ameaças internas à segurança, bem como a incerteza política decorrente de períodos pré-eleitorais".

Os países exportadores de petróleo, particularmente, "devem implementar rapidamente ajustamentos orçamentais", ao passo que os importadores devem "encontrar o equilíbrio certo entre promover o crescimento e preservar a estabilidade".

No ano passado, o crescimento económico da África subsariana abrandou ligeiramente para os 5%, face aos 5,2% de 2013, mas as contas públicas deterioraram-se nalguns países, com destaque para Moçambique, por causa da despesa excepcional motivada, entre outros factores, pela realização de eleições gerais.

I.39 Angola LNG reinicie operações no 4º trimestre de 2015

Semanário Angolense

6 De Junho de 2015

Projecto Angola LNG (ALNG) deverá recomeçar a produzir gás natural liquefeito (LNG) no 4º trimestre de 2015, pelo que deverão realizar-se carregamentos de exportação no decorrer do primeiro trimestre de 2016.

De acordo com um comunicado de imprensa chegado à redacção do *Semanário Angolense* (SA), «a produção do Angola LNG foi suspensa no dia 10 de Abril do ano transacto devido a uma falha num dos gasodutos do sistema de queima de gás».

Do incidente não resultaram quaisquer danos pessoais e ambientais. «A paragem da fábrica foi prolongada de modo a permitir' à empreiteira, Bechtel, a resolução das anomalias relativas ao incidente e, ao mesmo tempo, melhorar a capacidade produtiva fabril», lê-se no documento.

O comunicado garante ainda que o projecto permanece focalizado na segurança da fábrica e das pessoas, o que constituirá uma preocupação permanente durante o reinício e o reforço das operações.

«O Projecto Angola LNG irá recolher, processar e comercializar cerca de 5,2 milhões de toneladas de LNG por ano, para além de propano, butano e condensados, a partir das suas instalações fabris do Soyo, norte de Angola, uma das unidades de processamento de LNG mais modernas no mundo», afirma o documento.

Angola é o segundo maior produtor de petróleo da África subsariana. Historicamente, o gás associado tem sido queimado ou reinjectado nos poços, pelo que «o Angola LNG constitui uma solução para a redução da queima de gás e simultaneamente proporciona uma nova fonte de energia limpa».

Accionistas e propósitos

Os accionistas do Angola LNG Limited são a Sonangol (22,8%); Chevron (36,4%); BP (13,6%); ENI (13,6%) e Total (13,6%).

O Angola LNG é, por si só, um dos maiores investimentos (US\$ 10 biliões) alguma vez realizados na indústria angolana de petróleo e gás. Com uma frota dedicada de sete navios-tanque de LNG e três cais de carregamento (LNG, líquidos e butano comprimido), o Angola LNG tem como missão contribuir para a eliminação da queima de gás, fornecer energia limpa e fiável aos clientes e rentabilizar o investimento efectuado.

I.40 Comércio rural com resultados

Jornal de Angola

06 De Junho de 2015

Texto: Carlos Bastos

As políticas de expansão da produção agrícola do Executivo estão a ter bons resultados, sobretudo com a aplicação do Programa de Aquisição de Produtos Agro-pecuário (PAPAGRO), declarou ontem, no Sumbe, o director Nacional do Comercio e Serviços Mercantis.

Armando Segunda afirmou num seminário sobre o Comércio, realizado naquela cidade, que as infra-estruturas logísticas para recepção e armazenamento de produtos agrícolas, que são edificadas em diversos pontos do país, recebem grandes fluxos de mercadorias e estão a ser bem sucedidas na sua comercialização nos grandes mercados de consumo.

O responsável considerou as políticas de comercialização promovidas pelo Executivo como um estímulo à diversificação da produção, como forma de cobrir as necessidades do mercado interno e aumentar as exportações. "Angola tem registado progressos significativos e o sector do comércio tem demonstrado melhorias, reduzindo a importação", referiu.

Armando Segunda lembrou que o programa visa o combate à pobreza nas comunidades rurais, o aumento da produção dos camponeses, do rendimento familiar e impulsionar o desenvolvimento da agricultura, como factor-chave para o crescimento económico do país.

O vice-governador provincial do Cuanza Sul para o sector Económico, Franklim Fortunato e Silva, declarou que o seminário foi oportuno por esclarecer os principais intervenientes nas trocas com os agricultores e sobre a evolução dos conceitos do processo de comercialização no campo.

I.41 Mundo pode eliminar escassez de alimentos

Jornal de Angola

08 De Angola de 2015

O Fundo das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) acredita na eliminação da escassez de alimentos nos próximos anos, a julgar pelos sucessos alcançados nas últimas décadas, disse o director-geral daquela agência das Nações Unidas.

Para José Graziano da Silva, "o resultado de quase ter alcançado as metas sobre a fome dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) mostra-nos que podemos realmente eliminar o flagelo da fome do curso das nossas vidas.

Vamos ser a geração do [Programa] Fome Zero". O brasileiro ao serviço da Nações Unidas apela para os governos de todo o Mundo alinharem as suas intervenções políticas com esse objectivo que está no centro da nova agenda de desenvolvimento sustentável.

O número de pessoas que passam fome no Mundo reduziu para 795 milhões (216 milhões a menos do

que em 1990-92), o que representa quase uma pessoa em cada nove, de acordo com os dados da última edição do relatório anual sobre a fome da ONU (O estado da insegurança alimentar no Mundo 20 15 - SOFI, na sigla em inglês).

Nas regiões em desenvolvimento, a prevalência de subalimentação - que mede a percentagem de pessoas que não consomem alimentos suficientes para levar uma vida activa e saudável reduziu para 12,9 por cento da população, em comparação com os 23,3 por cento que havia há um quarto de século, segundo o SOFI 2015, publicado pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) e o Programa Mundial de Alimentos (PMA). A maioria dos países analisados pela Fundo de Alimentação e Agricultura - 72, incluindo Angola, entre 129 - alcançou a meta dos Objectivos do Milénio de reduzir para metade a prevalência de subalimentação em 20 15.

O relatório ressalta que 29 países cumpriram o objectivo mais ambicioso estabelecido pela Cimeira Mundial de Alimentação de 1996, quando os governos se comprometeram a reduzir para metade o número absoluto de pessoas subalimentadas em 2015.

Produção rural

O Presidente do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) defende mais investimentos nas áreas rurais de países em desenvolvimento, onde vive a maioria das pessoas mais pobres.

Para Kanayo F. Nwanze, "se nós realmente queremos criar um mundo livre da pobreza e da fome, temos de dar prioridade ao investimento nas áreas rurais dos países em desenvolvimento, onde vive a maioria das pessoas mais pobres e famintas do Mundo". "Precisamos de investir nas áreas rurais para que as nossas nações tenham um crescimento equilibrado e que as três mil milhões de pessoas que vivem em áreas rurais possam desenvolver o seu potencial", referiu.

A directora executiva do Programa Mundial de Alimentos (PMA), Ertharin Cousin, defende um crescimento inclusivo "para que possamos converter a fome em algo do passado. Homens, mulheres e crianças precisam de alimentos nutritivos todos os dias para um futuro livre e próspero. Um corpo e uma mente saudáveis são essenciais para o crescimento individual e económico".

O SOFI 2015 aponta os fenómenos climáticos extremos, os desastres naturais, a instabilidade

política e os conflitos civis como obstáculos ao avanço em África, onde 24 países enfrentam actualmente crises alimentares, o dobro de 1990.

O relatório acrescenta que cerca de uma em cada cinco pessoas subalimentadas do Mundo vive em contextos de crise caracterizada por uma governação deficiente e alta vulnerabilidade à morte e à doença.

O SOFI 2015 indica que durante os últimos 30 anos as crises evoluíram desde eventos catastróficos graves, de curto prazo e de grande visibilidade a situações prolongadas, devido a uma combinação de factores, especialmente os desastres naturais e conflitos, agravados frequentemente pelas mudanças climáticas, as crises financeiras e as flutuações de preços.

As taxas de fome em países que sofrem crises prolongadas são mais de três vezes do que em outros lugares. Em 2012, cerca de 366 milhões de pessoas viviam em situações desse tipo - dos quais 129 milhões estavam subalimentadas - o que representa 19 por cento de todas as pessoas com insegurança alimentar no Mundo.

A África subsaariana é a região com maior prevalência de subalimentação no Mundo: 23,2 por cento, quase uma em cada quatro pessoas. Mas os países africanos que mais investiram na melhoria da produtividade agrícola e na infra-estrutura básica, como é o caso de Angola, atingiram as metas de redução da fome dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM).

I.42 Indústria absorve mais financiamento

Jornal de Angola

25 De Junho de 2015

GRACETE MAYER

As indústrias transformadora e extractiva absorveram mais de 44 por cento da tomada de crédito bancário do Programa Angola Investe, com 152 projectos, contra 37 por cento e 127 projectos dos sectores da agricultura, pecuária e pescas, disse, terça-feira, em Luanda, o ministro da Economia.

Abraão Gourgel falava num fórum de negócios na capital do país e referiu que o programa já aprovou, desde a sua abertura, em 2011, 404 projectos avaliados em 737 milhões de dólares (mais de 88 mil milhões de kwanzas), com 400 milhões de dólares (40 mil milhões de kwanzas) já disponibilizados.

O ministro notou que o Programa Angola Investe já representa cerca de 16 por cento do total de crédito aprovado e cerca de dez por cento do crédito desembolsado pela banca comercial à economia.

O programa gerou até ao momento mais de 54 mil postos de trabalho em todo o país, sendo a indústria transformadora responsável pela absorção de 74 por cento da mão-de-obra, agricultura, pecuária e pescas 25 por cento, e os serviços seis por cento.

Em termos de dispersão territorial, o Programa Angola Investe financiou projectos em todas as províncias do país com excepção do Cunene, onde os projectos apresentados carecem de sustentabilidade.

Dados do Ministério da Economia apontam o Banco Millenium Angola como líder na aprovação e disponibilização de financiamento para o Programa Angola Investe com mais de 130 projectos. Segue-se o Banco Angolano de Investimento (BAI) com 37 projectos, o Banco de Fomento de Angola (BFA) com 35 e o Banco de Poupança e Crédito (BPC) com 31 projectos. O objectivo do Executivo, referiu o ministro, é fomentar o crescimento das micro, pequenas e médias empresas e a aceleração da diversificação economia.

"O programa de diversificação da economia assenta na promoção dos investimentos em infra-estrutura necessários para garantir a competitividade e o crescimento económico' dinamizando a incorporação local e o fomento dos sectores económicos", explicou o ministro.

Deslocalização

Abraão Gourgel anunciou a aplicação de um programa de deslocalização para Angola de grandes e médias empresas portuguesas do sector da indústria. "Estão previstas medidas específicas de apoio para atrair companhias que queiram estabelecer negócios no país através de parcerias nos sectores industrial, agro-industrial e de serviços produtivos".

Revelou que o ministério recebeu este ano 13 projectos de empresas portuguesas que querem aderir ao programa de deslocalização e apontou que são projectos de segmentos da indústria cerâmica, de energia eólica, pavimentos rodoviários, vidro para construção civil e para viaturas, reciclagem de pneus, embalagens de cartão e papel e produção de mobiliário de madeira.

O programa prevê a deslocalização de empresas de produção de bolachas, equipamento didáctico, de formação profissional, fabricação de sacos de rafia para embalar cimento e bens agrícolas e uma fábrica de conserva de tomate e de massas alimentares.

Para este programa, disse o ministro da Economia, está prevista uma série de incentivos a empresas interessadas, como a facilitação do acesso ao financiamento e instalações, especialmente nos pólos de desenvolvimento e parques industriais infra-estruturados e nas Zonas Económicas Especiais (ZEE).

Consta dos benefícios a redução dos procedimentos burocráticos para a abertura e implantação de empresas, assim como a construção de parques industriais em Luanda e outras províncias através de investimentos públicos.

2. MICROFINANÇAS

2.1 Curso de Avaliação imobiliária vai suprir o vazio existente no sector, diz Archer Mangureira

Semanário Económico
25 De Junho de 2015

Camilo Lemos o presidente do Conselho de Administração da Comissão de Mercado de Capitais, Archer Mangureira, admitiu haver no país um vazio no sector de avaliação imobiliária. O responsável efectuou estas declarações à margem da abertura oficial do primeiro curso de "Avaliação Imobiliária" que iniciou segunda-feira, 22, nas instalações da Academia BAI.

Archer Mangureira considerou que o curso de avaliação imobiliária vai suprir o vazio, até ao momento, existente no sector. "Nós temos poucos peritos avaliadores imobiliários. Os que existem são, maioritariamente, estrangeiros. Precisamos que exista muito mais e que sejam angolanos. Que o curso dote de competências técnicas os formandos para o exercício da actividade de Peritos Avaliadores de Imóveis", manifestou.

O PCA da CMC esclareceu que os peritos ora referidos, no âmbito das suas tarefas, asseguram uma avaliação independente e abalizada de bens imóveis que integrem a carteira de activos do Fundo de Investimento Imobiliários.

Com a abertura da formação, a Academia BAI tornou-se na primeira instituição certificada pela Comissão de Mercado de Capitais para realizar o curso de peritos de avaliadores imobiliários com certificação, no país.

A inscrição está avaliada em 600 mil kwanzas. Segundo Alberto Ferreira Pereira, director-geral de ensino da Academia BAI, em declaração ao SE, os formandos vêm de diferentes instituições financeiras, de empresas imobiliárias e de empresas ligadas a arquitectura e ao urbanismo.

Durante o curso, que visa transmitir conhecimentos técnicos aprofundados sobre avaliação imobiliária, serão dissertados cinco módulos, nomeadamente, método comparativo; método do rendimento; método do custo; direito e fiscalidade do imobiliário, a ética, deontologia e standards de avaliação imobiliária.

A realização do curso pela Academia BAI justifica-se, segundo Alberto Pereira, pelo facto desta instituição identificar a oportunidade para o efeito, e por se tratar de uma área próxima daquilo que são as competências profissionais da Academia BAI, de

formação nas áreas de economia, gestão, finanças e da banca.

"O sector imobiliário é uma actividade com crescimento bastante promissor, por isso fomos buscar como parceiro, a escola Superior de Actividade Imobiliário de Portugal e, orgulhamos nos de sermos os primeiros a promover e oferecermos ao mercado um curso certificado pela CMC", disse.

O responsável anunciou para Setembro próximo, a realização da próxima formação, tendo ainda garantido que a sua instituição está preparada para oferecer o curso três vezes ao ano.

Sobre a formação

O Curso de Avaliação Imobiliária é uma iniciativa da Academia BAI em parceria com a Escola Superior de Actividades Imobiliárias de Lisboa. A formação tem uma duração de 84 horas e cobre tópicos sobre os diversos métodos de avaliação imobiliária, direito e fiscalidade do imobiliário, ética, deontologia e standards de avaliação imobiliária. De acordo com a organização, a emissão de certificados para os participantes depende da aprovação em provas de avaliação.

2.2 Aumenta venda de dólares no mercado interbancário

Jornal De Angola
2 De Junho de 2015

O Banco Nacional de Angola (BNA) vendeu na semana passada 400 milhões de dólares no mercado cambial a uma taxa média de 110,868 kwanzas por dólar, refere um comunicado publicado ontem no site da instituição.

Na semana anterior, o BNA vendeu 300 milhões de dólares à banca, a uma taxa de câmbio média de 110,582 kwanzas por dólar, de acordo com dados disponíveis no Jornal de Angola. O banco central anunciou ter colocado no mercado primário Títulos do Tesouro no montante de 74,1 mil milhões de kwanzas, em que 61,5 mil milhões de kwanzas eram Bilhetes do Tesouro (BT) e 12,6 mil milhões Obrigações do Tesouro (OT).

As OT emitidas foram nas maturidades dois, três, quatro e cinco anos, a taxas de juro de 7,00,7,25, 7,50 e 7,77 por cento ao ano.

As taxas de juros médios apurados para os BT foram de 3,47, 4,42, 5,01 e 7,00 por cento ao ano para as

maturidades de 63, 91, 182 e 364 dias, com variação de 0,27, 0,16 e 0,21 pontos percentuais nas maturidades de 91, 182 e 364 dias, as duas primeiras variações face ao último leilão e a última em relação à semana anterior.

O segmento de venda directa de títulos ao público foi colocado o montante de 428,1 milhões kwanzas, 32 milhões dos quais em BT nas maturidades de 63 e 180 dias, com taxas médias de juro de 3,50 e 4,69 por cento ao ano, e 396 milhões kwanzas em Obrigações do Tesouro indexadas ao dólar nas maturidades de dois, três, quatro e cinco anos, a taxas de 7,00, 7,25, 7,50 e 7,77 por cento ao ano.

Operações monetárias

No mercado interbancário os bancos realizaram entre si cedências de liquidez "overnight", sem garantia de títulos, no montante acumulado de 77,8 mil milhões kwanzas, um volume inferior em cerca de 24,10 por cento ao da semana anterior, situado em 101,9 mil milhões kwanzas.

O volume médio diário de transacções na semana passada foi de 15,6 mil milhões. LUIBOR overnight (um dia) apurada no último dia da semana situou em 6,25 por cento ao ano, a mesma taxa da semana anterior.

As maturidades de 30, 90, 180, 270 e 360 dias ficaram em 7,77 por cento, 8,41 por cento, 8,99 por cento, 9,50 por cento e dez por cento ao ano, com variações de 0,02 pontos percentuais face à semana anterior na maturidade de 90 dias.

A sexta-feira, o banco central decidiu manter as taxas de juros durante a reunião do seu Comité de Política Monetária.

2.3 BNA Prevê Retirar Notas De 50 e 100 De Circulação

Jornal Folha 8

6 De Junho de 2015

A Segundo o gestor, a emissão da moeda metálica de valor facial de 50 e 100 Kz poderá permitir uma poupança de 60% dos custos de produção das notas do mesmo valor. "A produção das 136 milhões de notas de 50 Kwanzas e as 146 milhões de notas de 100 kz em circulação no mercado apresenta custos elevados", esclareceu o governador.

A Lei que dá respaldo legal à emissão monetária foi aprovada, na generalidade, com 175 votos a favor, nenhum contra e três abstenções, na Assembleia Nacional.

Na ocasião, o governador do B A, José Pedro de Morais, justificou a circulação de uma nova família de moedas do Kwanza por razões financeiras e económicas, já que as moedas facilitam as transacções comerciais, assim como o fortalecimento da economia nacional, bem como a estabilidade macro-económica. "As moedas têm uma durabilidade de nove meses no mínimo, quanto que as notas têm uma durabilidade de cerca de três meses e, portanto, há um ganho efectivo para a nossa economia e para a entidade que manda cunhar as moedas e notas", destacou José de Morais.

O governante acrescentou que a existência de moedas com aquele valor facial trará benefícios nas combinações económicas entre a população e os agentes económicos, bem como "facilitará a obtenção de trocos e irá concorrer para fortalecer as transacções no mercado monetário, bem como na troca de bens e serviços". As novas moedas de 50 e 100 Kwanzas destacam motivos culturais de identidade angolana, característicos da família de notas e moedas metálicas da série 2012.

A moeda de 50 Kwanzas tem 26 milímetros de diâmetro e pesa 7,5 gramas enquanto a de 100 tem 26,5 milímetros de diâmetro e 8,5 gramas de peso.

As moedas metálicas de 50 Kwanzas são unicolores e com cor metalizada e são semi-serrilhadas, No verso figura a designação "República de Angola" e o haster da bandeira nacional, um elemento adulto, representando um sobrevivente da Luta de Libertação Nacional, e uma criança em representação do pioneiro angolano e um mastro da bandeira nacional com a inscrição "40º aniversário da Independência Nacional". O verso traz o valor facial ao centro e as inscrições "Kwanza", a cestaria como símbolo de cultura nacional e o ano de emissão, 2015, na base. Com os mesmos motivos que a moeda de 50 Kwanzas, nas duas faces, e de 100 também é unicolor mas com cor bronzeada.

Até ao final do ano, Angola passa a contar com sete moedas metálicas e cinco notas diferentes. As últimas moedas metálicas ocorrem em meados do ano passado, altura em que o Banco Nacional de Angola pôs em circulação a moeda de 20 kwanzas, em homenagem à Rainha "Njinga Mband" que morreu há 350 anos, a 17 de Dezembro de 2014.

2.4 Banco Sol concede 146 milhões de dólares em micro-créditos

Semanário Económico

25 De Junho de 2015

Texto: Camilo Lemos

Diariamente a instituição financeira recebe cerca de dez novos pedidos de micro-créditos, o que em média, perfaz 200 pedidos mensais o Banco Sol concedeu em micro-crédito, desde o início das suas actividades em 2001 até ao final de 2014, 146 milhões de dólares em cerca de 102 mil beneficiários. A informação foi avançada pelo chefe de departamento de análise de micro crédito, Gilson Cassinda, em exclusivo ao Semanário Económico à margem do fórum sobre micro-finanças, organizada recentemente pela Zoe Small Business.

O banco Sol tem no mercado 12 produtos de micro-crédito, em que se destaca o comércio de bebidas, roupas e electrodoméstico. Recentemente, a instituição começou também a financiar projectos direccionados ao sector pesqueiro. Segundo o responsável este segmento que funciona no Porto Amboím, província da Lunda-Sul, é dirigido exclusivamente às mulheres. Diariamente, de acordo com Gilson Cassinda, o Banco Sol recebe cerca de dez novos pedidos de micro-créditos, o que em média perfaz 200 pedidos mensais.

O responsável referiu haver dificuldades no que se refere à gestão do negócio por parte dos devedores. Cassinda fez saber que o cliente de micro-crédito é muito susceptível a choques externos, por isso, na sua avaliação, a dificuldade no acesso às divisões tem-se apresentado como um entrave para muitos clientes de micro-crédito que praticam a compra e venda de mercadoria.

Aquele responsável revelou que, o banco depara-se com situações em que alguns clientes ficam sem capacidade de reembolso. "O número é ínfimo. Nestes casos, o banco encontra saídas que normalmente passam pela reestruturação do crédito. Em algumas situações nem sempre existe a necessidade de conceder um novo crédito para responder à falência do negócio.

O que acontece muitas vezes, é que alguns clientes optam por outros investimentos em detrimento do negócio, como compra de viatura para uso pessoal", fez saber Cassinda, recomendando que, se o micro-crédito não for usado para rentabilizar e gerar receitas, dificilmente o cliente conseguirá reembolsar.

Segundo Gilson Cassinda foi em 2001 que o banco começou, na província do Bengo, com um projecto-piloto denominado crédito solidário para os grupos de cinco a sete pessoas, preferencialmente as senhoras por serem as que melhor pagam, segundo o entrevistado.

Banco Sol investe 30 milhões de dólares ao programa Angola Investe

O Banco Sol já disponibilizou 30 dos 100 milhões de dólares norte americanos, convertidos em Kwanzas, subscritos ao programa Angola Investe, para o micro, pequenas e médias empresas do país.

O Presidente do Conselho de Administração do Banco Sol, Coutinho Nobre Miguel, assegurou ao Ministério da Economia, estarem em curso processos que deverão absorver cerca de 40 milhões de dólares, equivalente em Kwanzas,

O PCA do Banco Sol que falava à Rádio Nacional de Angola, fez saber que a carteira do banco em termos de financiamentos está na ordem de 832 milhões de dólares, sendo que, a continuidade pelo financiamento das micro, pequenas e médias empresas, no âmbito do Angola Investe é um compromisso que o seu banco mantém firme.

2.5 BNA vende mais de USD 300 milhões ao sistema bancário

Semanário Económico

25 De Junho de 2015

Texto: Camilo Lemos

O período de 15 a 19 de Junho, o Banco Nacional de Angola realizou vendas de divisas no montante de 350,0 milhões de dólares. A taxa de câmbio média de referência do mercado cambial interbancário, apurada ao final da semana foi de 120,430. De acordo com o comunicado do BNA publicado nesta semana, no âmbito das operações fiscais, para a gestão corrente do Tesouro Nacional, o BNA, enquanto operador do Estado, colocou no mercado primário Títulos do Tesouro Nacional no montante de 7,4 mil milhões de kwanzas, sendo 210,6 milhões de kwanzas em Bilhetes do Tesouro (BT) e 7,2 mil milhões de kwanzas em Obrigações do Tesouro (OT). Lê-se no comunicado que as OT emitidas foram nas maturidades 2, 4 e 5 anos, e taxas de juro respectivas de 7,0%aa, 7,50%aa e 7,77%aa e a taxa de juro média apurada para os Bilhetes de Tesouro foi de 5,02%aa e 7,03%aa para as maturidades respectivas de 182 e 364 dias, e variação de 0,01 pp e 0,02pp.

No segmento de venda directa de títulos ao público, assinala o comunicado, foi colocado o montante de 3,5 milhões de kwanzas, sendo 160,1 milhões de kwanzas em Bilhetes de Tesouro, nas maturidades de 182 e 364 dias e taxas médias de juro respectivas de 5,02%aa e 6,20%aa, apuradas nas sessões da emissão respectivas e, 3,3 mil milhões de kwanzas em OTMN ITXC na maturidade de 2 e 5 anos, a taxas de 7,00%aa e 7,77%aa.

Mercado Interbancário

No mercado inter-bancário, os bancos realizaram entre si cedências de liquidez overnight, sem garantia de títulos, no montante acumulado de 163,2 mil milhões de kwanzas, volume inferior em cerca de 23,24% ao da semana anterior, de 212,6 mil milhões de kwanzas e, o volume médio diário de transacções na semana em análise foi de 32,6 mil milhões de kwanzas, lê-se. ALUIBO Overnight (1 dia) apurada no último dia da semana, com base nas cedências de liquidez acima referidas, situou-se em 0,78%aa, com variação de 1,69% à taxa da semana anterior e, a LUIBOR para as maturidades de 30, 90, 180, 270 e 360 dias situou-se em 8,43%, 8,71%, 9,37%, 9,70 e 10,08%, ao ano, registando variações entre 0,07pp e 0,53pp, face à semana anterior em todas as maturidades.

2.6 Fórum de microfinanças desencadeia discussão entre a banca e micro-empresários

Semanário Económico

25 De Junho de 2015

Texto: Camilo Lemos

Durante o fórum de micro - finanças realizado na passada quinta-feira em Luanda, o sector bancário viu - se pressionado pelos micro-empresários que aproveitaram o momento, para entre outras preocupações que os afligem, reclamarem a taxa de juros cobrados na concessão de micro-crédito e a falta de divulgação dos produtos micro-créditos.

Miguel Piam, representante do grupo Piam, por exemplo, patenteou o seu descontentamento relativamente à dificuldade no acesso ao micro-crédito disponibilizado pelo Banco de Poupança e Crédito (BPC).

Francisco Manuel, economista e representante da TM construtores, defendeu que apesar de o micro-crédito em Angola ser um produto novo, este segmento é o único caminho para se sair da pobreza. Entretanto, o economista reclamou o fato de haver apenas uma instituição bancária que mais divulga e actua sobre o referido produto.

"A ideia que tenho é que existe um único banco que dá micro-crédito que é o banco Sol. Tudo resto não conheço", fez saber.

Os micro-empresários defenderam que para responder ao desafio proposto pela Lei das Micro-empresas, que passa por uma facturação anual de 250 mil dólares ano, é preciso reorganizar os pequenos

negócios. "É preciso, por exemplo, que os táxis passem para transportes que funcionem; as quinguilas têm de evoluir para cooperativas de crédito, também falaríamos das comidas que se fazem por toda e qualquer esquina, que devem evoluir para serviços alimentares dignos", precisaram.

Para o formador de empreendedorismo e autor do livro com o mesmo teor, Valdemiro Walter, o problema de crédito em Angola não é só visto na vertente daquilo que é o negócio que se quer aplicar, mas também para suportar todo um conjunto de problemas básicos dentro das famílias.

O que se sugere, disse, é que os bancos também precisam de organizar-se, porque quando concedem os micro-créditos e os créditos estão a olhar para os lucros e não para o desenvolvimento do sector, que se consubstancia na melhoria da situação da economia nacional. "Proponho que os bancos criem incubadoras para acompanhar o número de famílias que recebem o micro-crédito", disse.

A representante do Ministério da Família, identificada apenas com o primeiro nome, Sandra, lembrou que Angola é membro da campanha global de micro-crédito que tem como recomendação garantir que mais de 175 milhões de famílias pobres a nível do mundo saiam da pobreza.

Na sua opinião, para baixar a taxa de juro, o sector deve se tornar competitivo, através do surgimento de mais instituições financeiras capazes de acudir a demanda.

Respondendo às preocupações do auditório os prelectores afirmaram que aqueles que estão na classe dos pobres economicamente activos têm apenas iniciativas, faltando-lhes o conhecimento sobre um balanço.

Afirmaram que a realidade demonstrada em vários trabalhos desenvolvidos no campo é que as senhoras, que por sinal são o grupo alvo do micro-crédito, não entendem nada de contabilidade tomando complicado a boa gestão dos negócios.

Por parte do Banco Sol, representado por Gilson Cassinda, chefe de departamento de análise de micro-crédito, veio o argumento: O objectivo é ver famílias a crescer, como uma mãe que tem capacidade de pagar a formação dos filhos numa escola privada, um hospital privado e ter uma refeição condigna. Disse ser importante a inovação mais do que a formação, porque a definição do empreendedorismo não passa por fazer aquilo que o outro já faz.

Justificando as críticas que caíram sobre o BPC, a chefe de Departamento de micro-finanças, Sandra da

Silva, disse que os bancos que aceitaram o desafio de entrar neste negócio de alto risco, o micro-crédito, não estão apenas preocupados com o lucro, como também com a inclusão financeira das pessoas, daí os vários programas, não só do executivo como também dos bancos.

"A metodologia usada em alguns programas do BPC envolve muito mais a pessoa do que propriamente o lucro. A movimentação de técnicos para formação, transportes envolve custos, daí as elevadas taxas de juros", justificou.

O fórum sobre micro- finanças refletiu também sobre o micro-seguro e concluiu que o mesmo deve sempre acompanhar a micro-finanças, cabendo às instituições de direito a abertura de segmentos para estes fins.

2.7 Reservas internacionais registam subida

Jornal de Angola
12 de Junho de 2015

Os dados constam do mais recente boletim do BN A obre o Panorama Monetário e compara o resultado de

Abril aos 25,577mil milhões de dólares (2,99 triliões de kwanzas) registados em Março.

Necessárias para garantir as importações nacionais de matérias-primas ou de alimentos, as reservas internacionais cifravam-se em Fevereiro em 26,189 mil milhões de dólares e em Janeiro nos 26,861 mil milhões de dólares. o final de 2014, fixaram-se em 27,478 mil milhões de dólares, o suficiente para garantir à volta de seis meses das necessidades de importações por Angola, o que se traduz numa quebra de 6,8 por cento ate Abril.

As reservas contabilizadas pelo Banco Nacional de Angola são constituídas com base em disponibilidades e aplicações sobre não residentes, bem como obrigações de curto prazo. Elas incluem-se as reservas de ouro que, em Dezembro de2014,subiramparaquase79,291 mil milhões de kwanzas (cerca de mil milhões de dólares).

A revisão do Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2015, aprovado em Marco e que urge face à forte quebra nas receitas com a exportação de petróleo, o Executivo angolano prevê uma queda dessa reservas para cinco meses, Devido à crise da cotação do crude, que fez as receitas fiscais petrolíferas do país caírem para cerca de metade nos últimos meses, e, par consequência, a entrada de

divisas (dólares), o Governo prevê uma redução de 28,4 por cento nas mesmas reservas em 2015.

Na eventualidade de a situação de crise perdurar durante todo o ano, a perda de RIL poderá elevar e a menos 8.005,39 milhões de dólares, posicionado o 'stock' de RIL em 19.277,18 milhões de dólares", lê-se no documento que sustenta o Orçamento revisto na base de 40 dólares o preço do barril de petróleo.

Angola e o segundo maior produtor de petróleo da região da África Subsariana, actividade que representa cerca de 98 por cento do total das exportações do país. A economia angolana, que depende significativamente das receitas petrolíferas, atravessa desde o Ultimo trimestre do ano passado uma escassez de divisas. Em2013, o sector petrolífero garantiu, de acordo com dados do Ministério das Finanças, 76 por cento das receitas fiscais angolanas, mas o seu peso deve descer este ano para 35,5 por cento devido forte redução da cotação do crude no mercado internacional a crise petrolífera de 2009, as RIL angolanas reduziram e até aos 13 mil milhões de dólares, o que obrigou o Governo angolano a pedir um empréstimo ao Fundo Monetário Internacional no valor de 1.375milhoesde dólares (1,2milmihoes de euros).

2.8 “Angola Investe” já aprovou projectos avaliados em mais de 72,8 mil milhões de kwanzas desde o seu arranque

Jornal Semanário Económico
11 De Julho de 2015
Texto: Camilo Lemos

Os 17 bancos que participam do programa Angola Investe aprovaram desde o final de 2012, mais de 397 financiamentos às micro, pequenas e médias empresas num valor estimado em mais de 72,8 mil milhões de kwanzas. Afirmou o ministro da Economia, Abrahão Gourgel, quando intervinha na cerimónia de entrega de diplomas de Excelência da segunda gala de premiação de PME- s de excelência promovida, quinta-feira, 4, pelo Banco Millenium Angola.

"Deste total, 256 financiamentos foram já disponibilizados aos respectivos promotores. Este apoio da banca não se confina apenas aos períodos de maior segurança financeira. Desde o início deste ano, os bancos aderentes ao programa Angola Investe já aprovaram 55 projectos num montante de 6,7 mil milhões de kwanzas", explicou o ministro.

Abraão Gourgel enalteceu a iniciativa do Banco Millenium Angola, instituição que integra o programa Angola Investe com uma quota de 30%, ao premiar 575 pequenas e médias empresas de excelências, numa gala que contou com uma dezena de participantes entre os quais, órgãos do executivo angolano, homens da banca angolana, media e não só.

O dirigente sublinhou então, terem sido realizadas, este ano, mais de 50 visitas a vários projectos em diferentes pontos do país, para contribuir para o sucesso do programa Angola Investe liderado pelo Banco Millenium Angola em termos de projectos e financiamentos disponibilizados.

O ministro da economia disse que o financiamento não é a única ferramenta de que os empresários necessitam, realçando também a importância da formação, apoio técnico e consultoria, de novas soluções financeiras e de um melhor ambiente de negócio para os empresários.

No âmbito do desempenho do APEM, o ministro informou que mais de 10.200 micro, pequenas e médias empresas foram certificadas pela referida instituição e que beneficiam de apoio em termos de formação de consultoria e que podem tirar benefícios fiscais previstos na lei 30/11.

"PME' 5 devem competir com os países da SADC"

As 575 Pequenas e Médias Empresas de excelências distinguidas, recentemente, pelo Banco Millenium Angola devem enfrentar o desafio da grande competitividade que acontece em 2017 com a inserção de Angola na Zona do Comércio Livre da SADC. A opinião é do economista Alves da Rocha. O especialista considera 2017, como sendo o período em que a economia nacional se abrirá aos países da SADC, daí questionar se os requisitos apresentados pelo BMA e que permitiram a distinção das empresas de excelências são, de facto, capazes de enfrentar a forte competitividade proveniente da SADC.

" Não sei se o critério de excelência se esgota nos critérios que o Millenium Angola utilizou.

Creio que a excelência tem de ir além desses requisitos", disse. Alves da Rocha precisou que não será possível, segundo as regras de Organização Mundial de Comércio, aplicar subsídios para proteger determinadas actividades, a não ser que tenham sido discutidos pelas instâncias da Zona de Livre Comércio da SADC e devidamente permitidos.

Alves da Rocha considera que, em Angola há, por parte do governo, acções que têm visado facilitar a actividade económica empresarial. Para exemplificar

referiu que entre 2002 e 2014 os investimentos públicos feitos em Angola rondam os 94 mil milhões de dólares, o que, segundo entende, representa um apoio significativo ao próprio investimento privado, que possibilita que este investimento tenha condições para ser mais rentável e mais eficiente.

Para o economista José Chilundu, a condição para que o comércio de zona livre funcione é a disponibilidade que os países devem ter em fornecer serviços ou comprarem bens e serviços fornecidos pelos seus parceiros.

Neste sentido, Chilundu questiona -se quais seriam as reais vantagens para Angola que poderiam servir para a sua inserção na Zona de Comércio Livre.

"Aqui aparece o nosso pessimismo porque estamos num processo de diversificação da economia que está a dar os seus primeiros passos", disse questionando se até 2017 Angola poderá estar em condições de apresentar bens que apareceriam na zona com o preço de concorrência, competindo com a África do Sul, Zimbabwe, Namíbia e não só .

2.9 Luanda acolhe Fórum sobre Micro-finanças

Jornal Seminário Económico
11 De Junho de 2015

O evento decorreu sob o lema "Inclusão Financeira" Factor de Sucesso no Combate a Pobreza em Angola e juntou instituições governamentais, instituições bancárias, seguradoras, instituições de micro-crédito, empresas de telecomunicações, tecnologias de informação e organizações não-governamentais.

Na ocasião foi lançada uma aplicação móvel para gestão de Finanças pessoais, ferramenta disponibilizada gratuitamente e tem por objectivo auxiliar os cidadãos na gestão das suas finanças.

2.10 Governador prevê estabilização do câmbio

Jornal De Angola
18 De Junho de 2015
Texto: Francisco Bernardo

O governador do Banco Nacional de Angola (B A) considerou terça-feira, em Luanda, as recentes

desvalorizações do kwanza como flutuações do mercado e descartou um cenário de forte depreciação da moeda nacional.

José Pedro de Morais declarou à imprensa, à margem da apresentação do projecto de introdução da disciplina de literacia financeira no sistema de ensino angolano, que não cabe ao BNA defender "a todo o custo" a paridade do kwanza, mas viabilizar o ajustamento da economia e criar condições para garantir as metas de crescimento. O governador prevê que a depreciação do dólar verificada ao longo do ano, com principal incidência para este mês, não representa, para já, uma tendência do mercado cambial angolano.

José Pedro de Morais recordou ainda que o actual mercado cambial funciona com base em taxas flutuantes "influenciadas pelas oscilações das pressões da oferta e da procura", neste momento agravadas pela forte necessidade de divisas, mas que o banco central desenvolve "mecanismos para provocar o ajuste, não só no mercado cambial, mas também no mercado monetário".

O governador do BNA considerou como "uma vantagem" o recente acordo entre o Executivo e a China, que prevê apoio financeiro do país asiático à diversificação da economia nacional.

"É uma vantagem? Acredito que é: estou a falar com sinceridade", disse governador do banco central.

O BNA e o Ministério da Educação lançaram terça-feira o projecto de inserção de Literacia Financeira no sistema de ensino, para dotar os estudantes de conhecimentos sobre gestão financeira e em matéria de empreendedorismo.

Numa primeira fase são ministradas aos alunos da 7^a a 10^a classes, em cinco escolas e institutos médios de Luanda, nas disciplinas de Matemática, História e línguas francesa, portuguesa e inglesa, conteúdos sobre "A História da Moeda em Angola", "Orçamento" e "Consumo Consciente". O programa teve início esta semana, com a formação de 20 professores durante três dias em Luanda e estende-se à Lunda Sul, Namibe e Zaire, envolvendo no total 80 docentes, perspectivando-se a sua expansão para outras províncias em 2016.

Além de inserir conteúdos financeiros no sistema de educação, a meta desta iniciativa do Banco Nacional de Angola consiste em ampliar o grau de literacia financeira dos jovens e da população em geral, para o aumento da estabilidade do sistema financeiro, desenvolvimento sustentado da actividade económica e qualidade de vida para os angolanos.

2.11 Dólares Continuam A Ser Uma Raridade

Jornal a Capital

27 de Junho de 2015

O quadro mantém-se complicado para quem, como Mário Diogo, tem necessidades permanentes de adquirir dólares.

Diogo tem o compromisso de enviar regularmente dinheiro para custear a formação da filha que ele tem a estudar no exterior do país, mas as dificuldades de acesso à divisas no sistema bancário faz com que esse encarregado não cumpra, à risca, com os pagamentos devidos.

E, nos últimos tempos, este funcionário público viu a sua situação a complicar-se cada vez mais. É que já vão dois meses que não envia dinheiro à filha por bloqueios impostos pela banca, que insiste em não lhe facilitar a compra de dólares.

"Está um caos total", reclamou. Depois de recorrer aos bancos e endereçar cartas a explicar a situação, Diogo diz que mesmo assim nada de melhor foi feito, porque sempre que o fez, a resposta nunca mais foi diferente do que esta: "Vamos analisar o seu pedido".

Diante da necessidade que tem de regularizar as contas da sua dependente, Mário Diogo não teve alternativa melhor. Ou seja, teve que recorrer à rua para adquirir dólares em mãos das chamadas kinguilas.

Só que não tem sido uma opção barata, dado que a nota de 100 dólares é hoje comercializada em tomo de 18 mil kwanzas.

O professor diz que o recurso ao mercado informal não foi decidido muito antes para não desfalcar as contas, mas pela dificuldade de acesso nos canais oficiais, não teve outra saída.

"Tinha que enviar mil dólares, mas só foi possível 500 dólares", lamentou.

Mário Diogo exige, por isso, que se faça algo com a máxima urgência para reverter tal quadro, pois, segundo ele, existem muitos angolanos no exterior do país por várias razões, incluindo necessidades de saúde e de educação, que, no seu entender, "não podem ser abalados.

"O BNA vai criando aberturas, e os bancos devem acompanhá-las à mesma velocidade", disse, considerando que de contrário, "todas as soluções para normalizar a situação serão inválidas".

Quem, como Mário Diogo, também está na aflição pela falta de dólares no mercado é Augusto Tomás. O técnico de informática diz possuir alguma poupança em dólares confiada a um banco local. Porém, o que o incomoda é que, justamente no momento em que necessita usufruir deles com a extrema urgência, o banco não os pode dar.

"Precisava de cinco mil dólares e mandaram-me regressar na semana seguinte. Vê se pode", questionou. Tomás mostra-se totalmente desapontado com a situação em que se encontra, por estar em vésperas de perder uma oportunidade há muito aguardada.

"Tenho que pagar serviços que me cobram em dólares", disse, explicando que o dinheiro era aí depositado, propositadamente para este fim.

Ninguém é poupado

A escassez de divisas no mercado parece ser uma situação que afecta a vida da generalidade dos agentes com ligação aos bancos, como é o caso de muitas empresas que ameaçam fechar portas, devido a incapacidade de honrar compromissos com fornecedores externos.

Pedro Cardoso, director da Topac, empresa vocacionada na produção de componentes para indústria de bebidas, tais como grades, pré-formas de pet para garrafas, é um caso paradigmático disso.

"Já pedi a clientes que parassem de encomendar material, sobretudo o pet para garrafas", contou.

O empresário aponta isso como exemplo claro de como a falta de divisas afecta a actividade das empresas e diz não ser por acaso que a Topac viu diminuir o seu volume de negócios.

Há mais de 15 anos no mercado nacional, a empresa já viveu as duas crises. Mas, Pedro Cardoso considera que esta parece ser a pior comparada com a de 2008, agravando-se pelo facto de não se vislumbrar, para já, melhoria da situação vigente.

Quem também começa a ver o seu negócio por um fio é Manuel Vara. O director da Glopol, empresa com o foco virado para a produção de artigos como paletes, caixotes de lixo, assim como caixas de transporte de produtos agrícola e baldes para a indústria petrolífera, vê, pelas mesmas razões, os dólares à distância.

Manuel Vara revela que o negócio da empresa tem "um grande mercado em Angola" ,mas diz que as coisas têm regredido desde os últimos meses de 2014.

"Agora tem sido um pouco mais difícil avaliar os ganhos devido a falta de divisas", disse.

A Servelectric cujo objecto social é a montagem e construção de equipamentos eléctricos, tem as mãos atadas na hora de dar vazão às obras à ela confiadas, tal como disse o seu director, Nuno Aleixo.

A empresa participa no processo de requalificação do Cazenga e Sambizanga, pelo que, o director avalia a falta de dólares como o grande obstáculo para a entrega da obra dentro dos prazos estabelecidos.

"Estamos a enfrentar uma situação muito complicada para a aquisição de matérias", explicou.

Agostinho Kapaia, do Grupo Opaia disse que a situação é, de facto, constrangedora para toda e qualquer empresa, pois, o país vive grandemente das importações.

"Há necessidade de fazer importações e os respectivos pagamentos, mas temos que estar preparados para se adaptar e ultrapassar as situações", sugeriu.

2.12 Subiram as vendas no mercado cambial

Jornal De Angola
30 De Junho de 2015

O volume de transacções cambiais do Interbancário aumentou e o kwanzas se deprecou na semana passada, durante a qual foram vendidos 431,4 milhões de dólares a uma taxa de câmbio 121,965 kwanzas por dólar, anunciou o Banco Nacional de Angola (BNA) no seu site na Internet.

O BNA passou na semana anterior 350 milhões de dólares aos bancos comerciais, a um câmbio médio de 120,430 kwanzas por dólar, indicavam os números divulgados pelo banco central sobre as operações naquele período.

O anuncio do banco central revela que na semana passada fez uma colocação de Obrigações do Tesouro no valor de 2,7 mil milhões de kwanzas nas maturidades de dois e cinco anos e juros de 7,00 e 7,77 por cento ao ano.

Também foi feita outra colocação de titulas públicos para venda directa ao público avaliada em 711 milhões de kwanzas, dos quais seis milhões eram Bilhetes do Tesouro a 182 e 364 dias e juros de 5,02 e 7,03 por cento.

O BNA colocou ainda uma oferta de Obrigações do Tesouro indexadas ao dólar nas maturidades de dois e cinco anos a juros de 7,00 e 7,77 por cento.

Na semana anterior, o BNA colocou Títulos do Tesouro avaliados em 7,4 mil milhões de kwanzas, 210,6 milhões dos quais eram Bilhetes do Tesouro (BT) e 7,2 mil milhões Obrigações do Tesouro (OT), indicam dados relativos àquele período.

As OT daquele período foram emitidas nas maturidades de dois, quatro e cinco anos e taxas de juro que ficaram em 7,00, 7,50 e 7,77 por cento ao ano, enquanto a de juro média apurada para os BT foi de 5,02 e 7,03 por cento para as maturidades de 182 e 364 dias, com variações de 0,01 e 0,02 pontos percentuais, dizem os dados do BNA.

Na semana passada, os bancos comerciais realizaram entre si cedências de liquidez overnight, sem garantia de títulos, no valor acumulado de 184,9 mil milhões de kwanzas, um volume superior em cerca de 15,43 por cento ao registado na semana anterior, de 160,2 mil milhões de kwanzas.

O volume médio diário de transacções foi de 37 mil milhões de kwanzas, indica o BNA.

A LUIBOR overnight (um dia) apurada na sexta-feira foi 11,23 por cento, com variação de 0,45 pontos percentuais face à taxa da semana anterior. Para as maturidades de 30, 90, 180, 270 e 360 dias ficou em 8,73, 9,04, 9,63, 9,86 e 10,19 por cento, com variações entre 0,01 e 0,33 por cento face a uma semana antes em todas as maturidades, o que reflecte uma relativa estabilidade do mercado monetário.

Na semana anterior, esta taxa de juro era de 10,78 por cento. Nas maturidades de 30, 90, 180, 270 e 360 dias era de 8,43, 8,71, 9,37, 9,70 e 10,08 por cento.

2.13 BNA mantém taxas de cedências de liquidez

Jornal Economia e Finanças
05 De Junho de 2015

O Comité de Política Monetária (CPM) do Banco Nacional de Angola analisou a evolução dos factores que determinam o comportamento do nível geral de preços. Nesta óptica, decidiu, recentemente, em Luanda, manter a taxa básica de Juro - taxa BNA - em 9,25 por cento ao ano e a de juro da facilidade permanente de cedência de liquidez em 10. A taxa de

juro da facilidade permanente de absorção de liquidez manteve-se nula, comparativamente à reunião de Abril.

Naquela que foi a sua quadragésima quarta sessão ordinária, o órgão de apoio às decisões do governador apreciou as medidas de política monetária que concorrem para a redução da volatilidade dos preços na economia nacional. No encontro, foi ainda analisada a evolução da inflação, da economia real, das contas fiscais e monetárias, bem como a informação recente sobre a conjuntura económica internacional, incluindo a da região SADC. A análise foi feita com base numa informação referente ao mês de Abril de 2015.

Consumidor

No mês de Abril de 2015, a taxa de inflação mensal, medida pelo índice de preços ao consumidor da província de Luanda, foi de 0,85 por cento, superior em 0,34 pontos percentuais em relação à do período homólogo de 2014. A inflação dos últimos doze meses situou-se em 8,23 superior em 0,36 pontos percentuais, comparativamente ao mês anterior.

A classe "alimentação e bebidas não alcoólicas", com 0,36 pontos percentuais, foi a que mais contribuiu para a inflação registada no mês em análise. Já a de "bens e serviços diversos" e a classe 07 - "transportes", com 1,69 e 1,21 por cento, foram as que mais variaram. No mesmo período, dentre as demais províncias, objecto de recolha oficial do nível geral de preços, por parte do Instituto Nacional de Estatística, a província de Moxico foi a que registou a taxa de inflação mais baixa, isto é, de 0,44.

A luibor overnight situou-se em 6,25 por cento ao ano e nas maturidades de 3 e 12 meses em 8,41 e 9,99, respectivamente.

De acordo com os dados preliminares, no mês de Abril, o crédito à economia contraiu em 0,24 por cento e em termos acumulados de 2015 cresceu 1,95.

Em Abril, os bancos comerciais adquiriram divisas no valor de 1.470 milhões de dólares no mercado cambial, das quais 1.357 milhões ao BNA e as restantes aos seus clientes.

No mercado cambial primário, a taxa de câmbio média de referência depreciou em 1,21 por cento face ao mês anterior, tendo-se situado em 109,293 kwanzas/dólar norte-americano.

Os indicadores da banca angolana continuam a ser bastante pressionados pela conjuntura internacional, sobretudo com a lenta recuperação dos preços do petróleo, principal produto angolano de troca com o exterior. A próxima reunião, para apreciação dos dados económico-financeiros, deve acontecer nos finais deste mês.

2.14 Sonangol obtém capital para investir

Jornal de Angola
06 De Junho de 2015

O Estado atribuiu à Sonangol, em 2014, 100.528 milhões de kwanzas para investimentos em dois bancos com operações no mercado nacional, o Millennium BCP e o antigo Banco Espírito Santo Angola (BESA).

O último relatório e contas da Sonangol revelou que, em 2014, foram concedidas pelo Estado angolano, à petrolífera estatal, "prestações suplementares" no valor de 100.528 milhões de kwanzas que se destinaram a capitalizar a companhia para reforçar o investimento financeiro no BCP e no Banco Económico S.A.

Os fundos destinados a este último banco atingiram os 16.848 milhões de kwanzas e foram desembolsados depois da intervenção do Banco Nacional de Angola para sanar o volume de crédito malparado, com a petrolífera a tomar 35 por cento do capital da instituição bancária.

O relatório e contas explica que a soma corresponde a um adiantamento para realização de capital, na medida em que o banco só fica instituído quando o processo legal existente ao nível do BESA - até Outubro detido em 55 por cento pelo BES português - ficar concluído.

No caso do Millennium BCP, a Sonangol afirma que até 31 de Dezembro era titular de 10.534.115.358 acções do banco português, correspondente a 1 9,44 por cento de participação no capital social.

Esta posição corresponde a preços de mercado de "justo valor" a cerca de 86.983 milhões de kwanzas, indica o documento que revela a subscrição de 6.703.527.955 novas acções no ano anterior, no aumento de capital do Millennium BCP.

À espera das licitações

No documento, a Sonangol explica que não realizou a licitação dos 15 blocos para exploração de petróleo inicialmente prevista para 2013, embora tenha feito a adjudicação directa de cinco.

A companhia revela que concluiu as actividades previstas no programa de licitações, como o processo de pré-qualificação e a realização das análises de viabilidade económica para os termos de referência, documentos submetidos ao Ministério dos Petróleos.

Mas a concessionária nacional afirma que os blocos têm reservas muito baixas, tomando os projectos pouco atractivos, pelo que apresentou uma proposta de incentivos fiscais e contratuais, para melhorar a viabilidade dos empreendimentos e atrair os investidores.

A proposta de diploma para os incentivos e dos termos de referência foram submetidos para apreciação dos Ministérios dos Petróleo e das Finanças, onde os documentos ainda estão.

Altos e baixos

Em Janeiro de 2014, o Angola LNG efectuou o primeiro de cinco carregamentos de 351.014 toneladas métricas de gás feitos para o Brasil, Coreia do Sul e China, antes da paralisação da fábrica em Abril daquele ano, indica o documento ao inventariar as actividades desenvolvidas naquele período pela companhia petrolífera.

Naquele ano, entraram em produção o projecto CLOV, no bloco 17, operado pela Total, e o projecto Pólo Oeste, no bloco 15-06, operado pela ENI, mas registou-se a paralisação temporária da produção das associações FS-FST devido às más condições das linhas de transporte do Bloco 2/05. A Sonangol Pesquisa e Produção encerrou as operações nos blocos 2-05 e 2-85.

Foi inaugurado um Centro de Formação Marítima da companhia em Fevereiro e prosseguiu a redução gradual das subvenções aos preços dos derivados de petróleo, em Setembro e Dezembro de 20 14, com o aumento dos preços da gasolina e gasóleo para consumo final.

2.15 Angola Investe aprova projectos milionários

Jornal de Angola
07 De Junho de 2015

Os bancos comerciais que financiam a economia no âmbito do programa "Angola Investe" aprovaram este ano 55 projectos avaliados em 6,7 mil milhões de kwanzas, afirmou o ministro da Economia.

Abraão Gourgel, que discursava quinta-feira na cerimónia de entrega de diplomas de Excelência 20 15 a 575 pequenas e médias empresas angolanas (PME), apelou para que o apoio dos bancos não se confine apenas aos períodos de maior bonança financeira no país.

O governante destacou o papel que o Fundo de Garantia de Crédito tem desempenhado não só, ao permitir acesso a crédito em melhores condições para muitos projectos, mas também por proporcionar um acompanhamento eficaz na execução dos projectos.

"Só este ano já foram realizadas mais de 50 visitas a projectos em vários pontos do país no sentido de contribuir para o sucesso dos programas", sublinhou.

Para o ministro, o acompanhamento dos projectos, a melhor preparação dos empresários e o maior conhecimento dos contornos do Angola Investe são uma combinação que permite antever que, apesar de este ser um ano de restrições, está criada a base para que o programa possa continuar a suportar as empresas ao longo deste ano.

Mais empresas certificadas

Abraão Gourgel referiu que a alavanca do financiamento tem um impacto significativo na capacidade de o país criar emprego, numa altura em que o programa "Angola Investe" é o responsável, desde o início da sua criação, por 61.896.

O Instituto Nacional para as Pequenas e Médias Empresas (INA-PEM) já certificou mais de 10.200 firmas que beneficiam de apoios em termos de formação e consultoria, e que podem tirar benefícios fiscais previstos na Lei 30/11.

O ministro disse ainda que a superação profissional constitui uma componente contínua do programa "Angola Investe", o que resultou já na formação de 55.000 jovens em empreendedorismo. O programa aprovou, desde o início da sua execução em finais de 20 12, 397 financiamentos a pequenas e médias empresas num valor estimado em 72,8 mil milhões de kwanzas.

Deste valor, 256 financiamentos foram já disponibilizados aos promotores. O Banco Millennium atribuiu diplomas às empresas angolanas e em especial às (PME) pelo seu desempenho económico, solidez financeira e profissionalismo.

Os certificados de Excelência 20 15 foram atribuídos a empresas que operam em várias regiões de Angola e em vários sectores de actividade, nomeadamente, Agricultura, Pecuária, Pescas, Materiais de Construção, Indústria Transformadora, Indústria Extractiva, Logística, Hotelaria e Turismo e Serviços de Apoio ao Sector Produtivo.

2.16 Certificação habilita empresas ao crédito

Jornal de Angola

08 De Junho de 2015

O Instituto Nacional de Apoio às Micros, Pequenas e Médias Empresas (INAPEM) na província do Cunene certificou 509 empresas desde 2012, habilitando-as para o financiamento bancário, disse à Angop a directora daquela instituição.

Teresa de Jesus afirmou que o ritmo da certificação é considerado elevado, graças aos mecanismos criados pela representação do INAPEM no Cunene para acelerar o processo, que, depois de viabilizar o financiamento das empresas, dinamiza os negócios na província

A responsável lembrou que a certificação das empresas facilita o acesso ao crédito bonificado e apelou aos empreendedores do Cunene a aderirem ao processo.

Expansão rural

A directora declarou que o INAPEM no Cunene quer elevar os níveis da colaboração com os empresários locais na criação de facilidades para a obtenção da certificação e outros procedimentos legais. O director do Comércio, Hotelaria e

Turismo no Cunene apelou aos proprietários das empresas do sector para que invistam nas áreas rurais da província, para facilitar o acesso da população a bens de primeira necessidade e serviços.

Gabriel Hikimote disse à Angop que as zonas rurais da província não possuem estabelecimentos comerciais e unidades hoteleiras, chamando a atenção das empresas locais para dedicarem maior atenção às populações do interior. Cunene conta com 785 estabelecimentos comerciais, dos quais 12 grossistas, 163 retalhistas, 140 de prestação de serviços e 55 misto. Tem ainda uma rede hoteleira de 203 unidades, com destaque para dois hotéis de três estrelas, 33 similares, 20 restaurantes, oito

hospedarias, 29 snack bares, 55 botequins e 46 tabernas.'

2.17 Mulheres processadoras de pescado recebem micro créditos

Jornal Grandes Notícias
5 de Junho de 2015

Oitenta e duas mulheres, entre vendedoras e processadoras do pescado, beneficiaram esta semana, na cidade do Namibe, de um micro crédito estimado em oito milhões e 200 de mil kwanzas, financiados pelo Fundo de Apoio ao Desenvolvimento de Pescas Artesanais (FADEPA).

No acto de entrega, o director nacional de pescas artesanal, Henriques Gonçalves, frisou que cada beneficiária vai receber 100 mil kwanzas, que deverão ser reembolsados em seis meses.

Henriques Gonçalves argumentou que o financiamento surge da necessidade da implementação do programa do combate à fome e à pobreza, bem como potenciar as mulheres sobre as técnicas financeiras, com vista a rentabilizar os seus negócios.

Acrescentou que o projecto do FADEPA vai estender-se as restantes localidades piscatórias do município do Tombwa e das comunas do Bentiaba e Lucira.

Na ocasião, uma das beneficiárias, Rosa Nimba, que se mostrou satisfeita com o gesto do Governo, prometeu trabalhar de forma a suprir os problemas económicos que afligem a família e procurar ter rendimentos nos seus pequenos negócios. "Eu tenho a certeza que com os valores recebidos vou empenhar-me, de forma que o meu negócio cresça. O meu sonho é ser empresária um dia, para contribuir no crescimento do país": disse.

2.18 Governo aproxima empresários dos bancos comerciais

Jornal de Angola
10 De Junho de 2015
LOURENÇO BULE

O Governo Provincial do Cuando Cubango vai, nos próximos dias, promover vários encontros entre empresários locais e as agências bancárias sedeadas na região com vista a encontrar formas que facilitem a concessão de créditos.

A iniciativa saiu de um encontro que o vice-governador para o sector económico, Ernesto Kiteculo, manteve com a classe empresarial e os responsáveis das agências do BPC, BFA, BAL, BCI, BPA, BIC, BESA, Keve, Millenium e BNI.

A directora do Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística (GEPE), Bernardeth Dalva, disse que o encontro foi muito proveitoso, pois os participantes saíram elucidados sobre os serviços e ofertas disponíveis no mercado local.

Bernardeth Dalva sublinhou que Governo Provincial incentivou a realização de certame, devido à apatia que se regista na classe empresarial do Cuando Cubango, que está na base da fraca execução de projectos socioeconómicos na região.

Referiu que a banca tem os seus produtos e está disponível a vendê-los aos empresários locais, mas falta, da parte destes, informação para que possam aderir aos créditos disponíveis não apenas na província, mas em todo o país.

Estreitamento das Relações

O gerente do Banco Privado Atlântico (BPA) em Menongue, Edilson de Melo, salientou que o encontro promovido pelo Governo Provincial visou, na essência, o estreitamento das relações entre os agentes bancários e os empresários locais, com o intuito de alavancar o desenvolvimento socioeconómico há muito almejado, bem como esclarecer dúvidas e apartar constrangimentos existentes entre os dois sectores.

Sublinhou que o processo de auscultação entre o sector empresarial e a banca visa a troca de informações, que permitam aos homens de negócios constituírem as suas empresas e elaborarem os

projectos com todos os requisitos necessários para poderem beneficiar de financiamentos.

Adilson de Melo apontou como dificuldade do empresariado local a falta de quadros na área de contabilidade e finanças, além de existirem falhas na documentação.

"Muitas empresas não recebem financiamento por não terem estrutura própria, estarem muito desorganizadas, sem contabilidade em dia e serem constituídas pelo dono, que é o gestor máximo, contabilista, financeiro e isso não constitui legalidade", disse.

Os encontros de auscultação entre os empresários e a banca, organizados pelo Governo local, e a

honestidade nas relações, realçou, abrem caminho para superar os obstáculos actuais.

"Nós não temos problemas, mas sim um desafio porque identificamos que ambas as partes têm muito trabalho a fazer", disse. Considerou necessária mais interacção e um maior dinamismo de modo a executar os projectos apresentados pela classe empresarial.

Tratamento especial

Domingas Cassanga, proprietária da empresa Mingas e Filhos, Limitada, que opera na província do Cuando Cubango há 14 anos, disse que, defendeu um tratamento especial dos bancos para com os empresários, devido ao grande volume de dinheiro necessário para os negócios. Sugeriu, desse modo, a abertura de balcões específicos para o atendimento das empresas, de modo a evitar as filas e permitir maior segurança nas transacções que envolvam grandes somas em dinheiro vivo.

Enquanto isto não acontece, sublinhou, é necessário que os gerentes das agências bancárias procurem identificar os empresários locais e lhes reservem um tratamento mais consentâneo com o seu estatuto.

"Muitas das vezes, em diferentes balcões existentes na província, deparamo-nos com situações pouco abonatórias, que começam pela falta de respeito do segurança, mau atendimento e até a alegação de falta de dinheiro para a realização de levantamentos, situação que pode ser ultrapassada com uma transferência bancária, disse"

Contributo dos empresários

O delegado provincial das Finanças, Adriano Neto, frisou que é necessária uma maior aproximação entre a classe empresarial e a banca que acelere o processo da diversificação da economia em curso no país, gere mais empregos e reforce Programa de Combate à Pobreza.

Adriano Neto ressaltou que o principal objectivo destes encontros é aproximar as partes intervenientes para alavancar a economia da região e do país. "Notamos que, de há um tempo para cá, os empresários locais têm manifestado a necessidade de uma maior aproximação ao Governo Provincial do Cuando Cubango e isso deve ser permanente, visto que constituem o pilar de desenvolvimento da região", disse.

Explicou ainda que encontros do género traem melhorias na actuação da classe empresarial, de acordo com as políticas delineadas pelo Governo

local para melhorar a vida dos populares da região, sobretudo nas áreas mais recônditas.

O delegado Provincial das Finanças referiu que estes encontros têm carácter pedagógico e trazem muitas vantagens. Para o responsável, alguns dos empresários da região estão munidos de conhecimentos sobre as políticas aduaneiras e fiscais que vigoram no país, mas muitos carecem ainda de esclarecimentos mais profundos sobre a matéria para que possam melhorar a sua actuação no mercado empresarial.

2.19 Governo aproxima empresários dos bancos comerciais

Jornal de Angola

10 De Junho de 2015

LOURENÇO BULE

O Governo Provincial do Cuando Cubango vai, nos próximos dias, promover vários encontros entre empresários locais e as agências bancárias sediadas na região com vista a encontrar formas que facilitem a concessão de créditos.

A iniciativa saiu de um encontro que o vice-governador para o sector económico, Ernesto Kiteculo, manteve com a classe empresarial e os responsáveis das agências do BPC, BFA, BAL, BCI, BPA, BIC, BESA, Keve, Millenium e BNI.

A directora do Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística (GEPE), Bernardeth Dalva, disse que o encontro foi muito proveitoso, pois os participantes saíram elucidados sobre os serviços e ofertas disponíveis no mercado local.

Bernardeth Dalva sublinhou que Governo Provincial incentivou a realização de certame, devido à apatia que se regista na classe empresarial do Cuando Cubango, que está na base da fraca execução de projectos socioeconómicos na região.

Referiu que a banca tem os seus produtos e está disponível a vendê-los aos empresários locais, mas falta, da parte destes, informação para que possam aderir aos créditos disponíveis não apenas na província, mas em todo o país.

Estreitamento das Relações

O gerente do Banco Privado Atlântico (BPA) em Menongue, Edilson de Melo, salientou que o encontro promovido pelo Governo Provincial visou, na essência, o estreitamento das relações entre os agentes bancários e os empresários locais, com o intuito de alavancar o desenvolvimento

socioeconómico há muito almejado, bem como esclarecer dúvidas e apartar constrangimentos existentes entre os dois sectores.

Sublinhou que o processo de auscultação entre o sector empresarial e a banca visa a troca de informações, que permitam aos homens de negócios constituírem as suas empresas e elaborarem os projectos com todos os requisitos necessários para poderem beneficiar de financiamentos.

Adilson de Melo apontou como dificuldade do empresariado local a falta de quadros na área de contabilidade e finanças, além de existirem falhas na documentação.

"Muitas empresas não recebem financiamento por não terem estrutura própria, estarem muito desorganizadas, sem contabilidade em dia e serem constituídas pelo dono, que é o gestor máximo, contabilista, financeiro e isso não constitui legalidade", disse.

Os encontros de auscultação entre os empresários e a banca, organizados pelo Governo local, e a honestidade nas relações, realçou, abrem caminho para superar os obstáculos actuais.

"Nós não temos problemas, mas sim um desafio porque identificamos que ambas as partes têm muito trabalho a fazer", disse. Considerou necessária mais interacção e um maior dinamismo de modo a executar os projectos apresentados pela classe empresarial.

Tratamento especial

Domingas Cassanga, proprietária da empresa Mingas e Filhos, Limitada, que opera na província do Cuando Cubango há 14 anos, disse que, defendeu um tratamento especial dos bancos para com os empresários, devido ao grande volume de dinheiro necessário para os negócios. Sugeriu, desse modo, a abertura de balcões específicos para o atendimento das empresas, de modo a evitar as filas e permitir maior segurança nas transacções que envolvam grandes somas em dinheiro vivo.

Enquanto isto não acontece, sublinhou, é necessário que os gerentes das agências bancárias procurem identificar os empresários locais e lhes reservem um tratamento mais consentâneo com o seu estatuto.

"Muitas das vezes, em diferentes balcões existentes na província, deparamo-nos com situações pouco abonatórias, que começam pela falta de respeito do segurança, mau atendimento e até a alegação de falta de dinheiro para a realização de levantamentos,

situação que pode ser ultrapassada com uma transferência bancária, disse"

Contributo dos empresários

O delegado provincial das Finanças, Adriano Neto, frisou que é necessária uma maior aproximação entre a classe empresarial e a banca que acelere o processo da diversificação da economia em curso no país, gere mais empregos e reforce Programa de Combate à Pobreza.

Adriano Neto ressaltou que o principal objectivo destes encontros é aproximar as partes intervenientes para alavancar a economia da região e do país. "Notamos que, de há um tempo para cá, os empresários locais têm manifestado a necessidade de uma maior aproximação ao Governo Provincial do Cuando Cubango e isso deve ser permanente, visto que constituem o pilar de desenvolvimento da região", disse.

Explicou ainda que encontros do género traem melhorias na actuação da classe empresarial, de acordo com as políticas delineadas pelo Governo local para melhorar a vida dos populares da região, sobretudo nas áreas mais recônditas.

O delegado Provincial das Finanças referiu que estes encontros têm carácter pedagógico e trazem muitas vantagens. Para o responsável, alguns dos empresários da região estão munidos de conhecimentos sobre as políticas aduaneiras e fiscais que vigoram no país, mas muitos carecem ainda de esclarecimentos mais profundos sobre a matéria para que possam melhorar a sua actuação no mercado empresarial.

3. MERCADO INFORMAL

3.1 Não é vontade dos zungueiros vender nas ruas

Jornal O PAÍS
26 De Junho de 2015

Por seu lado, o coordenador da Associação Angolana de zungueiros (AAZ), José Cassoma, afirma que não é vontade de nenhum zungueiro vendê nas ruas. Tal facto só acontece porque os mercados novos estão localizados longe do casco urbano, o que torna a actividade comercial mais difícil.

Criada no princípio deste ano, a AAZ tem trabalhado afincadamente no sentido de intermediar os constantes conflitos entre as autoridades e os vendedores ambulantes que abdicam dos mercados formais por causa da falta de clientes.

Segundo ainda José Cassoma, é evidente que os novos mercados estão equipados com ótimas condições para o exercício da actividade comercial, mas se os acessos a estes espaços são difíceis, logo, não tem como estimular a presença de vendedores.

"Neste sentido, a AAZ tem vindo a trabalhar com todos os zungueiros de Luanda para exigir das autoridades o devido respeito pela actividade que emprega centenas de jovens que não têm outras alternativas ou meios de sobrevivência".

A organização prepara para os próximos tempos a entrega de um documento ao Governo Provincial de Luanda para a solicitação de locais onde se pode exercer a actividade informal.

José Cassoma disse ainda que, actualmente, já fazem parte da associação mais de 70 zungueiros. Segundo ele, a ideia é fazer da AAZ uma plataforma de união, discussão e soluções dos problemas que os vendedores ambulantes enfrentam.

3.2 Novos mercados de Luanda às moscas

Jornal O PAÍS

26 De Junho de 2015

Texto: Domingos Bentos

É um sentimento de preocupação e frustração a quem se propõe visitar ou a fazer compras nos novos mercados construídos nos mais diversos municípios da província de Luanda. Ao entrar nestes espaços comerciais, o cliente depara-se apenas com as bancadas vazias e empoeiradas devido a ausência generalizada de vendedores que decidiram abandonar os espaços que estão apetrechados de condições para a venda de vários tipos de produtos.

Os municípios de Viana, Cazenga e Cacucaco são dos que registam maiores números de mercados nestas condições. Numa ronda efectuada por uma equipa de reportagem de O País foi possível constatar que a maior parte destas praças foram erguidas em 2013, com fundos públicos, e estão no âmbito do Programa Provincial de Combate a Fome e a Pobreza no seio das comunidades. Apesar de todas as tentativas feitas, não conseguimos apurar os valores investidos nestes mercados.

O mercado do Kilometro-12A, no município de Viana, foi o ponto de partida da nossa constatação. O espaço, inaugurado em 2013 pelo então governador de Luanda, Bento Bento, tem a capacidade para albergar, comodamente, um total de três mil vendedores. Está apetrechado com água, electricidade, frigoríficos e pequenos armazéns que dão suporte a actividade comercial. Dois anos depois de ser aberto, apenas trinta pessoas estão a vender no referido espaço. 2.970 Lugares continuam vagos.

No mercado do Kilometro 12A a atribuição de bancadas é grátis. Os vendedores participam apenas com o pagamento de uma taxa diária de 100 kwanzas que se destinam a manutenção do espaço e ao pagamento dos funcionários.

Em consequência da baixa taxa de ocupação, o mercado não gera recursos, pelo que a equipa de trabalhadores da infra-estrutura está há mais de um ano sem salários. Por este motivo muitos decidiram abdicar dos seus postos de trabalho.

Antónia Inácio é vendedora de carne e é das poucas comerciantes do referido mercado. Ela faz parte da lista das primeiras pessoas que o espaço albergou e manifesta profunda tristeza pelo vazio que se regista. Para ela, o mercado tem tudo para dar certo, a julgar pelas condições disponíveis.

"Não entendo porquê que as colegas não vêm cá vender. E que as condições que exigíamos do Governo foram todas criadas. Infelizmente as outras fugiram e preferem vender nas ruas. É muito triste", lamentou a vendedora. No mesmo diapasão está Emília Cassova que, há um ano, vende produtos diversos no mesmo local. Segundo a senhora, a fuga de comerciantes é a principal causa da falta de clientela que o mercado enfrenta.

3.3 O grande problema está na venda ambulante

Jornal O PAÍS

26 De Junho de 2015

Contactado por O País, Ferreira Coxe, administrador municipal adjunto de Viana para a área financeira e Orçamental, fez saber que, antes da sua construção, as zonas onde foram construídas os novos mercados obedeceram a um estudo rigoroso de viabilidade com vista a apurar todos os riscos. Por este motivo é que estas Infra-estruturas estão todas bem situadas, em ruas de fácil acesso e que permitem uma circulação confortável dos clientes, vendedores e outros visitantes.

No seu entender, o fenómeno da falta de vendedores que se regista nos mercados de Viana está ligado a um grande problema que tem a ver com a venda ambulante que arrasta dezenas de vendedores às ruas da cidade em busca do lucro.

De acordo com o responsável, na apetência do lucro fácil, os vendedores preferem abandonar os espaços apropriados para irem ao encontro da clientela, vendendo nas

Ruas estradas do município. "Neste caso a equação é simples: se os comerciantes preferem vender nas ruas, logo os mercados estarão vazios. Este é o principal problema. Porque se todos tiverem a consciência de que a venda na rua acarreta riscos, e que o exercício comercial deve ser feito dentro de um espaço limpo e que oferece as comodidades, teremos, logicamente, estes mercados cheios".

Dada a situação que vai se deteriorando cada vez mais, Ferreira Coxe avançou que, à semelhança da norma criada pela Comissão Administrativa da Cidade de Luanda, a sua administração também está a trabalhar num plano que visa punir todos aqueles que forem encontrados a vender e a comprar produtos na zungua.

"Vamos optar por esta via porque precisamos de rentabilizar os mercados. Não podemos continuar com os espaços vazios e os candidatos à sua ocupação nas ruas. Não pode ser, porque são obras que custaram dinheiro e é preciso rentabilizá-las", avançou o responsável que não revelou os valores investidos na construção destes mercados.

3.4 Comércio de berma de estrada sustenta famílias

Jornal De Angola

2 De Junho de 2015

Texto: Domingos Dos Santos

Quem circula nas estradas nacionais números 100 e 230, entre Luanda e Benguela, passando por Porto Amboim e Sumbe, e entre Quibala e Luanda, passando pelo Dondo, encontra pequenos camponeses com as suas bancas ou em pé a venderem produto frescos acabados de colher a preços mais baixos. Foi com esta gente humilde e de trato fácil que a reportagem do Jornal de Angola conversou e traz aqui histórias Interessantes, como a

da dona Antonieta Manuel António, 60 anos completados no último dia 30 de Março.

Antonieta é casada há 27 anos com Francisco Gomes António, 64, com quem tem nove filhos. A casa de pau-a-pique, na margem esquerda da Estrada Nacional número 100, no sentido Luanda/Benguela, possui um terreno de cinco hectares, onde cultivam mandioca, milho, feijão, tomate e batata-doce, e um pequeno curral com cerca de 20 cabeças de gado caprino e bovino.

Sentada pôr detrás de uma banca improvisada de madeira, dona Antonieta dedica-se ao comércio de produtos agrícolas no mercado improvisado nas imediações do Cabo Ledo. "Há pouco mais de cinco anos que me dedico à venda de produtos agrícolas para sustentar os meus filhos", começa por explicar esta mulher simples, de sorriso largo e uma jovialidade de dar inveja aos mais jovens.

Ela e o marido Francisco são o retrato fiel de quem teve de enfrentar enormes desafios para sobreviver apenas do campo. "Ao sábado e ao domingo, isto está tudo cheio", diz ela no exacto momento em que vários clientes chegam ao local para fazerem compras a preços mais acessíveis do que os praticados nos mercados e supermercados de Luanda.

Dona Antonieta começou ali a trabalhar aos 19 anos. Nunca fez outra coisa senão isso mesmo dedicar-se à lavoura e à venda do que cultiva. "As pessoas do campo são muito trabalhadoras", gaba-se, mas sublinha que o trabalho é duro. "Levanto-me às 5h00 todos os dias, pois há sempre muito que fazer", refere Antonieta, enquanto Francisco, ao longe, cuida dos animais.

Muito que fazer

Ao contrário de Antonieta, chegar à fala com Francisco, pessoa que se considera tímida e reservada, não é fácil. Mas, depois de muita insistência, o homem de corpo franzino aceitou falar à reportagem do Jornal de Angola, com a garantia de que a conversa não podia demorar muito, na medida em que os afazeres são bastantes. Parco em palavras, mas sempre atento aos animais que cuida, Francisco conta que ele e a mulher, tal como muitos outros camponeses, nasceram, cresceram e vivem há décadas no campo, a cultivar a terra e a criar os animais.

"Não temos tempo para fazer outra coisa, senão cultivar a terra e criar os animais e daí retirar o sustento para os nossos nove filhos" diz,

acrescentando que, aos domingos, apesar de tão cansados da jornada no campo, não falta à igreja. "De resto, os dias são sempre iguais", afirma. E logo põe fim à conversa, pois ainda há muito trabalho por fazer.

Por estas bandas, Antonieta e Francisco não são os únicos que se dedicam à venda de produtos à beira da estrada. Aqui também encontramos Imaculada Manuel, 45 anos, mãe de cinco filhos e viúva. De tenda montada, coberta por um guarda-sol de cores desbotadas para proteger os produtos, a camponesa diz que começou a vender batata rena, cebola, mandioca, salsa e milho há oito anos.

Encostada ao muro de casa, situada frente à Estrada Nacional 100, no Cabo Ledo, Imaculada aguarda paciente a vinda dos clientes. Conta que a mãe "já vendia à beira da estrada" muito antes de ela também se dedicar ao negócio. Imaculada garante que os seus produtos têm mais qualidade do que os que são vendidos nos mercados e supermercados de Luanda.

Qualidade a baixo preço

As teias de mercado são implacáveis e nos-locais de venda de produtos do campo ao longo das estradas nacionais esse preceito é cumprido à risca, embora, nalguns casos, os preços praticados se comecem a aproximar dos valores de Luanda.

Um balde de tomate, por exemplo, pode ser vendido por até 500 kwanzas, em tempos de pouca oferta, mas, por norma, custa 300. Na capital do país, a mesma quantidade fica por mil kwanzas.

"Aqui, os preços são bem melhores que em Luanda", afirma Constância dos Santos, que a cada final do mês, em companhia do marido, Ernesto dos Santos, percorre as estradas nacionais em busca de produtos do campo. "Em Luanda, é tudo mais caro. Aqui, compramos barato produtos frescos e de qualidade, por serem naturais, sem a aplicação de produtos químicos", afirma ela, com satisfação.

Além dos camponeses, os mercados à beira da estrada são também frequentados por pequenos fazendeiros, que chegam todos os dias com os camiões carregados de mercadorias e fazem a venda directa ao consumidor. José Coutinho e a esposa ArmindaAntónio são proprietários de um pequeno bar em Cassualala, na Estrada Nacional número 230, entre Luanda e Dondo, e de uma pequena fazenda, onde produzem frutas e verduras.

"Num dia, podemos vender toda produção, mas nem sempre temos muitos clientes", conta José, que estaciona o camião na praça, monta uma barraca para se proteger do sol e oferece os produtos aos

potenciais clientes. "Clientes não faltam e o lucro é garantido", diz.

Guida Neto é freguesa habitual do casal José e Arminda, uma relação cultivada desde 25 de Fevereiro de 2012 e que dura até hoje.

"Foi durante uma viagem de regresso a Luanda, vinda do Huambo, que conheci este casal", recorda Guida. "Os produtos são de qualidade. Por isso, continuo até hoje a ser cliente deles".

A amizade entre o casal e a cliente é tão grande que Guida até já compra fiado. "É uma relação de muita confiança", explica esta simpática senhora. "Gosto de comer bem. Compró os produtos no campo, porque na cidade é difícil é tudo geneticamente modificados e muito mais caro", justifica.

Outros produtos

Alguns destes' comerciantes de beira de estrada vendem além de produtos do campo, bens industrializados, o que lhes garante uma maior margem de lucros. Albertina António, 45 anos, mantém a velha banca de legumes e frutas, mas possui um pequeno estabelecimento comercial, na Quibala, Cuanza Sul.

Um aparelho de som toca as suas músicas preferidas e um televisor de plasma transmite-lhe as novelas e programas preferidos dela e do marido, Mário Manuel. "Longe da cidade, também se vive bem", afirma Albertina. "A vida já foi difícil, mas hoje melhorou muito", garante a mulher.

Na loja, prateleiras pintadas de amarelo estão carregadas de pacotes de farinha, açúcar, arroz e detergentes, alinhados ao lado de latas de atum, grão-de-bico ou feijão, ladeadas por arcas frigoríficas com bebidas e produtos congelados.

De vez em quando, lã entra um cliente. Os rendimentos da loja são muito inferiores aos da venda de produtos agrícolas. Albertina confirma isso com o movimento frenético de viaturas que param próximo à sua banca para comprar frutas e hortaliças. "Todo mundo quer comprar produtos frescos' e naturais por serem mais baratos e bons para a saúde", diz ela, feliz ao ver a chegada de novos clientes.

3.5 Velho ofício garante o sustento de muitas famílias

Jornal de Angola

20 De Junho de 2015

Texto: Alberto Domingos

No mercado da Xauande, arredores da cidade de Malanje, pode-se chegar a esta conclusão com a presença de mais de duas dezenas de alfaiates perfilados em pequenos ateliês de pau-a-pique e cobertas de chapas de zinco.

Mero acaso ou não, o facto desses profissionais se localizar vis-à-vis com as vendedoras de roupas de fardo facilita, de certo modo, o negócio, pois quem adquire uma peça de roupa que não se ajuste ao corpo tem apenas de dar um passo para o acerto.

O Jornal de Angola viveu, numa tarde de sábado, dia de muita afluência no mercado da Xauande, a realidade da habitual jornada de um alfaiate, profissão que, apesar da modernidade, continua a resistir ao tempo.

Sebastião Joao Félix, 50 anos, 22 dos quais como alfaiate, faz uma pausa na máquina para ceder um dedo de conversa com a nossa equipa de reportagem. Em poucas palavras, inúmeras as vantagens de ter aprendido esta profissão.

Pai de sete filhos, Sebastião Félix. Garante o sustento da família, do pagamento de propinas a alimentação, vestuário e outras necessidades inadiáveis. A responsabilidade e a falta de alternativas obrigaram "mestre" Sebastião, como é tratado, a passar o dia no mercado, entregue a poeira, calor e outras intempéries, com uma máquina algo rudimentar e a pedir substituição, sempre a pedalar, ainda que as dores lhe mordam os pés.

Rapidez, dinamismo e criatividade são os principais requisitos para atrair clientes, diz Sebastião Félix. Refere que os clientes, quase todos, querem ver as suas roupas prontas na hora e sem perda de muito tempo. "Mestre" Sebastião receia que a profissão de alfaiate venha a desaparecer nos próximos tempos. Os jovens, diz, não querem aprender o ofício, que consideram trabalho de idosos e desfavorecidos. O alfaiate defende a continuidade da profissão, que, além de ser uma fonte de rendimento para muitas famílias, tem o seu lado criativo. Ele mesmo produz roupas típicas, os chamados trajes africanos, não manufacturadas nas fábricas da Europa e outros externos.

Concorrência e grande

Dentro do espírito de camaradagem e sem atropelar as regras da boa convivência, e grande o despique pelos clientes, sobretudo os que procuram o serviço pela primeira vez. André Cabanga, outro alfaiate, posicionado ao lado do "mestre" Félix, diz que é preciso muita experiência e simpatia para aguentar na concorrência outros cerca de 20 colegas.

Sábado e dia de mais clientela. Por essa razão "mestre" Cabanga esta sempre presente no local de trabalho. Além do dinheiro, diz ter outros ganhos, como a amizade que se cria com os clientes.

Outro facto gratificante e poder interagirem com pessoas de várias idades e estratos sociais. Mas nem tudo são rosas e o alfaiate recorda o seu pior dia: três jovens tentaram levar-lhe a máquina porque reclamavam da reparação de uma calça.

Alegavam que a peça de roupa tinha custado três mil kwanzas e exigiam o ressarcimento desse valor, pois, de contrário, levariam a máquina. Valeu-lhe o apoio dos colegas, que tudo fizeram para um bom desfecho da situação, André Cabanga mostra-se preocupado com o número crescente de alfaiates no mercado da Xauande. Diz que os novos costureiros não passam de aprendizes. Mas, quando refere que é com a máquina de costura que ganha o sustento da família, percebemos o seu temor pela concorrência.

Aos 30 anos e com três filhos, André não esconde as vantagens de ter aprendido a coser e diz nem imaginar o que teria sido a sua vida se não aprendesse a profissão. Recorda que foi na terra natal, Calandula, em 2007, onde tudo começou.

Mulheres ou homens

As mulheres São as principais clientes dos alfaiates. Maria da Assunção, que procura um alfaiate sempre que precisa de reparar uma peça de roupa, diz que é importante saber o que se quer, "para não baralhar o mestre".

A jovem acrescenta que procura sempre partilhar ideias com os alfaiates, que, para ela, merecem respeito. Desenvolta, Maria escorre sobre as vantagens de ter esses profissionais à mão de semear. Se, no dia-a-dia, ela se veste de forma simples há sempre ocasiões em que as roupas que usa, mesmo comprada a baixo preço, tem um toque de classe.

Os homens também procuram os serviços dos alfaiates. Aos clientes são, sobretudo, jovens, que querem estar na moda. N estes dias, a maior parte dos pedidos é para apertar as pernas das calças, o chamado "yuki", o estilo que "esta a bater".

José Gonçalves, um dos jovens que procurou o serviço de alfaiate para esse trabalho, reconhece que os profissionais São de suma importância para a sociedade. Todo catita, ao experimentar a roupa "nova chega a dar uns passos à modelo.

João Francisco é outro alfaiate da xauande. Diz que a mudança do mercado, do centro da cidade para a actual localização, retirou grande parte da clientela.

Para o alfaiate a distância do centro da cidade de Malanje influenciou muito a procura. Apesar disto, diz que consegue ganhar alguma coisa. Os ganhos aumentam no início do ano escolar, por causa das batatas, e aos fins-de-semana, quando todo mundo se quer apresentar bem nas festas. Entre quatro e cinco mil kwanzas são amealhados por dia.

3.6 Velhas profissões renascem em mercado a céu aberto

Jornal de Angola

4 De Junho de 2015-07-10

Texto: Mazarino Da Cunha

Actividade que há um tempo parecia desaparecida em Luanda e no resto do país, seleccionar, trabalhar e confeccionar a madeira volta a ganhar dinâmica. No local, e notória a vontade dos jovens em aprenderem a profissão.

Com idades entre 18 e 45, os carpinteiros e ajudantes desdobram-se nas múltiplas funções, desde o carregamento do material ao tratamento e corte da madeira, assim como o desenho dos vários tipos de mobília. A madeira, vinda de varias províncias de Angola, e descarregada por jovens que encontram nesse trabalho urna forma de ganhar a vida, devido a falta de opções de emprego no município. Retiram de contentores, a matéria-prima e entregue aos operadores de máquinas.

Um destes trabalhadores já mais experimentados no ofício falou *Jornal de Angola* sobre os riscos que correm no corte da madeira em unidades pequenas. "A qualquer momento, posso ficar sem um dos dedos ou mesmo a mão", sublinhou. A maioria não usa quaisquer meios de protecção, como mascarar, luvas, botas ou capacetes. As refeições, feitas mesmo no local, são frugais.

Profissões de risco

Bento Satula, de 45 anos e natural do Cuanza Norte, tem consciência dos riscos por não ter equipamentos apropriados para exercer a actividade de operador de máquina. "Trabalhamos muito e com pouca recompensa", frisou o operário, que acredita num futuro melhor para a sua área de profissão.

Alem dos operadores de máquinas, existem os marceneiros. Muitos deles com mais de 20 anos de profissão. Com o lápis na mão, traçam as mobílias e outros objectos de uso doméstico e industrial ao gosto do cliente. Embora se mostrem satisfeitos com o trabalho que fazem, marceneiros e carpinteiros queixam-se da escassez de mercado para os seus

produtos. "Mesmo com madeira de qualidade, o angolano prefere o mobiliário vindo do estrangeiro", lamentou-se Famoso Sebastião, um dos marceneiros.

Famoso sublinhou que a falta de clientes e a principal preocupação dos operários, seguido da ausência de apoio financeiro e técnico. "Estamos preocupados com a nossa situação e acredito que o Governo pode ajudar", acrescentou.

Apoio institucional

A praça do Kikolo, diz, é uma oportunidade onde marceneiros, operadores de máquinas, niveladores, desenhadores de mobílias e, como é obvio, os incomodativos matocheiros buscam formas sobrevivência. "Apesar de não termos nenhum apoio institucional, e possível manter algumas despesas do lar", afirmou. "o nosso dia-a-dia aqui é difícil". Na profissão há 26 anos, Famoso aprendeu a trabalhar a madeira com o tio. Antes, vivia muitas dificuldades. "O crescimento da marcenaria no Kikolo tem sido positivo para mim", sublinhou.

O principal problema é mesmo a falta de clientes, o que, de acordo com aqueles profissionais, se deve a um conjunto de factores, que vai da falta de meios de trabalho modernos e de uma melhor estruturação dos negócios.

Os "matocheiros"

Estes profissionais referem ainda a concorrência, que consideram desleal, dos chamados "matoncheiros", indivíduos que, de forma oportunista, interpelam logo a entrada os clientes interessados em adquirir madeira, mobiliários ou materiais de construção.

Estes defendem. Os jovens têm muita vontade de trabalhar, mas não recebem incentivos dos empresários, disse Manuel Soares, que trabalha no mercado a nove anos. Estamos na praça das 8hoo às 17hoo, a dar o nosso máximo.

"Escolhi a actividade de matocheiro por falta de emprego no município do Kikolo. Com este trabalho, consigo ganhar algum dinheiro para a minha casa", acrescentou o jovem.

3.7 Luanda vislumbra lojas Paparocas

Seminário A Capital

27 De Junho de 2015

Texto: Lutock Matokisa

Na verdade, já se passou um ano desde que a, ate então, mediática ministra do Comercio, Rosa

Pacavira, pela sua própria voz anunciou aquele que, para muitos viria a ser apenas mais um entre uma larga série de vários projectos, tais como Nosso Super, Poupa Lei e Programa de Aquisição de produtos Agro-pecuários, (Papagro), Papagro, para só referir estes.

Ate onde, por exemplo, o Papagro conseguiu andar, já que a confiança com que a ministra transmitiu a aplicação do novo projecto, criou alguma expectativa centenas de camponeses aderiram. Só que, de acordo com relatos agora postos a circular, a grande maioria dos mesmos tem dinheiro por receber do Ministério de Tutela.

O Ministério do Comercio deve aos agricultores, noticiou a Voz da América, VOA, citando o secretario provincial da UNITA no Namibe, Ricardo Ekupa de Noé Tuyula, que "o Estado ainda não pagou dividas a camponeses que venderam os seus produtos a rede Papagro".

A fonte da VOA ressalta que o Papagro, no Namibe, desfalcou vários camponeses a quem deve cerca de 300 mil dólares em produtos diversos comprados a pessoas distintas.

"O Papagro não devia aparecer aqui como uma organização kilapeira aos camponeses. O Papagro devia ter uma verba própria que lhe permitisse comprar na hora o produto dos camponeses, permitindo deste modo que o homem do campo continuasse a produzir", frisou o político da UNITA.

De acordo ainda com a VOA, os camponeses já somam seis meses desde que entregaram os seus produtos do campo com o propósito de no dia seguinte receberem de volta os respectivos valores. São mais de 50 camponeses visados, maioritariamente mulheres, alguns dos quais deixaram de ir as suas respectivas fazendas agrícolas, temendo represálias dos trabalhadores que há muito esperam pelos salários.

Quando anunciou o projecto, Pacavira disse que Luanda teria, ate ao final do ano transacto, 60 lojas Paparoca, que no fundo seriam espaços disponibilizados pelo Estado para, entre outros objectivos, promover a venda dos produtos nacionais, essencialmente alimentares, e que permitiriam organizar o comercio ambulante cada vez mais crescente.

O projecto, visaria, igualmente, tal como os seus similares anteriores, potenciar a produção própria e o empreendedorismo.

"Vamos construir, ate Dezembro de 2014, 60 lojas Paparocas, numa media de oito a 10 por cada distrito

urbano de Luanda", afirmou a ministra, quando fazia o lançamento da primeira destas lojas na capital do país, em Junho daquele ano, tendo-se ficado a saber, na mesma fase, que o Governo estava a estudar os espaços para se construírem as restantes.

A governante adiantou, por outro lado, que era pretensão do Executivo que a rede das Paparoca fosse alargada para o resto do país.

"Cada loja do projecto Paparoca vai somente vender produtos da sua região. A província de Luanda, por exemplo, vai oferecer aos clientes diversos tipos de peixe capturados na capital", esclareceu.

Entretanto, para entendidos na matéria, os relatos que chegam do Namibe em relação ao provável fracasso da implementação do projecto, podem reflectir um cenário generalizado pelo país adentro.

Fazendo contas a partir dos prazos avançados pela ministra quanta a conclusão das 60 lojas Paparoca, em Luanda, em seis meses. Já observadores atentos concluía que o projecto morreria antes de começar a andar.

Defendem que o escoamento dos produtos do campo para os centros de consumo não passa apenas pela criação de espaços de venda, esta, também, na falta de confiança em relação a projectos tais como o próprio Papagro, em função de uma série de queixas dos próprios camponeses.

Na verdade, muitos produtores chegaram a conclusão de que ganham mais vendendo a sua produção fora do Papagro, e, provavelmente, das Paparoca.

Adivinha-se que a grande concentração de "kitandeiras" com bacias repletas dos mais diversos tipos de fruta, legumes e muitos mais produtos, incluindo nacionais, que se verifica hoje ao redor dos supermercados, ainda há-de ser a melhor opção para os comerciantes.

A desobediência frontal das "kitandeiras" ao Papagro, e para muitos fazendeiros, um claro indicador de que os critérios estabelecidos pelos reitores do projecto não acolhem, tão pouco salvaguardam, os interesses dos camponeses.

Tanto é que a maioria dos compradores de produto destas mulheres são justamente os mesmos saem dos super mercados, o que prediz que, algo não vai bem. Verdade, mesmo, é que não se diz mais nada ou nada a respeito destes que pareciam ser importantes projectos no combate à fome e à pobreza. Talvez a crise tudo tenha levado.

3.8 Subida exponencial de preços de bens preocupa populares

Semanário Angolense

27 De Junho de 2015

Texto: Vandakeya Calitangue

Numa ronda efectuada por algumas zonas de Luanda, nesta quarta-feira (24), o *Semanário Angolense* (SA) constatou alterações nos preços em armazéns de frescos das Pedrinhas, Cuca, Bolama e em alguns do bairro São Paulo. Contudo, pode-se afirmar que a situação é geral.

Para além do aumento de Preços, alguns estabelecimentos encontrar-se quase vazios, fruto das dificuldades existentes actualmente no processo de importação de produtos.

Nestes estabelecimentos de venda a grosso, o preço da caixa de coxas de frango, que há menos de um mês custava dois mil e 500 Kz, passou para Kz cinco mil; a caixa de frangos inteiros, antes vendida a três mil Kz, custa agora sete mil; a caixa de carne para bife esta agora a 18 mil, contra os onze mil e 500 Kz anteriores; a caixa de entrecosto saltou de três mil e 500 para sete mil; uma caixa de peixe corvina que custava sete mil, esta a ser vendida agora 13 mil Kz e a caixa de febras que era vendida por quatro mil e 500 Kz, actualmente é comercializada a sete mil e 500 Kz.

Nos locais visitados procurou-se saber de alguns gerentes e proprietários dos estabelecimentos a razão para a subida exorbitante dos produtos, mas os mesmos não aceitaram falar à nossa reportagem.

Alguns funcionários, sob anonimato, contaram que tal fenómeno deve-se à escassez de dólares nos Bancos Comerciais já que os produtos comercializados são importados. A subida das taxas aduaneiras, o atraso dos bancos na transferência do dinheiro aos fornecedores, são alguns dos motivos citados.

Funcionários de armazéns em vias de fim de estuque, afirmam que na história dos estabelecimentos em que trabalham, e a primeira vez que assistem a tal situação. De acordo com as fontes, os produtos importados nos meses de Novembro e Dezembro do ano passado, aguentaram até ao mês de Março deste ano.

«Actualmente, é preferível importar dez contentores de frango em vez de um. Ou seja a taxa alfandegária estipulada para um contentor, e a mesma que serve para dez contentores, mas o problema é que não tem

sido possível trazer ao país dez contentores devido à falta de dólares nos bancos», contaram.

Algumas pessoas, sobretudo nas de casa, que estiveram diante destes armazéns com intuito de realizarem um levantamento Preços para melhor organizarem seus orçamentos domésticos, SI pretenderam-se com as alterações. A nossa reportagem permaneceu cerca de 30 minutos em cada um destes estabelecimentos e por observar a tristeza das pessoas depararam-se com a subida exorbitante dos preços dos produtos.

Dona Delfina Candeia é professora, ao encarar-se com os novos preços colocou uma mão na cintura e outra na cabeça e sem se dirigir a uma pessoa específica perguntou alto e em bom-tom: «o que é que fizeram com os preços»? Continuado o monólogo, já em tom baixo, dona Delfina Candeia disse: «Da forma como os preços sobem, parece que vamos voltar aos tempos do arroz com chá!»

Abordada pela equipa do SA, a senhora disse que, como professora, ganha sessenta mil Kwanzas que nunca foram suficientes para cobrir as necessidades da família. Agora, com a subida dos preços, não sabe o que fazer. «Tenho a escola dos miúdos por pagar, alimentação, saúde, energia, água, táxi...; meus irmãos, não sei aonde vamos parar», desabafou.

Preços assustadores nos informais

De acordo com as retalhistas ambulantes, as alterações devem-se à subida de preços nos estabelecimentos de venda a grosso. Bernarda Luvo, vendedora de frescos, disse que a subida de preços que se assiste nos últimos dias está a criar transtornos na vida da população. Segundo ela, todas as vendedoras da área de frescos tiveram de reduzir os tamanhos dos pedaços de carne, de formas a conseguirem algum lucro. O pior de tudo, lamentou, é que os clientes raramente compram e os produtos que antes esgotavam no mesmo dia, podem durar até três dias na bancada.

Para além dos frescos, nos mercados dos Congolezes, Nguanha, BCA, Rocha Pinto, Pombinhas, Catinton, Estalagem e Manguairinhas, houve também subida dos preços de outros produtos alimentares, incluindo o nosso peixe e produtos agrícolas nacionais. Nestes locais o SA constatou que um Kg de arroz custa agora 150 Kz, contra os 100 anteriores, assim como o Kg de açúcar, um cartão de ovos de 32 unidades está a 1200 Kz, quando custava Kz 750; um Kg de feijão passou para 350 Kz contra os 200 anteriores; um litro de óleo alimentar que antes era comercializado a 150 Kz passou a custar 300 Kz; uma caneca de fuba de

bombo, por exemplo, que custava 50 ou 60 Kz esta agora a 100 Kz.

3.9 Mercado do Panguila continua de bancadas vazias

Jornal Grandes Notícias
26 De Junho de 2015

Os vendedores do mercado do Panguila, na província do Bengo, construído em substituição do antigo Roque Santeiro, revelaram à nossa reportagem que continuam a demorar dias para vender os produtos por falta de clientes.

João Fio

Segundo alguns vendedores, em uma semana só se consegue vender uma ou duas vezes caso tiver sorte. "Se comemos o pão diário, graças ao Criador, porque para além da alimentação para a casa, temos a obrigação de pagar, vendendo ou não, à administração do mercado a taxa diária de 100 ou 200 kz, caso a bancada for maior": lamentaram.

Isabel Firmino, uma das vendedoras, desde o antigo mercado, disse estar preocupada com a subida de preços por parte das lojas onde vão comprar a grosso para revender no Panguila, agravado com dificuldades de clientes, o que poderá tornar pior a situação, assegurando que os mesmos não estão conformados com os novos preços. Para isto, segundo disse, será suficiente para os compradores optarem por ir cada vez mais para outros mercados com mais movimentos.

Isabel lamentou o facto de não mandar as crianças ir à escola, na comemoração do dia Criança Africana, tudo porque não disponha de dinheiro, por não ter vendido nada dos seus produtos.

Por sua vez, um cidadão conhecido de Last, também um dos vendedores de roupa e ventoinhas, há quatro anos, referiu que para o seu produto está mais difícil aparecer clientes, porque, segundo ele, muitos se dirigem às lojas e outros mercados com mais movimentos do que no Panguila, por ser mais distante. Os vendedores lamentam o facto de no arranque do mercado, as casas de banho funcionarem e as torneiras a jorrarem água, por três meses. Hoje, contaram, as mesmas se encontram encerradas por falta deste precioso líquido.

A nossa reportagem observou no local a existência de muitas bancadas vazias, isto se deve, para os vendedores, porque para além de outro construído no Kifangondo, município de Cacucaco, com a mudança do Roque Santeiro, muitos dos seus antigos

vendedores preferiram ficar nas próprias localidades, evitando gastos para táxis.

3.10 Preço do táxi deveria aumentar apenas para 111,325 Kz

Jornal Expansão
5 De Junho de 2015
Texto: André Samuel

A tarifa de táxi 'deveria' aumentar apenas para 111,325 Kz, segundo cálculos do Expansão, se fosse aplicada a fórmula que está em vigor para a fixação do preço deste serviço ao consumidor e tida exclusivamente em conta a subida do preço do gasóleo verificada desde 2014.

O cálculo da tarifa do transporte colectivo de passageiros está regulado por um decreto executivo conjunto dos ministérios das Finanças e dos Transportes, publicada em Diário da República dia 22 de Dezembro do ano passado. Este diploma explica que factores - e com que peso - devem ser ponderados na determinação da tarifa e apresenta uma fórmula para o efeito.

O combustível, indica o diploma (ver tabela em baixo), pesa pouco menos de 13% no valor final do preço a cobrar ao cliente. Segundo os cálculos do Expansão, tendo em conta este peso e o facto de a esmagadora maioria dos candongueiros utilizar gasóleo - cujo preço subiu 87,5% desde que se iniciaram os aumentos, em 2014, a tarifa deveria ser fixada em 111, 325 Kz, mantendo-se todos os outros factores constantes.

Entretanto, o Governo quer promover um debate público para que os angolanos possam pronunciar-se sobre o aumento do preço dos táxis e não fez nenhuma proposta de actualização das tarifas, garantiu ao Expansão fonte próxima do Ministério das Finanças.

Na quarta-feira da semana passada, recorde-se, a TPA anunciou que a tarifa dos candongueiros iria subir para 150 Kz, face aos 100 Kz que estavam a ser praticados. Mas, um dia depois, o Gabinete de Preços e Concorrência (GPC) desmentiu a informação, alegando que a decisão dependeria de uma análise cujo resultado seria divulgado "brevemente".

Ao Expansão, Manuel Faustino, líder da Associação de Taxistas de Luanda (ATL), queixa-se de "deslealdade" do Estado nas negociações para o ajuste da tarifa e garante que a subida para 150 Kz foi decidida após uma reunião da associação com

elementos do GPC, afecto ao Ministério das Finanças, e da Polícia Económica

O presidente da ATL revela-se "surpreso" pelo facto de, "no espaço de 24 horas", ter sido anunciada a não cobrança do valor acordado. Segundo o responsável, a proposta apresentada pela ATL foi de 182 Kz, ao passo que a contraproposta do Governo foi de 165 Kz, tendo o Executivo concordado com 150 Kz.

Questionado sobre a razão para a proposta da ATL, Faustino diz que a tarifa de 100 Kz está "desajustada", por causa do aumento do preço dos combustíveis, a que se juntam outros factores. O presidente da ATL lembra que o gasóleo subiu de 40 Kz para 75 Kz e a gasolina de 60 Kz para 115 Kz nos últimos meses e que, por outro lado, a taxa de câmbio face ao dólar disparou quase 100%, uma vez que a compra da nota de 100USD passou de 10 mil Kz para 20 mil Kz.

A estes factores, o responsável junta o agravamento da taxa aduaneira aplicada ao desalfandegamento das viaturas para a actividade de táxi. Nuns casos, diz, subiram de 30 mil Kz para 600 mil Kz; noutros, de 40 mil Kz para 800 mil Kz. "Todos estes factores contribuem para se subir as tarifas. A aquisição das viaturas depende unicamente dos nossos esforços, sem qualquer participação do Estado", afirma, garantindo, contudo, que a ATL quer que todos os taxistas "cobrem um único preço" e que as tarifas não sejam cobradas "de forma anárquica".

Ao Expansão, fonte próxima do Ministério da Finanças garantiu entretanto não ter havido qualquer acordo com os taxistas, explicando que nenhum dos factores apresentados pela ATL foi considerado válido pelo Governo para o aumento da tarifa.

Segundo a mesma fonte, não é verdade que tenha havido qualquer proposta de aumento com a qual o Governo tenha concordado. O Governo rebate ainda a posição da ATL quanto ao impacto do aumento da taxa de câmbio e lembra que "os taxistas não pagam imposto". Quanto à taxa aduaneira, a fonte afirma que "existem muitas facilidades para a aquisição das viaturas' como é o caso do leasing", e lembra que os veículos são vendidos a um preço "relativamente acessível" para interessados.

3.11 Taxistas 'Mbaiam' preços oficiais

Jornal Terra Angolana

12 De Junho de 2015

Texto: Paulo Trindade

A subida do preço dos combustíveis, em Maio, a segunda neste ano de 2015, apanhou todos ou quase todos de surpresa. Os combustíveis tomaram-se mais caros e com isso o custo de vida subiu para a maioria dos angolanos.

O país que depende de um único produto de exportação, no caso o petróleo, cujo preço tem oscilado muito no mercado internacional desde 2002, está com dificuldades de manter a economia e a estabilidade do mercado cambial.

Foi neste sentido, e para saber da população o efeito que o aumento dos combustíveis provocou na vida da população, o Terra Angolana saiu à rua e conversou com vários cidadãos sobre o actual nível de vida dos angolanos. Jorge Bernardo, é taxista há mais de cinco anos, e diz que nunca as coisas estiveram tão difíceis como neste início do ano de 2015.

"As dificuldades são várias, porque com o actual preço do gasóleo, com a corrida do táxi a manter-se as coisas tornam-se complicada para nós os taxistas porque temos de fazer a corrida a pensar primeiro no dinheiro do patrão e só depois então pensamos na micha que agora não serve mesmo para nada. Gasto 4.500 Kwanzas só para abastecer, o contrário dos 2.000 que gastava anteriormente", disse. Alfredo Lando diz que as dificuldades são visíveis partindo da diferença dos valores que dispõe para a compra diária da gasolina que passou de 4.000 para 75.00 kwanzas, e agora aguarda apenas pela subida do preço da corrida do táxi para 200 kwanzas, de modo a fazer com que os taxistas não sejam os mais afectados.

"É preciso que a associação dos taxistas que esteve a negociar com o Governo perceba que estamos a passar mal, porque com a subida dos preços em tudo, até no mercado as vendedoras já começaram a aumentar o preço dos produtos básicos, nós temos todo o direito também de o fazer", desabafa. Embora, de forma oficial os aumentos ainda não foram autorizados a verdade é que aos consumidores já está a ser exigido um maior esforço no desembolso de mais valores para o táxi.

"Já estamos a pagar 200 kwanzas o táxi, porque, apesar de eles não terem ainda aumentado o preço, já começaram a encurtar as rotas. Por exemplo, do aeroporto até ao São Paulo que era uma linha directa, agora os candongueiros fazem aeroporto Njinga e dali ao São Paulo tens de pagar mais 100 kwanzas, referiu Patrícia Rosana estudante da faculdade de Engenharia. Muitos dos nossos entrevistados ignorando a causa efeito, acusam o Governo de pouco fazer para a melhoria de vida da população.

"Estão sempre a dizer que Angola é um país rico, mas nós nunca vemos nada. Não temos água, não temos luz, as estradas estão como estão, não temos emprego, então o dinheiro todo que nos faz um país rico está a ir aonde", questiona Paulo Gaspar, técnico de electricidade.

Já Adilson Cláudio, também taxista diz estar na mesma situação de milhares de angolanos.

"Já muitos falaram sobre o preço do combustível os danos que provocaram na nossa vida. Mas os governantes esquecem-se que com essas atitudes colocam milhares de angolanos como eu na miséria e que isso trás muitos transtornos para as famílias, e depois mostram-se espantado com o aumento da criminalidade", aconselhou.

A primeira mexida no preço de combustível aconteceu no mês de Dezembro de 2014, com um aumento na ordem dos 20% nos preços da gasolina e do gasóleo. Na altura representantes do executivo garantiram que o aumento permitiria a criação de um espaço fiscal, garantindo o financiamento do Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017.

Segundo Melquisedeque Frederico, há duas formas de fazer subir o preço da corrida do táxi, a primeira consiste na subida oficial dos valores, e é feita através das vias encurtadas.

"Paguei 200 kwanzas de Cacuaco ao 11 de Novembro e depois no estádio tive de apanhar outra viatura até ao Benfica e paguei no final das contas 400 Kwanzas. Assim, 200 a ir e mais 200 no regresso", explica.

Com a subida dos preços de combustíveis, a dinâmica da própria vida faz com que a mesma tenha um efeito bola de neve. Mexe também com os preços de bens de primeira necessidade, tanto é assim que muitos são de opinião, que o Executivo deveria já começar a pensar no aumento dos salários.

A subida do preço de alguns bens alimentares, as dificuldades de escoamento de produtos vindo do campo para os mercados, também fazem parte das consequências resultantes da retirada do subsídio por parte do Estado aos preços dos combustíveis. A nossa equipe de reportagem fez-se ao mercado do Trinta, "palco onde grande parte dos produtos agrícolas vindos de diversos pontos do país são vendidos", e conversou com Adélia Emília que há seis anos trabalha naquele mercado, vendendo repolhos que tem comprado no Huambo e fez saber que a transferência de produtos do campo para a cidade tomou-se um processo difícil e dispendioso por causa da subida do preço dos combustíveis

"pagamos actualmente 140.000 kwanzas por viagem, ao contrário dos 100.000 a 110.000 que pagávamos anteriormente. Os motoristas alegam a subida dos preços dos combustíveis com razões desta subida, a situação ficou bastante complexa porque temos trabalhadores para pagar, materiais para cultivos para comprar, sementes, fertilizantes e outros. É uma série de contas que temos de pagar que ficamos quase sem lucros, então a solução é aumentarmos também o preço para não sofreremos com isso".

Por seu turno, Elias Mendonça, jovem que encontrou no mercado do Trinta uma forma para manter a sua subsistência, acha-se encurralado porque pagou um preço relativamente superior pelo escoamento dos seus produtos, e não pode acrescer um centímo se quer, sob pena de perde-los todos por causa do pouco tempo que estes podem fazer expostos. "Sofremos bastante com esta situação porque os carros puxaram um pouco nos seus preços, e nós não podemos aumentar porque se os nossos produtos demorarem muito tempo acabam por estragar", afirmou. Francisco Kanangue, tem transportado há muitos anos com a sua viatura os produtos retirados da Kalenga, Caála, no Huambo para a capital do país e diz estar admirado com a subida do preço dos combustíveis, e sente-se agora forçado a acrescer um valor às tarifas a que cobrava anteriormente. "Estarmos admirados com esta subida, e por isso passaremos a cobrar 1500 kwanzas por cada saco de batatas, ao contrário do preço de 1000 kwanzas que antes pedíamos". E quanto a reacção dos clientes, o mesmo diz "tem sido difícil lidar com a clientela mas, nós temos de exigir se não quisermos ser os mais prejudicados".

Por outro lado, o Ministério das Finanças, em comunicado emitido diz que "o ajuste efectuado aos preços dos combustíveis permitirá criar mais espaços fiscais para assegurar a sustentabilidade da política fiscal e garantir o financiamento das acções relativas ao Plano Nacional de Desenvolvimento (PND 2013-2017).

De recordar que esta constitui a terceira alteração feita ao xadrez da economia nacional em oito meses consecutivos deixando o quadro da seguinte forma:

Mês/ano Set-2010 Set-2014 Jan-2014 Maio-2015 .
Gasolina 60 kzs 75kzs 90kzs 115kzs . Gasóleo 40kzs 50kzs 60kzs 75kzs.

3.12 Velho ofício garante o sustento de muitas famílias

Jornal De Angola

20 De Junho de 2015

Se os Inventores da máquina de costura soubessem que, passados cerca de dois séculos, muitas famílias angolanas ganham o sustento com recurso a esse engenho, teriam, em Malanje, motivos de sobra para muita satisfação.

No mercado da Xauande, arredores da cidade de Malanje, pode-se chegar a esta conclusão com a presença de mais de duas dezenas de alfaiates perfilados em pequenos ateliês de pau-a-pique e cobertas de chapas de zinco.

Mero acaso ou não, o facto desses profissionais se localizarem vis-à-vis com as vendedoras de roupas de fardo facilita, de certo modo, o negócio, pois quem adquire uma peça de roupa que não se ajuste ao corpo tem apenas de dar um passo para o acerto. .

O Jornal de Angola viveu, numa tarde de sábado, dia de muita afluência no mercado da Xauande, a realidade da habitual jornada de um alfaiate, profissão que, apesar da modernidade, continua a resistir ao tempo.

Sebastião João Félix, 50 anos, 22 dos quais como alfaiate, faz urna pausa na máquina para ceder um dedo de conversa com a nossa equipa de reportagem. Em poucas palavras inúmeras as vantagens de ter aprendido esta profissão.

Pai de sete filhos, Sebastião Félix garante o sustento da família, do pagamento de propinas à alimentação, vestuário e outras necessidades inadiáveis. A responsabilidade e a falta de alternativas obrigaram "mestre" Sebastião, como é tratado, a passar o dia no mercado, entregue à poeira, calor e outras intempéries, com uma máquina algo rudimentar e a pedir substituição, sempre a pedalar, ainda que as dores lhe mordam os pés.

Rapidez, dinamismo e criatividade são os principais requisitos para atrair clientes, diz Sebastião Félix. Refere que os clientes, quase todos, querem ver as suas roupas prontas na hora e sem perda de muito tempo. "Mestre" Sebastião receia que a profissão de alfaiate venha a desaparecer nos próximos tempos. Os jovens, diz, não querem aprender o ofício, que consideram trabalho de idosos e desfavorecidos.

O alfaiate defende a continuidade da profissão, que, além de ser uma fonte de rendimento para muitas famílias, tem o seu lado criativo. Ele mesmo produz roupas típicas, os chamados trajes africanos, não manufacturadas nas fábricas da Europa e outros extremos.

Concorrência é grande

Dentro do espírito de camaradagem e sem atropelar as regras da boa convivência, é grande o despique pelos clientes, sobretudo os que procuram o serviço pela primeira vez. André Cabanga, outro alfaiate, posicionado ao lado do "mestre" Félix, diz que é preciso muita experiência e simpatia para aguentar na concorrência outros cerca de 20 colegas. Sábado é dia de mais clientela.

Por essa razão "mestre" Cabanga está sempre presente no local de trabalho. Além do dinheiro, diz ter outros ganhos, como a amizade que se cria com os clientes. Outro facto gratificante é poder interagir com pessoas de várias idades e estratos sociais.

Mas nem tudo são rosas e o alfaiate recorda o seu pior dia: três jovens tentaram levar-lhe a máquina porque reclamavam da reparação de uma calças. Alegavam que a peça de roupa tinha custado três mil kwanzas e exigiam o ressarcimento desse valor, pois, de contrário, levariam a máquina. Valeu-lhe o apoio dos colegas, que tudo fizeram para um bom desfecho da situação.

André Cabanga mostra-se preocupado com o número crescente de alfaiates no mercado da Xauande. Diz que os novos costureiros não passam de aprendizes. Mas, quando refere que é com a máquina de costura que ganha o sustento da família, percebemos o seu temor pela concorrência.

Aos 30 anos e com três filhos, André não esconde as vantagens de ter aprendido a coser e diz nem imaginar o que teria sido a sua vida se não aprendesse a profissão. Recorda que foi na terra natal, Calandula, em 2007, onde tudo começou.

Mulheres ou homens

As mulheres são as principais clientes dos alfaiates. Maria da Assunção, que procura um alfaiate sempre que precisa de reparar uma peça de roupa, diz que é importante saber o que se quer, "para não baralhar o 'mestre'".

A jovem acrescenta que procura sempre partilhar ideias com os alfaiates, que, para ela, merecem respeito. Desenvolta, Maria escorre sobre as vantagens de ter esses profissionais à mão de semear. Se, no dia-a-dia, ela se veste de forma simples, há sempre ocasiões em que as roupas que usa, mesmo comprada a baixo preço, têm um toque de classe.

Os homens também procuram os serviços dos alfaiates. Aos clientes são, sobretudo, jovens, que querem estar na moda. Nestes dias, a maior parte dos pedidos é para apertar as pernas das calças, o chamado "yuki", o estilo que "está a bater".

José Gonçalves, um dos jovens que procurou o serviço de alfaiate para esse trabalho, reconhece que os profissionais são de suma importância para a sociedade. Todo catita, ao experimentar a roupa "nova", chega a dar uns passos à modelo.

João Francisco é outro alfaiate da Xauande. Diz que a mudança do mercado, do centro da cidade para a actual localização, retirou grande parte da Clientela. Para o alfaiate, a distância do centro da cidade de Malanje influencia em muito a procura. Apesar disto, diz que consegue ganhar alguma coisa. Os ganhos aumentam no início do ano escolar, por causa das batas, e aos fins-de-semana, quando todo o mundo se quer apresentar bem nas festas. Entre quatro e cinco mil kwanzas são amealhados por dia.

3.13 Mototaxista recebem formação no Cunene

Jornal de Angola

08 De Junho de 2015

Texto: Elautério Silipuleni

Um total de 43 moto-taxistas da província do Cunene estão agora habilitados a circular com maior segurança nas artérias da província, ao receberem as suas licenças de condução.

Os motociclistas, que exercem a actividade de taxistas, participaram, durante três meses, numa acção formativa promovida pela Direcção Provincial da Viação e Trânsito em parceria com a Associação de moto-taxistas e Transportes de Angola, Amotrang.

Além da carta que os habilita a conduzir, os "kupapatas" foram contemplados com capacetes e coletes reflectores devidamente numerados para a sua fácil identificação. Um dos objectivos desta iniciativa é o de educar os motociclistas para a salvaguarda da dignidade das pessoas, combate à sinistralidade rodoviária e acabar com a condução ilegal.

O segundo-comandante provincial da Polícia no Cunene, António Alves, realçou que a iniciativa faz com que todos os moto-taxistas que operam na província, com realce para a cidade de Ondjiva, conheçam as medidas que o Governo local tomou para a diminuição da sinistralidade rodoviária. "Temos estado a acompanhar em toda a extensão da província vários acidentes de viação, onde os maiores protagonistas são os utentes de veículos motorizados", disse, acrescentando que por esta razão a instituição que dirige delineou um plano de prevenção rodoviária para sensibilizar os moto-taxistas no sentido de respeitarem o que estabelece o Código de Estrada sobre o uso de capacete pelo

condutor e o acompanhante, assim como estar devidamente documentado. António Alves aconselhou os moto-taxistas a evitarem circular na via pública com motorizadas sem documentos, principalmente a carta ou licença de condução, e chapa de matrícula do meio.

"Todos aqueles que ainda não são associados da Amotrang aconselhamos a que o façam já e deixem de circular na via pública sem a documentação necessária para o exercício de moto-táxi e, como vocês sabem, a Polícia Nacional está a trabalhar directamente com associação na resolução de questões como a obtenção de cartas e licenças de condução", disse.

O segundo-comandante provincial da Polícia no Cunene apelou aos condutores de motociclos a respeitarem as regras de condução nas vias, usando sempre o capacete, conduzir com uma velocidade que não coloque em perigo a sua vida e de outras pessoas e a evitarem o uso de bebidas alcoólicas.

António Alves sublinhou que depois deste primeiro acto de formação dos moto-taxistas, que terminou com o acto de entrega de cartas de condução, outras acções de Formação vão ser realizadas para que todos os moto-taxistas da província do Cunene possam exercer a sua actividade com o conhecimento Código de Estrada.

3.14 Empresas de Moto-táxi apostam em jovens do interior do país

Jornal Grande Notícias

26 De Maio de 2015

As empresas de moto - táxi, em Luanda, recrutam jovens do interior do país para enquadrá-los de nas suas empresas de forma ilegal, em virtude de não possuírem habilitações para este tipo de serviço, disse o presidente da Amotrang, Bento Rafael.

Escrivão José

De acordo com o presidente, os empresários preferem contratar os jovens do interior do país porque representam a mão-de-obra barata e não fazem contrato formal entre o funcionário e o empregador.

Bento reforçou que estes jovens são provenientes das províncias do centro e sul da Angola e muitas vezes quando acontecem acidentes mortais os empregadores desaparecem e a associação se

responsabiliza a fazer o funeral e em alguns casos transportar para as províncias de origem.

Por outro lado, os empregadores têm feito bem de trabalhar com os jovens para evitar índice de desemprego, mas que preocupa é que os mesmos não são bem identificados e nem possuem formação na área que pretendem exercer os serviços de táxi.

"Os empregadores devem nos solicitar para, em conjuntos, podermos dar formação aos funcionários e termos uma condição cuidada e livre dos acidentes que temos constatado todos os dias no nosso país': reforçou.

Na ocasião o presidente da Amotrang disse que a associação tem como rendimento mensal de cento e sessenta e dois mil Kwanzas provenientes das quotas dos motoqueiros.

Bento Rafael reforçou que com estes valores conseguem pagar as senhoras de limpeza, os casos de acidentes que são alvo os próprios motoqueiros que estão inscritos na associação e os professores colaboradores que tem ajudado na formação dos jovens.

Todos os cidadãos que usam as motos para serviços de táxi ou mesmo como meio de transporte pessoal a legalizarem os seus meios de locomoção, fazer sempre o uso do capacete e acatar o fio do mesmo para que em caso de acidente sejam protegidos.

3.15 Kupapatas na vanguarda da distribuição

Jornal A Capital

20 De Junho de 2015

Texto: Lumock Matokisa

Água é vida Assim se diz há séculos e está comprovado que sim. Sem água não se vive. Contudo, a falta do já considerado líquido precioso, é um problema, mais do que crónico para os munícipes de Luanda. Não se fala já de água potável. Ao ponto a que se chegou, qualquer água faz falta.

Na verdade, de falta de água é que quase sempre mais os luandenses se queixam sem que as autoridades competentes, por intermédio da Empresa Pública de Aguas de Luanda, EPAL, consigam dar respostas à incómoda situação.

De uns anos para cá, o problema circunscrevia-se com maior acutilância aos bairros periféricos, porém, com o passar do tempo a situação evoluiu até mesmo ao centro da cidade, no chamado casco urbano. Prova dessa realidade é o cada vez crescente número

de reservatórios de todos os tamanhos a ocupar os arredores de prédios e quintais de vivendas.

A EPAL, de acordo com dados retirados do seu site oficial na Internet, diz que "o Plano de Investimento para os anos 2011-2016 contempla cerca de 30 projectos, que são continuidade do Plano de Investimento do ano de 2010, dos quais 13 projectos, ou seja, cerca de 45%, ainda se encontram em fase de implementação".

"A execução destes projectos irá garantir o reforço de abastecimento de água ao Sistema Integral de Água de Luanda e a cobertura das novas áreas urbanas em desenvolvimento", lê-se ainda no site, que acrescenta que "à semelhança do ano transacto, a projecção para a cobertura do serviço de abastecimento de água a curto, médio e longo 'prazos para a província de Luanda está orientada na óptica do Plano Director de Abastecimento de Água de Luanda, que passa, necessariamente, pela recuperação e ampliação das capacidades instaladas, pela construção de novas Estações de Tratamento de Água, pela reabilitação e construção de novos Centros de Distribuição de Água, e pela reabilitação e expansão da rede de distribuição, em consonância com os indicadores da pressão demográfica na província de Luanda".

Só que, entre a necessidade do líquido, tão indispensável para a actividade humana, e o anúncio de projectos nem sempre concretizados, a população procura por meios próprios mitigar a situação. Aproveitando-se da deixa da EPAL, o número de pessoas com frotas de cisternas e motorizadas com carroçarias aumentou.

Com isso, uma das saídas que os populares encontraram é gastar um pouco mais na compra de água por via dessas duas hipóteses. O negócio já se tornou muito rentável mercê da procura do produto.

Repare-se que uma cisterna de água deve estar a custar, entre os 13 mil kwanzas para um tanque de oito mil litros, e 10 mil kwanzas para um reservatório de 10 mil litros, variando de zona para zona, tendo em conta a distância a percorrer. Já a compra de água aos motoqueiros, vulgo kupapata, que também' é outra opção para os menos abastados, o preço varia em função do números de "bidões" solicitados.

Facto é que cada um desses utensílios com capacidade para 25 litros custa entre 75 a 100 kwanzas. Basta saber que uma dessas carroças motorizadas transporta mais de uma dezena de vasilhas.

Ainda que o Presidente do Conselho de Administração da EPAL, Libido Gustavo Ferreira de Ceita, tenha escrito na página oficial da empresa que "o principal objectivo da EPAL assenta na materialização dos propósitos do Executivo angolano que preconiza a melhoria das condições de vida dos angolanos e, em particular, o acesso à água potável de qualidade a província de Luanda", ao que tudo indica, kupapatas e cisternas tornaram-se hoje nos principais fornecedores de água à cidade capital.

"Este desiderato é, sem sombra para dúvidas, um dos pressupostos para a diminuição considerável de doenças

relacionadas com a água e por conseguinte a diminuição dos encargos das famílias com a saúde e por via disso diminuição do absentismo dos membros das famílias aos seus afazeres laborais ou estudantis", escreveu o PCA que advoga, por outro lado, "a construção de novos Centros de Distribuição e Estações de Tratamento de Água, a instalação de número significativo de contadores domiciliários em vários bairros, todos já em execução, como prova de que não mediremos esforços para a prossecução dos desafios a que nos propomos e que nos foram submetidos: abastecer com água potável toda a população de Luanda".

Entretanto, o retrato real da situação contrasta de longe as projecções optimistas de Libido Gustavo Ferreira de Ceita, a julgar não só pelo quadro já acima traçado, mas também, pelo estado de abandono e de destruição em que se encontram muitas infra-estruturas da EPAL, nomeadamente chafarizes.

Preocupado com este quadro, o semanário A Capital procurou saber via telefónica, junto do porta-voz da instituição em causa, Domingos Paciência, o que a EPAL achava do cada vez crescente número de chafarizes caídos em desuso, uma vez que seriam estes a fonte fácil de obtenção de água, bem como solicitamos algum parecer seu sobre o crescente número de cisternas, sobretudo de carroças motorizadas a se tornarem principais fornecedores do líquido, perguntas a que se furtou responder, alegando que só o faria naquele instante se fosse para uma rádio.

3.16 Polícia quer acabar com mercados de rua

Jornal de Angola
22 De Junho de 2015

O Comando de Divisão da Polícia Nacional no distrito urbano do Kilamba Kixi, em Luanda,

anunciou ontem que vai reforçar as acções de combate à venda desordenada na via pública, com a Introdução de brigadas caninas e da Polícia montada.

O comandante da Divisão da Polícia no Kilamba Kixi, Alberto da Silva Paulo, fez a advertência à margem da cerimónia de apresentação dos administradores adjuntos e comunais do distrito.

O oficial da Polícia informou que, por orientação do comandante-geral, o comando provincial vai apoiar a Divisão do Kilamba Kixi para melhorar a circulação rodoviária no troço que vai do Kimbango até à Shoprite, onde a venda na ambulante provoca engarrafamentos.

Alberto da Silva Paulo mostrou-se particularmente preocupado com a comercialização de produtos alimentares próximo do Hospital Sanatório de Luanda, o maior centro de tratamento de pessoas com tuberculose.

As pessoas que adquirem produtos na via pública, de acordo com o oficial, por incentivarem a venda em locais impróprios, também passam a ser objecto de medidas policiais.

Alberto da Silva Paulo pediu a colaboração dos órgãos de comunicação social para ajudarem na sensibilização dos cidadãos que comercializam produtos e bens alimentares na via pública e aos clientes para acabar com esta prática. O administrador do Kilamba Kixi, Domingos João Lourenço, por sua vez, declarou tolerância zero no combate à venda desordenada e na recolha dos produtos comercializados na rua.

A administração do distrito urbano do Kilamba Kixi, em colaboração com a Polícia Nacional, iniciou, em Abril, uma operação contra a venda desordenada nas principais vias públicas, mas, até ao momento, a população insiste na mesma prática' em desobediência às autoridades. Domingos João Lourenço advertiu que, doravante, a Administração vai ser mais rigorosa com quem insistir em comercializar na via pública e noutros locais impróprios.

Os agentes da Polícia e da Administração, de acordo com Domingos João Lourenço, receberam orientações para proceder à recolha de bens comercializados na via pública e punir os infractores.

O administrador do distrito do Kilamba Kixi pediu o apoio das Igrejas na luta para acabar com a venda ilegal na via pública, delinquência juvenil e poluição sonora, bem como pela melhoria da higiene zona, que tem grandes focos de lixo.

Mudanças no distrito

"As Igrejas e o Estado têm de estar unidos para o bem da população", referiu, acrescentando que, "dentro de meses, os cidadãos têm que notar mudanças no distrito". Domingos João Lourenço também falou do lixo e da venda desordenada em frente às Igrejas, institutos superiores, universidades, instituições de saúde e estabelecimentos comerciais.

Os religiosos prometeram trabalhar com as autoridades na resolução desses problemas e na melhoria da imagem do distrito urbano.

Os religiosos alertaram para alguns dos problemas do distrito, entre os quais a falta de contentores para o lixo, de fornecimento de água e energia eléctrica, apelando ao fim das ligações anárquicas.

3.17 Preços em alta no mercado

Jornal A Capital

6 De Junho de 2015

Texto: Mirene da Cruz

Uma fotografia tirada por este jornal ao comportamento dos preços de uma amostra de produtos de primeira necessidade permitiu confirmar a razão do amor de muitas farrulias que nos últimos dias alegam sentir um agravar do custo de vida.

Dizem as pessoas ouvidas, a propósito, pelo "A Capital" que a generalidade dos preços dos bens e serviços no mercado disparou, a começar pelo pão que agora é vendido nas padarias ao preço de 25 kwanzas, quando até há bem pouco tempo podia-se comprar três pães da mesma a 50 kwanzas.

Proprietários de panificadoras apontam a alta do preço da farinha de trigo como a principal responsável por essa subida.

"Se compramos caro também vendemos caro", explicou Eugénio Nunes, gerente da padaria Flor.

O gerente disse que aquela panificadora passou a cobrar mais pelo pão, por motivos que têm a ver com o facto de os seus fornecedores também terem decidido aumentar os preços de quase tudo que se usa no processo de produção desse bem.

"Temos que pagar combustível, pagar salários e não é fácil", justificou.

Tais factores já se reflectem em outros preços, nomeadamente o da chamada "magoga" pela qual as vendedoras já cobram mais caro, para a insatisfação de quem tem isso como alimento predilecto ao

pequeno-almoço. Essa iguaria é hoje vendida a 350 kwanzas contra os 250 antes praticados.

Tunicha Nzola explica que o aumento verificado decorre da necessidade de ajustar-se o negócio ao actual comportamento dos preços no mercado, onde pelo mínimo 5 kwanzas a mais altera todo e qualquer plano efectuado.

"Se vou ao mercado com mil kwanzas, é porque já tenho as contas feitas, se subir um preço, já não consigo comprar tudo que necessito para o meu negócio ou mesmo as coisas lá de casa", referiu.

Quem também se queixou do preço do pão é Lucinda Maria outra vendedora de "magoga" que sente o negócio a definhar-se porque, segundo ela, nem todos os clientes têm capacidade de pagar 350 kwanzas.

Mas, não é somente o preço do pão que registou subida. Os trabalhadores queixam-se do aumento dos preços de uma série de produtos, com destaque para o tomate, a cebola, assim como outros bens de primeira necessidade.

Ermelinda Feliciano disse, por exemplo, que até há bem pouco tempo, o balde de tomate era comercializado ao preço que variava entre 500 e 700 kwanzas. Hoje ela compra a mesma quantidade ao valor de 1200 kwanzas.

O mesmo acontece com o tomate avulso. "Neste caso estamos a comprar quatro tomates a 100 kwanzas, o que está muito caro", constatou Ermelinda, ela que também do preço do custo do peixe que, no caso do carapau, está hoje a ser vendido a 1000 kwanzas.

Mas, tal valor corresponde apenas a compra de três carapaus médios, no passado, o preço era relativamente mais flexível.

"Eram seis peixes a mil kwanzas e, dos graúdos", lembrou.

Por tudo isso, Benilde André diz constatar que o custo de vida no país não pára de agravar-se, a olhar para aquilo que são os valores que paga por cada serviço requerido.

A funcionária pública referiu que os preços dos produtos básicos são, ainda assim, os que mais sobem.

O quilograma de arroz, por exemplo, hoje já não custa menos de 300 kwanzas, podendo variar de acordo com a origem do produto.

Empresários associam a subida de preços de alguns produtos no mercado aos efeitos da nova pauta aduaneira.

O professor Gustavo Ernesto tem isso como uma grande preocupação. E tem razão para assim se manifestar, na medida em que o salário não lhe tem sido suficiente para suprir as necessidades.

É que, segundo ele, começa a ser cada vez mais evidente a perda de poder de compra dos trabalhadores.

Muito mais preocupante é o facto de o Governo manter-se impávido, encarando o caso sem intervir com medidas susceptíveis de atenuar o impacto da subida dos preços na vida dos trabalhadores.

"Tudo sobe no mercado menos o salário", desabafou.

O professor reclama do que tem pago pelos bens e serviços. Salientou que apesar de as autoridades não terem chegado a um acordo sobre o preço da corrida do táxi, por duas vezes ele pagou 150 kwanzas, quando saía dos Congolese para a Maianga.

"E não adianta nos queixar porque ninguém faz nada para mudar o quadro", pontualizou.

Apesar de agora estar a gastar mais com o táxi, Gustavo diz que os taxistas têm, em parte, razão para aumentarem o preço da corrida, a julgar pela constante subida dos combustíveis.

"Toda a actividade tem que ter lucro", reconheceu, antes de lamentar que por tal situação "nós é que vamos continuar a pagar o que não temos para nos manter vivos".

Culpabiliza o Governo pelo actual estado de coisas, sobretudo por, em tão curto espaço de tempo, ter feito ajustamento que ele considera proibitivo aos preços dos combustíveis.

"Se a subida do preço do combustível é inevitável, ao menos, deveria acontecer em períodos mais longos", sugeriu.

A funcionária pública Suzana Domingas disse que por conta da subida da grande maioria dos preços dos produtos de primeira necessidade, a qualidade da dieta alimentar da sua família degradou-se de forma significativa, pois, segundo disse, teve que abrir mãos de alimentos de maior valor nutritivo para os seus dependentes.

"Agora mal comemos salada tanto pelo preço do balde de tomate como pela qualidade", revelou.

O mesmo se coloca em relação ao ovo que, Suzana Domingas agora custa 50 kwanzas cada, quando eram comercializados três ovos a 100 kwanzas.

"Deste jeito é melhor termos tudo importado para justificar os preços", atirou, não entendendo a razão da subida do preço do ovo, numa altura em que o país já produz isso em quantidades significativas.

Indignada com tudo isso está também a funcionária pública Cleide Paula, que diz estar "cada vez mais difícil controlar o salário devido a alta de preços no mercado".

Ela conta que hoje gasta mais de 70 por cento do que auferia como salário só com a alimentação, não lhe restando quase nada para atender outras necessidade.

4. OGE INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA

4.1 Estradas secundárias são reabilitadas

Jornal De Angola
2 De Junho de 2015

A Administração do Município do Ucuma, a 97 quilómetros da cidade do Huambo, está a ampliar e terraplenar, desde a semana passada, as estradas secundárias e terciárias.

O administrador municipal, Fernando de Carvalho, informou que estão em curso trabalhos em 92 quilómetros de estradas degradadas, entre elas a que liga a vila municipal e a comuna do Mundundo.

Explicou que a terraplenagem vai estender-se até ao mês de Agosto. O administrador Fernando de

Carvalho reconheceu que o estado actual das estradas secundárias e terciárias é precário, estando a condicionar a circulação automóvel.

As estradas secundárias do Londuimbali também começam a ser reabilitadas em breve. O chefe da repartição local para os assuntos técnicos e produtivos, António Gonçalves, informou ontem que o trabalho é coordenado e executado por técnicos da Brigada de Estradas da Direcção das Obras Públicas.

Neste momento está em curso o levantamento dos troços mais críticos, para se determinar a quantidade de meios a serem utilizados na fase de recuperação das vias.

Segundo António Gonçalves, além das estradas secundárias também merecem obras de restauro as vias que ligam a vila e as aldeias com maior densidade populacional.

O projecto contempla a abertura de valas de drenagem. O chefe da repartição local para os assuntos técnicos e produtivos do município do Londuimbali informou que desde 2011 foram já terraplenados 50 quilómetros de estradas. Por outro lado, o programa de construção de infra-estruturas sociais na comuna da Calenga, município da Caála, província do Huambo, foi apresentado, na semana finda, pelo Governo Provincial.

O acto, inserido no projecto Bom Jesus-Calenga, foi orientado pelo vice-governador da província do Huambo para o Sector Económico, Joaquim da Conceição. O coordenador do projecto Bom Jesus-Calenga, Durval Quintino, disse que o programa prevê a construção, em nove meses, de quatro escolas com sete salas e residências para professores, dois postos de saúde e a reabilitação de 116 quilómetros de estradas secundárias e terciárias, no valor de catorze milhões de dólares. Durval Quintino acrescentou que, ainda este ano são melhorados, em 25 aldeias, os canais de irrigação, visando o fomento da actividade agrícola.

O projecto Bom Jesus-Caleng presta assistência a dez mil famílias camponesas, visando o aumento da produção nas comunidades.

4.2 A média ponderada e os números do OGE (inicial e revisto de 2015)

Jornal Manchete

26 De Junho de 2015

No OGE 20 15 inicialmente aprovado pelo Parlamento, o preço do barril estava cotado em 81 dólares, sendo que as receitas previstas eram de 4.184.900 mil milhões de kwanzas. A taxa de crescimento da economia estava avaliada em 9,7%, sendo o valor da despesa fiscal para o exercício económico em questão, avaliado em 5.215.800 mil milhões de kwanzas.

Quanto ao défice orçamental, estava previsto em 10 mil milhões de dólares, correspondente a 7,6% do PIB, sendo que o défice previsto para o ano de 2015 estava cotado em 48.300 mil milhões de dólares. Já o fluxo total de financiamento do OGE a previsão era de 7.242.810 milhões de kwanzas.

Em relação aos dados do OGE rectificativo, aprovado pela Assembleia Nacional em Março do corrente ano, a redução do preço do barril previsto rondava à volta de 50% do valor inicial, com o barril a ser cotado em 40 dólares, embora a perspectiva de produção petrolífera fosse mantida em 1.835 milhões de b/d. Este sector deve crescer 9% e o não petrolífero 5,3%, num diferencial de mais de 4 por cento que deixa escapar o peso substancial do crude na nossa economia a crescimento real do PIB previsto foi estimado em 6,6%, menos 3,15 do valor inicialmente previsto, sendo a taxa de inflação prevista em 9 % contra 7% estabelecido em finais do ano transacto.

Em matéria do peso de exportação do petróleo bruto nas receitas fiscais do país está prevista a queda de 70% para 36,5% no ano em curso, sendo que o défice fiscal nas contas públicas diminuiu em 6,2% do PIB, contra os 7,6% do OGE de 2014. Ainda em matéria de contas públicas a previsão aponta para a redução do total das receitas do Estado, nomeadamente receitas fiscais, patrimoniais e de endividamento, avaliado em 7,2 triliões de kwanzas ao contrário dos 5,4 triliões iniciais. Já as despesas correspondem a 25% do orçamento proposto inicialmente, o que constitui um corte substancial, exigindo rigor, austeridade e parcimónia na gestão dos fundos públicos, aliás conforme alertava o Presidente da República, José Eduardo dos Santos na mensagem de ano novo.

Em finais de Janeiro último, a missão do FMI despachada para Luanda reputou de "oportuna e inteligente" a revisão por baixo do OGE, atempadamente efectuada pelo Executivo.

Finalmente, com o barril cotado em mais de 60 dólares, cabe ao Executivo encontrar um meio-termo, com o mesmo sentido de oportunidade, para aprovar um OGE rectificativo, pelo menos ao nível da média aritmética, dir-se-ia ponderada, achada entre

os valores estimados e adoptados entre os dois orçamentos elaborados para este ano fiscal, sem prejuízo do diferencial acumulado durante os anos anteriores, quando o preço do petróleo estava em alta, que acrescida da actual subida do preço do ouro negro, dá para a economia angolana respirar de alívio, no que á suas finanças públicas diz respeito, impondo-se um maior rigor na gestão da coisa pública, para que não se comprometa a vida dos cidadãos, com o apertar do último furo do cinto, nem das gerações vindouras, a quem tomamos o país de empréstimo.

4.3 Nova revisão do OGE/2015 à vista

Jornal Manchete

26 De Junho de 2015-07

Texto: Nganga Fula

Com o OGE vigente cotado a 40 dólares o barril, com base no preço, à cautela, previsto pelo Executivo, contra os actuais 60 dólares no mercado internacional; tarifa aliás prevista pelo FMI no princípio deste ano, uma nova revisão do Orçamento Geral do Estado se desenha no horizonte, com base no diferencial da venda actual do "ouro negro", que ronda os 63 dólares do "brent" vendido em Londres, no dia do fecho desta edição.

Com esta subida razoável do preço do petróleo, cerca de 20 dólares, contra os 40-45 dólares que chegou a atingir em princípios deste ano com todos os efeitos atinentes, que levou a adopção e aprovação de um orçamento rectificativo em Março último pela Assembleia Nacional, levando à revisão em baixa das receitas e despesas previstas no OGE, que da estimativa inicial de 81 dólares o barril do petróleo fixado em Outubro do ano passado, passou para uma redução drástica de 40 dólares (até Janeiro Fevereiro últimos).

O plano de execução orçamental para o presente ano fiscal, em virtude da queda do preço do crude no mercado internacional, foram adoptadas medidas de contenção e racionalização das despesas no sector público administrativo e empresarial, a potenciação das receitas, bem como o reforço do papel regulador do Estado.

Em termos de revisão orçamental, o Governo propôs o controlo do défice fiscal (decorrente da queda das receitas) e as necessidades de financiamento, sem pôr em causa o pagamento do serviço da dívida, fixando-se também as despesas a um nível mais conforme à realidade económico-financeira vigente.

Nestes termos, em virtude da crise dos "petrodólares", a vida para os angolanos, sobretudo para as camadas mais desfavorecidas da população, tem sido extremamente dura no primeiro semestre deste ano, com destaque para os últimos três meses, cenários crítico previstos por diversos observadores económicos, muito antes da aprovação do OGE revisto em Março último.

Assim sendo, para este ano o crescimento do PIB foi revisto em baixa para 6,6% contra os 9,7% inicialmente estimados, sendo que a economia deveria acelerar comparativamente ao ritmo de crescimento de 4,4% registado em 2014.

Contudo, com este novo fôlego conquistado pelo mercado, com o petróleo cotado em 63 dólares esta quarta-feira (25/6), mais de 23-28 dólares, portanto, que no princípio do ano, quando a crise atingiu o pico (40-45 usd/barril), o Executivo poderá propor uma nova revisão orçamental, para garantir mais fundos para a área social, nomeadamente no domínio da educação, saúde e assistência social, bem como o relançamento de projectos de diferentes investimentos que ficaram congelados ou cancelados em virtude da crise dos "petrodólares", para viabilizar com mais vigor as despesas públicas, otimizar mais os subsídios, tarifas e preços, em ordem a toma as repartições e empresas públicas mais eficazes e eficientes na prestação dos seus serviços públicos.

Assim sendo, uma nova revisão orçamental não deverá deixar à margem o reforço financeiro do sector da agricultura e dos programas de combate à pobreza e o desenvolvimento rural, sem prejuízo da recuperação e reabilitação das vias rodoviárias, cuja qualidade tem sido posta em causa, bem como garantir a construção de vias rodoviárias secundárias e terciárias que garantem o acesso ao campo e ao evacuamento dos produtos agrícolas dos camponeses, necessários para o consumo e mesmo para a alimentação da agro-indústria, incluindo a ' agro-alimentar, carente de frutas para ' a produção de sumos e demais bebidas tanto para consumo interno, como para exportação. Deste modo, impulsiona-se a detenção da forte pressão que as importações exercem sobre a I nossa balança de pagamentos, potenciando recursos para a produção nacional, que impeça a entrada no país ' de produtos que podem ser produzidos localmente pelos nossos camponeses e operários.

O que é válido para os frutos da terra (e mesmo do mar), bem como para outros produtos agrícolas locais, como tubérculos e leguminosas, também é válido para produtos manufacturados que têm sido importados dispensáveis, até com todo o peso deletério exercido sobre a estrutura económica do

país. Em relação aos frutos do mar é mister assinalar que países há que sustentam as suas exportações basicamente com crustáceos, como lagostas, caranguejos e camarão, como é o caso de Cuba e Moçambique, que têm neste último produto como a principal mercadoria que sustentam as suas exportações. No caso do nosso país irmão do Índico, até os anos 80, pelo menos, a castanha de caju era a principal fonte de receitas que sustentava o seu OGE. Portanto, a ideia de relançar a produção do caju e doutros produtos agrícolas, no quadro do apoio da agricultura à estratégia de diversificação da nossa economia faz todo sentido, pois no caso do caju o fruto serve para a produção de sumos e licores, bem como a castanha como petisco, podendo ser exportados, com ganhos para a nossa balança comercial, sendo um produto nada barato.

4.4 Refinaria do Soyo começou a ser construída

Jornal de Angola

4 De Junho de 2015

Texto. Jaquelino Figueiredo

Francisco de Lemos e You Hai Ming participaram no acto formal do início da construção da refinaria, projectada para produzir cinco milhões de toneladas de derivados por ano e processar 110 mil barris de petróleo por dia.

A refinaria tem um prazo de 26 meses para ser construída pelo empreiteiro chinês contratado para a obra, a China Tianchen Engineering Corporation. A primeira fase da obra consiste na construção da refinaria, uma zona residencial para mil empregados, estação de produção e tratamento de água potável e residual, aterro sanitário e de resíduos perigosos e uma central eléctrica. Na última fase da construção, refinaria do Soyo conta com uma unidade de processamento, uma de armazenamento de petróleo bruto e transporte, outra de utilidades e instalações de acessórios.

Na fase plena das operações, a refinaria produz, por ano, 44.500 toneladas de gás liquefeito de petróleo (LPG), 558.500 de gasolina para veículos, 20.700 de benzeno, 437.200 de combustível para reactores, 853.400 de gásleo, e 180 de petróleo iluminante.

A unidade de processamento conta com subunidades para destilação atmosférica, de combustível para reactores, hidrogenação de gásleo e recuperação de enxofre projecto inclui a implantação de 79 tanques para armazenar 856 mil metros cúbicos dos combustíveis e outros derivados produzidos pela refinaria.

Um cais para ancorar dois petroleiros com capacidades de até cem mil toneladas de petróleo, incluindo um sistema de quebra-mar, vai ser construído para apoio a refinaria na fase de construção e na operacional. O presidente do conselho de administração da Sonangol considerou a construção da refinaria do Soyo como um projecto alinhado ao programa de Executivo de diversificação da produção, porquanto, além de conduzir a redução das importações de combustíveis, atrai a implantação de outras indústrias, como a petroquímica.

O presidente da China International Fund disse que a refinaria que começa a ser construída e moderna e produz com os equipamentos mais sofisticados e rigorosos critérios ambientais.

4.5 O OGE 2016 começou já a ser preparado, mas, para aquele responsável, não se divisam grandes melhorias em termo de receitas.

Jornal A Capital

27 De Junho de 2015

Em linha com aquilo que é o entendimento do ministro da Economia, o Centro de Estudo e investigação Científica da Universidade Católica de Angola considera que encetar um processo de diversificação em contexto de redução generalizada das receitas financeira e, se não utópico, um esforço de difícil concretização.

De acordo com o seu mais recente relatório sobre a economia angolana, o financiamento da diversificação em circunstancia de crise como a que o país esta a atravessar "acaba por estar entalado entre a falta de uma estratégia clara e a carência de financiamentos", pois, como reporta o estudo, "mesmo o investimento estrangeiro deixou de considerar Angola um país apetecível para se investir atendendo os riscos envolventes".

Segundo o documento, um processo sem estratégia nem fontes de financiamento estáveis "seguramente

que desembocara numa estrutura produtiva sem força íntima, nem racionalidade económica".

O CEIC indica, no seu relatório, que a diversificação requer uma combinação de vários factores, nomeadamente o controlo da inflação e do défice fiscal e manutenção de uma taxa de câmbio ajustada às disponibilidades de divisas e aos ditames da competitividade. -

Olhando para o comportamento de tais variáveis, os responsáveis pelo estudo entendem que essa exigência do processo de diversificação "vai ser posta em causa em Angola, na situação de forte carência de recursos financeiros do Estado e da economia".

Quando o país recuperar os níveis de receitas, a receita apontada e a da aposta na economia, pelo facto do estudo considerar tal opção como o caminho mais seguro para se reduzir a dependência extrema e a concentração das exportações.

E que, de acordo com o estudo, a industrialização "é um poderoso factor de crescimento, modernização e desenvolvimento da agricultura", para além de ser vista como potenciadora da geração de emprego.

Quem e quem na estrutura

A análise do desempenho dos distintos sectores que concorrem para a formação do Produto Interno Bruto angolano permite ter uma noção da variação da participação de cada na pujança da economia nacional.

Em doze anos, por exemplo, o sector da agricultura, pecuária e florestas mantiveram o seu peso relativo na estrutura do PIB em 4% o que, segundo relatório do CEIC, "sinaliza fraca dinâmica de crescimento, de inovação e de baixa produtividade".

A actividade ligada à extracção de petróleo e gás natural e a produção de derivados diminuíram de 8 pontos percentuais a sua representatividade no PIB, essencialmente explicada pela conjugação do efeito diminuição do preço do petróleo diminuição da produção,

E aqui, de acordo com o estudo, "não se deve menosprezar os efeitos colaterais associados", num contexto de falta de força e de competitividade dos restantes sectores do tecido produtivo nacional, afectados pela diminuição dos investimentos públicos, das despesas gerais do Estado e a redução das receitas em divisas para o funcionamento da economia.

Na análise aos dados, verifica-se que sector dos serviços acrescentou em 3 pontos percentuais a sua participação na geração anual de riqueza. Porém, diz o estudo que 3 pontos percentuais em 12 anos não é sinonimo de elevada dinâmica de transformação.

A construção, todavia, ganha praticamente 3 pontos percentuais entre 2002 e 2014, como resultado directo dos investimentos públicos efectuados durante este período e que atingiram 93108 milhões de dólares.

Já a industria transformadora ganha 2 pontos percentuais. Na óptica dos analistas do CEIC, tal ganho é "muito pouco para uma actividade que é um dos motores da diversificação da economia".

4.6 Parlamento Aprova A Conta Geral Do Estado

Jornal De Angola

18 De Junho de 2015

O Executivo conduziu, com prudência, a gestão fiscal, monetária e cambial durante o exercício financeiro de 2013, garantiu, ontem, em Luanda, o ministro das Finanças.

Armando Manuel falava na Assembleia Nacional durante a apresentação da Conta Geral do Estado do exercício financeiro de 2013, aprovada com votos favoráveis do MPLA, votos contra da UNITA, CASA-CE e PRS e abstenção da FNLA.

O documento, apresentado pelo ministro das Finanças, revela um balanço financeiro de mais de 229.608.563.092 kwanzas que resultou da variação entre a uma disponibilidade inicial de 'mais 2.265.738.162.517 kwanzas e final de mais de 2.495.346.725.609.

As contas orçamentais de 2013 registaram um saldo de mais de 84.622.092.096 kwanzas e as extra orçamentais registaram um saldo de 144.986.470.996,08 kwanzas comparativamente ao ano de 2012. Armando Manuel afirmou que a Conta Geral do Estado de 2013 revela os indicadores macroeconómicos que tornam clara a prudência com que o Executivo conduziu a gestão coordenada das políticas fiscal, monetária e cambial em 2013.

O ministro das Finanças, Armando Manuel, explicou que a Conta Geral do Estado compreende as contas dos Órgãos de Soberania, Administração Central e Local, dos diferentes Institutos Públicos, Serviços Autónomos e Instituto de Segurança Social.

Armando Manuel esclareceu, ainda, que o Sistema Integrado de Gestão Financeira do Estado teve um crescimento particularmente significativo nos indicadores de unidade e universalidade na execução do Orçamento Geral do Estado de 2013 comparativamente aos exercícios anteriores.

Num relatório-parecer conjunto, que produziram depois de aturada avaliação, os deputados recomendaram a criação de mecanismos para a melhoria do desempenho da despesa, implementando maior rigor e disciplina na sua execução. Pediram também ao Executivo que continue a prestar atenção às verbas atribuídas ao sector social.

Os deputados solicitaram a continuidade dos investimentos públicos, tendo em conta os resultados que eles proporcionam à diversificação da economia e ao desenvolvimento do país.

Os parlamentares recomendaram, igualmente, um acompanhamento mais rigoroso das receitas e qualidade das despesas realizadas nas 18 províncias.

Esta recomendação visa, no essencial, proporcionar o equilíbrio na gestão do erário público, bem assim como a apresentação, com todos os detalhes nos próximos exercícios, das contas relacionadas com a Segurança Social no país, segundo apurou o Jornal de A Angola.

Visita do Presidente à China

Durante o debate sobre a Conta Geral do Estado, os deputados da oposição questionaram o ministro das Finanças, Armando Manuel, sobre a visitado Presidente da República, José Eduardo dos Santos, à China.

O deputado da UNITA Raúl Danda, que também pediu esclarecimento quando apresentou a declaração política, disse que a UNITA não está contra o estabelecimento e o reforço de relações de amizade, económicas e comerciais com outros países do mundo, por isso, considera a China um parceiro importante. Mas entende que se deve dar a conhecer à Assembleia Nacional e aos cidadãos o montante de dinheiro pedido à China. O ministro das Finanças esclareceu que a missão do Presidente José Eduardo dos Santos à China visou essencialmente reforçar as relações de amizade, fortalecer a cooperação bilateral e lançar parcerias no domínio da Ciência, Educação, Energia, Agricultura e Geologia, áreas de destaque no Plano Nacional de Desenvolvimento.

Armando Manuel assegurou que a visita visou igualmente alargar a exposição de risco ao crédito de

exportação para Angola e "alargar as oportunidades de reforço das linhas de crédito actuais".

Controlo e fiscalização

A segunda vice-presidente do grupo parlamentar do MPLA, Carolina Cerqueira, destacou a importância da aprovação da Conta Geral do Estado de 2013 e sublinhou: "O MPLA não tem dúvida de que estamos mais bem preparados para exercermos a acção de controlo e fiscalização da actividade do Executivo através da Conta Geral do Estado". A deputada Carolina Cerqueira, que considerou positivo o desempenho das Finanças Públicas em 2013, saudou o facto de a Conta Geral do Estado respeitar os princípios da clareza e exactidão, possibilitando assim a sua análise.

Para Carolina Cerqueira, estes resultados são o reflexo das medidas de política económica justas adoptadas pelo Executivo. A deputada do MPLA afirmou que o país tem seguido uma trajectória correcta no que diz respeito à diversificação da economia.

O presidente do grupo parlamentar da UNITA, Raul Danda, disse que o documento apresentado pelo ministro das Finanças tem "muitas imprecisões". Explicou que o seu partido votou contra o documento porque "não sabe onde está o dinheiro arrecadado como resultado da diferença entre o preço médio do barril do petróleo estabelecido no OGE de 2013 e o preço real a que se vendeu o produto".

O presidente do grupo parlamentar da CASA-CE, André Mendes de Carvalho, disse que o seu grupo parlamentar e demais deputados da oposição têm sido impedidos de realizar uma fiscalização efectiva à execução do OGE e de acompanhar a realização das actividades do Executivo. "O Executivo deve promover a transparência na governação. Até aqui não tem sido na medida necessária", disse o deputado da CASA-CE.

O líder da bancada do PRS, Benedito Daniel, entende que a fiscalização é o único meio para os deputados conhecerem os actos do Executivo. O deputado Lucas Honda, da FNLA, que não apresentou a sua declaração política, absteve-se na votação.

Os deputados voltam a reunir-se hoje para, entre outros diplomas, analisarem as propostas de Lei de Arrendamento Urbano, dos Crimes Contra a Aviação Civil, da Cooperação Judiciária Internacional em Matéria Penal e a de Alteração à Lei Geral da Electricidade.

4.7 III Sector não mineral a aposta principal

Jornal Economia e Finanças
05 De Junho de 2015

Durante a última reunião mista, realizada em Abril na capital Pequim, entre delegações oficiais de Angola e da China, o reforço e o alargamento da cooperação para os sectores não minerais, caso da agricultura, indústria e energia e águas dominaram a agenda de conversações.

Face ao amplo programa de diversificação da economia que desenhou, o Executivo angolano vê no parceiro chinês vontade e interesses comuns.

Segundo um comunicado, a que a Angop teve acesso, à margem do encontro, os representantes de vários departamentos ministeriais, instituições financeiras e empresas chinesas comprometeram-se fazer de Angola o país prioritário na cooperação, de forma a participar, activamente, na industrialização e na diversificação da sua economia.

Já durante as discussões, a parte chinesa disse estar disponível a mobilizar empresas locais para investir e transferir a produtividade para Angola, nomeadamente nas áreas de aço, materiais de construção, cimento e vidro.

Na área da agricultura, a China diz estar disponível para ajudar Angola a estabelecer um centro piloto de tecnologia agrícola, formar quadros e desenvolver o cultivo de milho, arroz e outros cereais.

No domínio da energia e águas e mineração, outra aposta do Executivo angolano, os chineses asseguraram aumentar a sua cooperação, de modo a ajudar o parceiro africano a estabelecer um sistema completo e independente das indústrias de petróleo e de minas.

"A nossa parceria estratégica ganha ainda maior significado no actual contexto económico e financeiro internacional, caracterizado pela incerteza, com destaque para a queda do preço do petróleo, que tem vindo a afectar a economia angolana", disse Edeltrudes Costa.

Bancos em Angola

A China quer instalar a curto prazo sucursais de alguns bancos de direito chinês em Angola, no quadro da colaboração económica entre os dois países, anunciou na recentemente, em Pequim, a delegação chinesa na comissão mista de cooperação bilateral.

Neste particular e de acordo com a secretária de Estado para a Cooperação, Ângela Bragança, Angola tem também interesse em evoluir para a cooperação no âmbito financeiro.

Conforme disse, com base nesse interesse, Angola entregou à parte chinesa uma proposta do memorando de entendimento para ser analisada.

Em processo de negociação e aproximação de interesses, estão, entre outros, instrumentos jurídicos e os relacionados com a facilitação de vistos. A secretária de Estado disse serem documentos que vão ser aprofundados por uma equipa mista.

"Está proposto o delineamento de apoios concretos que vão dar uma moldura mais objectiva ao que Angola e espera-se do financiamento do Governo chinês, sobretudo na óptica de obtenção de resultados", salientou. A par do aprofundamento da discussão de documentos, Angola pretende que mais empresas chinesas invistam no país em áreas ainda por definir pelas partes.

Ângela Bragança disse terem sido estudadas, com os representantes do parceiro asiático, outras modalidades de colaboração financeira para elevar a cooperação em várias áreas, incluindo na da avaliação de soluções inovadoras de investimento e financiamento.

5. GOVERNAÇÃO DESCENTRALIZAÇÃ O E CIDADANIA

5.1 Apresentado Plano Municipal de Desenvolvimento

Jornal de Angola
03 De Junho de 2015

A cidade de Luanda enfrenta vários desafios, desde a melhoria do abastecimento de água, energia, saneamento básico, maior oferta e qualidade de serviços públicos de educação e saúde à construção de novos fogos habitacionais, viabilização dos programas de Intervenção urbana, enquadramento do regime de propriedade urbana e uso do solo.

Para encarar esses reptos, foi criado um Plano Municipal de Desenvolvimento 2015-2017 pelo Decreto Presidencial n.º 52/15 de 2 de Março, cujo principal desafio é apoiar a Comissão Administrativa da Cidade de Luanda na tomada de medidas políticas,

económicas e sociais no município de Luanda, afirmou José Tavares, no último o encontro do Conselho de Auscultação e Concertação Social.

O presidente da Comissão Administrativa da Cidade de Luanda destacou alguns dos feitos conseguidos nos últimos anos nos sectores da educação, saúde, apoio e acção social.

No âmbito dos investimentos públicos, foram construídas em 2014, 192 escolas, que potenciaram o sector da educação do município de Luanda com 434 salas de aula, um aumento de 80 por cento em relação a 2013, e permitiu a inserção de 6.720 alunos no sistema de ensino.

José Tavares acrescentou que 92 salas foram reabilitadas e equipadas, construídas quatro bibliotecas nos distritos do Kilamba Kiaxi, Rangel e Ingombota e estão em fase de conclusão duas bibliotecas na Samba e Sambizanga.

O governante referiu ainda que, no ano passado, registou-se um aproveitamento escolar de 85 por cento num total de 131.104 alunos matriculados. Foram alfabetizados 97.592 alunos adultos, um aumento de 50 por cento em relação ao ano de 2013.

José Tavares salientou que a construção de salas para alunos da iniciação, a entrada em funcionamento do ensino de línguas nacionais, numa primeira fase em kimbundu, a criação de salas de laboratório e informática nas escolas são iniciativas que vão prosseguir.

Reforço do sistema de saúde

A falta de saneamento básico em alguns bairros e postos de abastecimento de água e de energia eléctrica têm sido dos maiores problemas materno e infantil com o atendimento à mulher grávida, serviços de pediatria, vacinação e salas de nutrição", acrescentou.

José Tavares realçou que o Hospital Municipal do Sambizanga possui agora um bloco operatório e sala de estomatologia. Foram também realizadas campanhas de vacinação contra o sarampo, pólio, vacina antitetânica e de prevenção no combate a cólera, beneficiando cerca de 500 mil munícipes, realçou.

Foram realizadas formações de prevenção sobre a dengue, chikungunya e o ébola nos hospitais, centros de saúde e escolas e 26 equipas móveis realizaram em todo o município de Luanda consultas de medicina, pediatria, pré-natal e vacinação.

A cidade criou ainda um comité contra a morte materno-infantil para garantir melhor prestação de serviço e cuidados primários de saúde a partir dos centros médicos, maternidades e serviços móveis.

Preocupações e sugestões

Durante o encontro, foram analisados o Regulamento do Conselho de Auscultação e Concertação Social e a proposta de Lei Orgânica sobre a Organização e Funcionamento das Comissões de Moradores a ser aprovada pela Assembleia Nacional. Convidados a intervir, vários participantes apresentaram preocupações relativas às suas zonas de residência e de organizações sociais e políticas. Marcos Pelinganga, membro da comissão de moradores do Rangel, mostrou-se preocupado com a falta de saneamento básico no Distrito, situação que se agrava durante o tempo chuvoso. Sugeriu a construção de uma vala drenagem a partir da Rua do Olivence com escoamento até à zona da Cidadela.

O representante da UNITA, Agostinho Camuango, disse que o Orçamento Geral do Estado 2015 para o município de Luanda é deficitário. Afirmou que o combate à pobreza deve ser visto em função da renda familiar e do salário base.

António Quintas, membro da comissão de moradores na comuna da Kinanga, apresentou como principais preocupações a delinquência, saneamento básico, falta de luz, água e má conservação das vias.

José Tavares tomou nota das preocupações e contribuições apresentadas pelos munícipes e informou que, doravante, a limpeza da cidade passa a ser da responsabilidade das administrações municipais. "A manutenção das vias secundárias e terciárias está agendada para o este mês de Junho", anunciou.

O presidente da Comissão Administrativa da Cidade de Luanda também pediu aos participantes que contribuam na sensibilização e educação das populações no sentido de ocuparem os mercados que estão vazios, enquanto se verifica a venda em locais impróprios.

5.2 Oito distritos para Viana

Jornal O País

12 De Junho de 2015

O município de Viana, em Luanda, pode contar a curto/médio prazo com oito distritos, no âmbito de uma nova divisão administrativa, anunciou, Quinta-

feira, em Luanda, o administrador da circunscrição, Manuel Caterca.

Segundo o responsável, que falava a imprensa, a margem da reunião ordinária da administração municipal a perspectiva, de acordo com estudos e directrizes do Ministério da Administração do Territórios e Governo de Luanda, e que o município tenha o referido numero de distritos.

"Há uma orientação para criação dos distritos e o governador de Luanda instruiu para que nos fossemos ensaiando já a localização desses distritos e o que nos temos estado a fazer aponta para o cumprimento desta orientação", explicou.

A título de exemplo, adiantou que a zona do Capalanga pode vir a ser o centro administrativo do distrito que vai albergar igualmente as Capo A,B e C.

Manuel Caterca disse que actualmente o seu pelouro já esta a trabalhar na identificação de espaços e elaboração dos projectos para que sejam submetidos a apreciação superior, de modo a serem disponibilizadas as verbas para implementação de ses distritos. Na mesma senda, avançou que se função da nossa disponibilidade financeira, e encontrar espaços, ainda que a título precário, para por as pessoas a funcionar e desconcentrar de esta a trabalhar também na preparação do pessoal que vai funcionar nesses distritos.

O que pretendemos fazer, em terminados serviços que temo acumulado na administração municipal, tais como a emissão das certidões/ atestados de moradores", explicou.

Prognosticou que ate ao próximo mês (Julho) possa haver em alguns bairros esses serviços a funcionar, descongestionando-se assim a administração municipal.

"Em Viana, assim que haver um diploma próprio que cria e defina o funcionamento dos distritos, certamente serão nomeados igual número de administradores distritais e a perspectiva aponta para a nomeação de oito. É um exercício que esta a decorrer. Vai se concluir o processo da nova divisão administrativa de Luanda e depois vai se tratar das questões dos distritos", concluiu.

Participaram no encontro, directores municipais, presidentes das comissões de moradores, assim como habitantes de longa data d circunscrição.

O município de Viana, composto actualmente pelas comunas de Viana sede e Calumbo, e um dos mais habitados da capital do país, com mais de dois

milhões de moradores, e alberga também o maior parque industrial de Angola.

5.3 Contributos são escassos

Jornal De Angola

30 De Maio de 2015

Texto: Mazarino Da Cunha

O director nacional do Ordenamento do Território e Urbanismo está preocupado com o atraso na entrega das contribuições para a conclusão do Relatório do Estado do Ordenamento do Território Nacional (REOTN), que começou em 2013.

Manuel Zangui, que falava ontem em Luanda após o encontro sobre a apresentação e discussão pública do documento, referiu o Ministérios das Telecomunicações , Petróleos e do Urbanismo Habitação como sendo o únicos organismos que apresentaram a suas contribuições técnicas.

O relatório é um estudo que e traduz no levantamento das característica e estruturais e conjunturais da realidade do território e visa agrupar toda as potencialidades existentes no território nacional, as actividade humanas como a construção de infra-estruturas e equipamentos e os possíveis riscos.

A conclusão do documentos está a depender da recolha das contribuições de sectores como os Governos Provinciais, Ministérios afins e algumas entidades cuja acção tem reflexo no território nacional. Zangui informou que, após a elaboração final, o relatório vai ser apresentado ao Executivo e, depois, à Assembleia Nacional, para apreciação.

José Santos, administrador da SINFIC, empresa responsável pela elaboração do relatório do estado do Ordenamento do Território Nacional, disse que já existem muitos, planos directores provinciais e municipais, que podem contribuir para a concretização do projecto. José Santos referiu que, dos 177 municípios do país, 71 já têm os seus plano director e concluído .

Apesar desse avanço, admitiu que existem dificuldades no cumprimento da entrega da contribuições, opiniões e sugestões. O estudo, disse, visa o estado do ordenamento do território, para tentar perceber as variações que existem, face ao compromisso legislativo do Governo sobre o que foi feito e o que falta fazer na aplicação da actual lei. "Não basta só fazer os planos, deve-se também transformar em lei", defendeu José Santos.

6. URBANISMO E HABITAÇÃO

6.1 Os prós e os contras de uma política habitacional

Jornal A Capital

13 De Junho de 2015

Entre o Culango e o Biópio, numa área com vestígios do potencial agrícola de outrora, está a nascer a urbanização que acolherá trezentas famílias vítimas das enxurradas, instaladas no Camuringue há quatro meses, o tempo que o Governo da província de Benguela definiu para o realojamento definitivo.

Já se sabia que seria difícil encerrar os centros de concentração provisória até 11 de Junho, quinta-feira última, altura em que prevaleciam ainda várias indefinições quanto às modalidades para a construção de casas condignas. Na verdade, as modalidades continuam a representar uma incerteza, embora as autoridades reiterem que o seu compromisso termina com a entrega dos alicerces (bases), surgindo, em resposta, parte considerável das famílias a dizer que não tem condições para o resto.

Por ora, se é que este choque de ideias pode ser visto como um conto para outros rosários, vale a pena ressaltar que o trabalho de casa prossegue a bom ritmo, sob olhar atento das setentas famílias que ali se encontram há vários anos, em condições desumanas.

Em visita aos Cabrais, a antiga exploração agrícola em transformação, a reportagem do A Capital captou a satisfação de cidadãos que serão igualmente agraciados com alicerces. À imagem de quem vê uma luz ao fundo do túnel, a senhora Emília, na casa dos 60 anos, não esconde o desejo de um dia inverter o quadro de pobreza. Sorridente, aponta para as condições da sua casa, aqui retratadas em imagens, e diz que a família, formada pelo marido e dois filhos, tem estado a "passar muito mal". A viver nos Cabrais desde 1988, tem na venda do carvão, tal como a maioria dos vizinhos, a fonte de sustento. Sempre que faltar dinheiro para a sua transportação, a dona Emília percorre mais de 30 quilómetros para chegar à cidade do Lobito, onde vende o produto. "Vamos receber as bases, estamos contentes, muito alegres, mas não vamos conseguir levantar as casas. Queremos ajuda do Governo", implora.

Ao lado, o ancião Alberto Jamba, também expectante, afirma que as «casas boas» podem atenuar o sofrimento. "Estamos a cortar carvão para depois vendermos, não poderemos levantar as casas. Não temos condições", vinca.

Fenómeno para esquecer cria oportunidades

Um abalo à escala daquele que arrasou o Lobito a 11 de Março, provocando quase 100 mortos e mil desalojados, só pode ser equiparado a um fenómeno para esquecer. Desta vez, a cidade portuária, geralmente referenciada pelo seu potencial económico, esteve nos holofotes da imprensa mundial pelos piores motivos.

O dia seguinte à tragédia mostra que há terra para milhares de cidadãos em zonas de risco, sendo os Cabrais um exemplo inequívoco. Moradias sem condições, feitas de chapas, troncos e panos, têm a companhia de um projecto de urbanização que as autoridades tencionam transformar em cidade. Estão sete empresas no terreno, todas comprometidas com a construção dos trezentos e cinquenta alicerces.

O director do Urbanismo e Ambiente salienta que os vinte mil hectares perspectivados contemplarão, paralelamente às habitações, uma zona académica, hospitais, redes técnicas, serviços, indústria, comércio e outras valências inerentes ao bem-estar social. Elmano Inácio explica que o processo de desmatização está em curso, devendo proporcionar oportunidades

a mais cidadãos. "Os sinistrados e as 70 famílias que aqui se encontram são a prioridade, mas estamos abertos a outros interessados", ressalta o director, que assegura estarem prontos trinta quilómetros de estrada.

Cada alicerce custará aos cofres do Estado onze mil dólares norte-americanos. Duzentos cidadãos, sendo 48 expatriados, estão envolvidos na empreitada que lança as bases para uma nova cidade.

A discórdia mora no Camuringue

Quem sai da urbanização Biópio/ Culango, regressando às principais cidades da província, tem no Camuringue uma paragem obrigatória. Percorridos os doze quilómetros de distância, chegávamos ao centro de concentração que o Governo pretendia encerrar agora no início de Junho. As famílias, oriundas do Lobito e da Catumbela, dizem que não falta alimentação, água, energia e outros serviços básicos, mas direccionam as suas preocupações no amanhã.

Alheio ao cerne da questão, o pequeno Tony, 12 anos, está satisfeito por fazer parte do grupo de crianças que já não perdem o ano lectivo. É um dos quinhentos alunos que estudam na escola instalada pelo sector da Educação, cujo funcionamento é assegurado por sete professores efectivos.

O rapaz aproveita ao máximo este momento, ciente ou não de que algum dia, talvez daqui a dois meses, terá de dizer adeus Camuringue. Se é verdade que o pequeno parece indiferente, também é certo que o sob a da zona olha já para o futuro, chegando a confrontar o governador Isaac dos Anjos, um dirigente que define a casa como "expressão de cidadania".

A autoridade tradicional não acredita que "as pessoas saídas das chuvas" tenham capacidade para construir. "O Estado vai dar bases, é algo inacabado", lembrou o soba, dias antes da confirmação de Xavier Cativa.

Desempregado, o morador do Camuringue ressalta que as pessoas perderam os meios que garantiam algum dinheiro, passando a viver de pequenos negócios. Sem condições para "levantar as paredes", sonha com a casa feita, uma vez que, lembra, a maior parte ficou sem as motorizadas e outros meios em consequência da fúria das águas. Laurinda, comerciante, louva a distribuição de alicerces, mas refere que deve haver ajuda do Governo para quem não trabalha.

Os vários planos do Governo Caberá à Comissão Nacional de Protecção Civil definirão o modelo para o realojamento definitivo, conforme indicou o

governador provincial. Sem ter estabelecido prazos, Isaac dos Anjos alertou, todavia, que o seu Executivo vai avançar com uma estratégia em caso de demora.

Dos Anjos entende que as famílias, beneficiárias de bases e de algum material de construção, devem colocar mãos-de-obra, ainda que se tenha em conta a distância de 12 quilómetros que separa o acampamento da urbanização.

O governador avança que as outras hipóteses, também submetidas à apreciação de Luanda, deverão representar custos na ordem de 720 milhões de Kwanzas ou de mil milhões e 800 mil Kwanzas. "A nossa ideia é que as famílias construam. Vamos esperar com alguma paciência, mas, como devem perceber, certos de que o tempo pode fazer com que tomemos as nossas medidas", frisou.

Dias depois, no bairro 17 de Setembro, onde esteve o A Capital, o vice-governador para a esfera Técnica e de infra-estruturas reforçava esta posição, ao vincar que o seu compromisso termina com a entrega dos alicerces.

Victor Sardinha Moita acha que, havendo terrenos, tijolo, cimento e areia, o Governo não pode fazer mais em prol das vítimas das enxurradas. "Talvez construamos cinco casas/modelo, nada mais", observa, para mais adiante avisar que haverá fiscalização em todas as áreas, tendo em conta a possibilidade de construções anárquicas.

Incertezas no 11 de Setembro

No município de Benguela, o bairro 17 de Setembro é, já o dissemos, uma referência obrigatória. Recebeu quatrocentas e cinquenta famílias oriundas de quatro centros de concentração provisórias. Elas vão juntar-se aos munícipes que ali residem há já alguns anos, também em condições precárias.

Dois jovens, Adelino e Tomás, quiseram saber se terão casas condignas naquele bairro, uma vez que as demolições ocorridas há 4 meses, justamente na altura das cheias, deixaram um rasto de incertezas. Talvez pelo impasse, sobretudo em relação ao arranque dos caboucos, haja, mesmo entre os sinistrados, quem tenha algumas dúvidas. Unânicos, os jovens disseram que aguardam por um pronunciamento das autoridades, até porque existem pessoas com capacidade para começar a construir, obedecendo, naturalmente, o padrão de ordenamento imposto.

Em entrevista ao A Capital, o administrador municipal, Leopoldo Muhongo, estima que a população comece a receber material de construção areia e tijolos - já nos próximos dias, definidas que

estão as regras para uma urbanização que contará com vários serviços sociais. "Pretendemos diminuir algum sofrimento, marchando em direcção ao sonho da casa própria", sustentou, convicto de que as famílias que já ali se encontravam não serão esquecidas.

À semelhança do que se idealizou para o Lobito, serão assistidos, diz Muhongo, os que perderam as suas moradias e os cidadãos encontrados no 17 de Setembro.

6.2 Executivo garante a construção de mais de mil casas até 2017

Semanário Económico

18 De Junho de 2015

Texto: Sónia Cassule

Segundo o Ministro da administração do território, Bornito de Sousa, que falava durante a 3ª Conferência Internacional do Imobiliário, denominada Imogestín - 17 anos, o planeamento, financiamento e a construção das centralidades constituem uma oportunidade viável para que as famílias e os jovens em particular possam comprar casas e viver em projectos de forma condigna.

Bornito de Sousa, disse que com base no Programa Nacional de Urbanização e Habitação vários centros urbanos novos e modernos foram já construídos, outros estão em curso a par do programa 200 fogos por município, com objectivo de reduzir o défice habitacional.

"Até 2017 o país vai contar com cerca de 213 mil casas e 14 novas centralidades para reduzir o enorme défice habitacional no país. É o compromisso do Executivo para melhorar as condições de habitabilidade dos cidadãos", disse.

Avançou que os esforços do Estado no domínio habitacional contam com o concurso de iniciativa público e privada, realçando que para o loteamento urbano e auto-construção dirigida exige-se maior envolvimento e desenvolvimento da indústria de materiais de construção.

Bornito de Sousa referiu igualmente que estes projectos habitacionais visam melhorar as condições de habitabilidade, educação, saúde, ambiente e saneamento e de desenvolvimento da economia local bem como atingir resultados que visem alcançar a melhoria dos padrões de vida e dos índices de desenvolvimento humano.

"As experiências com as novas centralidades já erguidas, nomeadamente, Nova Vida, Kilamba e Sequele, revelam insuficiências que urge ultrapassar ou corrigir. A experiência mostra que, mais complexo do que construir é manter a qualidade e as condições de habitabilidade aceitáveis das cidades e centralidades", referiu.

Reconheceu que os cidadãos e moradores das novas centralidades querem um serviço administrativo e moderno acessível, célere e próximo, querem uma cidade ou centralidade bem gerida com uma prestação de serviços adequada nas áreas de educação e ensino, saúde, energia e águas, limpeza e saneamento básico, gestão dos resíduos sólidos e dos espaços verdes' manutenção das vias rodoviárias, estacionamento, transportes públicos assim como os da recreação, cultura e desportos.

Os cidadãos querem ver resolvidos os problemas da gestão dos espaços urbanos e ter acesso às oportunidades que o turismo e o desenvolvimento económico local podem proporcionar", defendeu.

Avançou que os cidadãos das cidades e centralidades querem beneficiar dos serviços de segurança e ordem pública, o que exige recursos e meios modernos de gestão. Apelou para tal à necessidade de um envolvimento dos cidadãos, das famílias e das comunidades no seu conjunto, quer na adopção de condutas adequadas na vida em espaços comuns, como na contribuição para os custos exigíveis, nomeadamente através de sistemas de pré-pagamento.

"Uma boa gestão das cidades e centralidades tem custos que não podem ser exclusivamente suportados pelas receitas do petróleo.

Mais de cinco mil casas serão entregues ainda este mês

Está marcada para o próximo dia 25 a entrega de mais de cinco mil habitações dos cidadãos que pagaram e que até agora não receberam residências nas novas centralidades em Luanda

Segundo o presidente do Conselho de Administração da Imogestin, Rui Cruz, mais de cinco mil e 400 cidadãos, que pagaram e não receberam residências nas novas centralidades, começam a receber as suas habitações a partir do dia 25.

Rui Cruz reafirmou a participação da Imogestin na gestão de alguns projectos habitacionais do governo, trazendo uma mais-valia em vários domínios". A nossa participação vai gerar oportunidades para se alargar os benefícios ao sector privado angolano, nas áreas de construção, indústria de materiais de obra e

na própria área imobiliária. Segundo Rui Cruz, a habitação social constitui para os próximos tempos uma necessidade para satisfazer a procura gerada por esse segmento.

Afirmou que se o papel do Estado é determinante na regulação do mercado imobiliário para a protecção das pessoas economicamente mais vulneráveis, o sector privado pode ver nele uma oportunidade para aumentar a oferta de materiais de construção, bem como assegurar a participação neste esforço que o Executivo vem desenvolvendo. Rui Cruz disse ainda que os ajustamentos dos preços no mercado imobiliário na construção, promoção, venda e arrendamento têm acontecido de forma rápida, obrigando as empresas a readaptar as suas estratégias económicas e financeiras.

6.3 Imogestin incentiva técnicos de projecto

Jornal de Angola

19 De Junho de 2015

A administração da Imogestin, como entidade gestora de alguns projectos habitacionais que integram o Programa Nacional de Urbanismo e Habitação e no âmbito da sua responsabilidade social, anunciou esta semana que vai incentivar os arquitectos, engenheiros e outros técnicos de projectos e de construção civil a contribuírem para a concepção de habitações sociais urbanas e rurais sustentáveis com o Premio "Inovação de Habitações Sociais".

A empresa imobiliária informa em comunicado que as soluções apresentadas pelos concorrentes ao Premio "Inovação de Habitações Sociais" devem "ser inovadoras e fazer uso predominante de recursos locais, apresentar soluções amigas do ambiente e ser, do ponto de vista energético e hídrico, sustentáveis".

Outro requisito do premio e que, tratando-se de habitações sociais, o custo final e igualmente um factor importante na apreciação das propostas concorrentes.

O Prémio "Inovação de Habitações Sociais" e atribuído de dois em dois anos, tem duas categorias "habitações sociais-urbanas" e "habitações sociais rurais", e consiste na atribuição de um valor pecuniário a definir no regulamento, refere a Imogestin.

Os projectos concorrentes devem ser apresentados ate 15 de Dezembro, antecedendo o ano em que o premio e atribuído. Os vencedores são anunciados a 15 de Junho, data da fundação da Imogestin.

As propostas são analisadas por um júri independente integrado por representantes da Imogestín, das Faculdades de Arquitectura e de Engenharia e das Ordens profissionais dos Engenheiros e dos Arquitectos.

"A administração da Imogestín compromete-se a trabalhar com esses organismos no senti do de aprovar e divulgar o Regulamento do Premio que deve reger o processo de recepção e tratamento de propostas, de modo a que, no ano de 2016, possam ser recebidas e apreciadas as primeiras propostas", diz comunicado.

A Imogestín vai convidar outros organismos para se associarem a esta iniciativa promovida "em prol de um desenvolvimento sustentável da habitação social em Angola".

6.4 "A propriedade imobiliária do Estado"

Jornal Agora

26 De Junho de 2015

Por razões que decorreram do processo de independência nacional, o Estado Angolano passou a ser detentor de um considerável parque imobiliário, resultante do confisco destas propriedades, face ao abandono por parte dos proprietários.

Em contrapartida, a regra geral foi de que esses imóveis foram ocupados por angolanos que, numa fase posterior, beneficiaram da legitimidade da sua propriedade por via de processos de venda realizados pela competente instituição do Estado.

Não constitui "heresia" assumir que se tratou duma acção demarca de natureza política em benefício da melhoria das condições de habitabilidade dos cidadãos nacionais que adquiriram essas habitações a preços simbólicos, claramente desajustados com o valor económico de mercado.

No presente momento, estou em crer que não tem significativa expressão o parque imobiliário do Estado que foi assumido após a independência nacional e, por consequência, uma existência muito pequena de cidadãos em situação de inquilinos, sob condição de contrato de arrendamento.

Outrossim, após a independência, o Governo desencadeou projectos de construção de habitações, sobretudo com recurso a tecnologias cubanas (Girón Sandino) e procedeu à conclusão de outros edifícios em fase de construção, alguns dos quais poderão ainda hoje, eventualmente, constituir propriedade do

Estado, com uma ocupação em regime de arrendamento.

Também já é considerável, em termos patrimoniais, parque de edifícios que albergam os diversos serviços públicos que, ultimamente, tem vindo a merecer uma intervenção meritória pelo órgão competente do Ministério das Finanças, no propósito do seu cadastramento e registo no imobilizado da contabilidade pública.

Creio ser consensual assumir que a significativa intervenção do Estado na execução e/ou promoção de projectos imobiliários de grande envergadura, no sentido de proporcionar uma maior oferta de habitações aos seus cidadãos, vem ocorrendo nos últimos 5 e 7 anos, quer por via das centralidades, quer por via das centralidades, dos "200 fogos por município" e outros projectos habitacionais de natureza social que ocorrem em várias zonas do país.

Face aos deficits ainda existentes em habitação, para satisfazer a uma procura bastante diversificada em termos de estatuto social e condição económica (juventude, funcionários, técnicos, etc.), assim como a requalificação da habitação rural e das zonas periurbanas, é absolutamente ajustado e realista o modelo que vem sendo adoptado pelo Executivo, actuando como promotor e financiador de projectos imobiliários de várias naturezas e estabelecendo mecanismos que permitam aos cidadãos usufruírem melhores condições de habitabilidade, quer por via da posse plena da propriedade, como noutras modalidades, como, por exemplo, o da renda resolúvel, agora mais bem sustentada pelo novo diploma que trata da matéria do arrendamento.

O grande desafio que se coloca neste sensível domínio social é a assunção duma estratégia que permita fomentar, de forma mais intensa e estruturada, a autoconstrução dirigida, em que a comparticipação do Estado nas infra-estruturas, disponibilização de equipamento social, terrenos urbanizados e alguma intervenção na garantia de crédito bancário pode contribuir significativamente para que esta categoria do desenvolvimento humano seja melhorada.

Não me parece existir alinhamento ou similitudes na abordagem e no tratamento do processo de privatização das empresas públicas e a questão da disponibilização de produtos imobiliários aos cidadãos.

6.5 Avaliadores imobiliários recebem formação técnico-profissional

Jornal Economia e Finanças

26 De Junho de 2015

Texto: António Eugénio

Angola está a formar os primeiros quadros, no ramo da avaliação imobiliária, uma iniciativa que tem o apoio de especialistas portugueses.

A medida vem suprir o actual défice neste segmento de recursos humanos, numa altura em que em Angola esta actividade encontra-se a ser exercida maioritariamente por estrangeiros.

Neste primeiro curso que será feito em cinco módulos e conta com cinco formadores, com duração de 15 dias, participam 12 formandos, numa acção formativa certificada pela Comissão de Mercado de Capitais (CMC) e está em conformidade com os requisitos de formação técnica exigidos pelos peritos avaliadores de imóveis. A revelação foi feita pela administradora executiva do BAI, Noelma Viegas d'Abreu.

Estratégia

A avaliação imobiliária é uma actividade estratégica do ponto de vista da formação do valor para os mercados imobiliário e financeiro, num contexto de crescimento, globalização e integração do mesmo justifica-se a actual tendência de maior exigência, transparência e rigor nas práticas de avaliação a que se alia a necessidade de qualificação e de credibilidade dos profissionais que operam neste sector de actividade, afirmou.

Neste sentido, a CMC veio determinar que todos os profissionais que pretendem registar-se como peritos avaliadores de imóveis pertencentes a fundos imobiliários têm de frequentar e concluir com aproveitamento um curso certificado.

Este curso promovido conjuntamente pelo banco BAI e a escola superior de actividades imobiliárias vem assim satisfazer o requisito legal, destinado a todos quantos, reunidas as condições de base para tal, pretendam obter a certificação de peritos de avaliadores de imóveis de fundos de investimentos imobiliários, frisou.

Objectivos

Transmitir conhecimentos profundos sobre avaliação imobiliária que permitam rigor de abordagem num mercado, cada vez mais complexo e colocar num mercado em constante expansão avaliadores

imobiliários com formação académica aos serviços que prestam.

Por sua vez, o presidente do Conselho de Administração da Comissão de Mercado de Capitais, Archer Mangureira, afirmou que o primeiro curso neste ramo visa dotar os angolanos de conhecimentos elevados no negócio.

Para ele, esta iniciativa decorre da regulamentação do mercado de valores mobiliários e instrumentos derivados e que o desempenho de funções sob jurisdição da Comissão de Mercados de Capitais só é possível com recurso a profissionais qualificados, inseridos num ambiente regulatório que segue as melhores práticas das congéneres a nível mundial.

Os peritos avaliadores são agentes de confiança e os investidores devem depositar na valorização da carteira de activos dos organismos de investimentos colectivos, disse o economista quando falava na abertura do curso.

"Os peritos avaliadores asseguram uma avaliação independente abalizada de bens imóveis que integram a carteira de activos de fundos de investimento imobiliário", disse a fonte.

6.6 Curso de Avaliação imobiliária vai suprir o vazio existente no sector, diz Archer Mangureira

Semanário Económico

25 De Junho de 2015

Camilo Lemos o presidente do Conselho de Administração da Comissão de Mercado de Capitais, Archer Mangureira, admitiu haver no país um vazio no sector de avaliação imobiliária.

O responsável efectuou estas declarações à margem da abertura oficial do primeiro curso de "Avaliação Imobiliária" que iniciou segunda-feira, 22, nas instalações da Academia BAI.

Archer Mangureira considerou que o curso de avaliação imobiliária vai suprir o vazio, até ao momento, existente no sector. "Nós temos poucos peritos avaliadores imobiliários. Os que existem são, maioritariamente, estrangeiros. Precisamos que exista muito mais e que sejam angolanos. Que o curso dote de competências técnicas os formandos para o exercício da actividade de Peritos Avaliadores de Imóveis", manifestou.

O PCA da CMC esclareceu que os peritos ora referidos, no âmbito das suas tarefas, asseguram uma

avaliação independente e abalizada de bens imóveis que integrem a carteira de activos do Fundo de Investimento Imobiliários.

Com a abertura da formação, a Academia BAI tornou-se na primeira instituição certificada pela Comissão de Mercado de Capitais para realizar o curso de peritos de avaliadores imobiliários com certificação, no país.

A inscrição está avaliada em 600 mil kwanzas. Segundo Alberto Ferreira Pereira, director-geral de ensino da Academia BAI, em declaração ao SE, os formandos vêm de diferentes instituições financeiras, de empresas imobiliárias e de empresas ligadas a arquitectura e ao urbanismo.

Durante o curso, que visa transmitir conhecimentos técnicos aprofundados sobre avaliação imobiliária, serão dissertado cinco módulos, nomeadamente, método comparativo; método do rendimento; método do custo; direito e fiscalidade do imobiliário, a ética, deontologia e standards de avaliação imobiliária.

A realização do curso pela Academia BAI justifica-se, segundo Alberto Pereira, pelo facto desta instituição identificar a oportunidade para o efeito, e por se tratar de uma área próxima daquilo que são as competências profissionais da Academia BAI, de formação nas áreas de economia, gestão, finanças e da banca.

"O sector imobiliário é uma actividade com crescimento bastante promissor, por isso fomos buscar como parceiro, a escola Superior de Actividade Imobiliário de Portugal e, orgulhamos nos de sermos os primeiros a promover e oferecermos ao mercado um curso certificado pela CMC", disse.

O responsável anunciou para Setembro próximo, a realização da próxima formação, tendo ainda garantido que a sua instituição está preparada para oferecer o curso três vezes ao ano.

Sobre a formação

O Curso de Avaliação Imobiliária é uma iniciativa da Academia BAI em parceria com a Escola Superior de Actividades Imobiliárias de Lisboa. A formação tem uma duração de 84 horas e cobre tópicos sobre os diversos métodos de avaliação imobiliária, direito e fiscalidade do imobiliário, ética, deontologia e standards de avaliação imobiliária.

De acordo com a organização, a emissão de certificados para os participantes depende da aprovação em provas de avaliação.

6.7 Luanda: cidadão denuncia "esquema de assalto de apartamentos" na centralidade de Kilamba

Jornal República

26 De Junho de 2015

Sr. Presidente da Republica, Eng. José Eduardo dos Santos Sr. Procurador Geral da Republica, João Maria de Sousa Sr. Presidente do Tribunal Supremo, Dr. Cristiano André

Sr. Presidente do Tribunal Supremo militar, Gen. Patonho dos Santos Sr. Ministro da Justiça, Dr. Rui Mangureira.

Sr. Ministro do Interior, Dr. Ângelo de VeigaTavares.

Sr. Ministro da Administração do Território, Dr. Burnito de Sousa. Sr. Administrador da Cidade do Kilamba, Sr. Israel Marques.

Venho através desta desmascarar uma quadrilha de burlas de casas no Kilamba, de altos funcionários do estado da Sonip da Delta Imobiliária da P.G.R e da polícia da Cidade do Kilamba.

Tenho uma casa no Kilamba que esta a ser alvo de burla pelo chefe da Sonip o Sr. Eleuterio filho da falecida 2º secretaria da O.M.A, Sr. Alice Dombolo.

Concorri para uma casa no Kilamba pela Sonip, recebi a casa mas na altura não me mudei para lá porque trabalho na Cidade, mais quando decido me mudar para a casa dirijo-me para a casa e a chaves não abria a porta, pequei a documentação da casa e dirigi-me para a Sonip onde fui atendido por um funcionário que mediante a apresentação da minha documentação pegou no meu contrato e foi consultar na base de dados se eu era mesmo o proprietário do apartamento, e graças a deus era mesmo meu os dados que constava na base de dados da Sonip por isto o apartamento e mesmo meu.

O dirijo-me novamente para o apartamento rompi a porta de entrada, mas deparo-me que sempre que me ausento do Kilamba quando volto dou conta que estão sempre a mudar a fechadura do apartamento, vou para a esquadra do Kilamba e abro um processo na P.G.R do Kilamba.

Com o passar do tempo vou dando conta que nem água vai nem água vem o processo não anda e depois de tanto tempo a ir para a P.G.R cobrar a devolução do apartamento na Dr. Elisabeth, Procuradora do

Kilamba (que é irmã do Procurador Geral da República Dr. João Maria de Sousa).

Recebo uma chamada do Sr. Eleuterio, Chefe da Comissão de Gestão da Sonip, a dizer que a casa não é minha mais que é de outra pessoa, que ele não aceitou dizer o nome, automaticamente despertou o meu sentido de alerta porque já tenho ouvido falar das burlas do senhor Eulotério e do seu grupo de burla de casas inclusivamente conheço pessoas que eles Burlaram as casas ou venderam com contratos falsos que no Kilamba no quarteirão B & U e noutros quarteirões

Em quanto fui colhendo informações de outras pessoas visadas por este grupo e também doutros casos do género de ocupação de casas ilegais na cidade do Kilamba e dos seus autores e da forma de agir deste grupo.

A Partir daí, cheguei à conclusão final da minha investigação sobre o arrombamento do apartamento.

O Sr. Eleuterio da Sonip é chefe de uma rede de burla de casas no Kilamba como ele tinha acesso a base de dados da Sonip onde ele como chefe detinha a palavra-chave para entrar na referida base de dados e alterar os dados do proprietário dos apartamentos que eles decidissem fazer as bulas neste esquema também incorporam funcionários da PGR do Kilamba e do comando da polícia do Kilamba, o esquema funciona da seguinte forma.

Esta rede tem olheiros nas centralidades do Kilamba e do Cacucaco em que o trabalho destes centrasse em localizar apartamentos vazios ou que os proprietários ainda não se mudaram para as estas centralidades.

Os oleiros localizam as casas que de seguida avisam ao Sr. Eleuterio que de seguida este checa os dados do verdadeiro proprietário na base de dados, de seguida ele faz um novo contrato e põe o apartamento no nome de outra pessoa (mais também a casos em que a própria Sonip não inseriu os dados do proprietário por incompetência própria), que de imediato este novo falso dono do apartamento tem que ocupar o mesmo poucas horas, quando o verdadeiro proprietário do imóvel da conta da situação dirigisse ao falso proprietário ele mostra a documentação falsa e diz para se dirigirem a Sonip para tirarem todas as dúvidas.

Chegando na Sonip quem recebe e faz a mediação destes casos não é nada mas do que o próprio Sr. Eleuterio, que mostra na base de dados da Sonip já alterada o nome do falso dono já no sistema e diz que foi um erro da Sonip e que a casa foi atribuída a 2 pessoas mas como um dos proprietários já esta a

morar na casa não pode fazer nada para resolver porque foi um erro da Sonip que atribuiu a casa a 2 pessoas mas o que esta na base de dados é o verdadeiro dono e que já não se pode fazer nada porque a Sonip não passou todos os problemas para a Imogestin.

Na delta Imobiliária a mesma coisa quem faz este trabalho sujo é o Próprio Jorge Taveira. Noutros casos quando o verdadeiro dono se torna persistente e não quer desistir do apartamento eles metem de parte esta pessoa.

Ou ainda quando o verdadeiro dono sentindo-se lesado decide abrir uma queixa eles orientam que o mesmo ou pelo menos um deles que no caso é sempre o verdadeiro proprietário que está ciente da sua razão, que se dirija ao Comando do Kilamba (PGR do Kilamba) de forma a fazer a queixa.

O mesmo posto na PGR do Kilamba faz a participação e vai aguardando a resposta que a casos conforme a minha investigação já esperam despacho a mas de 6 meses, ou mesmo 1 a 2 anos, quando o verdadeiro proprietário se torna persistente cobrando justiça na PGR do Kilamba a Procuradora do Kilamba a Dr. Elisabeth diz que já não pode fazer nada porque a PGR foi orientada a já não resolver estes casos porque estes casos passaram a ser resolvidos no Tribunal Civil de Luanda, mas que de forma a ajudar o cidadão ela iria ligar para a Sonip para falar com o Sr. Eleuterio para checar a veracidade do caso de forma a resolver definitivamente o problema (A também Funcionários da PGR do Kilamba envolvidos neste esquema)

O telefonema é feito e o Sr. Eleuterio que confirma novamente que o falso proprietário é o verdadeiro proprietário do imóvel que é ele que consta na base de dados da Sonip, aí cai por terra todas as esperanças do verdadeiro dono porque acreditando na justiça vê que já não a nada a fazer e abandona o caso sabendo que foi mesmo um erro da Sonip e que o falso não é falso mais também um verdadeiro proprietário do apartamento e que depois vai ser resolvido.

Nos meses passados a Imogestin foi dando conta de despejos na cidade do Kilamba e veio a público dar a conhecer a público que não tinha nada a ver com esta situação.

Que pela minha investigação fiquei sabendo que tem muita gente (verdadeiros donos de apartamentos) nestas situações com processos na PGR do Kilamba e que os despejos estas relacionados com os casos a cima referido.

6.8 Parlamento debate novas leis da energia e arrendamento urbano

Jornal O PAÍS

19 De Junho de 2015

Texto: Venindo Rodrigues

O Parlamento remeteu ontem para discussão, na especialidade, a Projecto de Lei do Arrendamento Urbano que tem como principal linha de força a alteração a limitação da fixação das rendas a um prazo máximo de seis meses.

O ministro do Urbanismo e Habitação, José Silva, disse a imprensa que a nova Lei vai substituir a actual que vigora desde 1961 e estabelece a obrigatoriedade do pagamento mensal das rendas de imóveis.

O governante anunciou que outras inovações têm a ver com a fixação das rendas em moeda nacional, o prazo de arrendamento de dois a 30 anos "permitindo que as partes possam acordar prazos diferentes".

Outro projecto aprovado ontem, na generalidade, e a nova Lei Geral de Electricidade, da iniciativa do Ministério da Energia Aguas.

A nova Lei permite o concurso de entidades privadas no processo de produção, transporte e distribuição de energia e prevê a criação de um Fundo Nacional da Electricidade destinado a electrificação rural, segundo o ministro da Energia e Aguas, João Baptista Borges.

Este jornal trará mais informação substancial sobre estes e outros projectos de leis aprovados na generalidade na sua próxima edição.

6.9 Favela da Boavista persiste com casotas arrendadas

Jornal O País

12 De Junho de 2015

Texto: Milton Mendonça

Passar pela rua Kima Kyenda para alcançar a rotunda da Boavista saltam a vista as casotas construídas de chapas de zinco, papelão e ate revestidas com simples panos, encravadas na encosta do morro.

Foram construídas por pessoas provenientes do interior do país e que buscavam a capital do país como um dos sítios seguros para se abrigar da guerra intensa que assolava o território nacional. Contudo, nos últimos tempos, tais casotas estão a ser usadas como fonte de receitas, já que alguns dos seus actuais moradores vivem na condição de inquilinos.

O País apurou no local que o esquema de arrendamento tem como objectivo principal assegurar uma residência, caso as autoridades decidam realojar os moradores das casotas em áreas mais condignas.

"Quase todas as pessoas que vivem aqui agora são novas, porque os antigos já foram para suas próprias casas e deixaram no aluguer as antigas", disse urna fonte que não quis identificar-se, tendo acrescentado que viveu no morro da Boavista durante 18 anos, de onde saiu em 2006.

Segundo ainda a mesma fonte, os fundadores da favela, situada depois da antiga cerâmica, residem maioritariamente nos municípios de Viana, Cacucaco e Cazenga, aonde construíram outras residências.

Como estratégia, alguns moradores passam o dia na favela, regressando para as suas casas ao anoitecer. Outros porem, optam pelo esquema da cedência das casotas a custo zero aos novos ocupantes, tendo como condição o sigilo, caso apareçam elementos ligados ao governo provincial anunciando o processo de cadastramento para a atribuição de novas residências.

Quem não teve receio de assumir que em breve arrendara a sua casota e Eliseu Domingos de 52 anos, morador do morro desde 2001. Ele revelou que a sua residência no Cacucaco esta quase pronta e tão logo termine, deixara a favela.

"A minha casa daqui tem dois quartos e sala, e a semelhança das A convicção de que os proprietários da cabana serão contemplados com residência em outras áreas e antiga, segundo os moradores, pelo facto de membros da comissão do bairro efectuarem cobranças em dinheiro que supostamente seriam utilizados no tratamento de documentos que serviriam para os inserir no lote dos ocupantes de residências no Zango.

"Em 2013 demos 2500 Kwanzas por casa para tratar agregado familiar que serviria para anexar nos processos de transferência para o Zango, mas ate hoje não nos foi dito mais nada", realçou Eliseu Domingos.

Infiltração

A grande favela como e chamada não e cadastrada Manos e tem recebido novos moradores de forma clandestina que vai erguendo novas cubatas, muitas das quais no cimo do morro e nas linhas de passagem de agua.

Na conhecida zona da AD-Mendes, par exemplo, não se precisa fazer muito esforço para perceber que

algumas casotas, apesar de apresentarem chapas antigas, foram erguidas recentemente, pois não apresentam tipo algum de numeração que indica que algum dia foram cadastradas, como acontece com outras casotas sinalizadas a vermelho.

Veio ao encontro dos repórteres deste jornal Zeferino José, de 27 anos que afirmou ter ocupado um espaço sem burocracia na referida favela.

José vivia no bairro dos pescadores no Cacucaco, antes mesmo de erguer a sua casota na Boavista. "Quando comecei a trabalhar em 2013, decidi ocupar aqui um espaço para estar mais próximo do trabalho", confessou.

6.10 Antigos militares da FLEC recebem habitações

Jornal de Angola
16 De Junho de 2015
Texto: ANDRE GUTO

Cerca de duzentos antigos combatentes da FLEC beneficiam nos próximos dias de habitações, no quadro de um projecto executado no campo de acolhimento de antigos militares desta organização, situado nos arredores da aldeia do Yabi, sul da cidade de Cabinda, disse, ontem, a governadora provincial de Cabinda.

Aldina da Lomba visitou, ontem, a nova urbanização, acompanhada de oficiais superiores da Casa de Seguranças do Presidente da Republica.

O projecto prevê a construção de duzentas moradias, das quais 87 já estão construídas.

As obras contemplam a construção de infra-estruturas sociais, como uma escola primária de sete salas, biblioteca, cantina escolar, posto médico, ginásio, sistema de abastecimento de água potável e de luz eléctrica.

Alem das casas, os antigos militares da FLEC beneficiam, desde Outubro de 2007, de outros apoios, nomeadamente subsídios de contingência, assistência médica e medicamentosa e géneros alimentícios entregues pelas Forças Armadas Angolanas e pelo Governo da província de Cabinda.

Aldina da Lomba e os oficiais superiores da Casa de Segurança do Presidente da Republica visitaram também as obras de construção da estrada na zona sul de Cabinda, que vai ligar a província a Republica Democrática do Congo e a Republica do Congo.

As obras de construção de habitações para os ex-militares da FLEC contam com o financiamento da Casa de Seguranças do Presidente da Republica.

6.11 Executivo propõe simplificação do acesso à habitação

Jornal de Angola
12 De Junho de 2015
Texto: Adelina Inácio

O ministro do Urbanismo e Habitação, José da Silva, apresentou o documento as comissões especializadas da Assembleia Nacional, e informou que a proposta de Lei do Arrendamento Urbano visa a concretização do direito à habitação e à qualidade de vida dos cidadãos. O documento, que vai a debate no próximo dia 18, foi aprovado ontem, na especialidade, por 20 votos a favor e cinco contra, dos deputados da UNITA.

José da Silva disse que o Executivo pretende, com este diploma, diminuir tensões económicas e sociais e garantir um maior e mais sustentado equilíbrio e estabilidade do mercado habitacional que permita urna participação mais activa de todos os agentes económicos.

O ministro do Urbanismo e Habitação disse que o diploma cobre todos os arrendamentos urbanos, sejam públicas ou privados, destinados à habitação e ao exercício de profissões liberais.

Regulação da electricidade

Os deputados da primeira, segunda, terceira, quinta e oitava comissões especializadas da Assembleia Nacional preparam a Proposta de Lei de Alteração à Lei Geral da Electricidade.

O secretario de Estado da Energia e Aguas, Luis Filipe da Silva, que apresentou o documento aos deputados, disse que a alteração surge da necessidade de se organizar o sector eléctrico e da apostava electrificação de todo território nacional. Luis Filipe lembrou que a actual Lei foi aprovadas 18 anos, e desde aquela data registaram-se varias alterações no domínio social, económico e jurídico, que impõe a revisão da Lei de Base do Sector Eléctrico.

O secretário de Estado da Energia e Aguas disse que a proposta de Lei de alteração destaca o processo de produção, transporte, distribuição e utilização de energia eléctrica. Pretende-se também com esta alteração conformar a Lei com a política e estratégia do sector, em função dos novos mecanismos legais e das metas que o Executivo se propõe alcançar através

da redefinição e enquadramento institucional do a sector eléctrico.

Na agenda preparada ontem pelos deputados esta a proposta de Lei de ti Crimes contra a Aviação Civil. As propostas, apresentadas pelo secretário de Estado Mário Domingues, visa estabelecer um regime penal especial que criminalize os actos de interferência contra a aviação civil.

Com esta iniciativa legislativa, o Executivo pretende introduzir a responsabilidade penal de pessoas colectivas. Com a aprovação deste diploma, as empresas de transporte aéreo passam a responder directamente por contravenções à segurança da aviação civil. A proposta de Lei de Cooperação Judiciária Internacional em Matéria Penal, também agendada, visa regular a cooperação judiciária internacional em matéria penal, com destaque para a extradição, a transmissão de processos penais, a execução de sentenças penais, as transferências de pessoas condenadas a penas ou medidas de segurança privativas de liberdade, a vigilância das pessoas condenadas ou libertadas condicionalmente, o auxílio judiciário mútuo em matéria penal a criminalidade relacionada com o sistema ou dados informáticos.

Os deputados aprovaram também, na especialidade, a proposta de Lei que autoriza o Banco Nacional de Angola a emitir e por em circulação moedas metálicas de 50,00 kwanzas e 100,00 kwanzas. A iniciativa insere-se no quadro das comemorações dos 40 anos da Independência Nacional.

Embaixador do Brasil

O Brasil pretende ampliar a cooperação parlamentar com Angola, afirmou ontem, em Luanda, o embaixador do Brasil em Angola, Norton Andrade Rap esta no final de uma audiência que lhe foi concedida pelo Presidente da Assembleia Nacional, Fernando da Piedade Dias dos Santos.

Norton Andrade Rapesta informou que o Brasil deseja o alargamento desta cooperação ao Parlamento da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), de que o seu pai assume a presidência no próximo ano e Angola o secretariado.

O embaixador do Brasil em Angola disse que o presidente da Assembleia Nacional convidou o seu homologado brasileiro a visitar Angola no segundo semestre deste ano. A visita, sublinhou, permite ampliar as relações existentes entre os dois parlamentos.

"Os parlamentos são muito importantes para a sociedade participar mais directamente na vida dos países e a vinda do presidente da Câmara dos

Deputados do Brasil e crucial para conhecer a nova realidade de crescimento, bem-estar e desenvolvimento de Angola".

A cooperação técnica entre o Brasil e Angola começou a desenhar-se em 1980 com a assinatura do Acordo de Cooperação Económica, Científica e Técnica, ao abrigo do qual os dois países cooperam nas áreas da saúde, cultura, administração pública, formação profissional, educação, meio ambiente, desporto, estatística e agricultura.

6.12 Milhares de casas sociais são construídos em breve

Jornal de Angola

23 De Junho de 2015

Texto: André Guto

Mais de cinco mil casas sociais vão ser erguidas, dentro dos próximos dias, em Cabinda, no âmbito de um acordo entre o Governo Provincial e a empresa espanhola Grupo FARM.

José Rodrigues Nisa, advogado da referida empresa espanhola, explicou que as casas são, na sua maioria, da configuração T3 e T4, além de umas poucas habitações do tipo T5.

Após uma audiência com a governadora de Cabinda, Aldina da Lomba, o advogado disse que já foram analisados os moldes de implementação do projecto e de outros de carácter económico, que a empresa pretende realizar na província.

José Rodrigues Nisa disse estar satisfeito com o resultado do encontro com a governadora, uma vez que permitiu a criação de uma equipa para fazer estudos dos moldes e dos locais onde vão ser implementados os projectos. Para o efeito foi criada uma comissão multi-sectorial integrada pelos vice-governadores para as áreas técnicas e de infra-estruturas, Otíniel Niemba da Silva, e económica, Romão Macário Lembe, além dos quatro administradores municipais de Cabinda, Cacongo, Bucu Zau e Belize.

A governadora Aldina da Lomba destacou o potencial da província nos sectores da agricultura e turismo, tendo vários recursos naturais que podem ser explorados pelos empresários do Grupo FARM, no sentido de investirem também nas referidas áreas.

6.13 Candidatos à compra de casa no Kilamba2 queixaram-se da morosidade no processo

Semanário Angolense
 27 De Junho de 2015
 Texto: *Ilídio Manuel*

O primeiro dia do processo de entrega de casas no também denominado «Kilamba 2», que ocorreu nesta quinta-feira, 25, foi marcado por uma certa «desorganização», a ponto de irritar os candidatos que há mais de dois anos aguardam pela entrega das suas habitações.

O *Semanário Angolense* esteve no local e constatou uma certa insatisfação e desespero entre os cerca de 100 clientes seleccionadas pela empresa imobiliária para receberem as suas casas.

Trata-se das primeiras cem pessoas cujos nomes foram publicados na véspera no *Jornal de Angola* de um universo de mais de cinco mil que serão contempladas nesta segunda fase do projecto habitacional.

Dizem ter comparecido a hora marcada pela IMOGESTIN, mas que esta empresa não estava a «cumprir com o horário que ela própria havia indicado».

A conversa com este jornal, Messias Constantino, jornalista do jornal de Angola, um dos candidatos a compra de casa no regime de renda resolúvel, queixou-se da «falta de organização» por parte da empresa imobiliária.

«Na terça-feira recebi, por volta das 18 horas, um telefonema da IMOGESTIN para, no dia seguinte, verificar a casa-modelo. Fiquei, de certo modo, decepcionado, visto que a mesma não tinha mosaicos e azulejos», lamenta.

Diz que recebeu a informação de que deveria comparecer às 8 horas desta quinta-feira, a fim de assinar o respectivo contrato e receber as chaves do apartamento. «Ate agora eram quase 12 horas ainda não fui chamado», critica o profissional da comunicação social, cujo estado de saúde requer alguns cuidados médicos, depois de ter sofrido há alguns anos um AVC.

Abordado pela equipa de reportagem do SA, Emanuel Diamonique, um jovem de 21 anos, queixou-se também da «prolongada demora no atendimento». «Mandaram-me aparecer as 8 horas, mas estou há várias horas a espera e, pior ainda, sem que me seja prestada qualquer tipo de informação».

Questionado sobre a qualidade dos apartamentos, disse que ainda não tinha visto nenhum deles, mas

que recebera informações de que os «mesmos eram melhores do que os da primeira fase do projecto».

A reportagem do *Semanário Angolense* tentou colher as opiniões de outros clientes, mas não quiseram dar o rosto, deixando transparecer «algum receio» tecer críticas. A boca pequena, alguns dos presentes não só se queixava da demora, como também da falta de acabamentos das habitações, sobretudo no que concerne aos mosaicos e azulejos.

Há quem atribua o atraso na entrega de casas a cerimónia de inauguração do projecto, na qual esteve presente o secretário de Estado da Habitação, Joaquim Silvestre.

Em relação a falta de mosaicos e azulejos, este governante e citado como tendo dito que a colocação destes apetrechos será ao gosto dos inquilinos.

O primeiro dia da entrega de casas foi também marcado pela presença massiva de trabalhadoras sazonais que fazem trabalhos de limpeza aos apartamentos. Os preços pelos serviços variam em função da dimensão das residências.

6.14 Mercado imobiliário nacional atravessa período de incertezas

Jornal Agora
 5 de Junho de 2015
 Texto: *Miguel Daniel*

De acordo com o empresário, os actuais investimentos no sector incidem sobre um mercado diferente daquele que abrange as centralidades com foco a habitação da classe de renda média, enquanto os privados pretendem satisfazer a demanda de escritórios e de comércio, sem esquecer a de renda alta. "Dirigido a um segmento, por isso os preços não são compatíveis com as necessidades de habitação da generalidade dos angolanos", lembrou.

Ricardo Furquim e apologista de que, perante as necessidades prementes e generalizadas do parque habitacional do país, e desejava a solução que permita industrializará respectivo sector construtivo.

Indagado sobre o valor de 25 mil dólares para uma casa social a ser construída por um grupo de empresários asiáticos e americanos, disse esperar para ver, ao mesmo tempo que apela para as dimensões que estas casas poderão vir a ter bem como as garantias de continuidade que permitam a

constituição de grandes estruturas de produção com Preços baixos.

"A Prado Valladares, por exemplo, vai aplicar cerca de 55 milhões de dólares na construção de um edifício denominado 'VALOR METROPOLIS', que vai congrega escritórios, lojas e galerias", revelou.

Recordar que, em 2014, Angola foi o 2.2 maior destino africano de investimentos estrangeiros directos, tendo beneficiado num total de 16.000 milhões de dólares, ultrapassada apenas pelo Egipto, com 18.000 milhões.

De acordo com o ranking do Fdi Intelligence, uma divisão estatística do britânico Financial Times concluiu que os 5 países mais atractivos em termos de investimento em África são completados pela Nigéria, com 11 mil milhões de dólares, Moçambique, com 9 mil milhões, e Marrocos, com 5 mil milhões investidos em 2014.

A mesma publicação refere que continente berço foi, em 2014, a região do mundo que mais cresceu em termos de Investimento Directo Estrangeiro, tendo aumentado o número de projectos em 6% e as verbas em 65%, para 87 mil milhões de dólares.

2014 Foi um ano em que África cresceu 5%, 1,5 pontos acima do crescimento da economia mundial, crescimento que pode abrandar para entre 4% e 4,5%, segundo o FMI, nomeadamente devido aos efeitos da descida do petróleo e ao impacto do Ébola.

Há 18 anos em Angola, a prado Valadares já faz parte da história do país, graças as importantes contribuições com estudos e projectos urbanos como Luanda Sul, com cerca de 600 funcionários, dos quais mais de 90% angolanos.

Apostando no seu património humano como mola propulsora dos projectos e realizações que assina, a Prado Valladares conquistou um lugar elevado no sector de construção e promoção imobiliária em Angola, onde conta, actualmente, com 13 empreendimentos entregues, além de importantes projectos e estudos de viabilidade em urbanismo.

CENTRAUDADE DO SUMBE. A edificação da centralidade dos escaravelhos, em curso desde 2010 na periferia da cidade do Sumbe (Cuanza sul), encontra-se na fase de testagem da rede técnica de energia e água canalizadas, após a conclusão dos dois mil e 10 apartamentos previstos, equivalente a 395 edifícios.

Luis Filipe terá dito, a margem da última visita de deputados a Assembleia Nacional, que os

apartamentos ocupam uma área urbanizada de 50 hectares e que estariam já concluídas cerca de 156 lojas.

O coordenador do projecto disse estar em curso a construção de uma escola com 24 salas de aulas, laboratórios, campo de jogo e jardim-de-infância.

Quanto ao fornecimento de água, afirmou estarem a ser erguidos dois tanques de um milhão de metros cúbicos, que vão bombear o líquido precioso para a cidade, periferia e nova centralidade, um projecto enquadrado na reabilitação e expansão do sistema de abastecimento a cidade do Sumbe.

6.15 Empresa americana que vai vender casas a 24 mil dólares recebe luz verde do Governo

Jornal Semanário Económico
11 De Junho de 2015

Sessenta e nove dias depois do anuncio do projecto imobiliário do grupo norte-americano American Plastics Technologie, que prevê a construção e comercialização de residências de tipologias T3 e T4, no valor máximo de 24 mil dólares (cerca de 3 milhões de kwanzas), o ministro da Construção garante a aprovação do investimento pelo Governo.

"O desenvolvimento da nossa actividade no sector das infra-estruturas em pleno programa de reconstrução nacional tem sido evidente. O sector da habitação social, como os diferentes sectores que integram o sector da construção, tem a sua importância fundamental. "O sector cauciona a parceria que pretendemos estabelecer com este investidor americano, no seguimento de construção de casas sociais, num modelo que também foi apadrinhada pela Câmara de Comércio Estados Unidos de América/ Angola, num contacto realizado recentemente no ministério e interessamo-nos por essa experiencia", disse Waldemar Pires Alexandre.

O governante fez estas declarações na passada sexta-feira, durante o habitual encontro denominado First Friday Club, que se realiza todas as primeiras sextas-feiras de cada mês, pela Câmara de Comércio Estados Unidos Angola (USACC), em Luanda.

"Estão sendo dados primeiros passos com os aspectos administrativos e preparatórios e tem a particularidade de que esse investimento deverá consubstanciar se na construção de fábricas de materiais de construção no país, com a concentração de mão-de-obra local", acrescentou o ministro aos jornalistas, à margem do evento. Entretanto, Rao

Murukurthy disse ao programa radiofónico USACC Magazine, emitido pela LAC, que "o projecto para a fábrica de construção de casas está entre 10 a 32 milhões de dólares e já foram identificados os parceiros estamos apenas a tratar da parte financeira. Prevemos arrancar entre seis semanas a dois meses.

Tal como anunciamos na edição 292, de 23 de Abril, o presidente do grupo, Rao K. Murukurthy dissera, ao SE que, para implementação do projecto (mobiliário pretende investir acima de 10 milhões de dólares nas províncias de Luanda, Benguela, Huíla, Cabinda e Cuanza Sul.

Em entrevista exclusiva que concedera ao Semanário Económico, o presidente da empresa, Rao K. Murukurthy, dissera já ter manifestado o desejo do investimento ao Executivo angolano, através de um encontro com o ministro do urbanismo, aquando da sua visita em Angola, em Fevereiro passado.

"Já tivemos a oportunidade de apresentar o projecto ao ministro angolano do urbanismo e mostrou-se interessado em criar parceria connosco", disse ao SE, à margem do Fórum Empresarial Angola/Estados Unidos de América em Cabinda.

A American Plastics Technologies projecto, que prevê construir, numa primeira fase, cerca de duas mil e SOO residências em cada província, é uma empresa com sucesso notável no sectores da indústria, construção, serviços e equipamentos .

6.16 Aldeia Solar em degradação precoce

Jornal de Angola

14 De Junho de 2015

Texto: Francisco Bernardo

As casas recentemente construídas no âmbito do Projecto Aldeia Solar, no município de Icolo e Bengo, em Luanda, cerca de 500, apresentam sinais de degradação, por falta de ocupação, revelou ontem uma autoridades tradicional da circunscrição.

A soba Emiliana Paulo Martins, da comuna de Cabiri, onde está erguida a Aldeia Solar, disse à Angop que as casas, construídas no âmbito da política habitacional do Governo, continuam fechadas, um ano depois de o Presidente da República as ter entregado simbolicamente à comunidade.

"É triste ver os esforço do Governo a serem desperdiçados", disse a autoridade tradicional, para

quem é urgente travar o desperdício das casas, numa sociedade com problemas habitacionais.

A soba Emiliana Paulo Martins disse que a situação está a criar mal-estar entre a população, sobretudo entre quem precisa de uma casa para morar. Inaugurado há mais de um ano pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos, o projecto, erguido na localidade de Honga Zanga, chama-se Aldeia Solar por possuir painéis solares para cada moradia.

A Angop informa que na comuna de Bom Jesus existem 86 casas construídas pela empresa Coca-Cola, através do fundo Coca-Cola, que se encontram igualmente em estado de degradação por falta de ocupação. O soba da localidade de Mazozo, comuna de Catete, Araújo

Romão Cafala, desconsolado com a situação, defendeu a distribuição urgente das casas para evitar a perda do investimento.

Recrutamento local

A autoridade tradicional disse que na comuna de Caculo Cahango existem 50 casas desocupadas, sob

responsabilidade da Administração Municipal de Icolo e Bengo.

De acordo com o soba, existem pessoas com vontade de trabalhar no Icolo e Bengo, mas por falta de casas condignas muitos desistem. Contactada pela Angop, a Administração Municipal informou que a construção e o processo de distribuição das casas não é da sua responsabilidade.

O Projecto Aldeia Solaré constituído por habitações e infra-estruturas básicas alimentadas por soluções inovadoras e sustentáveis de Energia, desenvolvidas pela petrolífera nacional Sonangol.

Com um sistema de abastecimento de água, rede viária e esgotos, a Aldeia Solar tem 500 casas e cinco edifícios sociais. A Aldeia Solar tem um mercado rural para produtos de campo e uma área de 718 metros quadrados para o desenvolvimento da agricultura.

A pedido do Ministério da Energia, em 2004, foi desenvolvido um estudo com o objectivo de identificar soluções para o fornecimento de electricidade a aldeias na província do Huambo. O projecto, denominado Aldeias Solares, envolveu a concepção e planeamento de aproveitamentos foto voltaicos para a produção de electricidade em aldeias dispersas numa extensa zona.

6.17 Melhorada a situação das famílias realojadas

Jornal De Angola

30 De Junho de 2015

Texto: Alberto Domingos

As famílias realojadas quinta-feira no município de Cangandala devido ao mau estado das casas em que viviam começam em breve a beneficiar de mais serviços básicos, disse ontem o governador provincial de Manje.

O governador garantiu que os antigos moradores dos conhecidos prédios do BCI e do Comércio beneficiam dentro de pouco tempo de vários serviços, entre os quais de transporte, energia eléctrica e água potável.

Norberto dos Santos salientou a importância das crianças que viviam na cidade pedirem a transferências para escolas da Cangandala e elogiou a forma ordeira como os realojados colaboraram com o Governo Provincial na transferência de local de residência.

"Foi bom as famílias realojadas terem aceiteado sair dos edifícios, atendendo às condições das casas em que viviam e evitamos assim uma desgraça", disse. O governador declarou terem sido criadas as primeiras condições para o abastecimento de energia eléctrica, que permitiram a instalação de um gerador que precisa agora um tanque para o combustível,

Norberto dos Santos prometeu que na próxima semana vão estar disponíveis dez autocarros novos para o transporte de pessoas do município da Cangandala para o centro da cidade de Malanje e vice-versa e que vão continuar a se desenvolver iniciativas destinadas a melhorar a vida dos habitantes daquela localidade.

O director provincial da Energia e Águas disse que o gerador instalado no local onde se encontram acolhidas os realojados está em perfeitas condições técnicas e tem capacidade para abastecer as casa todas.

"Portanto, estamos a trabalhar para satisfação da situação da energia eléctrica naquele local, para que as pessoas se sintam bem", disse.

Jacinto Caculo também garantiu estarem acauteladas todas as condições de segurança, que em dez dias são instalados todos os serviços e que esta semana já 20 casas têm água potável.

6.18 Ex-guerrilheiros da FLEC recebem casas no enclave

Jornal Agora

19 De Junho de 2015

Num financiamento atribuído à Casa de Segurança do Presidente da República, uma parte considerável das moradias já está concluída. No total, são cerca de 200 residências a serem entregues a igual número de beneficiários e serão erguidas nos arredores da cidade de Cabinda. Os custos desta empreitada ainda constituem uma incógnita

Um projecto que contempla a construção de casas destinadas a ex-militares da FLEC está a ser levado a cabo pelo Governo Provincial de Cabinda, liderado por Aldina da Lomba.

Apesar de não estar consignado nos 'Acordos do Namibe', rubricados entre a ala liderada por António Bembe e pelo Executivo, o plano, segundo informações chegadas ao Agora, irá beneficiar cerca de 200 antigos combatentes da FLEC.

As habitações serão erguidas no campo de acolhimento de veteranos militares desta organização, situado nos arredores da aldeia do Yabi, a Sul da cidade de Cabinda, conforme indicou a governadora provincial.

Nesta segunda-feira, uma equipa do Governo do enclave visitou o local, acompanhada por membros da Casa Civil e Segurança Militar do Presidente da República (PR), mas não houve presença dos destinatários das residências.

Na ocasião, não foi avançado o valor da obra, sabendo-se apenas que oitenta e sete (87) delas já estão concluídas. O nosso contacto confirmou, igualmente, que a empreitada conta com financiamento total da Casa de Segurança do PR.

A fonte do Agora referiu, ao mesmo tempo, serem igualmente construídas, na aérea, infra-estruturas destinadas ao lazer, assim como escolas, posto médico, ginásio, sistema de abastecimento de água potável e de luz eléctrica.

A governadora referiu, à margem da visita, que o projecto se enquadra nos esforços que o Executivo tem feito em prol da reconciliação.

"Além das casas, os ex-militares da FLEC beneficiam, desde Outubro de 2007, de outros apoios, nomeadamente subsídios de contingência, assistência médica e medicamentosa e géneros alimentícios entregues pelas FAA e pelo governo local.

Aldina da Lomba e os oficiais superiores da Casa de Segurança do PR visitaram, também, as obras de construção da estrada, na zona Sul de Cabinda, que vai ligar a província à RDC e ao Congo Brazzaville.

Apesar destes projectos, há informações de que a ala independentista exigiu, na segunda-feira, a retirada dos cidadãos chineses do enclave, ameaçando que esta presença "será severamente punida".

Não se sabe ao certo que tipo ou natureza de punição a que se referiram, mas um comunicado citado pela agência portuguesa 'Lusa', no mesmo dia, indica que aquela força independentista tomou esta posição depois da visita do Chefe de Estado à China.

6.19 Negros Afastam Pretos Da Zona Urbana

Jornal Folha 8

13 De Junho de 2015

Há duas soluções para esse problema: partilhar alguma comida ou tirar os famintos da vista. O historial do Futungo sugere que preferem a última. António Tomás Ana vive em Chocalha desde 1977, antes de a chegada dos refugiados da guerra civil que vieram do interior ter tomado uma calma colónia piscatória no mar de gente que é hoje, encurralada entre o oceano e as encostas que se erguem até ao complexo presidencial. Mais conhecido como Etona, é um dos artistas mais proeminentes de Angola. Numa oficina ao ar livre murada com tijolos, os seus ajudantes lascam troncos de acácia com cinzéis e maços.

Uma das suas esculturas de madeira nodosa que são a sua marca registada decora o átrio da sede da Sonangol.

Entre os 65 mil vizinhos de Etona, em Chocalha, estão oficiais das forças armadas e um fotógrafo profissional que ganha 5000 dólares por mês, que não dão para muito numa Luanda ultracara, mas que lhe permitiram construir no lugar da barraca em chapa, que comprou há 25 anos, o edifício anguloso mas sólido à volta do qual os seus netos brincam hoje. Em Junho de 2012, aquela casa, tal como a oficina de Etona e a biblioteca comunitária que está a construir, estavam destinadas, juntamente com o resto de Chocalha, a ser arrasados - e, desta vez, não pelo mar.

Se pudessem escolher, poucas pessoas escolheriam viver com as parcas comodidades e oportunidades de Chocalha. O partido no 'poder prometeu electricidade na campanha eleitoral de 2008, mas pouca chegou, e não tinha sobrado muita coisa da última promessa de abastecer água canalizada, feita

no período que precedeu as eleições de 2012. Mas lugares como Chocalha são comunidades, com a sua própria forma de viver e a sua própria camaradagem. Etona passa muito tempo pensar na forma de introduzir melhoramentos num bairro de lata que facilmente teria tido posses para deixar. «A regeneração não tem a ver com estradas e passeios está na mente», disse-me ele quando nos conhecemos na sua oficina, com a camisa vermelha limpíssima apesar do calor da tarde. «Isto», disse ele, levantando o braço para o bairro de lata movimentado, onde alguns jovens estavam a jogar furiosamente nos matraquilhos ali perto, «isto também é parte da cultura, parte do país». Mas os dias de Chocalha estavam contados. Os seus habitantes iam ser realojados, quer quisessem quer não, em novos aldeamentos nos arredores de Luanda. Um novo hotel de luxo e os escritórios reluzentes de uma empresa petrolífera americana tinham nascido na periferia de Chocalha, prenúncio daquilo que havia de tomar o lugar do bairro. Uma praia que em tempos fervilhava com bares e restaurantes onde se servia peixe tinha sido vedada, preparada para os empreiteiros.

Complexo Faz Espoliar Pobres

Os residentes de Chocalha com quem falei olhavam para as promessas das autoridades de uma vida melhor noutra sítio com profunda suspeita. Cerca de três mil tinham já saído, alguns reunidos pela polícia e amontoados em camiões com os seus pertences, sendo qualquer objecção ignorada. O governo está disposto a usar a força para fazer a limpeza dos bairros de lata, fazendo descer soldados de helicóptero para levar a cabo despejos ao romper do dia 24. Mas Etona, pelo menos, tencionava resistir quando chegasse a sua vez. «Se não falarmos, vamos ser levados para o Zango.»

O Zango fica a pouco mais de 19 quilómetros para sul do centro de Luanda, onde a dispersão da capital se toma menos densa, dando lugar ao mato ocre. Tal como um aldeamento idêntico para norte, dizem-lhes que é um novo começo para os habitantes dos bairros de lata de Angola. Quem ouve os responsáveis diria que o Zango é a terra prometida. «Estamos a deslocá-los para habitações mais dignas», disse-me Rosa Palavera, directora da unidade de redução da pobreza da presidência.

6.20 Moradores do Kilamba assinam novos contratos

Jornal Expansão

5 De Junho de 2015

Texto: Jorge Jacinto

Os moradores da central idade do Kilamba já começaram a ser chamados para a renovação do contrato da compra da casa, à luz dos novos preços que passam para metade do valor acordado.

O Expansão apurou que as assinaturas obedecem à ordem de entrada na referida centralidade, ou seja, os primeiros moradores foram os primeiros a assinar o novo contrato. Recorde-se que a redução da mensalidade resulta do Decreto Executivo Conjunto n.º 143/13, de 17 de Maio, rubricado pelos ministérios do Urbanismo e Construção e das Finanças.

Segundo fonte próxima do processo, essa redução implica também a diminuição do valor da dívida a pagar pelos moradores, uma vez que o decreto referido entrou em vigor há mais de um ano. Lê-se no decreto que o preço da mensalidade das moradias do tipo T3A passa de 603 USD para 300 USD.

O decreto determina que as vendas das unidades habitacionais, em moeda nacional e equivalente à data do registo da candidatura, passam a ficar estipuladas para as habitações do tipo T3A em 70 mil USD; para as do tipo T3+ 1, em 90 mil USD, e as do tipo T5, em 180 mil USD.

Os clientes deverão pagar em 30 anos, independentemente da idade, com 3% de taxa de juro e o valor da taxa de condomínio, a ser pago mensalmente, que varia em função do tamanho da moradia que ocupam. O valor mensal da taxa de condomínio varia entre os 78,69 USD para as T3A, os 88,13 USD para as T3+ 1, e os 125,90 USD para as T5, realça o documento, que não faz menção às moradias do tipo T3B.

Preços variam em função dos andares em Cacuaco

O já citado decreto estabelece ainda as condições de comercialização das moradias da centralidade de Cacuaco, pertencentes a esta instituição pública, o que faz variar o preço das moradias em função do tamanho e andares.

O documento refere que o preço dos apartamentos T4, até ao 5.º andar, é de 60 mil USD, o dos T4 até ao 9.º andar é de 70 mil USD, o dos T5 até ao 5.º andar é 85 mil USD, e o dos T5 até ao 9.º andar, 90 mil USD. De igual modo, os habitantes da centralidade de Cacuaco pagarão as mensalidades durante 30 anos, independentemente da sua faixa etária, mais a taxa de juro sobre a parcela a financiar de 3% e o valor da percentagem de condomínio, que varia entre 88,13 e 125 USD, em função do tamanho do imóvel.

O documento estipula, no artigo 3.º, que os contratos já celebrados com o Fundo de Fomento à Habitação, referentes às unidades habitacionais da centralidade do Kilamba, serão ajustados à nova tabela de preços.

De acordo a lei, é revogada toda a legislação que contrarie o disposto neste diploma, nomeadamente o Decreto Executivo Conjunto n.º 253/12, de 8 de Agosto, assinado pelos então ministros das Finanças e do Urbanismo e Construção, Carlos Alberto Lopes e José António Maria da Conceição Silva, respectivamente.

6.21 Duzentos fogos habitacionais a bom ritmo

Jornal Economia e Finanças
05 De Junho de 2015

No que se refere aos outros municípios, a construção dos 200 fogos habitacionais, a nível da província do Bis, decorre a bom ritmo. Para esse efeito, a construção das residências nos restantes sete dos nove municípios da região encontra-se já na sua

fase conclusiva, segundo apurou o JE.

As 200 casas estão a ser erguidas nos municípios do Xingar, Viterbo, Cunhadinha, Cata bola, Catadupa, Comba e Maria, estando nesse momento mais de 90 por cento da sua execução física realizados.

Nos municípios em referência, sublinhe-se, as residências estão orçadas em cerca de 4 milhões para os seleccionados, com prioridade de 30 por cento para a juventude da província ligada à função pública.

A selecção das empresas construtoras foi feita segundo a capacidade técnica, financeira e humana dos empreiteiros apurados nos concursos públicos, que são apelados, para o efeito, a apresentar obras com qualidade e trabalhar com responsabilidade. Lembre-se que os vários projectos habitacionais em curso em todo o país reforçam a actividade do Governo central no quadro dos programas de combate à fome e à pobreza no seio da população.

6.22 Empreitada da província do Bis com entrega prevista para 2016

Jornal Economia e Finanças
05 De Junho de 2015

A vice-governadora do Bié para o sector económico, Deolinda Belvina Gonçalves, disse recentemente à imprensa, no Cuito, que as duas centralidades que estão a ser erguidas no Cuito e no Andulo podem ser

entregues aos beneficiários em 2016. A empreitada, que contempla 6.000 apartamentos no primeiro município e 1.000 no segundo, começou a ser contraída em 2011.

"As duas centralidades que estão a ser erguidas na província podem ser entregues ainda em 2016. Outras obras de grande impacto social estão em execução na província, o que prova o esforço do Governo em criar condições dignas para a população", disse.

O Jornal de Economia apurou que, quer a Centralidade, do Cuito, quer a do Andulo possuem residências do tipo T3, algumas concluídas já no ano subsequente ao do arranque das obras, ou seja, em 2012.

A nossa equipa de reportagem apurou, ainda, que a falta de energia e de água potável nas centralidades, assim como o atraso na conclusão dos serviços básicos retardam a entrega das primeiras moradias do projecto habitacional horizonte.

Na Centralidade do Cuito, lembre-se, o processo de construção da central de captação e tratamento de água potável teve início no passado mês de Maio. Quanto à energia, proveniente da barragem do Ngove, já é um facto.

O JE apurou, por outro lado, que nesse momento não estão avaliados os preços a serem praticados na venda dos imóveis e que as candidaturas para aquisição dos mesmos estão suspensas. SVD e MC

6.23 Imogestim entrega casas a mais de 5.400 cidadãos

Jornal Expansão
19 De Junho de 2015

As orientações e decisões do Executivo vão no sentido de todas as pessoas, até dia 25 de Junho, começarem a receber as suas casas nas centralidades, revelou o presidente do conselho de administração da Imogestim. Segundo Rui Cruz, que falava numa conferência da Imogestim sobre imobiliário, esta semana, em Luanda, a habitação social, e a chamada habitação a custos controlados é, nos próximos tempos, uma necessidade para satisfazer a procura.

O responsável afirmou que a participação da Imogestim na gestão de alguns projectos habitacionais do Governo pode gerar oportunidades para se alargarem os benefícios ao sector privado angolano, designadamente, nas áreas de construção, indústria de materiais de construção e mediação mobiliária.

"Se o papel do Estado é determinante na regulação desse segmento do mercado imobiliário, para a protecção das pessoas economicamente mais vulneráveis, o sector privado pode ver nele uma oportunidade para aumentar a oferta de materiais de construção, bem como assegurar a participação nesse esforço que o Executivo vem desenvolvendo", precisou.

Entretanto, o ministro do Urbanismo e Habitação, José Conceição e Silva, apelou ao investimento privado em casas para arrendamento. O governante disse que uma das soluções para diminuir o défice ainda existente, que é de 1,5 milhões de casas, passa pela aposta do investimento privado em moradias para arrendamento. S.s.

6.24 Entrega das casas no «Kilamba» aguardada com muita expectativa

Semanário Angolense
20 De Junho de 2015
Texto: Ilídio Manuel

Paira muita expectativa entre os milhares de cidadãos que se candidataram à compra de casas na Centralidade Urbana do Kilamba, cujo processo de entrega começa já no próximo dia 25 de Junho.

Depois de quase três anos de espera e de sucessivos adiamentos, a IMOGESTIN, sucessora da SONIP no referido projecto habitacional, comprometeu-se a efectuar a entrega das casas na próxima semana, no regime de renda resolúvel.

De acordo com o Presidente do Conselho de Administração da IMOGESTIN, Rui Cruz, serão contemplados 5 mil e 400 candidatos.

Reagindo ao anúncio da entrega das habitações, a «Comissão 2888», que representa os interesses de igual número de candidatos, espera que o processo decorra com «transparência e celeridade, e que não haja burlas, à semelhança do que aconteceu durante a vigência da SONIP».

De forma a conferir uma maior transparência ao processo, defende que as listas dos candidatos contemplados sejam publicadas na sua totalidade no Jornal de Angola.

À conversa com o Semanário Angolense nesta quinta-feira, 18, o presidente da referida Comissão, Iean Ngombe, considera que, após uma «espera angustiante», há sinais positivos de que o sonho de muitos venha a concretizar-se.

Mas adverte que o processo deverá demora, pelo menos, meio ano, já que se perspectiva uma média de atendimento de 50 pessoas/ dia. «Deve ficar claro que a IMOGESTIN não atenderá as 5.400 pessoas aproximadamente em uma ou duas semanas, pelo que o processo poderá demorar, pelo menos, seis meses».

Lean Ngombe mostrou-se, por outro lado, preocupado com o facto de alguns candidatos devido à «prolongada demora, terem perdido as suas fichas de inscrição».

Revelou, por fim, que a «Comissão 2888» manter-se-á vigilante no processo de entrega de casas, não deixando de exercer uma certa pressão para «controlar se efectivamente as pessoas irão receber as casas nas datas que serão indicadas pelo IMOGESTIN».

6.25 Executivo quer habitação mais acessível

Jornal A Capital
20 De Junho de 2015

Dados oficiais indicam que 60 por cento da população angolana vive em centros urbanos, com a maioria dela a residir em habitações precárias, por dificuldades de acesso a uma residência condigna a custos comportáveis.

A realidade começa a preocupar o Executivo angolano que, a fazer fé nas palavras do ministro do Urbanismo e Habitação, está a promover acções que visam redireccionar os investimentos no sector, apelando os promotores imobiliários a diversificar a oferta que incluam mais habitações para fins de arrendamento.

O propósito, de acordo com José Silva, é o de permitir que famílias de baixa renda tenham possibilidade de acesso a uma habitação formal compatível com o rendimento que cada uma delas aufere.

"É necessário que a iniciativa privada invista de forma significativa nesta área", defendeu o governante, numa alusão à habitação para arrendamento que, no entender de José Silva, aumentaria as alternativas no acesso a casa de construção formal.

"O baixo poder aquisitivo de segmentos consideráveis de cidadãos, as dificuldades no acesso ao crédito à aquisição de casa própria impõem que se encontrem ofertas habitacionais alternativas cuja viabilidade passa essencialmente pelo arrendamento", sugeriu.

Para tal, anunciou que o Governo tem já aprovada uma lei do arrendamento urbano que, após aval da Assembleia Nacional, será apresentada como um instrumento que vai regular o mercado, pondo fim ao aproveitamento que resultem em especulação do valor das rendas.

Os valores das rendas práticas no mercado angolano são, aliás, motivo de preocupação do ministro do Urbanismo e Habitação que olha para isso como um factor que dificulta o acesso da população de renda baixa a uma habitação condigna.

"É necessário prosseguir com as medidas de reforma do arrendamento urbano, disponibilizando ao mercado instrumentos de redução de riscos, do aumento da oferta de casas e da redução do valor das rendas", defendeu o ministro que, por outro lado, desafia os promotores imobiliários a investirem mais em habitações para esse segmento da população.

Entidades como o presidente da Imogestín consideram que a concretização de tal desejo passa por incremento o crédito para fins habitacionais, com vista a reanimar a dinâmica dos investimentos no sector, retraída pela crise com que o país se debate.

"A redução do crédito tanto à construção como à compra ou procura da habitação tem contribuído para a retracção dos investimentos no sector", considerou Rui Cruz que aponta como solução para o problema a aposta na habitação social.

"Essa parece-nos nos, próximos tempos, uma necessidade para satisfazer a procura gerada por esse segmento", defendeu o gestor imobiliário.

Uma oferta diminuta

Estima-se que o défice habitacional em Angola esteja situado em 1,5 milhões de habitações, valendo dizer que a oferta continua a ser diminuta perante a demanda acumulada.

Entidades como o arquitecto António Gameiro acreditam que a oferta prevista com a construção de novas centralidades vai concorrer, em grande medida, para a redução do défice habitacional existente.

"Já estamos a falar na ordem de mais de 350 mil habitações", avançou Gameiro, para quem "quando estiverem prontas vamos saber-se qual é a população

alojada e daí, ter uma ideia em relação àquilo que era antes da construção dessas habitações, qual foi a cobertura populacional que elas absorveram".

O arquitecto diz, entretanto, que um dos grandes problemas está nas modalidades de acesso às unidades residenciais a serem disponibilizadas.

Fora disso, a realidade mostra que já começa a existir uma oferta cada vez maior de unidades habitacionais, como, aliás, também reconhecem entidades como o consultor Nelson Rêgo.

O especialista considera que com tal oferta o acesso a uma habitação formal no mercado angolano começa a tomar-se cada vez menos oneroso, ao contrário do foi até há poucos anos.

"Já a acontecer com o projecto das novas centralidades, onde já é possível ter um T2, T3 e pagar uma renda de 400 a 500 dólares", confirmou, garantindo que assim será "no futuro também para aqueles que querem dinamizar os seus negócios".

A criação pelo Estado de instrumentos financeiros como o Fundo de Fomento Habitacional, assim como a introdução do mecanismo de renda resolúvel são, segundo ele, factores que devem concorrer ainda mais para a queda do valor das rendas.

"Vão permitir as pessoas aceder a habitação como não conseguiam no passado", disse em tempos o especialista, numa referência aos aludidos instrumentos.

O consultor admite tal hipótese pelo facto de tais mecanismos garantirem acesso a créditos para fim habitacional a custos menos onerosos o que, segundo ele, "vai também tornar essa habitação com mensalidade de acordo com a possibilidade da população".

Ainda assim, os juros praticados no mercado são significativamente elevados o que, segundo promotores imobiliários, condiciona a concretização do sonho da casa própria para muitos jovens angolanos. Uma realidade reconhecida em tempos pelo director do Instituto Nacional de Habitação, Eugénio Correia.

É que a taxa de juro para um crédito à habitação está, segundo números disponíveis, situada em 30 por cento, o que, aos olhos de Eugénio Correia, representa uma autêntica especulação, para além de ser impraticável em qualquer parte do mundo.

6.26 Preço das casas no Kilamba e Cacuo cai pela metade

Semanário Angolense
20 De Junho de 2015
Texto: Gaspar Faustino

De acordo com um documento da Imogestín, ao qual o *Semanário Angolense* teve acesso, na passada segunda-feira (15), durante a 3ª Conferência Internacional do Imobiliário, em Luanda, os moradores das centralidades do Kilamba e Cacuo já começaram a ser chamados para a renovação do contrato da compra da casa, à luz dos novos preços que passam para metade do valor acordado.

As assinaturas obedecem à ordem de entrada nas referidas centralidades. Os primeiros moradores foram os primeiros a assinar o novo contrato. Recorde-se que a redução da mensalidade resulta do Decreto Executivo Conjunto nº 143/13, de 17 de Maio, rubricado pelos Ministérios do Urbanismo e Construção e das Finanças.

Fontes próximas do processo dizem que essa redução implica também a diminuição do valor da dívida a pagar pelos moradores, uma vez que o decreto referido entrou em vigor há mais de um ano.

Lê-se no decreto que o preço da mensalidade das moradias do tipo T3A passa de 603 dólares para 300 dólares. O decreto determina que as vendas das unidades habitacionais, em moeda nacional e equivalente à data do registo da candidatura, passam a ficar estipuladas para as habitações do tipo T3A em 70 mil dólares; para as do tipo T3+1, em 90 mil dólares, e as do tipo T5, em 180 mil dólares.

Os clientes deverão pagar em 30 anos, independentemente da idade, com 3% de taxa de juro e o valor da taxa de condomínio, a ser pago mensalmente, varia em função do tamanho da moradia que ocupam. O valor mensal da taxa de condomínio varia entre os 78,69 dólares para as T3A, os 88,13 dólares para as T3+1, e os 125,90 dólares para as T5, realça o documento, que não faz menção às moradias do tipo T3B.

Preços conforme andares

O citado decreto indica que as condições de comercialização das moradias da centralidade de Cacuo, também podem variar em função do tamanho e andares.

O preço dos apartamentos T4, até ao 5º andar, é de 60 mil dólares, o dos T4 até ao 9º andar é de 70 mil dólares, o dos T5 até ao 5º andar é 85 mil dólares, e o dos T5 até ao 9º andar, 90 mil dólares.

De igual modo, os habitantes da centralidade de Cacucaco pagarão as mensalidades durante 30 anos, independentemente da sua faixa etária, mais a taxa de juro sobre a parcela a financiar de 3% e o valor da percentagem de condomínio, que varia entre 88,13 e 125 USD, em função do tamanho do imóvel.

O documento estipula, no artigo 3º, que os contratos já celebrados com o Fundo de Fomento à Habitação, referentes às unidades habitacionais da centralidade do Kilamba, serão ajustados à nova tabela de preços.

De acordo com a lei é revogada toda a legislação que contrarie o disposto neste diploma, nomeadamente o Decreto Executivo Conjunto nº 253/12, de 8 de Agosto, assinado pelos então ministros das Finanças e do Urbanismo e Construção, Carlos Alberto Lopes e José António Maria da Conceição Silva, respectivamente.

Mais de 5 mil beneficiários

O Presidente do Conselho de Administração (PCA) da Imogestín, Rui Cruz, garantiu nessa Conferência Internacional do Imobiliário organizado pela empresa que dirige, que procederá a entrega de habitações aos cidadãos regularmente inscritos no processo de aquisição de moradias nas novas centralidades de Luanda.

Mais de cinco mil cidadãos, que pagaram e não receberam residências nas centralidades de Cacucaco, Kilamba, Km 44 e Zango, começam a receber as suas habitações a partir do dia 25 do corrente mês, disse o PCA.

Rui Cruz disse igualmente que a participação da Imogestín na gestão de alguns projectos habitacionais do governo pode gerar oportunidades ao sector privado angolano, nas áreas de construção, indústria de materiais de obra e na própria área imobiliária.

O PCA da Imogestín declarou que, se o papel do Estado é determinante no regulamento do mercado imobiliário para a protecção das pessoas economicamente mais vulneráveis, o sector privado pode ver nele uma oportunidade para aumentar a oferta de materiais de construção, bem como assegurar a participação neste esforço que o Executivo vem desenvolvendo em todo território nacional.

Ainda assim há falta

O ministro do Urbanismo e Habitação, José Silva, falou da necessidade de prosseguir com as medidas de reforma do arrendamento urbano, no sentido da sua dinamização, disponibilizando ao mercado

instrumentos de redução do risco do aumento da oferta de casas.

«O baixo poder aquisitivo de segmentos consideráveis de cidadãos, as dificuldades no acesso ao crédito para aquisição da casa própria, impõem que se encontrem ofertas habitacionais alternativas, cuja probabilidade passa essencialmente pelo arrendamento», lamentou.

O ministro disse que as realidades sociais e demográficas do país deverão, cada vez mais estar, reflectidas no novo desenho urbano, promovendo uma habitação que corresponda às formas, tipologias, flexibilização e adaptação, às situações de mobilidade condicionada.

«O percurso realizado pelo país, relativo à produção habitacional, é absolutamente notável, importa prosseguir este caminho tendo em consideração o défice habitacional ainda existente, que se estima em

aproximadamente 1,5 milhões de habitações. O crescimento económico de Angola, tendencialmente concentrado no litoral e nas principais cidades, perspectiva para 2020 uma taxa de urbanização de cerca de 72 por cento e estima-se que 60 por cento da população angolana viva em centros urbanos», assegurou.

O governante apelou a necessidade da iniciativa privada investir de forma significativa na área habitacional, para que se aumente as alternativas do acesso a habitação.

Prémio de habitações sociais

A informação foi avançada director comercial dessa empresa, Ângelo Filipe, durante a 3ª Conferência Internacional do Imobiliário Imogestín - 17 anos da Imogestín. O responsável afirmou que o prémio terá uma periodicidade bienal e deverá ser dividido em duas categorias, nomeadamente Habitações sociais-urbanas e Habitações sociais rurais.

O prémio consistirá na atribuição de um valor pecuniário a definir no respectivo regulamento.

«Os projectos deverão ser apresentados até ao dia 15 de Dezembro, que antecede o ano em que será atribuído o prémio, os vencedores serão anunciados no dia 15 de Junho, data alusiva ao aniversário da Imogestín», salientou.

Ângelo Filipe proferiu que as soluções a serem apresentadas pelos concorrentes deverão ser inovadoras, com o uso de modelos de habitação social que incorporem materiais locais, amigas do

ambiente e sustentáveis do ponto de vista hídrico e eléctrico no país.

6.27 Centralidade do Cuito tem 3 mil casas concluídas

Jornal Economia e Finanças

05 De Junho de 2015

Texto: Sérgio. V. Dia e Matias da

Casta

O programa de urbanismo e habitação em curso nas centralidades horizonte, nos municípios do Cuito e Andulo, vai acomodar mais 7 mil famílias e proporcionar, assim, uma redução gradual do enorme défice nesse sentido na província do Bié.

As obras, implantadas numa área de 300 hectares, tiveram início em 2011, com um acompanhamento faseado do governo do Bié que almeja acima de tudo justiça social e o bem-estar dos angolanos residentes nesta região.

O coordenador comercial e de marketing da Kora Angola, empresa subscritora de projecto, Crispim Costa, informou ao "TE" sobre o andamento dos trabalhos e que a empreitada se resume numa construção de baixa e média renda. O responsável disse ainda estarem já concluídas mais de 3 mil unidades habitacionais na Centralidade do Cuito, contempladas com serviços sociais que vão proporcionar uma plena acomodação nos imóveis em execução nesta.

Crispim Costa disse também ao JE que decorrem em paralelo acções de urbanização internas, infra-estruturas de captação e abastecimento de água potável.

Referiu estar, ainda, em curso a construção do sistema de tratamento de águas residuais, produção de energia eléctrica, bem como de espaços recreativos e os acessos viários.

Sobre as componentes físicas, Crispim Costa adiantou que os imóveis são de tipologia T3, com 100 metros quadrados, e que os edifícios apresentam três formatos diferentes que proporcionam uma diversidade estética à centralidade. O projecto horizonte, lembrou o responsável da Kora Angola, contempla prédios de quatro pisos, com oito apartamentos cada e moradias de um e dois andares.

Todos possuem duas casas de banho e uma zona de lavandaria, de acordo com Crispim Costa. As novas cidades do Cuito e do Andulo, segundo o coordenador, contemplam a construção de prédios

mistos, contendo uma zona comercial no piso zero e outra habitacional nos andares superiores.

"O método de construção das centralidades é em painéis de betão celular autoclavado "BCA", que é uma técnica largamente difundida no universo da construção e que permite, com economia de tempo e recurso, a construção de casas, bairros e centralidades", disse.

6.28 Mais investimentos entram na província

Jornal de Angola

1 De Junho de 2015

O Plano de Desenvolvimento da Província do Cuando Cubango, que cobre o período de 2013 a 2017, estabelece vários incentivos que visam atrair maior fluxo de investimento privado em todo o país, disse a directora do Gabinete de Estudo e Planeamento do Governo Provincial o Cuando Cubango.

Bernadeth Dalva, que falava no final de uma reunião entre representantes do Governo Provincial, empresários e responsáveis de instituições bancárias, mencionou como exemplo o Pólo Industrial de Menongue (PIM), que, ainda em construção, já começou a receber várias propostas de investimentos. Ao mesmo tempo, disse, o Governo Provincial concede espaços aos empresários interessados em investir na indústria da região. A responsável declarou que o Plano de desenvolvimento da Província contempla uma série de acções no sector industrial agro-industrial, agro-alimentar, turístico, entre outros, que podem absorver o investimento privado.

Bernadeth Dalva defendeu mais interacção entre a banca, os empresários e o governo, no sentido de tornarem os investimentos mais só lidos na província do Cuando Cubango e nas demais regiões de país. O delegado das Finanças da província do Cuando Cubango disse ser importante haver uma aproximação mais acentuada entre o Governo Provincial, empresários e a banca e que isso pode acelerar o processo de diversificação da economia em curso no país.

Adriano Neto lembrou que alguns empresários têm conhecimento das políticas aduaneiras e fiscais que vigoram no país, mas outros carecem de esclarecimentos mais profundos para melhor desempenharem as suas tarefas. Nos últimos anos, a região do Cuando Cubango tem registado crescimento acentuado, com investimentos públicos

que permitiram a construção de infra-estruturas.

6.29 Novas centralidades no Bié dignificam muitas famílias

Jornal de Angola

1 De Junho de 2015

Texto: Matias Da Costa

Mais de sete mil famílias vão ser como dadas nas centralidades em construção nos municípios do Cuito e Andulo, na província do Bié, garantiu sábado o coordenador comercial e de marketing da empresa Kora Angola, subscritora do projecto, Crispim Costa.

Já estão concluídas três mil casas o projecto que contempla serviços sociais, cujas obras tiveram início em 2011, avançou o coordenador.

Decorrem acções de urbanização construção de sistemas de captação e abastecimento de água potável, tratamento de águas residuais, fornecimento de energia eléctrica, espaços recreativos e vias de acesso, explicou Crispim Costa.

O projecto integra prédios de quatro pisos, com oito a apartamentos cada, e vivendas 77 andares. As novas centralidades contemplam ainda a construção de prédios mistos, com zona comercial no piso zero, e outra habitacional nos andares superiores.

A empreitada faz parte de um projecto da Kora Angola, que prevê a construção de mais de 40 mil habitações em seis províncias do país, no âmbito do programa do Executivo "Meu Sonho Minha Casa".

O referido projecto gerou aproximadamente três mil postos de trabalho directos e 8.700 indirectos na província do Bié, onde estão em curso diversas acções de impacto social, para melhorar a qualidade de vida da população.

Das obras em curso, destaque para as dos sectores da Saúde e da Educação, que visam diminuir os índices de mortalidade nas comunidades e inserir mais crianças no sistema normal de ensino.

6.30 A degradação do Zango

Jornal O PAÍS

5 De Junho

Texto: Dani Costa

daniel.costa@opaís.co.ao

A transferência dos antigos moradores da Boavista para o Zango animou os debates políticos no início

do ano 2000. A forma como essa mudança ocorria fez surgir alguns heróis na época, entre os quais o célebre José Rasgadinho, uma figura até então incontornável, mas que acabou por desaparecer dos holofotes da comunicação social.

O Zango hoje é composto por uma mistura de habitantes oriundos de vários pontos da cidade de Luanda. Lá estão os antigos moradores da Boa vista, da Chocalha e até algumas das figuras ilustres do Bairro Operário, que estão a ser transferidas para esta terra prometida, para permitirem que o processo de modernização do bairro avance.

Para estes moradores do Bairro Operário, um histórico da cidade de Luanda e de Angola, ir ao Zango pode ser a pior coisa que lhes terá acontecido na vida. Para outros, os que habitavam por exemplo nas barrocas da Boavista, barracões da Chocalha e outros locais inóspitos da capital, esse ponto de Viária pode ter a mesma dimensão daquele território que Moisés prometeu ao seu povo no antigo Egipto.

O Zango permitiu a muitos que fugissem dos becos, das montanhas e das zonas sem as mínimas condições de infra-estruturas. Alguns tiveram a possibilidade de encontrar ruas largas, água potável e energia eléctrica, luxos que podem não ser extensivos a muitos que só agora aportaram no bairro, sobretudo nas ditas casas evolutivas.

Apesar das críticas que possam ser feitas em relação às condições de vicia de muitos moradores ou a qualidade das residências existentes, o novo bairro ainda tem condições para ser um sítio melhor para se viver.

Melhor do que ainda vimos em partes da capital, em bairros históricos como Sambizanga, Cazenga, Rangel e não só.

Mas não é o que está acontecer. O Zango está já a ser uma múmia daquela terra prometida em que muitos pensam ter chegado, por estarem a ser vítimas dos velhos hábitos transportados de muitas partes de Luanda.

Quem por lá passa ultimamente tem a sensação de que aí não existe qualquer tipo de administração. E se existe, certamente quem lá está ainda deve ter algumas dúvidas sobre o que deve fazer e falta -lhe certamente autoridade.

As ruas largas estão apinhadas de lixo. A areia está a apagar as avenidas e o asfalto que conferiam um brilho àquela parte de Viana. Casebres foram instalados nas passadeiras dos largos, por pessoas que anseiam ser desalojadas do próprio Zango e serem

colocadas nas milhares de casas ainda existentes no projecto habitacional.

O ritmo de degradação de algumas infra-estruturas começa a ser acentuado. Qualquer dia destes, se não se pôr cobro agora à desorganização e à falta de autoridade que campeia naquela circunscrição, corre-se o risco de alguns destes alojados voltarem a ser desalojados e transferidos, outros locais.

O que se assiste no Zango não pode ser só imputado ao Estado, independentemente das dívidas contraídas com as operadoras de limpeza. Não é por falta de espaço que se coloca lixo nas rotundas, à porta de casa ou nas bermas das estradas.

Não é por falta de espaço que se permite a destruição das casas e hoje já se assiste a uma construção desordenada, a mesma onda que em tempos fez com que os milhares dos actuais habitantes fossem lá parar.

É preciso que as autoridades percebam que o espírito de deixa andar poderá custar muito mais caro no futuro. Não nos espantemos que nos próximos tempos seja necessário implementar um plano de salvação do bairro, em toda a sua extensão, e com milhões de dólares envolvidos. O que se assiste está longe daqueles propósitos perseguidos pelo Executivo, que passam pela criação de melhores condições de vida para os cidadãos.

O que se está a assistir hoje é um autêntico retrocesso com consequências que poderão ser nefastas. E não acredito que seja por saudades dos tempos em que muitos habitavam em zonas de risco. É preciso que as autoridades despertem. E agora.

6.31 Proprietários sensibilizados a registar imóveis

Jornal de Angola

5 De Junho de 2015-07-08

Texto: Nilza Massango

o director dos Serviços Fiscais da Administração Geral Tributária, Miguel Panzo, disse ontem, em Luanda, que o valor do Imposto Predial tem tido um crescimento considerável desde 2010.

Miguel Panzo, que falava em conferência de imprensa no Ministério das Finanças, adiantou que, apesar do crescimento de arrecadação de receitas do Imposto Predial Urbano (IPU), ainda existe uma margem muito grande de progressão em comparação com a média africana, que é de 1,8 por cento, quando Angola está em 0,3 por cento.

A intenção, disse o director dos Serviços Fiscais, é chegar à média africana, afirmando que existe um grande desafio pela frente. Miguel Panzo informou que hoje o processo de inscrição de imóveis está simplificado. Os proprietários podem dirigir-se às repartições fiscais para o registo do seu imóvel. Para a inscrição são exigidos a certidão ou título de constituição de edifícios e, no caso de autoconstrução, o título de direito de superfície, e para os imóveis adquiridos por compra, a escritura pública ou contrato promessa de compra e venda, ou ainda o termo de quitação relativo a imóveis comprados ao Estado. No caso dos imóveis de autoconstrução dirigida, o director dos Serviços Fiscais explicou que a ausência dos documentos não impede o contribuinte de inscrever o seu imóvel na repartição fiscal em que está localizado.

O incumprimento das obrigações dos contribuintes, como a inscrição de prédios omissos ou novos, actualização do valor patrimonial e o pagamento do imposto, pode gerar consequências. Miguel Panzo informou que existem prazos a cumprir e uma das penalizações ou consequências é a inscrição do imóvel de forma oficiosa, que pode agravar as penalizações.

O agravamento das multas e a execução fiscal e penhora de bens são outras consequências do não cumprimento das obrigações do proprietário ou arrendatário do imóvel. A taxa do Imposto Predial Urbano é de 0,5 por cento para as casas ou apartamentos que custam mais de cinco milhões de kwanzas. Miguel Panzo aclarou que o modelo de avaliação de um imóvel na óptica fiscal comporta factores co-mo província, município onde o imóvel está localizado, a afectação idade, disponibilidade de serviço como água, luz, saneamento básico e área de construção. A multiplicação destes factores determina o resultado da avaliação que, em princípio, corresponde ao respectivo valor patrimonial.

Existem brigadas de Imposto Predial Urbano em Luanda que trabalham na sensibilização de proprietários e arrendatários de imóveis para o cumprimento das obrigações e verificação da situação fiscal dos contribuintes.

Miguel Panzo disse que o fisco está a levar a efeito uma série de iniciativas para combater a fuga aos impostos, como a melhoria dos sistemas de informática, parceria com entidades e organismos do Estado reorganização de repartições fiscais, formação de quadros e a dinamização das execuções fiscais. "Todas essas acções são para melhor servir os contribuintes e melhorar os níveis de arrecadação do imposto. O objectivo principal é o aumento da receita fiscal", concluiu.

O Imposto Predial Urbano (IPU) é uma contribuição que cada cidadão deve pagar ao Estado, pela posse, detenção ou arrendamento dum imóvel. O IPU incide sobre valor patrimonial dos prédios sobre o seu rendimento quando se encontram arrendados.

6.32 Moradores começaram a receber as chaves

Jornal de Angola

26 De Junho de 2015

Manuela Gomes I

Os primeiros contemplados para a nova urbanização "KK 5000", na zona do Kilamba, ocupam desde ontem os seus apartamentos, depois de dois anos de espera. À entrada da urbanização, mais de cem pessoas esperavam ansiosas pela chamada do seu nome.

O secretário de Estado da Habitação, Joaquim Silvestre, fez a entrega das chaves ao primeiro morador e adiantou que outras urbanizações estão em curso e algumas já concluídas. Nos próximos meses mais pessoas são contempladas.

Na urbanização "KK 5000" estão disponíveis cinco mil casas, daí o nome. Depois de concluída a entrega das chaves, são distribuídas as casas da Nova Urbanização no Zango 5, onde estão disponíveis oito mil habitações.

Além de Luanda, disse Joaquim Silvestre, estão também prontas para entrega casas nas províncias de Benguela e Namibe. A Centralidade do Dundo já está concluída e as residências devem ser entregues dentro de três meses. O secretário de Estado disse que o Programa Nacional de Urbanismo e Habitação prevê, até 2017, a construção de mais casas em todo território nacional. "O Estado está a fazer o seu trabalho e nisso estamos a contar com o sector privado", não há vando falta de espaços para os empresários construírem habitações de padrão médio e alto.

Sobre a reclamação de alguns moradores pela falta de pavimento de mosaico nos apartamentos da urbanização "KK 5000", o secretário de Estado esclareceu que no projecto há poucos acabamentos, porque na primeira fase do Kilamba foram colocados mosaicos, azulejos e armários de cozinha, mas os inquilinos quando entraram começaram a retirar e alterar toda a estrutura. "Por que o Estado vai gastar dinheiro para esses equipamentos serem depois retirados?", perguntou Joaquim Silvestre.

O presidente da comissão administrativa da Centralidade do Kilamba, Joaquim Israel, disse que, com os novos moradores, abre-se um novo desafio para a administração local. Dentro de dias, indicou, a administração vai fazer chegar aos moradores as normas que regulam a cidade e as pessoas devem respeitar e pagar os serviços prestados, como a água e energia, a manutenção das áreas comuns e os espaços verdes para a devida continuidade e organização dos condomínios.

Joaquim Israel reconheceu que existem ainda poucas instituições escolares, mas afirmou que "o morador que se mudar para esta área pode colocar o seu filho nas escolas da Centralidade do Kilamba", mas, ressaltou, "estamos a trabalhar com o promotor do projecto para a entrega de mais escolas, para que a população não se desloque até à Centralidade do Kilamba". Em relação aos serviços de saúde, "temos um centro de referência no quarteirão R e

continuamos a trabalhar para melhorar e construir mais centros hospitalares", referiu Israel. Até Setembro do ano em curso, a centralidade "KK 5000" estará totalmente ocupada. "Queremos que toda a lista de reclamações seja atendida e acomodada nesta centralidade", disse o director comercial da empresa Imogestim, Gilbert. Q. Monteiro.

De acordo com Gilberto Monteiro, nesta fase inicial, a Imogestim vai emitir duas listas semanais e fazer duas entregas de chaves por semana, à terça e quinta-feira.

As listas são publicadas no Jornal de Angola e todas as pessoas que fizeram reclamações vão ser atendidas. "Cada um vai receber a sua residência na zona em que se candidatou", tranquilizou o gestor imobiliário.

6.33 Obras de nova centralidade arrancam ainda este ano

Jornal de Angola

27 De Junho de 2015

Texto: FLÁVIA MASSUA

As obras de construção da centralidade de Saurimo começam ainda este ano, assegurou quinta-feira o vice-governador para o sector Técnico e Infra-estruturas da Lunda Sul.

António Jorge Teixeira referiu que a centralidade vai possuir um total de 2.500 moradias, entre apartamentos e vivendas. A empresa imobiliária Imogestim, gestora do projecto, já identificou o terreno das obras. A Imogestim e o Governo

Provincial da Lunda Sul pretendem uma centralidade moderna e funcional.

O vice-governador sublinhou que a futura centralidade de Saurimo vai minimizar as grandes carências de habitação na região, que afectam famílias e a maioria dos jovens.

Nos municípios de Dala, Cacolo e Muconda já teve início a entrega de 600 casas, erguidas no âmbito do Programa Nacional de Habitação, para possibilitar aos beneficiários uma habitação condigna.

Os 600 focos habitacionais, sendo 200 em cada município, carecem ainda de alguns acertos técnicos, mas podem já ser habitadas.

António Jorge Teixeira disse que asfaltamento das ruas dos bairros periféricos de Saurimo, iniciado em 2013, por iniciativa do Governo Provincial da Lunda Sul, já totaliza 30 quilómetros.

Neste momento, disse o responsável provincial, o trabalho prossegue nos bairros Candembe e Txizainga II, com vista a melhorar a circulação naquelas localidades.

7. TERRA

7.1 Há seis anos sem casas

Jornal A Capital

13 De Junho de 2015

Texto: Ernesto Filipe

Vieram de várias regiões do país, e em circunstâncias diferentes. Porém, por ironia do destino ficaram condenados a contar a mesma história. Laureana Joaquim e o marido, por exemplo, vieram da Gabela, província do Kwanza-Sul.

Depois de muitos anos a viverem em casas de renda, em Luanda, decidiram dar um basta no modo de vida. Juntaram dinheiro e compraram um terreno naquela zona, até então desabitada. O primeiro passo dado poucos dias depois da compra do terreno, consistiu em construir uma casa de chapa, "vulgarmente conhecida por bate-chapa" no mesmo espaço, convencidos de que o gesto permitiria estar mais próximo do mesmo para protegê-lo dos invasores.

Por força disso, conseguiram construir a sua própria casa em menos tempo.

"Não demorou muito, uma vez que, ao construirmos a «bate-chapa» deixamos de pagar renda", afirmou Laureana, para revelar a seguir que, no entanto, a felicidade de ter a casa própria foi de pouca dura.

"Assim mesmo que a casa acabou, não vivemos sequer um ano nela. Vieram destruir", contou a cidadã, revelando que nos primeiros dias, os intentos dos demolidores foram frustrados pelos moradores, que não permitiram a sua efectivação.

A pretexto de que no espaço era proibida a construção de habitações, ainda que sem nenhum placard a avisar, os demolidores foram buscar reforço e na investida seguinte, apareceram como um verdadeiro exército, pronto a destroçar tudo.

Segundo a moradora, as demolições foram feitas de maneira anárquica e violenta, levando a que muitos moradores perdessem parte dos bens enquanto outros foram soterrados. A demolição, adiantou ainda, contou com efectivos da Polícia Nacional, das Forças Armadas, Polícia de Intervenção Rápida e Anti-crime.

Após a destruição da sua casa, ela e a família viveram ao relento por cerca de dois meses. Com a demolição da casa, sustentou, ficou igualmente destruída toda a base da economia doméstica da família, já que na construção da mesma se havia investido quase tudo.

Graças ao cunhado, que teria oferecido um anexo, Laureana e família se reergueram do abalo.

"Se não fosse ele, não sei o que teria acontecido", manifestou. O entanto, o tempo de glória foi tão curto, porque aquela que fora a mão caridosa, acabou por precisar do anexo. Tiveram que alugar uma casa, no bairro vizinho, Iraque, onde permanecem até agora.

Laureana e a família de seis elementos vivem num anexo de um quarto e uma sala. Longe de voltar a materializar o sonho da casa própria, dedica-se a um pequeno negócio, do qual lucra o que dá apenas, para além da renda de casa, e para a alimentação. O esposo é desempregado.

"Perdemos muita coisa na demolição. Houve quem perdeu muito dinheiro, até, mesmo, documentos pessoais, porque os tropas que vinham destruir as casas, impediram-nos que recuperássemos os bens", começou por desabafar Manuel Augusto, ele que passou e vive o mesmo drama que Laureana.

"Construí a minha casa com muito sacrifício. Tive que contrair algumas dívidas que não consegui liquidar até hoje", lamentou, avançando que perdeu também dinheiro que segundo disse não lhe foi permitido reaver.

Em conformidade com Manuel Augusto, as autoridades justificaram a acção de demolição com o

facto de as residências terem sido construídas numa zona reservada pelo Estado.

A Administração Municipal aponta o dedo aos lesados dizendo que foram os mesmos que retiraram as placas indicadoras de que aquela zona era Reserva Fundiária do Estado. O que os acusados declinam.

"Os que disseram que as pessoas arrancavam as placas de proibição, são os mesmos que venderam os terrenos", denunciou Augusto, que com a destruição da moradia perdeu também uma cantina que lhe servia de fonte de subsistência.

"Pensei que a vida ia tocar para frente. Mas, de repente tudo mudou para pior. Foi um golpe para mim", lamentou, ansioso por ter a sua casa de volta. De "mãos atadas" como ficou, Augusto disse-nos que não teve outra saída que não fosse enviar a mulher para o Uíge, terra de proveniência, enquanto ele luta por reerguer a vida.

Domingas Armando e irmã Maria Armando suas vizinhas no bairro Bondo Chapéu 11, juntaram-se à conversa para narrar factos do seu calvário.

"Depois de nos partirem a casa dormíamos ao ar livre", disse Domingas, notando que pelas dificuldades, seus pais tiveram que voltar ao Kwanza-Sul, sua terra natal.

Naquele local onde estava o bairro, ainda de acordo com a cidadã, agora está o complexo residencial Jardim do Éden. Porém, há ainda algum espaço desocupado aguardando por futuros projectos.

Enquanto isso; o grito de socorro é comum. Todos pedem que alguém vem a terreiro para explicar qual será o futuro desses desalojados, muitos deles dispersos por Angola dentro.

7.2 Mão invisível invade largo no zango

Jornal A Capital

13 De Junho de Junho de 2015

Texto: Osvaldo De Nascimento

Como é notável um pouco por todos os Zangos, os largos estão cercados com chapas e outros com construções definitivas mas, sem no entanto possuírem qualquer obra intra-muros.

O mais recente largo a sofrer o mesmo tratamento, aparentemente, irregular, é o que está situado a poucos metros da comuna do Calumbo, onde os

moradores acusam pessoas não identificadas de ocupação ilegal do espaço para fins duvidosos.

Emília Baltazar, moradora, explicou à nossa reportagem que as obras em questão começaram de forma clandestina e anárquica. Aliás, segundo esta moradora, nem mesmo C> coordenador da Comissão de moradores da respectiva Quadra foi tido em conta no processo.

"Quando as obras começaram convocamos o responsável da obra para informar que o espaço estava projectado para projectos sociais, designadamente escolas, hospitais e parques de lazer para a população que aí habita, e não para a construção de habitações comerciais", explicou.

Na altura, argumentou, abordou--se o assunto apenas com um encarregado da obra, que segundo os moradores, apresentou documentos caducados, para justificar a contestada ocupação.

"Exibiu apenas a cópia de uma declaração assinada pelo senhor Bento Soito, datada de 2012, bem como um croquis de localização. Não mostrou licença de obra autorizada pela Administração municipal de Viana nem mesmo da Administração comunal", denunciou a munícipe, acrescentando que sempre foram os moradores que, sabendo da finalidade do espaço para o benefício comum, o mantiveram limpo.

Por sua vez, Luís Francisco, outro entrevistado, explicou que a obra foi embargada no pretérito mês de Maio, mas nem mesmo isso travou a apetência dos construtores.

"Embargaram a obra no dia 25 de Maio, mas pararam por apenas dois dias. Tivemos várias reuniões entre moradores para vermos o caso, mas ainda assim os pedreiros não pararam. O mais agravante é que o dono da obra nem aparece para explicar quem lhe permitiu que construísse naquele espaço", queixou-se.

Madalena David, outra entrevistada, explicou que a falta de hospitais naquele perímetro tem sido um sério problema para os habitantes

"Não temos escolas nem hospitais num raio de 20 quilómetros. Quando as pessoas estão doentes têm que percorrer longas distâncias, ou correr atrás das clínicas para pagar os preços exorbitantes que todos conhecemos", ilustrou, adiantando que para os habitantes do Zango IV a esperança está na Quadra M, esta ora invadida.

"Já pedimos apoio à Administração comunal de Calumbo e do município. A de Calumbo mandou uma equipa e embargou a obra que parou por dois

dias, contudo, depois retomou o ritmo normal. Fomos à Administração municipal de Viana explicar o caso, e lá fomos informados que não têm conhecimento do caso", resposta que os moradores não esperavam obter, considerando que a Administração de Viana é a representante máxima do município.

"Como é possível não ter conhecimento das transgressões?", questionou, intrigada com o facto de uma só pessoa, desconhecida, "apoderar-se de um largo como este, com uma dimensão de mais ou menos 80 quilómetros quadrados.

"Queremos lembrar que não é apenas este largo. Estão a ocupar outros largos do bairro", culpou.

A reportagem A Capital confirmou que as casas a serem erguidas no local são do formato T2, são mais de 10 e não têm a mesma configuração que as construídas no âmbito da reinserção social.

Segundo os populares, mesmo sem a construção dos bens sociais para a comunidade, aquele espaço tem servido como zona de lazer dos jovens, que aproveitam como campo de futebol.

Os moradores explicaram ainda que quando chegaram ao bairro, há sensivelmente quatro anos, havia uma placa no largo indicando que o espaço estava dedicado à construção de escolas, daí a inquietação da comunidade.

7.3 Administrador de Cacuaco denunciado de mandar demolir mais de quatrocentas casas na Comuna da Funda

Jornal República
26 De Junho de 2015

Os moradores foram todos, nesse dia, surpreendidos, ou seja, não foram avisados de que as suas casas seriam demolidas. Os moradores passaram todo o dia ao relento, sem abrigos e alimentação. Foram, ao todo, demolidas mais de quatrocentas casas, deixando as 'vítimas' daquela circunscrição sem habitação.

O administrador municipal de Cacuaco, Carlos Alberto Cavuquilha, segundo a população, mandou demolir as suas próprias casas, porque vendeu aquela área a cidadãos desconhecidos e prometeu colocar, no local, militares e polícias para salvaguardarem o espaço em causa (caso as 'vítimas' não desocupem a zona). Infelizmente, sem que a Administração indique um lugar para os populares ficar. Se saírem do terreno

ou não, eles alegam que não, nas presentes condições. A cidadã Maria Conceição foi, pelas 4 h, surpreendida por cidadãos desconhecidos que obrigaram-na a tirar todas as coisas dentro de casa. "Na sexta-feira, às 4 h, vi uma viatura encostada e alguém bateu à porta, dizendo para eu retirar todas as coisas porque queria partir a casa. Era o senhor 'Kituxi'. Passei a noite com a camisola do MPLA.

Ele, então, disse-me: 'Tira as coisas fora'. Perguntei: 'Porquê?'. Ele respondeu: 'O dono dessa camisola (da JMPLA) é quem me mandou'. Pediu-me para eu tirar a camisola, mas eu não aceitei, de modo que me deu uma chapada. Sai e fui ter com o administrador Zeca Bandeira e ele pediu-me para eu entrar no carro, a fim de irmos à Administração para melhor resolução dos problemas. Chegamos até à DPIC de Cacuaco, onde acusaram-me de invasora de terrenos. O comandante mandou-nos soltar. Não aceitei fazer o que eles mandavam, por isso, rasgou-me a camisola do MPLA. Há três anos, por exemplo, levaram a minha televisão e gerador. E ainda ele disse que este terreno pertence aos avôs deles", disse, "alegando que os terrenos ocupados foram deixados pelo seu antecessor".

Os moradores acusam o administrador municipal, Carlos Alberto de Cacuaco, de vender os terrenos a cidadãos desconhecidos. Por isso, mandou demolir mais de quatrocentas casas, deixando ao relento aproximadamente mil e duzentas pessoas. Pedro Francisco Simão, morador do bairro há 5 anos, assistiu ao acto da demolição. "Fomos até à Funda e pediram que aguardássemos e que disponibilizariam um carro para nos levar até a administração municipal de Cacuaco. Quando o carro apareceu, algumas mães subiram, pensando que seriam levadas para Administração de Cacuaco. Foram, pelo contrário, levadas para a Divisão Municipal de Cacuaco, mas as senhoras rejeitaram entrar na esquadra, alegando que não cometeram, ou seja, estavam simplesmente a reclamar os seus direitos e foram soltas", frisou. Até ao fecho desta edição, não foram resolvidos os problemas das populações que vivem na localidade do 'Mayéyé'. O bairro localiza-se na comuna da Funda, concretamente nas imediações do Cequele, em Cacuaco. Segundo informações, o bairro existe há cinco anos e foi 'construído' pelos camponeses (considerados os primeiros habitantes daquela localidade).

O jornal 'A REPÚBLICA', em edições anteriores, já publicou matérias que têm a ver com vendas ilegais e ocupação de terrenos, nas quais as 'vítimas' apontam que os dirigentes do município são os mentores e, presumivelmente, encontram-se envolvidos nesses actos. Ainda de acordo com o administrador, Cacuaco é um dos municípios de Luanda que mais

registam o índice elevado da venda e ocupação ilegal de terrenos. Contactado pelo jornal 'A REPÚBLICA', via telefónica, o Gabinete de Comunicação e Imagem da Administração Municipal de Cacuaco, para prestar esclarecimentos sobre este assunto, na pessoa de Joana Tomás, assessora de imprensa da referida administração, a nossa equipa de reportagem não teve sucesso, sendo que a má educação da assessora em causa escambou num bate-boca em que a sua 'ordenice' tomou o diálogo inconclusivo. É importante salientar que muitos assessores de imprensa defendem muito os seus interesses onde ressalta a falta de civismo.

7.4 “Não vamos, de jeito nenhum, ocupar terrenos”

Jornal O PAÍS

19 De Junho de 2015

Texto: Dani Costa

Como avalia as relações entre Angola e China?

As relações sino-angolanas têm-se desenvolvido a um bom ritmo. Por isso, as relações desempenham um papel muito importante na nossa relação com a África. Já estabelecemos parcerias estratégicas com quatro países africanos e Angola e um deles, por isso valorizamos a nossa relação com Angola não podemos deixar de mencionar a visita de Estado coroada com muito êxito feita por sua excelência Presidente José Eduardo dos Santos. Esta visita deu orientações para o futuro desenvolvimento das relações sino-angolanas. Esta visita tem um resultado frutífero, muito abrangente e positivo, mas gostaria de sintetizar em quatro aspectos. Primeiramente, através dessa visita a nossa confiança recíproca foi consolidada e reforçada. Sua excelência o Presidente José Eduardo dos Santos é um político muito experiente em África e ele atribui muita importância para se desenvolver as relações com a China. O Presidente José Eduardo dos Santos é um antigo e bom amigo do Presidente Xi Jinping. Durante essa visita, a parte chinesa atribuiu uma grande importância a toda a delegação angolana que fez companhia ao senhor Presidente e deu uma dimensão muito alta em relação ao protocolo e ao acolhimento. Isto simboliza a amizade e a fraternidade muito importante que o Presidente Xi Jinping e o povo chinês manifestam ao Presidente José Eduardo dos Santos, a parte angolana e ao povo angolano.

Sobretudo num contexto em que Angola esta a enfrentar certos desafios económicos, nós preparamos a visita com muito cuidado. Durante a visita do Presidente José Eduardo dos Santos, a parte chinesa e a Angola chegaram a varios consensos em relação a cooperação. Isso simboliza que os dois países estão experimentar qualquer desafio e em qualquer circunstância. Os dois dirigentes dos Estados também abordaram a coordenação sobre os assuntos internacionais e os procedimentos para o caminho do desenvolvimento. As duas partes vão se apoiar nos assuntos internacionais e no percurso do desenvolvimento dos seus próprios países. Isto simboliza a solidariedade e os apoios mútuos entre os dois países. O segundo aspecto que gostaria de sublinhar e que através desta visita que nós aprofundamos as nossas posições e também promovemos o caminho do nosso desenvolvimento, sobretudo o estabelecimento do mecanismo da comissão orientadora para a cooperação económica especial. Deu os rumos mais claros e a liderança estratégica para a futura cooperação pragmática entre os nossos dois países. Também deu uma garantia de mecanismos para proteger a nossa cooperação. Pouco tempo antes foi realizada entre as duas partes a 5ª reunião da comissão mista entre China e Angola e também atingimos os resultados frutíferos muito vivos. Durante a visita, os dois altos dirigentes também concordaram em negociar o acordo de protecção ao investimento bilateral e também os acordos de facilitação de vistos. Estes dois acordos vão dar a maior garantia as relações entre os dois países e também a cooperação sino-angolana a nível político.

Os investimentos chineses passaram inicialmente pela construção. O que é que se pode esperar do vosso país depois da visita do Presidente José Eduardo dos Santos?

Esse é o terceiro facto que gostaria de sublinhar sobre o resultado frutífero da visita do Presidente da Republica a China. Através desta visita a cooperação pragmática económica e comercial foi promovida com muita força. As duas partes chegaram a consensos em varios sectores, tais como a extensão do prazo do financiamento, sobre o financiamento, o sector monetário, diversificação económica e também a formação de quadros. O consenso mais comum na conversação entre os dois dirigentes dos Estados e promover a transformação e a actualização do modelo da cooperação sino-angolana, nomeadamente a nossa área de cooperação tradicional estava concentrada nas obras, empreitadas e comercio. Agora estamos a tentar focalizar mais no investimento. Por exemplo, através dos esforços dos dois países encorajamos os empresários para

investirem na agricultura, pesca e na indústria. O segundo ponto e que antigamente dávamos mais importância para a dimensão, a quantia da cooperação, mas agora sublinhamos mais a qualidade da cooperação. Antigamente focalizamos e dávamos mais importância a nossa cooperação económica e comercial, mas através do nosso intercâmbio, o desenvolvimento dos dois países também lançamos as atenções a formação de quadros, a transferência de conhecimento e tecnologia, e os intercâmbios cultural e humanos. O geral, a nossa cooperação está a evoluir para uma boa qualidade.

Está a acompanhar o debate que existe hoje na sociedade angolana em tomo das novas linhas de financiamento?

A questão da linha de crédito e o financiamento e uma cooperação muito importante para as duas partes. Nos 10 anos passados a cooperação na área da linha de crédito promoveu de uma forma muito notável as nossas relações com Angola e também deu um apoio muito forte para a reconstrução nacional de Angola e a edificação económica. Durante a fase muito especial em que Angola esta a encontrar dificuldades económicas, vamos continuar a desempenhar o papel de amigo para dar o nosso apoio mais forte. Também tenho notado que este e um tema de maior atenção da imprensa, mas quero dizer que o valor da linha de credito não e o mais importante, porque a parte chinesa valoriza mais os projectos mais concretos a serem financiados. Também tomo nota de que alguns países propuseram o financiamento de um valor muito avultado, mas não conseguiram cumprir o que esta no acordo, não concretizou nos seus projectos. Por isso, penso que o valor não e mais importante do que o fruto mais concreto a ser financiado nos projectos. E nos vamos disponibilizar os nossos recursos para a conclusão dos projectos. Damos importância para "uma cooperação mais palpável e concreta. O segundo ponto que gostaria de sublinhar em relação a linha de crédito e que todos os acordos de financiamento serão fechados com base na igualdade e benefícios recíprocos e esses acordos vão beneficiar o desenvolvimento de Angola. Esses acordos também correspondem as regras e o princípio de comercialização e as operações de mercado. O nosso objectivo final e trazer benefícios aos dois povos e ao desenvolvimento do país. O quarto ponto frutífero da visita do Presidente da Republica e que através dela fomentamos a nossa troca de experiência da gestão política e a governação do Estado. O Presidente da República de Angola efectuo uma visita para a cidade de Tianjin, constatou e visitou a zona económica e tecnológica de Tianjin, trocou impressões com a parte chinesa sobre a experiência

de desenvolvimento da industrialização e a construção de um parque industrial num país subdesenvolvido. No dia seguinte, foi realizado o fórum de negócios entre China e Angola, e contou com a presença de 200 empresas chinesas. As duas partes trocaram ideias, fizeram intercâmbio sobre a política e governação do país e os empresários também trocaram impressões sobre a cooperação. Portanto, esta visita tem muitos significados. No geral, os resultados da visita do Presidente José Eduardo dos Santos para a China foram sucedidos, pela qual a parte chinesa manifesta a sua satisfação. As duas partes chegaram a consensos em vários em vários sectores e tiveram resultados frutíferos muito ricos. Isto também faz com que a parte chinesa ajude a parte angolana superar as suas dificuldades provisórias e também injectará um impulso maior ao desenvolvimento das relações sino-angolanas.

Quais são as áreas de interesse dos empresários chineses em Angola?

Na área de investimentos as duas partes tem tido resultados frutíferos nos últimos dois anos. As principais áreas de investimentos são extensivas aos materiais de construção, manufactura, onde temos uma fábrica de cimento em Angola e também construímos uma de cerveja. Também investimos na imobiliária e na construção de uma refinaria de petróleo, nos centros comerciais e na pesca. Durante esta visita, altos dirigentes do Estado também chegaram a consenso na nossa cooperação, mais especificamente que Angola esta a propor a estratégia da diversificação económica. Na China, o Governo chinês está a preconizar a actualização e a transformação e do modelo de desenvolvimento económico. Por isso, a nossa cooperação tem uma complementaridade. Agora, por parte da China, estamos a levar a cabo a capacidade de produção com os outros países. Portanto, pretendemos investir também em Angola na exploração dos recursos nos sectores siderúrgicos, na agricultura e nas pescas. Durante essa visita, a parte angolana já propôs as prioridades da cooperação a parte chinesa, sabre a qual a parte chinesa vai fazer um estudo positivo para promover a cooperação de uma melhor forma entre os dois países. Quero dizer que as duas partes estão muito determinadas e tem vontade muito forte para impulsionar a nossa cooperação. O que resta e concretiza-los.

Sobre o clima e ambiente de investimento quero dizer que depois da guerra civil esta a melhorar. As políticas e as medidas com relação ao investimento estão cada vez mais aperfeiçoadas. Por isso, a parte chinesa vê como muitos bons olhos as perspectivas da parte angolana, porque Angola esta a dispor de estabilidade política e o crescimento económico

estável, o país conta com 24 milhões de habitantes. O mercado angolano é muito promissor.

Quando estivemos recentemente na China, os empresários chineses queixavam-se de que não era fácil entrar em Angola. O que se passa concretamente?

Quanto as dificuldades que os empresários chineses tem encontrado nos seus investimentos em Angola, quero dizer que os maiores problemas estão concentrados na concessão de vistos e na protecção dos investimentos. Perante a queda do preço de petróleo, eles têm dificuldades para ter acesso às divisas. Sobre essas questões a parte chinesa da muita importância e durante a visita do Presidente da Republica a China as duas partes chegaram a consenso e conseguiram progressos na negociação de alguns acordos em relação à cooperação monetária, a protecção de investimento e a facilitação de vistos. As duas partes estão dispostas a proteger a nossa cooperação nesta área e espera-se que o investimento possa desenvolver-se de melhor forma.

Quando é que as moedas da China e de Angola passam a ser validas nos dois países?

Esta é uma área de cooperação muito importante. Diante do cenário de queda do preço do petróleo, existe uma escassez de divisas de dólares no mercado angolano. Portanto, se podermos assinar o acordo de liquidação e a troca de moedas entre o RMB e o Kwanzas podemos diminuir o risco no comércio entre os empresários dos dois países. Isso também facilitara o comércio e a cooperação entre os dois países. Quem empresta dinheiro exige sempre uma garantia. O que se tem dito nos últimos dias e que a China esta interessada em grandes parcelas de terras em Angola. É verdade ou estamos diante de algumas especulações?

Esta especulação não corresponde a realidade. A cooperação no sector da agricultura é realmente um ponto de destaque na nossa cooperação com Angola. Mas, nós não vamos de jeito nenhum ocupar terrenos para conseguir essa cooperação com Angola. Já tenho conhecimento sobre algumas das especulações que o senhor me está a dizer. Isso não tem nenhum fundamento e não corresponde a realidade. Queremos cooperar com Angola no sector da agricultura, mas esta cooperação não será levada a cabo através da ocupação de terrenos. A negociação no sector agrícola é baseada nos benefícios recíprocos. É uma área que a parte angolana tem promovido. Nós não vamos tomar o campo de Angola como um armazém de cereais para China. A parte chinesa sempre segue a auto-suficiência no sector da alimentação. Vamos ajudar Angola a

resolver os seus problemas relacionados a segurança alimentar e dos cereais. Falando sobre a cooperação na área da agricultura, quero dizer que a agricultura esta cada vez mais globalizada. Nós queremos dar os nossos apoios a cooperação da agricultura com Angola. Isso também beneficiara a provisão de cereais no mercado global e ajudara a estabilizar os preços, Isso beneficiara o nosso próprio país. Sobre a cooperação agrícola no mercado internacional existe uma injustiça na ordem do comércio, sobretudo alguns países ocidentais tentaram baixar o preço dos cereais e alguns produtos agrícolas para fazer o monopólio do mercado agrícola. Por isso, varies países agrícolas não querem produzir e preferem mais importar os produtos agrícolas do que produzir os seus próprios cereais. Isso trouxe algumas Influencias e impacto negativo para a nossa cooperação com Angola.

7.5 Os prós e os contras de uma política habitacional

Jornal A Capital
13 De Junho de 2015

Entre o Culango e o Biópio, numa área com vestígios do potencial agrícola de outrora, está a nascer a urbanização que acolherá trezentas famílias vítimas das enxurradas, instaladas no Camuringue há quatro meses, o tempo que o Governo da província de Benguela definiu para o realojamento definitivo.

Já se sabia que seria difícil encerrar os centros de concentração provisória até 11 de Junho, quinta-feira última, altura em que prevaleciam ainda várias indefinições quanto às modalidades para a construção de casas condignas. A verdade, as modalidades continuam a representar uma incerteza, embora as autoridades reiterem que o seu compromisso termina com a entrega dos alicerces (bases), surgindo, em resposta, parte considerável das famílias a dizer que não tem condições para o resto.

Por ora, se é que este choque de ideias pode ser visto como um conto para outros rosários, vale a pena ressaltar que o trabalho de casa prossegue a bom ritmo, sob olhar atento das setentas famílias que ali se encontram há vários anos, em condições desumanas.

Em visita aos Cabrais, a antiga exploração agrícola em transformação, a reportagem do A Capital captou a satisfação de cidadãos que serão igualmente agraciados com alicerces. À imagem de quem vê uma luz ao fundo do túnel, a senhora Emília, na casa dos 60 anos, não esconde o desejo de um dia inverter o quadro de pobreza. Sorridente, aponta para as condições da sua casa, aqui retratadas em imagens, e

diz que a família, formada pelo marido e dois filhos, tem estado a "passar muito mal". A viver nos Cabrais desde 1988, tem na venda do carvão, tal como a maioria dos vizinhos, a fonte de sustento. Sempre que faltar dinheiro para a sua transportação, a dona Emília percorre mais de 30 quilómetros para chegar à cidade do Lobito, onde vende o produto. "Vamos receber as bases, estamos contentes, muito alegres, mas não vamos conseguir levantar as casas. Queremos ajuda do Governo", implora.

Ao lado, o ancião Alberto Jamba, também expectante, afirma que as «casas boas» podem atenuar o sofrimento.

"Estamos a cortar carvão para depois vendermos, não poderemos levantar as casas. Não temos condições", vinca.

Fenómeno para esquecer cria oportunidades

Um abalo à escala daquele que arrasou o Lobito a 11 de Março, provocando quase 100 mortos e mil desalojados, só pode ser equiparado a um fenómeno para esquecer. Desta vez, a cidade portuária, geralmente referenciada pelo seu potencial económico, esteve nos holofotes da imprensa mundial pelos piores motivos.

O dia seguinte à tragédia mostra que há terra para milhares de cidadãos em zonas de risco, sendo os Cabrais um exemplo inequívoco. Moradias sem condições, feitas de chapas, troncos e panos, têm a companhia de um projecto de urbanização que as autoridades tencionam transformar em cidade. Estão sete empresas no terreno, todas comprometidas com a construção dos trezentos e cinquenta alicerces.

O director do Urbanismo e Ambiente salienta que os vinte mil hectares perspectivados contemplarão, paralelamente às habitações, uma zona académica, hospitais, redes técnicas, serviços, indústria, comércio e outras valências inerentes ao bem-estar social. Elmano Inácio explica que o processo de desmatção está em curso, devendo proporcionar oportunidades a mais cidadãos. "Os sinistrados e as 70 famílias que aqui se encontram são a prioridade, mas estamos abertos a outros interessados", resalta o director, que assegura estarem prontos trinta quilómetros de estrada.

Cada alicerce custará aos cofres do Estado onze mil dólares norte-americanos. Duzentos cidadãos, sendo 48 expatriados, estão envolvidos na empreitada que lança as bases para uma nova cidade.

A discórdia mora no Camuringue

Quem sai da urbanização Biópio/ Culango, regressando às principais cidades da província, tem no Camuringue uma paragem obrigatória. Percorridos os doze quilómetros de distância, chegávamos ao centro de concentração que o Governo pretendia encerrar agora no início de Junho. As famílias, oriundas do Lobito e da Catumbela, dizem que não falta alimentação, água, energia e outros serviços básicos, mas direccionam as suas preocupações no amanhã.

Alheio ao cerne da questão, o pequeno Tony, 12 anos, está satisfeito por fazer parte do grupo de crianças que já não perdem o ano lectivo. É um dos quinhentos alunos que estudam na escola instalada pelo sector da Educação, cujo funcionamento é assegurado por sete professores efectivos.

O rapaz aproveita ao máximo este momento, ciente ou não de que algum dia, talvez daqui a dois meses, terá de dizer adeus Camuringue. Se é verdade que o pequeno parece indiferente, também é certo que o sob a da zona olha já para o futuro, chegando a confrontar o governador Isaac dos Anjos, um dirigente que define a casa como "expressão de cidadania".

A autoridade tradicional não acredita que "as pessoas saídas das chuvas" tenham capacidade para construir. "O Estado vai dar bases, é algo inacabado", lembrou o soba, dias antes da confirmação de Xavier Cativa.

Desempregado, o morador do Camuringue ressalta que as pessoas perderam os meios que garantiam algum dinheiro, passando a viver de pequenos negócios. Sem condições para "levantar as paredes", sonha com a casa feita, uma vez que, lembra, a maior parte ficou sem as motorizadas e outros meios em consequência da fúria das águas. Laurinda, comerciante, louva a distribuição de alicerces, mas refere que deve haver ajuda do Governo para quem não trabalha.

Os vários planos do Governo Caberá à Comissão Nacional de Protecção Civil definir o modelo para o realojamento definitivo, conforme indicou o governador provincial. Sem ter estabelecido prazos, Isaac dos Anjos alertou, todavia, que o seu Executivo vai avançar com uma estratégia em caso de demora.

Dos Anjos entende que as famílias, beneficiárias de bases e de algum material de construção, devem colocar mãos-de-obra, ainda que se tenha em conta a distância de 12 quilómetros que separa o acampamento da urbanização.

O governador avança que as outras hipóteses, também submetidas à apreciação de Luanda, deverão representar custos na ordem de 720 milhões de Kwanzas ou de mil milhões e 800 mil Kwanzas. "A nossa ideia é que as famílias construam. Vamos esperar com alguma paciência, mas, como devem perceber, certos de que o tempo pode fazer com que tomemos as nossas medidas", frisou.

Dias depois, no bairro 17 de Setembro, onde esteve o A Capital, o vice-governador para a esfera Técnica e de infra-estruturas reforçava esta posição, ao vincar que o seu compromisso termina com a entrega dos alicerces.

Victor Sardinha Moita acha que, havendo terrenos, tijolo, cimento e areia, o Governo não pode fazer mais em prol das vítimas das enxurradas. "Talvez construamos cinco casas/modelo, nada mais",

observa, para mais adiante avisar que haverá fiscalização em todas as áreas, tendo em conta a possibilidade de construções anárquicas.

Incertezas no 11 de Setembro

No município de Benguela, o bairro 17 de Setembro é, já o dissemos, uma referência obrigatória. Recebeu quatrocentas e cinquenta famílias oriundas de quatro centros de concentração provisórias. Elas vão juntar-se aos munícipes que ali residem há já alguns anos, também em condições precárias.

Dois jovens, Adelino e Tomás, quiseram saber se terão casas condignas naquele bairro, uma vez que as demolições ocorridas há 4 meses, justamente na altura das cheias, deixaram um rasto de incertezas. Talvez pelo impasse, sobretudo em relação ao arranque dos caboucos, haja, mesmo entre os sinistrados, quem tenha algumas dúvidas. Unânimes, os jovens disseram que aguardam por um pronunciamento das autoridades, até porque existem pessoas com capacidade para começar a construir, obedecendo, naturalmente, o padrão de ordenamento imposto.

Em entrevista ao A Capital, o administrador municipal, Leopoldo Muhongo, estima que a população comece a receber material de construção areia e tijolos - já nos próximos dias, definidas que estão as regras para uma urbanização que contará com vários serviços sociais. "Pretendemos diminuir algum sofrimento, marchando em direcção ao sonho da casa própria", sustentou, convicto de que as famílias que já ali se encontravam não serão esquecidas.

À semelhança do que se idealizou para o Lobito, serão assistidos, diz Muhongo, os que perderam as

suas moradias e os cidadãos encontrados no 17 de Setembro.

7.6 A garantia é do director

Jornal A Capital

13 De Junho de 2015

"Não passamos licenças para construções de residências em largos", foi assim que reagiu em entrevista exclusiva ao A Capital, o director do Programa Provincial da Habitação Social (PPHS), Marco Pinho. Explicou que tem conhecimento do caso e está a trabalhar em tomo do mesmo.

"Quando tomamos conhecimento desta transgressão accionamos o Posto de Comando Unificado (PCU) que embargou a obra e recolheu o material, para que o proprietário aparecesse.

Mas, como a nossa fiscalização não trabalha aos fins-de-semana, os senhores retomaram as obras", aclarou Marco Pinho, acrescentando que, ainda assim, "accionamos os nossos homens que em dois sábados fizeram-se presentes no local e voltaram a recolher o material. Só que, até agora o proprietário não se fez presente".

Pelo que nos foi dado a ver, a obra não tem sequer licença de construção, tão pouco alguma documentação que a justifique.

"Não passamos licenças de construção de casas em parques ou largos destinados para equipamentos sociais", asseverou.

"O que vemos agora é que as obras estão avançar por alguma fragilidade da Fiscalização, mas ainda hoje, terça-feira, 09, estivemos reunidos com a equipa da Administração municipal de Viana que vai trabalhar ao nível dos Zangos para interagir com os nossos homens com vista uma melhor fiscalização das obras à nível local", tranquilizou o responsável, reiterando que, "esta obra em particular, terá o devido tratamento tipificado nas transgressões administrativas".

Ainda durante a nossa permanência no PPHS, o director do Projecto entrou em contacto com o CPU do Zango IV e mandou averiguar de imediato a obra e demolir as paredes que estavam a ser erguidas naquele dia.

7.7 Afinal, não é só o Zé Povinho que faz ocupação ilegal

Jornal Agora

5 De Junho de 2015

Texto: MÁRIO PAIVA

Pela voz de Rafael de Moraes, coordenador da SOS-Habitat, denuncia o facto de ".... todas as reservas do Estado estão a ser ocupadas por privados", falando aos microfones da VOA esta semana. Uma situação que segundo ele, se alastraria aos municípios de Cacuaco e Belas, passando pela zona do Benfica, áreas onde, para não variar, pontificam empreendimentos promovidos por chineses.

O próprio conceito de "reserva fundiária do Estado" começa a ser posto em causa na medida em que, apesar das alegações por parte políticos do partido governamental que embora admitindo a existência de muitas ocupações ilegais, sustentam que nem todas as reservas fundiárias são para empreendimentos ou projectos de carácter público algo que precisa de ser conferido - a verdade é que a transparência não domina nestes processos.

Por seu turno, pela banda da oposição, o jurista Lindo Bernardo Tito, da Casa-CE, condenou na mesma ocasião, a alegada privatização das reservas fundiárias do Estado, assim como uso e transferência indevidas de espaços públicos ou equipamentos do Estado a proprietários privados, dando como exemplo a atribuição da zona do campus da universidade pública, para construção de "shoppings privados".

Para nos semanário Agora, fica muito estranho o deputado do MPLA e jurisconsulto João Pinto, reclamar a não "politização" desta questão das terras e do direito a habitação - na medida em que ela é eminentemente política, estando inclusive plasmada na Constituição da Republica de Angola (CRA).

No mais recente seminário sobre a ocupação ilegal de terrenos promovido pelo governo provincial de Luanda no pretérito mes de Maio, constatou-se que, entre os factores que favoreceriam a ocupação ilegal de terrenos estariam razões de insuficiência do quadro jurídico-legal, êxodo de populações do interior para a capital. Carência habitacional que provocaria uma grande pressão da demanda acompanhada de especuladores sem escrúpulos ou alegados simples oportunistas. E isto, apesar de uma diminuição de casos que estariam numa média diária de 20 a 30- devido a emergência das novas centralidades na periferia de Luanda. Situação que se regista sobretudo nos municípios de Viana, Belas, Cacuaco, Icolo e Bengo e Quiçama.

Muito estranharmos, que não se tenha referido na ocasião a ocupação ilegal de terrenos feita de modo organizado não somente pelo Zé povinhos mas

também por lobbies organizados dos cavaleiros especuladores do imobiliário, patos bravos da indústria de construção e determinados grupos empresariais com grande poder, ao ponto de não ser raro que muitas destas situações, segundo relatos e testemunhos recolhidos por organizações da sociedade civil como a SOS- Habitat, ocorrerem apoiadas por militares e polícias.

A gravidade da questão merece seguramente uma investigação parlamentar, sem prejuízo da continuidade do debate público com todos os parceiros sociais, para que as operações, quaisquer que elas sejam e por quem quer que as promova entidades públicas, privadas ou simples cidadãos comuns decorram em transparência, em prol do bem comum.

7.8 Envolvidos em falcatura de terrenos

Jornal A Capital

27 De Junho de 2015-07-03

Texto: João Feliciano

Magalhães António Miguel, solteiro de 32 anos de idade, Aníbal António, também conhecido por Bani, solteiro de 43 anos de idade, ambos agentes de terceira da Polícia Nacional, Mateus António Candeie, 54, coordenador da Comissão de Moradores do bairro Nova Urbanização, em Cacuaco, José Luis de Sousa Lima, também conhecido por Zé Luis, solteiro de 45 anos de idade, suposto técnico de construção civil, respondem, desde terça-feira, última, 23, na 3ª secção de crimes comuns do Tribunal Provincial de Luanda, sedado no palácio dona Ana Joaquina, Sobre estes pesam as acusações de burla,

O crime remonta do recuado mes de Janeiro de 2012, quando o ofendido Celestino André, contactou o seu tio agora declarante, José Cabala, manifestando a pretensão de adquirir um terreno naquela urbanização uma vê que ali residia há aproximadamente 20 anos.

Aquele, por sua vez, apresentou ofendido ao coordenador da comissão de moradores, no caso Mateus António Candeie, que de seguida pediu que o acompanhasse para o local onde se achava um terreno que, segundo o mesmo, estava a venda no valor de 16 mil dólares americanos. O ofendido assim procedeu, tendo demonstrado agrado pelo terreno cujas dimensões calculava em 30125 metros de área.

Assim e que, no dia 9 de Janeiro do mesmo ano, cujas horas tem dificuldade em precisar, o ofendido,

Celestino André, procedeu a entrega de 14 mil dólares, equivalentes a 1 milhão e quatrocentos mil kwanzas, ao coagido Magalhães António Miguel que se havia passado como proprietário do terreno. No momento, não foi entregue ao ofendido qualquer documento que provasse a titularidade do terreno, tendo apenas, o coordenador, Mateus Candeie, subscrito urna declaração que foi posteriormente entregue ao ofendido, acto este presenciado por Magalhães António Miguel e Aníbal António.

Após ter sido efectuado o negocio, o ofendido começou a envidar esforços no sentido de começar com a construção da tão sonhada residência, tendo, para o efeito, sido apresentado ao coagido José Luis de Sousa Lima, por intermédio do também arguido Magalhães António Miguel, afirmando que aquele era

empreiteiro de construção civil, tendo sido ele a efectuar a execução do muro de vedação do referido terreno.

Após varies contactos com o coagido José Luis de Sousa Lima, Celestino André fez a entrega de mais dinheiro, destinado a reestruturação da planta da futura residência, o ofendido, decidiu em Maio do mesmo ano começar a legalização da parcela de terra ora adquirida, tendo dado a entrada da documentação necessária junto da administração de Cacuaco. Para o seu espanto, em Junho do mesmo ano, e surpreendido por um individuo identificado por Pedrito, que se intitulava como sendo o verdadeiro proprietário do terreno, tendo para o efeito, apresentado documentação legal que atestavam a sua titularidade, desde 2006.

Contactados os co-arguidos, os mesmos confessaram que o terreno não era propriedade do co-arguidos Magalhães António Miguel, mas sim do co-arguidos José Luis e que, efectivamente, foi um acto coordenado entre eles, repartindo o dinheiro entre si, ficando com cada um a quantia de 4 mil dólares americanos. Para além dos valores da compra do terreno, o co-arguidos José Luis de Sousa Lima, recebeu ainda, de forma faseada 8 mil 750 dólares, para a elaboração do croquis de localização e a feitura da planta da futura residência, No entanto, o valor total defraudado ao ofendido e de 22.750 dólares

De acordo com a leitura da acusação do Ministério Público, o co-arguidos José Luis de Sousa Lima e useiro e vezeiro de tais praticas, porquanto que, em Marco do mesmo ano recebeu ainda das mãos do também ofendido André Filipe Fernandes a quantia de setecentos dólares americanos, como contrapartida de um terreno cuja vitima descobriria mais tarde que não era seu.

Assim, agiram os arguidos de modo livre, voluntário e consciente, mesmo sabendo que as suas atitudes eram previstas e puníveis pela lei, não se inibiram de as praticar. Pelo exposto, os co-arguidos Magalhães António Miguel, Mateus Candeie e Aníbal António, em co-autoria moral e material, e de forma consumada, pelo crime de defraudação, previsto e punido pelas disposições combinadas dos artigos do código do processo penal.

Relativamente aos co-arguidos José Luis de Sousa Lima e acusado de dois crimes de burla por defraudação consumado, previstos e punível pelos artigos 451 n.º.1 e 421 n.º.5 do código do processo penal.

De recordar que o julgamento teve lá início esta terça-feira, 23, com audição do co-arguido Magalhães António Miguel, um dos efectivos da Policia Nacional envolvidos no processo, e que agora se mostra arrependido pelo cometimento do crime, restando os se demais arguidos e declarantes serem ouvidos na próxima segunda-feira, 29.

7.9 Combate à ilegalidade. Administração de Icolo e Bengo reage ao assalto de terrenos

Jornal O Crime

5 De Junho de 2015-07-13

Texto: Júlio Gomes

Parcelas de camponeses terão sido ocupadas mediante a desordem existente. Alias, quem dirige a Catete, sede do município de Icolo e Bengo, a cerca de 50 quilómetros de Luanda, pode, facilmente, deparar-se com a demarcação de inúmeros terrenos, cuja titularidade e hoje questionada.

O administrador municipal, Adriano Mendes de Carvalho, esta no centro das atenções pela frontalidade com que encara este problema que afecta, sobretudo, pessoas velhas que adquiriram os mesmos espaços, em muitos casos, onde residem há anos, mas, em contrapartida, estão a vê-los agora pelo 'canudo', como se costuma dizer.

Por semana, a Administração recebe entre 10 a 20 pessoas. "Já tivemos momentos em que nos reunimos com mais de 30 cidadãos em simultâneo. Logicamente, eles vêm reivindicar a posse das terras adquiridas por via legal e há já muitos anos", palavras do administrador Adriano Mendes de Carvalho, em declarações à Angop.

A problemática não é nova. "Quando cheguei cá como administrador e mesmo quando exerci as

funções de vice-governador da província de Luanda, os camponeses já faziam reclamações relacionadas com os ocupantes ilegais que, na sua maioria, vem e escorraçam as mais velhas, que percorrem varies quilómetros, com o intuito de cultivarem as seus campos e de fazerem as suas vidas, mas que não encontram os seus cultivos e ficam totalmente desarticuladas pelo aparecimento de marginais", completa o responsável.

QUEM SÃO ESTES OCUPANTES?

Conforme Adriano Mendes de Carvalho, são marginais que batem, violam as senhoras, destroem as culturas, partem as casas, ameaçam, com agravante de alegarem a entrega de valores correspondentes aos espaços a governantes, administradores, entre outras entidades.

O administrador quer por 'um basta' nesta confusão, reuniu-se já com as mais velhas e cada uma foi mostrar o seu terreno e respectivos ocupantes.

Vamos levar uma acção conjunta para podermos destruir e acabar com esta pratica, que é de todo ilegal", defendeu.

Mas, para levar avante o plano desencorajar a anarquia, a Administração Municipal de Icolo e Bengo (AMIB) conta com outros autores, nomeadamente, o Ministério do Urbanismo, a Policia Nacional, o Posto de Comando Unificado, a Guarnição do Município e a Procuradoria-Geral.

"Pedimos o apoio destas instituições para conversarmos sobre o problema e acreditamos estar no bom caminho para podermos dar resposta e, de uma vez por todas, lutar para o desencorajamento daqueles que ainda pensam em ocupações ilegais", disse o administrador, reforçando que a Administração que dirige não vai alojar absolutamente ninguém. "Isso que fique bem claro. O que fará é trabalhar com os órgãos afins, tal como o Ministério do Urbanismo, de forma a encontrar zonas para se lotear e atribuir espaços, que deverão ser adquiridos de maneira legal".

O administrador insistiu que tudo se esta a fazer para que os camponeses voltem para os seus terrenos. "Se ocuparam os terrenos de forma ilegal, e importante que se reponha a legalidade, que consiste em chamar as mais velhas e devolver os seus espaços donde tiram o milho, a mandioca, a ginguba, o feijão e outros produtos do campo. Estamos a fazer de tudo para repor a legalidade", garantiu homem-forte de Icolo e Bengo.

Há quem diga que, na ocupação ilegal de terrenos, esta envolvido também peixe graúdos, o que foi

rejeitado na visita de campo que o administrador efectuou a localidade de Miyinge. Disse, igualmente, que uma coisa é as palavras dos camponeses e outra é a observação no terreno. Indicou que "chamamos as pessoas, conversamos com elas e não vimos ninguém a citar nome deste ou daquele governante", mas deixou escapar que "isso e como tudo. E um trabalho que vai levar tempo de investigação criminal e temos de esperar para que as coisas venham a ribalta".

Admitindo que não vale a pena começarmos por dizer que nada há, ou nada houve e depois as coisas aparecem a dar por torto, "isto no sentido de estarmos a defender e depois as mesmas confirmarem o facto, vamos esperar", declarou, acrescentando que agora tem de haver, de facto, maior empenho das administrações comunais, das coordenações e da administração municipal, no caso da Fiscalização.

No Miyinge, de acordo com Adriano Mendes de Carvalho, foi doloroso ouvir dizer que, naquela localidade, fora morto um polícia por indivíduos que molestavam os camponeses, quando o mesmo foi ver o seu terreno. Por isso, sublinha que tem de haver educação e justiça, "Com base nisso, vamos procurar restituir os bens aos seus titulares. Este apenas foi o começo, mas continuaremos a partir, a destruir e desencorajaremos a pratica de ocupação ilegal de terrenos", assegurou ainda o administrador.

'MAKAS' NO ZANGO. A febre da ocupação ilegal de terrenos não se limita apenas ao município de Icolo e Bengo. Esta praticamente generalizada em toda a província de Luanda.

No bairro Zango, por exemplo, extensas parcelas dos camponeses foram delimitadas supostamente por generais, a luz do dia, em muitos casos na presença dos utentes que não podiam mugir nem tugar.

"Uns vem em nome da Casa Militar da Presidência da Republica, outros em nome da Administração de Viana ou da Zona Económica Especial. Estamos baralhados sem saber com quem negociar", declarou ao Agora um camponês do Zango que perdeu mais de oito hectares, que era uma quinta onde, além de fruteiras (mangueiras), cultivava milho, feijão-frade e mandioca.

"Daqui, saía muita fuba de bordo, farinha musseques para a cidade. Esta é a cintura verde que ajudou muito no tempo da guerra, quando as estradas estavam fechadas e nada podia vir do interior. Agora, estão a acabar connosco", acrescenta o camponês, que lamentou o facto de este fenómeno da ocupação ilegal de terrenos estar a provocar sérios problemas no seio das famílias que tinham na agricultura a mica

fonte para a sobrevivência, o assalto aos terrenos esta a 'empurrar' para a cidade gente com hábitos rurais, um mal que parece já não ter cura, a julgar pela velocidade das construções em curso, em muitas zonas antes lavras do Zé povinho.

O antropólogo António Pedro diz ao Agora que, no crescimento urbano, deviam ser acautelados os interesses das pessoas habituadas a viver do campo. "Como é que se vai obrigar um individuo que tem a sua vida ligada a lavra a desfazer-se dela para viver na cidade? Como poderá adaptar-se? Penso que alguma coisa não esta a ser bem-feita, na medida em que boa parte dessa gente que vive nos arredores de Luanda nasceu e cresceu ali. Sendo forçados a abandonar o seu *modus vivendi*, já é complicado e pode levar a outros problemas a que assistimos hoje com o elevado índice de criminalidade, engarrafamentos e carências de toda a sorte", observou o académico.

Em Maio Ultimo, o Governo da Província de Luanda realizou um seminário sobre a Problemática da Ocupação Ilegal de Terrenos, com o objectivo de encontrar soluções para dirimir estes conflitos. Com uma participação de cerca de 300 pessoas, o encontro resultou de uma orientação do Presidente da Republica, José Eduardo dos Santos, como resposta as questões colocadas no fórum da Mulher Rural.

O seminário foi antecedido por encontros municipais, nos quais foram auscultadas os administradores, as autoridades tradicionais, as religiosas, as comissões de moradores, de entre outros membros da sociedade civil, no sentido de 'atacar' o fenómeno de ocupação ilegal de terrenos.

O evento abordou a situação actual caracterizada pelos assaltos aos terrenos na capital, bem como a vigência da Lei de Terras, tendo sido, igualmente, abordadas questões ligadas as fraquezas legislativas, administrativas e institucionais, bem como a necessidade da revisão e de actualização da legislação sobre o ordenamento do território e terras, assim como a sua respectiva regulamentação.

A situação actual do cadastro e protecção das reservas fundiárias, sistema biométrico de cadastramento, controlo de cidadãos áreas de risco, segurança jurídica dos terrenos e concessão de direitos de superfície e loteamentos foram igualmente analisados.

O conclave avaliou, igualmente, a construção de residências sem infra-estruturas, problemas sociais, criminalidade e impacto na governação, impunidade e responsabilidade criminal pela ocupação, bem como medidas preventivas.

Com 24.657 quilómetros por quadrado, a província de Luanda e composta pelos municípios de Luanda, Viana, Belas, Cacuaco, Cazenga, Icolo e Bengo e Quiçama. Conta com 3.205.346 homens e 3.337.508 mulheres.

7.10 Governo quer expropriar OS terrenos sem produção

Jornal de Angola
23 de Junho de 2015

Sérgio da Cunha Velho, que falava aos agricultores do Perímetro Irrigado das Gangelas, a 42 quilómetros do Lubango, instou os detentores de títulos a trabalharem a terra, sob pena de verem retirados os títulos de exploração.

O vice-governador visitou o Perímetro Irrigado das Gangelas para se inteirar do andamento de programas do Governo em curso e referiu que muitos dos titulares de parcelas naquele projecto não cumprem o que prometeram ao subscrever os acordos com as autoridades, pelo que estão a ser estudados mecanismos para reaver as terras e conceder aqueles com capacidade e interesse na produção.

O vice-governador da Huíla para o Sector Económico considerou necessário que os agricultores aumentem os níveis de produção, tendo em conta que o Executivo pretende instalar pequenas unidades industriais para conservação e transformação de produtos.

"A Chibia não tinha uma cadeia de frio, mas hoje temos câmaras frigoríficas com capacidade para 900 toneladas, o que significa que o Governo está a cumprir a sua parte". Sublinhou Sérgio da Cunha Velho, referindo que os agricultores devem fazer o mesmo para encaminharem a produção, o vice-governador da Huíla para o Sector Económico anunciou que o Governo Provincial da Huíla pretende aplicar um programa de instalação de pequenas unidades transformadoras, visando a diversificação da economia, pelo que os agricultores devem estar num nível de produção que corresponda a procura dessa indústria.

O vice-governador da Huíla lamentou que alguns agricultores do Perímetro não contribuam para o abastecimento dos geradores eléctricos que alimentam o sistema de regadio, instando-os a contribuir, já que o Governo não se vai responsabilizar por essa parte do processo de produção.

O Perímetro Irrigado das Gangelas foi reabilitado em 2009 e conta com uma barragem com capacidade para contenção de 3,5 milhões de metros cúbicos de água, um dique de derivação e dois canais que se estendem por 24 quilómetros. Sociedade de Gestão do Perímetro Irrigado das Gangelas (Sogangel as) pretende estender a sua área de cultivo para mais 500 hectares, no arranque da segunda fase daquele projecto, informou Angop a directora técnica.

Josefa da Silva disse que a área adicional será destinada a pessoas e empresas que possuam vontade e capacidade financeira para a prática da agricultura e, deste modo se garantir uma produção mais efectiva no Perímetro Irrigado das Gangelas, um dos principais projectos de transformação de agricultura de subsistência num processo de produção moderno e empresarial.

7.11 Envolvidos em falcatura de terrenos

Jornal A Capital
27 De Junho de 2015-07-03
Texto: João Feliciano

Magalhães António Miguel, solteiro de 32 anos de idade, Aníbal António, também conhecido por Bani, solteiro de 43 anos de idade, ambos agentes de terceira da Polícia Nacional, Mateus António Candeie, 54, coordenador da Comissão de Moradores do bairro Nova Urbanização, em Cacuaco, José Luis de Sousa Lima, também conhecido por Zé Luis, solteiro de 45 anos de idade, suposto técnico de construção civil, respondem, desde terça-feira, última, 23, na 3ª secção de crimes comuns do Tribunal Provincial de Luanda, sedado no palácio dona Ana Joaquina, Sobre estes pesam as acusações de burla,

O crime remonta do recuado mes de Janeiro de 2012, quando o ofendido Celestino André, contactou o seu tio agora declarante, José Cabala, manifestando a pretensão de adquirir um terreno naquela urbanização uma vê que ali residia há aproximadamente 20 anos.

Aquele, por sua vez, apresentou ofendido ao coordenador da comissão de moradores, no caso Mateus António Candeie, que de seguida pediu que o acompanhasse para o local onde se achava um terreno que, segundo o mesmo, estava a venda no valor de 16 mil dólares americanos. O ofendido assim procedeu, tendo demonstrado agrado pelo terreno cujas dimensões calculava em 30125 metros de área.

Assim e que, no dia 9 de Janeiro do mesmo ano, cujas horas tem dificuldade em precisar, o ofendido, Celestino André, procedeu a entrega de 14 mil dólares, equivalentes a 1 milhão e quatrocentos mil kwanzas, ao coagido Magalhães António Miguel que se havia passado como proprietário do terreno. No momento, não foi entregue ao ofendido qualquer documento que provasse a titularidade do terreno, tendo apenas, o coordenador, Mateus Candeie, subscrito urna declaração que foi posteriormente entregue ao ofendido, acto este presenciado por Magalhães António Miguel e Aníbal António.

Após ter sido efectuado o negocio, o ofendido começou a envidar esforços no sentido de começar com a construção da tão sonhada residência, tendo, para o efeito, sido apresentado ao coagido José Luis de Sousa Lima, por intermédio do também arguido Magalhães António Miguel, afirmando que aquele era empreiteiro de construção civil, tendo sido ele a efectuar a execução do muro de vedação do referido terreno.

Após varies contactos com o coagido José Luis de Sousa Lima, Celestino André fez a entrega de mais dinheiro, destinado a reestruturação da planta da futura residência, o ofendido, decidiu em Maio do mesmo ano começar a legalização da parcela de terra ora adquirida, tendo dado a entrada da documentação necessária junto da administração de Cacucaco. Para o seu espanto, em Junho do mesmo ano, e surpreendido por um indivíduo identificado por Pedrito, que se intitulava como sendo o verdadeiro proprietário do terreno, tendo para o efeito, apresentado documentação legal que atestavam a sua titularidade, desde 2006.

Contactados os co-arguidos, os mesmos confessaram que o terreno não era propriedade do co-arguidos Magalhães António Miguel, mas sim do co-arguidos José Luis e que, efectivamente, foi um acto coordenado entre eles, repartindo o dinheiro entre si, ficando com cada um a quantia de 4 mil dólares americanos. Para além dos valores da compra do terreno, o co-arguidos José Luis de Sousa Lima, recebeu ainda, de forma faseada 8 mil 750 dólares, para a elaboração do croquis de localização e a feitura da planta da futura residência, No entanto, o valor total defraudado ao ofendido e de 22.750 dólares

De acordo com a leitura da acusação do Ministério Público, o co-arguidos José Luis de Sousa Lima e useiro e vezeiro de tais praticas, porquanto que, em Marco do mesmo ano recebeu ainda das mãos do também ofendido André Filipe Fernandes a quantia de setecentos dólares americanos, como contrapartida de um terreno cuja vítima descobriria mais tarde que não era seu.

Assim, agiram os arguidos de modo livre, voluntário e consciente, mesmo sabendo que as suas atitudes eram previstas e puníveis pela lei, não se inibiram de as praticar. Pelo exposto, os co-arguidos Magalhães António Miguel, Mateus Candeie e Aníbal António, em co-autoria moral e material, e de forma consumada, pelo crime de defraudação, previsto e punido pelas disposições combinadas dos artigo do código do processo penal.

Relativamente aos co-arguidos José Luis de Sousa Lima e acusado de dois crimes de burla por defraudação consumado, previstos e punível pelos artigos 451 n.º.1 e 421 n.º.5 do código do processo penal.

De recordar que o julgamento teve lá inicio esta terça-feira, 23, com audição do co-arguido Magalhães António Miguel, um dos efectivos da Policia Nacional envolvidos no processo, e que agora se mostra arrependido pelo cometimento do crime, restando os se demais arguidos e declarantes serem ouvidos na próxima segunda-feira, 29.

7.12 China Pede Terras Em Angola Em Troca De Financiamento

Jornal Manchete

19 De Junho de 2015

Diferentes fontes contactadas pela VOA confirmam que os acordos entre Angola e a China assinados na semana passada durante a visita de José Eduardo dos Santos àquele país prevê a entrega de 500 mil hectares de terra arável e com água aos chineses, como 30 por cento de garantia do empréstimo concedido a Angola. As terras encontram-se localizadas na província do Kuando Kubango.

O conhecido defensor dos direitos humanos e professor universitário Fernando Macedo disse à VOA que o Presidente angolano terá cometido o crime contra a segurança do Estado e traição à pátria ao entregar milhares de hectares de terras à China como garantia do empréstimo bancário concedido a Angola.

Macedo disse que, a ser verdade, o Presidente angolano "violou a Constituição e coloca em causa a soberania angolana".

Apesar do secretismo em relação aos detalhes dos acordos assinados entre os dois países em Angola, tem sido muito comentada publicamente a possibilidade das terras serem entregues aos chineses no âmbito desta linha de crédito atribuída a Angola. Fontes da VOA alegam que os chineses teriam

solicitado os terrenos como contrapartida por causa das constantes quedas dos preços do preço do petróleo que fornecem boas garantias.

Tanto o Governo chinês como o angolano limitam-se a dizer que a ajuda financeira será para Angola "superar as dificuldades" criadas pela queda do preço do petróleo" e consequente "diminuição das receitas do Estado", mas recusam-se a precisar o montante da ajuda. Contudo, a imprensa fala em 25 mil milhões de dólares.

As transacções financeiras serão feitas em yuan e não em dólar americano como tem sido até agora. O acordo visa "fugir do dólar" passando a adequar a economia angolana à moeda chinesa.

Há mais de quatro anos, a China tem mantido uma forte presença na província do Kuando Kubango, ocupando cerca de 15 mil hectares de terras num projecto experimental de plantação de arroz.

Do outro lado, os camponeses angolanos perderam terrenos que garantiam pasto a milhares de cabeças de gado, que desapareceram dando lugar a plantações de arroz.

A população local alega que as referidas terras são ricas em minérios como diamantes e ouro.

7.13 Combate a ocupação ilegal de terrenos em Cacuaco

Jornal Grandes Notícias
26 De Junho de 2015

O administrador municipal de Cacuaco, Carlos Alberto Cavuquila, garantiu, na abertura das festividades dos 75 anos de existência do município mais a norte de Luanda, dias melhores para os municípios, que escolheram esta localidade para viver.

Escrivão José

O administrador de Cacuaco garantiu colocar um ponto final nas ocupações ilegais de terrenos que o município tem estado a sofrer, porque, segundo diz, os invasores estão a destruir e a criar favelas no município e "nós não vamos permitir que isso continue a acontecer no nosso território": disse.

Cavuquila disse que as pessoas que quiserem investir localmente devem consultar a administração municipal e apresentar o projecto que pretendem instalar para o benefício do Cacuaco e aí "teremos a honra de darmos o espaço que necessita para o bem da população": ressaltou.

O dirigente teceu duras críticas aos cidadãos de nacionalidade portuguesa que se têm envolvido em ocupação ilegal de terrenos em benefício pessoal, alertando que "vamos acabar com estes elementos que querem estragar o desenvolvimento do país":

Carlos Cavuquila, ao longo da sua locução, questionou aos municípios se seria possível um cidadão angolano ir à Portugal e ocupar uma parcela de terreno que encontra sem investimentos naquele país e colocar a uma cabana. "Acho que não! Porque o governo português não permitiria que alguém ocupa-se ilegalmente as suas terras". Na ocasião, administrador salientou que os países têm leis e todos os cidadãos devem cumpri-las, de forma a contribuir para o crescimento dos mesmos, porque os outros, como reforçou, "passaram nesta situação e

hoje colhem os frutos daquilo que foi o esforço deles":

Aqueles que não cumprirem com as leis e atormentarem o nosso município, a polícia vai actuar e vão sentir a mão pesada da mesma, porque ninguém está por cima da lei e ninguém é tão grande que não cabe numa cadeia"

Os municípios devem, na opinião de Cavuquila, cuidar dos seus animais de estimação e não deixá-los a "deambular" pelas ruas e provocarem dá-nos, quando atacam alguém desprevenido, alertando que a fiscalização vai actuar duramente para pôr fim a estes cães vadios.

"A fiscalização vai recolher todos os cães vadios que estiverem a "pulular" pelas ruas sem os seus respectivos donos. Se os seus proprietários não aparecerem depois de 72 duas horas, os animais serão sacrificados".

Por outro lado, o administrador acrescentou que os automobilistas que embaraçarem o trânsito para comprar um determinado artigo aos vendedores ambulantes vão ser multado, com um valor de quinze mil Kwanzas.

"Quem não possuir o dinheiro aí vai ter que ir capinar no cemitério da Funda durante o tempo necessário. A multa não será apenas para quem compra mas também para quem vende.

Por último, apelou aos municípios de Cacuaco a comprarem os produtos em lojas autorizadas, porque há maior segurança e o município tem vários supermercados para atender à demanda, garantindo que as medidas entrarão em vigor a partir do mês de Agosto.

7.14 Governo expropria terras sem produção

Jornal de Angola

21 De Junho de 2015

Os títulos de exploração de terras das Gangelas, na Chibia, província da Huíla, não aproveitadas para a agricultura estão em vias de ser retirados aos actuais proprietários perdem todos os direitos sobre elas, advertiu, ontem, o vice-governador da Huíla para o Sector Económico.

Sérgio da Cunha Velho, que falava aos agricultores do Perímetro Irrigado das Gangelas, a 42 quilómetros do Lubango, instou os detentores de títulos a trabalharem a terra, sob pena de serem retirados os títulos de exploração.

O vice-governador visitou o Perímetro Irrigado das Gangelas para se inteirar do andamento de programas do Governo Provincial em curso e referiu que muitos dos titulares de parcelas naquele projecto não cumprem o que prometeram ao subscrever os acordos com as autoridades, pelo que estão a ser estudados mecanismos para reaver as terras e conceder àqueles com capacidade e interesse na produção.

O vice-governador da Huíla para Sector Económico considerou necessário que os agricultores aumentem os níveis de produção, tendo em conta que o Executivo pretende instalar pequenas unidades industriais para conservação e transformação de produtos do Perímetro Irrigado das Gangelas.

"A Chibia não tinha uma cadeia de frio, mas hoje temos câmaras frigoríficas com capacidade para 900 toneladas, o que significa que o Governo está a cumprir a sua parte", sublinhou Sérgio da Cunha Velho, referindo que os agricultores devem fazer o mesmo.

O vice-governador da Huíla para o Sector Económico anunciou que o Governo Provincial da Huíla pretende aplicar um programa de instalação de pequenas unidades transformadoras, visando a diversificação da economia, pelo que os agricultores devem estar num nível de produção que corresponda à procura dessa indústria.

7.15 Participantes defendem desburocratização

Jornal de Angola

31 De Maio de 2015

Texto: Victor Mayala

A desburocratização do processo de aquisição de terrenos foi uma das recomendações saídas do seminário provincial que reuniu em Mbanza Congo pessoas de várias sensibilidades para debater a problemática da ocupação ilegal de terras.

Os participantes recomendaram também a criação de um sistema integrado que permita um tratamento mais célere dos processos de regularização de terrenos.

A situação provocou acesos debates no encontro presidido pelo governador provincial do Zaire, Joanes André, no anfiteatro do edifício 11 do Governo Provincial, onde marcaram presença, além da secretária de Estado da Economia, Laura Alcântara Monteiro, membro acompanhante da Administração Central à província do Zaire, várias personalidades, entre as quais, magistrados judiciais e do Ministério Público, representantes dos órgãos de Defesa e Segurança, administradores municipais, autoridades tradicionais e eclesiásticas.

O encontro decorreu em cumprimento das recomendações saídas do seminário nacional sobre a problemática de ocupação de terrenos, que apontam para a necessidade de diagnosticar a situação actual da ocupação de terrenos no país, tendo em conta os pressupostos estabelecidos nas leis de Terras e do Ordenamento do Território e Urbanismo.

O fórum recomendou ainda a harmonização desses dois diplomas legais à luz da Constituição, para atender as situações emergentes.

A venda de terrenos por parte de muitos cidadãos de má-fé constitui uma prática que, segundo defenderam os participantes, deve ser banida, na medida em que tem sido fonte de muitos litígios nas comunidades.

O comunicado final do encontro refere ainda que a venda ilegal de parcelas de terra é, em muitos casos, feita com recurso à falsificação de documentos. A concessão de terrenos urbanos deve ser feita com base na observância da Lei do Ordenamento do Território e Urbanismo, com base nos planos urbanísticos elaborados.

Ampla discussão

As discussões sobre a problemática de ocupação de terrenos no Zaire decorreram em quatro painéis. O primeiro abordou a concessão de direitos sobre terrenos, loteamento, embargo de obras e realojamento, ao passo que o segundo painel tratou da ocupação ilegal de terrenos e protecção das zonas urbanas em desenvolvimento.

O terceiro e quarto painéis versaram sobre segurança jurídica, expropriações de terrenos e responsabilidade criminal por ocupação ilegal de terrenos. No encontro foi lido também o comunicado final do Seminário Nacional, realizado nos dias 1 e 2 de Dezembro de 2014, no Palácio da Justiça, em Luanda.

O governador provincial do Zaire, Joanes André, enalteceu o Presidente da República, José Eduardo dos Santos, pela iniciativa de orientar a realização dos seminários a nível nacional, sobre um tema actual e de extrema importância para a vida do país e, em particular, da província do Zaire.

Joanes André disse ser tarefa fundamental do Estado assegurar a gestão, cedência e exploração de solos, ao mesmo tempo que advogou o uso e aproveitamento de terras em prol das comunidades, respeitando os fins legais que os fundamentam, para que não sejam fonte de conflitos sociais, mas um factor de paz, harmonia, desenvolvimento económico e social da província.

Perda de receitas

O governante lembrou ainda que a usurpação e burla são práticas que têm como consequência a perda, por parte do Governo Provincial, de receitas provenientes da concessão de terrenos e respectivos impostos, além de provocar perturbações ao normal funcionamento das administrações municipais e comunais, que têm de canalizar esforços e recursos para evitar o agravamento de conflitos de várias ordens.

O governador do Zaire frisou que a ocupação de terrenos exige uma política orientadora e coordenadora de esforços, planos, acções e investimentos a vários níveis e não apenas do Governo Provincial. As terras do Estado, advertiu, devem ser reordenadas, estruturadas e colocadas ao serviço das políticas do Estado, de acordo com os critérios fixados nos termos da Lei.

A solução do problema deve ser encontrada através da elaboração de planos directores, loteamento de terrenos e o tratamento célere de processos de concessão.

A secretária de Estado da Economia valorizou a realização do encontro, por se tratar de um assunto de grande impacto social. Laura Alcântara Monteiro notou que o êxodo rural gerou uma grande pressão sobre as cidades, onde passou a haver uma procura inusitada de terrenos, tanto para fins habitacionais como económicos. A secretária de Estado referiu ainda que, entre os vários transtornos causados pela

ocupação ilegal de terrenos, destacam-se a desarticulação do sistema viário, cortando o acesso aos transportes públicos e dificuldades na recolha de lixo e no provimento de outros serviços indispensáveis ao bem-estar social das populações.

Distribuídos lotes

À margem do seminário, 50 famílias que viviam em zonas de risco receberam lotes de terrenos numa área segura, em cerimónia presidida pelo governador provincial, Joanes André, ladeado pela vice-governadora para os serviços técnicos e infra-estruturas, Ângela Diogo, e pela administradora

municipal de Mbanza Congo, Isabel Nlandu Morena.

A administradora municipal de Mbanza Congo disse ao Jornal de Angola que o processo de concessão de terrenos prossegue. No momento, estão loteados 125 terrenos na localidade de Vombo, a cerca de dez quilómetros da cidade de Mbanza Congo. "Estamos a lotear terrenos para as pessoas que viviam em áreas de risco, para permitir que construam em áreas seguras. Penso que a iniciativa vai também desencorajar ocupantes e vendedores ilegais de terrenos", referiu Isabel Nlandu Morena.

Filomena Nvemba, uma das beneficiárias, louvou o gesto do Governo Provincial e, em particular, da Administração Municipal de Mbanza Congo em lotear terrenos para as famílias que residem em zonas de risco nos bairros periféricos da cidade.

"Estou muito contente por receber o meu terreno. Vou já criar as condições para começar a obra nos próximos tempos", disse.

Aos beneficiários de lotes de terrenos foram também entregues, entre outros documentos, o talão de controlo da Administração Municipal, croquis de localização, compromisso de aceitação de terreno e o projecto da casa.

8. SERVIÇOS BÁSICOS

8.1 Executivo cria fundo para a electrificação rural

Jornal de Angola

19 De Junho de 2015

Texto: Adelina Inácio

O Executivo vai criar um fundo para a electrificação rural e garantir a progressiva electrificação das zonas rurais de todo país e a permanente oferta de energia eléctrica as populações, anunciou, ontem, na Assembleia Nacional, o ministro da Energia e Aguas, João Baptista Borges.

"Pela dimensão das zonas rurais do país, justifica-se a criação de um fundo que financie um programa estratégico de electrificação rural a ser aprovado pelo Executivo", sublinhou João Baptista Borges.

O ministro da Energia e Aguas, que apresentava aos deputados a Proposta de Lei de Alteração a Lei da Electricidade, sublinhou que a intenção do Executivo é promover a electrificação das áreas rurais e adequar as necessidades dos consumidores dessas zonas, promovendo políticas de utilização sustentável de energia e incentivar a utilização dos recursos renováveis.

Pretende-se também, com esta Lei, proteger os direitos e os interesses dos consumidores de energia eléctrica, no âmbito da qualidade de do fornecimento, e a pratica de preços adequados.

A ideia, sublinhou o ministro, é promover a eficiência e a competição entre os agentes e a transparência no sector eléctrico, e fomentar o desenvolvimento do sector eléctrico e a sustentabilidade financeira dos

seus agentes, tendo em conta a manutenção do equilíbrio económico e financeiro do sistema.

João Baptista Borges disse que a Lei estabelece os princípios gerais do regime jurídico do exercício das actividades de produção, transporte, distribuição e utilização de energia eléctrica. A Proposta de Lei, que vai ser discutida nas Comissões Especializadas da Assembleia Nacional, foi aprovada na generalidade com os votos favoráveis do MPLA, CASA-CE, PRS e FNLA e abstenção da UNITA.

Lei do Arrendamento Urbano

Os deputados aprovaram também, com os votos favoráveis do MPLA, CASA-CE, FNLA e abstenção da UNITA e PRS, a Proposta de Lei do Arrendamento Urbano apresentada pelo ministro José da Silva. O documento, aprovado na generalidade, visa a concretização do direito à habitação e qualidade de vida, e criar um maior número de opções no acesso a habitação com uma maior e mais diversificada oferta. O Ministro do Urbanismo e Habitação disse que a proposta altera a Lei que regula o arrendamento urbano, que se encontra desajustada. José da Silva referiu que a Lei traz várias inovações e destacou a ligadas ao prazo de arrendamento que vai de dois a 30 anos, obriga a fixação das rendas em moeda nacional e limita a antecipação de rendas a um prazo máximo de seis meses. Com a aprovação da proposta de Lei, disse o ministro, o Executivo vai aumentar o número de habitações para os cidadãos, em particular os de menores rendimentos. “Há necessidade de as pessoas sentirem confiança e garantias de que ao alugarem uma habitação têm o direito ao arrendamento garantido”, disse José da Silva.

Cooperação penal

Na sessão, orientada pelo presidente da Assembleia Nacional, Fernando da Piedade Dias dos Santos, os deputados aprovaram a proposta de Lei de Cooperação Judiciária Internacional em Matéria Penal, com votos do MPLA, PRS e FNLA e a abstenção da UNITA e da CASA-CE. O ministro da Justiça e dos Direitos Humanos, Rui Mangureira, que apresentou o diploma, afirmou que com aprovação desta Lei, Angola vai estar em condições de sair da lista dos países que se encontram em supervisão em matéria de cooperação penal.

O objectivo da proposta, frisou, é fortalecer a cooperação internacional que permite a efectiva aplicação da Lei penal para combater a prática de crimes. O ministro da Justiça e dos Direitos Humanos esclareceu que a cooperação internacional em matéria penal é um pressuposto essencial para

combater o branqueamento de capitais, o terrorismo e a criminalidade organizada.

Rui Mangureira disse que a proposta constitui um avanço do Estado no sentido de não se manter imobilizado em relação a nova realidade mundial.

A Proposta de Lei que autoriza o Banco Nacional de Angola a emitir e a por em circulação as moedas metálicas de 50 e 100 kwanzas foi aprovada também ontem, com os votos favoráveis do MPLA, UNITA, CASA -CE e FNLA e a abstenção do PRS.

Na sessão de ontem, os deputados aprovaram na generalidade a Proposta de Lei dos Crimes Contra a Aviação Civil e o projecto de resolução que aprova, para adesão, a Convenção da África Central para o Controlo de Armas Ligeiras e de Pequeno Calibre, das suas munições e de todas as peças e componentes que possam servir para o seu fabrico, reparação e montagem, o Projecto de Resolução que aprova, para ratificação por Angola, a Convenção sobre o Trabalho no Sector Pesqueiro e o que aprova para ratificação o Acordo Intergovernamental sobre o "Pool" da Energia da África Central.

8.2 Falta de saneamento em Angola é sinal de pobreza

Jornal O PAÍS

26 De Junho de 2015

Texto: João Katombela

Oficial representante do UNICEF na província da Huíla, afirmou na cidade do Lubango, que a falta de saneamento em todo o país, é sinal de pobreza, que representa um dos maiores desafios para o desenvolvimento humano em Angola.

Paulo Mendes, que falava a margem de um Workshop sobre Saneamento Total Liderado pela Comunidade, (STLC) decorrido na capital huilana, disse que o acesso ao saneamento é uma condição essencial para a protecção da saúde e da dignidade humana.

"Estamos todos de acordo que, o acesso ao saneamento, é uma condição essencial para a protecção da saúde e da dignidade humana, é uma prática simples e chave, que deve constar das prioridades de todos os governos e comunidades, para proteger as crianças e suas famílias dos inúmeros problemas de saúde relacionado com a eliminação segura de dejectos humanos que favorecem a transmissão de doenças diarreicas, entre as quais a cólera, que contribuem para o atraso do crescimento das crianças e o seu enfraquecimento" disse.

Os dados disponíveis sobre o inquérito pratica a defecação ao ar livre, o que promove um risco à saúde e à má qualidade de vida das crianças e da população em geral.

Em relação ao abastecimento de água potável e o acesso ao saneamento, o oficial do Fundo das Nações Unidas para a Infância, (UNICEF) na província da Gula, revelou que este abrange apenas 12 por cento da população com renda mais baixa, contra os 80 por cento das pessoas no escalão de renda média alta. Paulo Mendes adiantou que o desenvolvimento humano depende de alguns aspectos fundamentais que dignificam a vida humana.

"O acesso ao saneamento é um direito humano fundamental para a protecção da saúde e da dignidade humana, a higiene e o saneamento, estão entre as formas mais benéficas de intervenções de saúde pública para redução da mortalidade infantil".

O acesso à água potável beneficia as crianças, melhorando o seu desenvolvimento físico e mental à longo-prazo, acrescentando que, os benefícios estendem -se a toda a sociedade, especialmente as mulheres tanto em termos de saúde, força de trabalho como no desenvolvimento económico.

Para se inverter o quadro, Paulo Mendes, aponta a criação de políticas que envolvam a própria comunidade na resolução dos vários problemas de saneamento básico.

"O Saneamento Total Liderado pela Comunidade, STLC, é um bom investimento que pode resolver o problema da falta de saneamento em Angola é uma iniciativa eficaz e de baixo custo.

Gostaríamos de encorajar o Governo Provincial da Gula em continuar na liderança da abordagem do STLC, assim como garantir que todos os municípios no contexto do combate a pobreza, incluam nas suas linhas orçamentais acções específicas para a implementação da abordagem sobre o Saneamento" concluiu.

Por seu lado, a Vice-governadora para o sector Político e Social, Maria João Tchivalavela, garantiu que o Governo Provincial da Gula, vai continuar a prestar o seu apoio a todas as etapas que envolvem o projecto.

O seminário, em que participaram, os Directores Provinciais da Saúde e da Energia e Água e administradores municipais, teve como objectivos específicos; a criação de capacidade para a utilização de ferramentas de planificação e orçamentação de Programa de Saneamento Total Liderado pela comunidade e a partilha de resultados, experiencias,

boas práticas e lições apreendidas na implementação do STLC em Angola.

8.3 O Nosso lixo

Jornal O PAÍS

26 De Junho de 2015

Texto: Kâmia Madeira

Estamos preocupados, muito preocupados, acordamos saímos de casa e deparamo-nos com LIXO aquele que é feito diariamente nas nossas casas, aquele que pode causar doenças, que atrai roedores e cheiros nauseabundos.

Já passamos a fase da "selfie" no lixo como forma de protesto ou de chamar a atenção para uma situação que começa a ser preocupante e se nada fizermos vamos resignar - nos a que nos venham buscar o lixo de dois em dois dias ou sabe-se lá quando.

Entre aquisição de novos meios para recolha, passagem de responsabilidade para as Administrações Municipais em que ponto estamos?

Ouvia há dias um pronunciamento de um responsável da Elisal que dizia que as novas empresas com o encargo da recolha de resíduos sólidos estavam também "constrangidas" pelas dificuldades de aquisição de divisas para pagamento! Desalfandegamento dos meios que irão utilizar e por isso estes obstáculos no arranque dos trabalhos e eu uma leiga nestes assuntos de constituição de empresas e gestão pergunto-me, mas isso não deveria já ter sido assegurado?

A verdade é que faz espécie andar pelas ruas da capital e verificar os montes e montanhas de lixo pelos cantos e que urge encontrar uma solução, mas parece-me também que há uma necessidade de educar o cidadão no que diz respeito à forma como condiciona o lixo que produz.

Gosto de passar por determinados sítios e verificar que existem depósitos para reciclagem de lixo, não gosto tanto que estes se encontrem fechados e sem uso. O conceito de reciclagem é simples: algo que não tem mais utilidade é transformado novamente em matéria-prima para que se forme um item igual ou sem relação com o anterior podendo ser feito de várias maneiras.

É preciso reforçar o aprendizado para a reciclagem, explicar que pacotes de sumo ou leite podem ser depois de consumidos espalmados, que caixas de electrodomésticos também.

Que separar o vidro, plástico, metal ou componentes electrónicos ajudam à própria preservação ambiental e poderão gerar postos de trabalho.

Desde que o mundo é mundo que nós sermos humanos produzimos lixo, no período Paleolítico em que éramos nómadas fomos deixando os nossos restos nos acampamentos. Ao tornar-nos sedentários constituindo comunidades fixas fomos aumentando a nossa produção de resíduos.

De acordo com um estudo da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), a civilização Hindu já dispunha de um sistema de esgoto, além da pavimentação das ruas.

Na Idade Média, sabe-se que várias cidades italianas tinham normas para o destino de objectos e carcaças de animais, assim como a eliminação de águas paradas e a proibição de lixo e fezes nos espaços comuns.

Foi também na Idade Média que surgiram os primeiros serviços de recolha de lixo. Inicialmente, prestados por particulares e aquando da sua impossibilidade optava -se pelo serviço público - exercido por carrascos da cidade e os seus auxiliares, tendo muitas vezes a ajuda de prostitutas.

Porém, na segunda metade do século XIX, com a Revolução Industrial, houve um aumento significativo na produção de lixo, causando graves impactos sanitários. Foi necessário pensar em novas medidas para amenizar a complicada situação dos bairros operários e também dos bairros nobres. Dizia-se que Londres era nauseabunda.

Só no século XX à preocupação com todos os resíduos sólidos junta-se o problema do que fazer com eles criando-se assim o conceito de separação e reaproveitamento do lixo de forma a preservar o meio ambiente e vidas humanas.

Estamos preocupados, muito preocupados e esperamos ver resolvido o problema do lixo em Luanda.

8.4 ONG pretende criar clube de recicladores de resíduos

Semanário Económico
18 De Junho de 2015

A direcção da liga Internacional de Apoio a Lares e Internatos de África (UNAUA) pretende criar, ainda este ano, o clube de recicladores de resíduos de Angola, com vista a ajudar o governo na gestão dos

resíduos urbanos e a criação de novos postos de trabalho.

A direcção da Liga Internacional de Apoio a Lares e Internatos de África (LINALIA) pretende criar, ainda este ano, o clube de recicladores de resíduos de Angola, com vista a ajudar o governo na gestão dos resíduos urbanos e a criação de novos postos de trabalho.

Para o efeito, 100 activistas voluntários já começaram a ser formados em Luanda, sobretudo do município de Rangel, para que nos próximos dias comecem com a sensibilização da população no sentido de seleccionarem os resíduos produzidos diariamente, quer nas empresas e junto das comunidades.

O presidente da referida organização não governamental, Miguel de Lemos Kilundo, garantiu aquando da realização, na passada sexta - feira que os primeiros passos já começaram a ser dados junto das autoridades competentes para o arranque do projecto.

De acordo com Miguel Kilundo, mais de 70 artistas recicladores já manifestaram o interesse em fazer parte deste clube, que entre outras acções, vai ajudar a limpar a cidade de Luanda, numa primeira fase, através da recolha de sucatas de carros, garrafas de vidros, plásticos, papéis, entre outros resíduos que podem ser reaproveitados.

" Recorremos ao governo no sentido de nos concederem um espaço a céu aberto, onde passaremos a instalar a nossa estrutura do reciclador e activistas, assim como equipamentos que possam servir para a organização do material recolhido nas ruas, para o seu posterior reaproveitamento", deu a conhecer Miguel Kilundo.

O projecto, acrescentou, surge a propósito de terem notado em Angola, sobretudo em Luanda, o aumento de jovens empreendedores que fazem do reaproveitamento de alguns resíduos o seu "ganha-pão".

Por isso, a LINALIA, quer incentivar os mesmos jovens a prosseguirem com os trabalhos e resgatar outros talentos no mercado.

" Passaremos a remunerar os jovens que aderirem ao clube tão logo as condições forem criadas assim como o estabelecimento de parcerias público-privadas", garantiu.

A LINALIA é uma organização não governamental angolana que existe há 17 anos.

8.5 Lixo fora dos locais indicados da multa

Jornal de Angola

20 De Junho de 2015

Texto: Nilza Massango

Todos aqueles que deitarem o lixo fora dos locais indicados vão ser punidos com multas, informou ontem o governador provincial de Luanda, Graciano Domingos, aquando da apresentação do novo director da Empresa de Saneamento e Limpeza de Luanda (Elisal), Pedro Samuel Júnior.

Graciano Domingos, que visitou as instalações da Elisal, acrescentou que as administrações de bairro, comunais, distritais e municipais devem sancionar os cidadãos com comportamentos inadequados no domínio da limpeza da cidade capital, para mudança de consciência.

O novo modelo de recolha de lixo a nível das administrações municipais da província de Luanda entra em funcionamento a partir do mês de Agosto. A Elisal vai continuar responsável pelo sistema de limpeza urbana. Além do auxílio na Fiscalização da recolha do lixo nos municípios, fica da responsabilidade da Elisal as estruturas, como os pontos e estações de transferências, o aterro e a recolha de resíduos especiais, como os hospitalares. Os trabalhadores da Elisal foram incentivados a reforçar a disciplina e a compreenderem que o trabalho de limpeza e de grande importância social. "Com uma Luanda limpa, o Estado investe menos em medicamentos, as famílias gastam menos em consultas nos postos médicos e hospitais e teremos famílias saudáveis e dispostas a trabalhar", disse Graciano Domingos.

O governador de Luanda reconheceu que a cidade esta suja, apelando ao engajamento de todos. "O comportamento indiferente em relação ao lixo prejudica a todos", afirmou Graciano Domingos, pedindo que se assumam uma cidadania activa, contribuindo para uma Luanda limpa.

As prioridades da nova direcção da Empresa de Saneamento e Limpeza de Luanda (Elisal) estão bem definidas. O novo director, Pedro Samuel Júnior, disse que enquanto o novo modelo não entra em vigor, o trabalho continua com as equipas de recolha de lixo que operam na cidade.

8.6 Ruas da Caála são reabilitadas

Jornal de Angola

4 De Junho de 2015-07-10

Texto: Justino Vitorino

O acto de consignação da empreitada foi testemunhado pelo governador da província, Kundi Paihama, membros do Governo e da Administração local. As obras vão custar aos cofres do Governo da Província do Huambo 105 milhões de kwanzas e ficam concluídas em três meses.

Os trabalhos vão abranger principalmente as avenidas de Portugal, Rua dos Fundadores da Caála, Teixeira Gomes, Serva Pinto e vai ser feita também uma intervenção nas ruas terciárias que interligam a avenida Norton de Matos, e asfaltado o parque de estacionamento do Hospital Municipal.

O administrador municipal da Caála, Victor Tchissingui, explicou que com a conclusão da empreitada, a vila ganha nova imagem e o saneamento básico e a recolha de resíduos sólidos são melhorados.

"O transires automóvel também vai ficar mais fluido, e a esperança e o sonho dos munícipes são rejuvenescidos, abrindo-se assim uma nova era para o estado das vias de comunicação", sublinhou.

Victor Tchissingui pediu a colaboração dos munícipes no melhoramento e conservação das residências, com pinturas, manutenção de pequenos jardins domésticos, participação em campanhas de limpeza, depósito do lixo nos locais próprios e nas horas indicadas, para evitar o amontoamento de resíduos sólidos nas ruas, que atentam contra a saúde pública. O director provincial das Obras Publicas, Sebastião Pacato, garantiu que com a paz, o Governo da Província do Huambo, por intermédio do Executivo Central, vai dar continuidade aos programas de reabilitação e construção de novas infra-estruturas sociais.

Marito Sanjambela, funcionário publico, reconheceu que o actual estado de degradação das estradas da vila preocupa os munícipes e a administração municipal, mas garante que tudo esta a ser para melhorar a situação,

Administração do Huambo

Cerca de 40 milhões de kwanzas estão a ser aplicados pela Administração Municipal do Huambo para melhorar o abastecimento de água potável as populações residentes na cidade do Huambo, no quadro do programa do Executivo "Água para Todos", informou o administrador local.

João Sérgio Raul garantiu que estão em construção micro sistemas de abastecimento de água nos bairros

Benfica, arredores da cidade, na aldeia de Tchimbundi, na comuna da Calima e na sede municipal do Huambo. O administrador municipal do Huambo reafirmou que estes empreendimentos sociais tem por finalidade melhorar as condições sanitárias e a qualidade de vida das populações. Sérgio Raul ressaltou que cada micro sistema de abastecimento de água está orçado em nove milhões de kwanzas e o programa vai ser alargado para outras localidades da província, e constam nas prioridades do Executivo.

"Com a construção destas infra-estruturas sociais, as populações deixam de consumir água bruta proveniente de rios e cacimbas, evitando assim o surgimento de doenças causadas por consumo de água imprópria", disse o administrador do Huambo.

De Janeiro ate agora já foram construído alguns micro sistemas de abastecimento de água que estão a beneficiar cerca de quatro mil habitantes residentes nos bairros de Casseque III, Calite e Sassonde . A intenção é levar água potável as zonas rurais da província e com bater as doenças de origem hídrica.

8.7 Energia. Bié tem nove aproveitamentos hidroeléctricos

Jornal Agora

5 De Junho de 2015-07-13

O director da Energia e Aguas no Bié, Abel Guerra Paulo, revelou, esta quinta-feira, dia 4, na cidade do Cuito, a existência, na província, de nove pequenos aproveitamentos hidroeléctricos capazes de produzir 33 Megawatts de energia.

Falando a Angop, o responsável fez saber que o dado resulta do estudo realizado este ano, pelos técnicos do sector, nos mais variados rios existentes na província, salientando que todas aguardam por investimento.

Adiantou que o Governo, junto dos órgãos centrais, vai trabalhar no sentido de aproveitar condignamente os recursos hídricos para a satisfação das necessidades das populações, quanta ao fornecimento de energia eléctrica.

Guerra Paulo indicou, igualmente, que actualmente o Bié consome 16.2 Megawatts, produzidos a partir da subestação da barragem do Gove, na vizinha província do Huambo Essa energia abastece a cidade do Cuito e a comuna do Cunje.

Foram instalados 13 postos de transformação (PT) em igual número de bairros periféricos do Cuito,

beneficiando três mil e quinhentas ligações domiciliare.

A província do Bié controla uma população estimada em 1.338.923 habitantes, distribuída por nove municípios e 30 comunas.

8.8 Estado degradado da estrada prejudica os automobilistas

Jornal De Angola

11 DE Junho de 2015

Os automobilistas que circulam no troço rodoviário que liga a vila da Quilenda à cidade da Gabela, província do Cuanza Sul, apelam às autoridades locais no sentido de reabilitarem a estrada, devido à sua degradação.

Em entrevista à Angop, os auto-mobilistas apontaram a necessidade de uma rápida intervenção no troço de 30 quilómetros da estrada terraplanada, cuja degradação compromete o desenvolvimento do município do Amboim.

O taxista Júlio Manuel adiantou que o mau estado da estrada tem dificultado a circulação das viaturas e provocado danos nos veículos.

Segundo o taxista, é imperioso que as autoridades da província se empenhem na melhoria da via, principalmente nesta estação seca.

Para o empresário António Rebelo, a situação da estrada é crítica, visto que o mau estado tem dificultado a circulação de pessoas e mercadorias na região.

"Os buracos que surgem na estrada estão a aumentar diariamente, sem nenhuma intervenção de quem de direito", sublinhou.

António Rebelo apelou ao Governo da Província do Cuanza Sul para dotar as administrações municipais com equipamentos de reparação de estradas. A empresária Maria Antónia disse, por sua vez, estar agastada com a situação, por provocar lentidão e desconforto nas viagens da Quilenda à Gabela. "Antes, demorávamos 45 minutos para chegar à cidade da Gabela, mas agora fazemos mais de duas horas", frisou.

A Angop apurou de uma fonte da administração local que está em curso um trabalho de levantamento de dados para a reabilitação da referida via. O município do Amboim tem uma extensão de 2.439 quilómetros quadrados e conta com uma população estimada em 99.200 habitantes, distribuídos em dois sectores administrativos, 10 regedorias e 147 aldeias.

8.9 Buraco e água na estrada da Cuca irrita automobilistas

Novo Jornal

12 De Junho de 2015

Texto: António Paulo

O ANÚNCIO da reabilitação da avenida com início Segunda-feira dia 8 foi feito pelo administrador municipal, Victor Nataniel Narciso, quando visitava na semana passada algumas vias daquele município que beneficiam de reasfaltagem e terraplanagem. Na ocasião, o administrador anunciou que a estrada da Cuca começaria a beneficiar de uma intervenção "profunda" no início desta semana, facto que não aconteceu até ao dia de ontem, apurou o Novo Jornal no local.

"A estrada da Cuca começa a ser reabilitada na próxima semana. A comissão administrativa de Luanda vai fazer tapa buracos a partir do mercado do São Paulo e estender-se-á até à linha férrea. Nós administração, vamos sair da linha férrea para cima. Vamos fazer todo o trabalho de tapa buracos, e drenagem em toda a extensão da Ngola Kiluanje", anunciou na ocasião, o administrador à Rádio Cazenga.

Para a realização da empreitada, número um do Cazenga, informou que a administração, contará com o apoio de diversas instituições que operam no município. "Já temos um estudo feito, tivemos oportunidade de reunir com algumas instituições que de forma directa ou indirecta também têm criado estragos na estrada e predisuseram-se em trabalhar connosco na cedência de inertes", disse o governante, garantindo que a sua jurisdição estava em condições de fazer uma intervenção profunda naquela zona a partir desta semana.

O anúncio da reabilitação da via da Cuca, deixou felizes e esperançosos populares e automobilistas que se queixam dos danos causados às suas viaturas, pelas crateras que se estendem na avenida tal como reportam as imagens fotográficas de Ampé Rogério.

A via mais crítica do troço fica entre a Cípal e a linha férrea que se estende com mais buracos até à fábrica da Cuca. "O trânsito está dominado pelo inferno. Cada dia que passa piora", reclamaram populares e automobilistas, particularmente taxistas

que têm aquela rota como o principal meio para a sua actividade de transporte de passageiros, para o sustento das suas famílias.

"As rótulas, os amortecedores e os terminais das nossas viaturas estão sempre a danificar-se por causa dos buracos na via e ninguém nos paga.

Onde é que está o governo" reclamou o taxista Joãozinho, apoiado pelos seus colegas, quando entrevistado numa reportagem efectuada por este semanário no mesmo local, num espaço inferior de 15 dias.

"Ainda por cima", - juntou um outro taxista, "pagamos a taxa de circulação a 7500 Kwanzas por uma viatura Hiace e, não vemos melhoria nas vias. A situação está a piorar e os buracos estão a ficar cada vez maiores. Para onde afinal vai o nosso dinheiro?", questionaram-se taxistas e demais automobilistas.

Os buracos que se espalham pela avenida tal como apurámos novamente esta semana no local, têm feito com que muitas viaturas fiquem "presas" na cova e saiam apenas depois de empurradas por populares ou ainda puxadas por outras viaturas. A travessia é lenta, facto que deixa condicionado o trânsito por largas horas.

"O administrador do Cazenga parece que não passa por aqui, porque senão esta avenida já estaria boa. Este problema não é de hoje e agrava-se diariamente. Mas, se lhe disserem que o presidente virá para o Cazenga, em pouco tempo, a via será arranjada. Queremos uma visita senhor Presidente", pediram os munícipes aflitos.

Vias Melhoradas

No Cazenga, algumas estradas beneficiaram de melhorias, facto que deixa regozijados os munícipes contemplados. A estrada do Patrício foi totalmente reabilitada. O troço que se estende até ao mercado do Asa Branca continua a ser intervencionado. A rua da Fiaco também beneficiou de intervenção, mas ficou pelo meio do caminho, tal como constatou a nossa reportagem. Ou seja, o troço foi asfaltado desde a administração municipal até às proximidades da antiga Serração.

O facto está já a merecer críticas por parte dos munícipes que desejariam ver a via asfaltada por completa, a estrada que faz ligação às vias da terra Vermelha, Papa Simão e Gamek. "Esta via liga três municípios, Cazenga, Cacuaco e Viana, seria bom que continuassem", observaram populares.

A nossa reportagem constatou ainda melhorias na estrada da Frescangol, troço que liga a avenida Ngola Kiluanji, também conhecida por estrada da Cuca. A circulação rodoviária naquela avenida está a ser feita sem constrangimentos em função dos trabalhos de tapa buracos de que troço beneficiou recentemente.

Entretanto, munícipes de outros bairros também apelam para a reabilitação imediata das vias secundárias e terciárias das suas áreas. Moradores da rua da Nocal reclamam pela reabilitação imediata da via que se encontra esburacada em quase toda a sua extensão. O tapete asfáltico quase que já não existe. Moradores da Mabor reclamam igualmente por melhorias das vias do bairro.

8.10 Depois de malária, a vida na comuna continua degradante

Jornal Agora

12 De Junho de 2015

Texto: Júlio Gomes

Ainda está 'fresco' na memória da população da Funda o 'fenómeno' que vitimou cerca de 30 pessoas, na sua maioria crianças. Alegava-se, no princípio, que se tratava de uma doença estranha, mas depois se chegou à conclusão de que era malária.

Na sequência disso, foi enviada uma equipa de técnicos de Saúde para diagnosticar e 'atacar' o problema que estava a provocar numerosos óbitos entre os pobres habitantes, tendo sido, igualmente, distribuídos mosquiteiros impregnados em insecticida.

Mas isso basta? O Agora esteve na Funda para constatar como a população vive, depois do surto de malária. Na sede comunal, habitada por 'pouco mais de duas mil almas, persistem as lamentações: "A praga que estava a matar muitas crianças rapidamente passou, mas continuamos a registar mortes por malária com uma intensidade menor, o que não deixa de ser preocupante", afirma um morador que encontramos próximo das bombas de combustível da Sonangol, à beira da estrada que 'rasga' a Funda em duas partes.

Morre-se principalmente porque a população consome água bruta do rio, quando, por poucos metros, passa uma conduta que leva o precioso líquido potável desde a Central de Tratamento até à Bombagem de Kifangondo, para regar as plantas de uma gigantesca fazenda de um dos mais importantes governantes do país.

"Isto aqui (numa referência à Funda) está mal. Vivemos no meio de muitas dificuldades, mas uma das principais é da água para o consumo da população. Mais irritante é o facto de termos uma conduta a passar mesmo nas nossas 'barbas', para regar fruteiras e hortaliças de um dignitário", reclama o nosso interlocutor, visivelmente triste, por consumir líquido do rio, susceptível de provocar doenças diarreicas.

De seguida, o homem, a caminho da meia-idade, convida-nos a apreciar uns cacussos pequenos fritos que um grupo de crianças acabava de pescar no rio Bengo (também chamado Zenza), que fica perto da sua casa. Foi ali onde também bebemos do bom maruvo de palmeira que vinha da' lavra.

No rio infestado de jacarés, os miúdos de tenra idade pescam sem medo dos enormes répteis. "Há dias, um jacaré apanhou um cão aqui próximo", indica um grupo de adolescentes com um feixe de cacussos frescos que acabavam de pescar a linha e anzol no curso de água que abastece boa parte de Luanda.

"Vocês não têm medo de jacarés?", perguntámos aos miúdos que responderam nada temer.

A pesca no rio e nas lagoas existentes é uma das principais actividades da população, a par da agricultura levada a cabo por jovens oriundos, na sua maioria, de outras regiões do país. Arrendam as lavras aos proprietários locais, colhem a produção que depois é comercializada no mercado do Km-30 ou do Sabadão, na Caop.

"É muita gente a trabalhar nas lavras. O que ganhamos, em geral, dá para fazer alguma coisa, incluindo dinheiro para a família que ficou na província", refere Gabriel Francisco, que veio de Benguela.

"Em cada safra, podemos ganhar cerca de 30 a 100 mil Kwanzas", completa Sebastião Adriano, que lamenta as dificuldades na aquisição de fertilizantes.

Uma Actividade De Risco Que Carece De Apoio. "Nesta actividade, precisamos de ajuda e, sobretudo, da sensibilidade dos fornecedores. Os adubos, bem como os pesticidas, além de caros, nem sempre estão disponíveis, o que provoca muitos transtornos", faz

saber ainda Sebastião Adriano, para quem a cooperativa de camponeses não ajuda como deve ser.

"Está muito limitada e pouco ou nada pode fazer para defender os interesses dos associados que também se debatem com a questão da água que, embora com o rio próximo, chega a escassear por falta de instrumentos de bombagem e do escoamento que, muitas vezes, acaba por comprometer as vendas", lamenta.

Para além deste handicap, como já referimos, os homens e as mulheres residentes na Funda, que têm no cultivo da couve, do tomate, da batata-rena, do repolho, do feijão, do milho e da banana o seu ganha-pão, enfrentam outro 'inimigo', ou seja, a invasão" das áreas de cultivo que vêm sendo transformadas de forma veloz nas zonas residenciais e não só.

Com isso, o espaço onde há vários anos exercem a sua actividade está a ficar cada vez mais reduzido.

Corre-se o risco de boa parte da população perder o emprego, reduzindo também, em contrapartida, a oferta de hortaliças, cereais e tubérculos provenientes da Cintura Verde. Teme-se que, a continuar a construção em terrenos agrícolas, venham ser forçados a fugir ou a enveredar por outras actividades alheias à sua vocação.

"O assalto aos terrenos dos camponeses pode levar à degradação da nossa condição de vida, que já não é das melhores. Isso pode aumentar a pobreza no seio das famílias e fomentar a delinquência", referiu um jovem de 32 anos, da Funda, onde também nasceu, acrescentando nada mais saber fazer senão o trabalho de campo.

"Não estudei e o que farei sem profissão se acabarem com as lavras? A única coisa que aprendi é o cultivo de hortaliças e cereais. Digam lá, meus senhores, o que vou fazer?", questionou o camponês, que revelou ter esposa e dois filhos para sustentar.

De um modo geral, a produção da Cintura Verde de Luanda tende a decrescer vertiginosamente, havendo prognósticos que vão no sentido do seu desaparecimento total nos próximos tempos.

"O que é que você espera com esta feroz onda de construção. Veja, por exemplo, o perímetro que vai da zona do Catinton até ao projecto Nova Vida, passando pela Lixeira. Aquilo tudo eram lavras e hortas que alimentaram a cidade nos tempos mais difíceis da guerra. Estas zonas agrícolas acabaram e não se sabe o que é feito das pessoas que ali trabalhavam para garantir a sua sobrevivência. É lastimável", lamenta dona Domingas, que também perdeu extensos espaços para a lavoura na zona do

Tanque Serra, onde se ergue rapidamente um bairro residencial.

Um engenheiro agrónomo abordado pelo Agora declarou que a maioria dos terrenos do litoral luandense é virgem e, em virtude disso, propícios para a agricultura natural, por não requererem adubos, mas apenas muita água. É, em contrapartida, esta que encarece a produção, sendo necessários equipamentos de bombagem, cujo preço não está ao alcance de qualquer um.

"Com apoio, esta gente pode fazer maravilhas na agricultura. É só uma questão de observar o que os chineses têm feito no Bengo, ou ainda à volta dos seus estaleiros espalhados um pouco por toda Luanda. As pequenas hortas que se fazem com todo o cuidado mostram que a actividade agrícola para a colheita de produtos de boa qualidade é possível aqui", notou o especialista.

Mas, as autoridades defendem que a capital tem apenas dois municípios agrícolas: Cacuaco e Viana, que produzem frutas, tubérculos, leguminosas e criação de animais.

Actualmente, a província de Luanda tem 32.219 famílias camponesas, das quais 28.443 são assistidas pela Estação de Desenvolvimento Agrário. Os dados confirmam que elas estão distribuídas por 23 associações, 38 cooperativas e 136 unidades agropecuárias.

Os camponeses reclamam e dizem que faltam apoios para impulsionar a actividade e a protecção, a fim de não serem 'varridos' do campo pela onda do betão que caminha na sua direcção a passos largos.

Apesar disso, o agente do Comércio Apoio aos Camponeses da Cintura Verde, na comuna da Funda, alega terem sido entregues o equivalente a cinco mil dólares a cada cooperativa para a aquisição de meios agrícolas.

Trata-se de um financiamento do Executivo que, de acordo com Mitó da Silva, visa, essencialmente, aumentar a produção e possibilitar a compra de meios que lhes permitam trabalhar sem muitos constrangimentos".

A cooperativa do Musondo, conforme o interlocutor, tem uma produção mensal de 300 toneladas de tubérculos e leguminosas e, mensalmente, atinge as cinco mil toneladas.

A comuna da Funda tem uma extensão de 256 quilómetros por quadrado, com um clima tropical seco, e conta com 88.225 habitantes, que têm na

agricultura e na pesca artesanal a sua principal actividade.

Perto de 19 cooperativas, das 38 existentes, produzem milho, cebola, tomate, feijão e, no domínio da pesca, seis actuam na captura de bagres e cacussos. A localidade destaca-se, igualmente, no domínio industrial, coma fábrica da Coca-Cola, de água mineral Nzenza Nascente, de blocos Betabloco, de telha, de chapas e de exploração de inertes.

8.11 Lixo e carcaças de viaturas 'afundam Cassequel do Buraco

Jornal Agora

12 De Junho de 2015

Texto: Jaime Reais

A cidade capital cheira mal. Há sujeira em todos os cantos, e o fraco desempenho das empresas contratadas pela Elisal para a recolha deixa muito a desejar. No Cassequel do Buraco, nas 'barbas' do Aeroporto Internacional 4 de Fevereiro, a situação tende a atingir contornos alarmantes, não existindo praticamente soluções à vista, no curto prazo, para remover da circunscrição os amontoados de resíduos sólidos. A Administração Comunal diz que, nos tempos idos, traçou um plano de intervenção, mas está difícil avançar com a sua concretização por falta de meios. O caos encontra-se instalado ali, mas, de um modo geral, repete-se um pouco por todas as esquinas da maior urbe do país.

Carcaças de viaturas, venda de alimentos ao ar livre, gritaria ensurdecadora dos cobradores de táxi e a vala de drenagem das águas pluviais abarrotadas de lixeira fazem o dia-a-dia dos moradores da rua 50 do Cassequel do Buraco.

A equipa de reportagem do Agora esteve naquela circunscrição do distrito da Maianga, para constatar insistiu como vivem as pessoas daquela zona, onde há um amontoado de sucatas e de outros resíduos sólidos.

E, como se não bastasse, é neste ambiente sujo no qual as crianças brincam perigosamente. Segundo o chefe do Parque de Fiscalização, Inoque Miguel, as carcaças que ali se encontram são retiradas das artérias do distrito da Maianga.

"As carcaças são recolhidas das ruas da Maianga", confirma, não deixando de culpabilizar a população pelo depósito de lixo enferrujado fora do parque.

"As pessoas, por saberem que fazemos a remoção de carcaças, depositam-nas nos arredores do parque. Retiram o que precisam dos carros e desfazem-se delas, deitando-as na estrada, à calada da noite", disse.

Inoque garantiu, igualmente, que a sua direcção já aplicou multas aos moradores apanhados a deitarem arcaboços na via pública.

"Já multámos muitos cidadãos, em virtude de abandonarem carcaças de viaturas e lixo nos locais impróprios", confessou o responsável, acrescentando que a limpeza do local cabe à Administração do Distrito.

Especificou que a Administração Distrital tem meios apropriados como camiões, máquinas e outros, para a recolha dos resíduos sólidos, cabendo aos serviços de fiscalização notificarem e aplicarem multas aos prevaricadores.

Aterro Para Carcaças. Inoque Miguel foi instado sobre a existência ou não de um aterro para carcaças abandonadas na via pública. A esse respeito, afirmou que a Administração recolheu algumas junto do Jumbo. "Creio que encontrou um local adequado para depositá-las", declarou.

Mas não entrou em detalhes. "Não posso identificar uma zona específica para a deposição desta sucata toda. Isso diz respeito à superintendência", notou.

O chefe do parque vai mais a fim do, alegando que a Fiscalização tem notificado os carros que se encontram à beira da rua 50, entre outros. "Não são apenas as sucatas, há também carros, de segunda ou terceira mão que chegam a ser abandonados, pois, em todo o lado, há oficinas. Logo, as viaturas que não são reparadas acabam por ficar degradadas nas artérias. Geralmente, quando isso ocorre, afixamos avisos nos pára-brisas, para que os proprietários as removam num tempo de 24 horas e, em caso de incumprimento, levamos os veículos nesta condição ao Parque de Fiscalização", reforçou Inoque.

Planos ESTRATÉGICOS. "Está em estudo um trabalho mais elevado, para que se tenha um resultado melhor.

Aliás, já não se pode esperar por um serviço completo, na medida em que os populares do bairro não colaboram com os órgãos de direito, no caso a Administração e a Fiscalização. Infelizmente, é esta população que contribui para a proliferação dos resíduos sólidos e das sucatas nas ruas. Falta educação", completa Jorge Esteves, morador do Cassequel, rua da Teixeira, acusa a Fiscalização pelo lixo. "Eles trazem dos bairros para o parque, por

vezes estacionam fora do mesmo. Alguns residentes, pelo facto de verem as carcaças nesses locais impróprios, também depositam as suas", afirmou, referindo-se, igualmente, aos perigos frequentes nestes amontoados.

"Frequentemente, vêem-se crianças brincarem nestas sucatas misturadas com lixo. Os mendigos fazem destas a sua morada e verificam-se, constantemente, actos de vandalismo, incluindo de violação sexual", revela o morador.

Como disse, a população tem reclamado desta situação, mas pouco ou nada tem sido feito pela Administração Comunal. "Temos reclamado diante do administrador do bairro, já há quatro meses, contudo somos mal sucedidos. A resposta é sempre "vamos recolher todas as carcaças". Infelizmente está tudo na mesma", afirmou, desesperado.

Fernando Rangel, igualmente morador, mostrou-se descontente com a situação. "A Fiscalização é que coloca as carcaças na via pública. Além do lixo, dormem aqui deslocados, malucos e delinquentes. Provocam incêndio e, várias vezes, os bombeiros do Aeroporto têm de sair para apagar o fogo. É triste", constata.

A empresa de recolha de lixo também pouco ou nada pode fazer para remediar o problema "Estamos cansados desta degradação das nossas ruas. Não sei onde iremos parar", lamenta num tom de desespero.

O administrador comunal do Cassequel, Sampaio Fazenda, afirmou existir um plano elaborado de recolha de carcaças, lixo e de roulettes na via pública, em contrapartida alegou que encontraram dificuldades, a nível da Fiscalização, em dar respostas a esta situação".

O responsável informou, ao mesmo tempo, que a sua equipa de trabalho não está de braços cruzados. "Na semana passada, reunimos a Administração, a Fiscalização e a área técnica. O assunto foi precisamente a existência de várias sucatas no Cassequel. Esta é uma das nossas grandes preocupações", observou.

Sampaio fez saber, inclusive, não ter meios técnicos para resolver o problema. "Nós, Administração Comunal, não temos meios, mas já solicitámos e reportámos o assunto superiormente. E estamos à espera que sejam colocados equipamentos, bem como recursos humanos para executar esta ingente tarefa".

Acrescentou que os focos estão identificados e devidamente cadastrados. "Fizemos um trabalho de levantamento, através do qual os nossos agentes

tiraram fotografias de matrículas de viaturas abandonadas; remetemos o caso à Fiscalização, com um programa devidamente elaborado, com data e hora".

E O Novo Modelo De Recolha De Lixo? "Estamos a trabalhar neste sentido. Vai-se implementar o novo modelo e, por isso, somos monitorizados, no sentido de sensibilizar a população do Cassequel", indicou o 'número um do mesmo bairro', lamentando o fraco desempenho da EnviroBac, operadora contratada para trabalhar na circunscrição, que paralisou por falta de pagamento de salários aos seus funcionários.

"Os trabalhadores da EnviroBac paralisaram os serviços há mais de seis meses, alegando falta de pagamentos. Como alternativa, temos vindo a recorrer à Elisal, mas há muito lixo que contrasta com a de muita capacidade de recolha. Então, criámos também brigadas, onde alguns vão sensibilizar a população, a fim de depositar o lixo nos locais próprios e no horário a indicar", fez saber o administrador.

No bairro, de acordo com o edil, estão a ser criados pequenos pontos de transferência e depósitos de lixo. "Já temos disponíveis motos de três rodas, que serão utilizadas para a nossa empreitada de remoção dos resíduos sólidos a serem levados pela Elisal ao aterro sanitário. Vamos começar no Catinton o censo piloto, uma vez que é a área mais crítica", disse o responsável. Esperançado na implementação deste projecto, para minimizar tal problema.

Sampaio Fazenda referiu-se, também, ao problema do abandono de carros avariados na via pública, acrescentando que, para esta questão, deve haver solidariedade institucional. "Aliás, por vezes, pensa-se que as pessoas não estão a trabalhar. Não estamos de braços cruzados", completa.

A Administração do Cassequel já elaborou um documento para a remoção de sucatas e viaturas abandonadas, desactivação de oficinas e de estacionamento anárquico. Através deste instrutivo, devia iniciar, em Março, a execução que contaria com a participação da Polícia Nacional e da Comissão de Moradores. "Nada se realizou devido à falta de rebocadores, camiões, gruas e outros meios", justificou.

O edil entende, em contrapartida, que a Fiscalização devia ter mais iniciativas. "A Fiscalização tem de criar, internamente, um programa de recolha de carcaças e executá-lo. Se todos os dias estão a rebocar-se viaturas no castro urbano, do mesmo modo poderia programar-se aqui no Cassequel,

fundamentalmente nas cercanias do parque", concluiu.

Recentemente, a população da Funda foi assolada por uma enfermidade que, segundo o Ministro da Saúde, José Van-Dúnern, se deveu à falta de saneamento básico, provocando a morte de cerca de 30 pessoas na sua maioria crianças de tenra idade (leia as páginas 12-13).

As autoridades devem olhar, com verticalidade, para a situação das sucatas de viaturas abandonadas na rua 50. É uma forma de se poderem evitar a cólera e outras doenças resultantes das imundícies.

8.12 Milhões de pessoas estão sem acesso a serviços básicos

Jornal De Angola
14 De Junho de 2015

A Organização Mundial da Saúde e o Banco Mundial alertaram sexta-feira que cerca de 400 milhões de pessoas no mundo não têm acesso a serviços básicos de saúde.

Num relatório designado 'Acompanhando a Cobertura' Universal de Saúde", as duas instituições" afirmam que seis por cento da população de 37 países de baixo e médio rendimento foi forçada a entrar na, faixa de pobreza extrema por causa dos gastos médicos.

O documento diz que essas pessoas acabaram por pagar as despesas"do próprio bolso e com isso caíram no patamar das que vivem abaixo do limiar da pobreza.

Esse é o primeiro estudo a medir cobertura de serviços de saúde e a protecção financeira para avaliar o progresso dos países em direcção à cobertura universal.

O relatório analisou o acesso global aos serviços essenciais de saúde, desde o planeamento familiar, pré-natal, cuidados na hora do parto, vacinação infantil, terapias anti-retrovirais, tratamento da tuberculose e acesso à água potável e saneamento.

Segundo a OMS e o Banco Mundial, 17 por cento das pessoas dessas nações ficaram mais pobres devido aos gastos de saúde. As duas organizações recomendam aos países que procuram implementar uma cobertura universal de saúde que tentem atingir, no mínimo, 80 por cento da população. As pessoas em qualquer lugar no mundo devem estar protegidas contra pagamentos de contas médicas consideradas "catastróficas e empobrecedoras".

8.13 Projecto inovador para zonas rurais

Jornal de Angola
07 De Junho de 2015

Um projecto denominado "Awango", a ser implementado nas comunidades rurais com problemas de energia eléctrica, foi apresentado pela Total E&P Angola, na 5ª Edição da Feira Internacional de Tecnologias Ambientais, que decorre nas instalações da FILDA.

O projecto já implementado pela Total em outros países, surge em Angola depois de um estudo efectuado pela "KPMG" nas localidades rurais do município do Porto Amboim, no Cuanza Sul, Kinguele e Icolo e Bengo, em Luanda, Ondjiva, no Cunene, e Huambo, onde são notadas deficiências no fornecimento de energia eléctrica às comunidades, sobretudo as mais distanciadas das zonas urbanas.

Com base em painéis solares apropriados, o projecto comporta lâmpadas e lanternas que podem iluminar residências sem qualquer instalação eléctrica, o que contribui para minorar casos de acidentes com combustíveis e velas.

O projecto começa a ser implementado em Dezembro, altura em que vão estar criadas as condições para a sua comercialização a preços com base na realidade económica das comunidades rurais.

O director da área de higiene, segurança, ambiente e protecção da Total Angola, Emmawvel Pradie, disse à Angop que a empresa continua a apostar em fontes alternativas de energia, no quadro dos compromissos assumidos de protecção do Ambiente em Angola.

8.14 O problema de energia depende do ciclo combinado

Jornal de Angola
08 De Junho de 2015
Texto: João Mavinga

A solução definitiva do processo de fornecimento de energia eléctrica à província do Zaire passa pela conclusão e funcionamento do grande projecto do Ciclo Combinado do Soyo e outros empreendimentos associados, afirmou ao Jornal de Angola, em Mbanza Congo, o governador provincial do Zaire, Joannes André.

O Ciclo Combinado do Soyo, que vai usar gás natural para produzir electricidade, faz parte do Plano

Nacional de Desenvolvimento do Ministério de Energia e Águas 201312017.

A falta de projectos sustentáveis no domínio energético em várias regiões do Zaire está na base de situações anómalas, como a avaria dos quatro grupos geradores da central do Nzeto, que deixou o município às escuras por mais de 30 dias. O governador do Zaire, preocupado com a situação, visitou o município e pediu calma aos habitantes locais, porque um novo grupo gerador, já adquirido, ia entrar de imediato em funcionamento, como acabou por acontecer.

"Estamos solidários com a população", afirmou Joannes André. O novo grupo gerador de 800 KVA "não vai resolver em definitivo a situação", a ter em conta as necessidades energéticas do município, mas, acrescentou, esforços estão a ser feitos para melhorar o problema em toda a província do Zaire.

Reforço da capacidade

O Governo Provincial do Zaire, prosseguiu, trabalha em parceria com o Ministério da Energia e Águas na aquisição de mais grupos geradores de grande porte para o reforço da capacidade energética existente, enquanto se aguarda pela conclusão e funcionamento da central do Ciclo Combinado do Soyo, que vai gerar 750 megawatts de energia eléctrica através de quatro turbinas a gás. Numa primeira fase, arranca com uma das turbinas e, na segunda, vão ser consolidadas todas as condições tecnológicas para o funcionamento da central em pleno. Iniciados em Setembro do ano transacto, os trabalhos registam avanços substanciais. O projecto ocupa uma extensão de 36 hectares.

De acordo com o governador, a sede de Mbanza Congo vai receber uma linha de transporte a partir da subestação do Nzeto, num percurso de 255 quilómetros. "Recebemos já a confirmação por escrito do Ministério de Energia e Águas de que depois teremos as linhas de distribuição de energia eléctrica para os municípios do Tomboco, Nóqui e Cuimba", avançou Joanes André.

Além da subestação destinada à capital da província, outra, também localizada no Nzeto, vai ligar ao Bengo e a Luanda.

Electrificação dos municípios

Com a conclusão do projecto, a central do Ciclo Combinado do Soyo, disse o governador, vai fornecer electricidade aos seis municípios do Zaire através de três subestações que, ao mesmo tempo, ligam à rede nacional de transporte a partir das barragens de Capanda e Cambambe.

O município do Nzeto vai congregar uma subestação eléctrica para transformação de 400 quilowatts (kW), com uma linha de 220 kW ligada a Mbanza Congo, para alimentar outra subestação de média tensão e uma linha de 60 kW para os ramais domiciliários.

Para o Nóqui, vai ser montada uma linha de 60 kW para abastecer a sede do município e a comuna do Lufico. Para o município do Cuimba, sai uma linha de 60 kW a partir da subestação de Mbanza Congo.

Em termos globais, além da central do Soyo, o projecto prevê a construção de linhas de alta, média e baixa tensão, assim como subestações de transporte e distribuição para ligações domiciliárias afirmou o governador do Zaire. Joannes André enfatizou a importância do projecto para o desenvolvimento do sector industrial da província.

Promessa concretizada

A rápida intervenção do Governo Provincial do Zaire no restabelecimento da electricidade no Nzeto trouxe alívio para os habitantes locais, que viram minimizado um problema que arrastou por longos dias. Mas o novo gerador de 800 KVA garante apenas 50 por cento da energia eléctrica necessária.

Nzeto tem 43.300 habitantes, dos quais, apenas 35 mil cidadãos, consomem energia eléctrica devido à falta de potência instalada.

Contactado pelo Jornal de Angola, o administrador adjunto do Nzeto, Domingos Bernardo, disse que a capacidade energética actual garante a iluminação pública na sua totalidade, mas existem restrições na rede domiciliária.

"Neste momento, devido à pouca capacidade, estamos a fornecer energia eléctrica por escala, dia sim, dia não, enquanto aguardamos pela aquisição de peças para a recuperação dos grupos avariados", referiu. Para Domingos Bernardo, Nzeto precisa de um grupo gerador de dois mil KVA para abastecer os 11 bairros. A Administração, disse, local está engajada na execução das obras da subestação de 400 kW, que vai conduzir a energia do Ciclo Combinado do Soyo para o Nzeto, com destino a Luanda, e da outra de 200 kW, que vai beneficiar Mbanza Congo e o próprio, numa primeira fase, para, na fase posterior, estender-se aos municípios do Cuimba, Nóqui e Tomboco.

8.15 TUDO QUE O SENHOR GOVERNADOR DEVE RESPONDER AOS LUANDENSES

Jornal A República
5 De Junho de 2015

1. O lixo, do ponto de vista da saúde pública, é uma das maiores preocupações dos luandenses. Que prazo pode dar aos munícipes sobre esta desordem na limpeza e recolha de lixo na via pública e nos bairros da província de Luanda, senhor governador?
2. Tem visitado a zona de Viana profunda?
3. O senhor governador sente-se competente para o cargo que ocupa? Sabe que muitos luandenses acham que não? Chamam-lhe defrouxo?
4. Qual é a relação que tem com a ELISAL?
5. O quê é que gostaria que se mudasse na ELISAL?

8.16 Luanda produz energia a partir do lixo

Jornal de Angola
10 de Junho de 2015
Texto: Walter António

O lixo em Luanda vai ser usado para a produção de energia eléctrica por uma fábrica de tratamento de resíduos sólidos urbanos a instalar no próximo ano, no âmbito de um Investimento da empresa Energy Saving Engineering Angola, disse o engenheiro Jesus Guardado, durante a 5ª Edição da Feira Internacional de Tecnologias Ambientais.

O responsável da empresa explicou que a unidade fabril vai dispor de uma turbina que trabalha com o calor gerado pelo gás resultante do processo de tratamento e transformação do lixo.

O lixo, acrescentou, entra na fábrica através de um processo de aproveitamento, durante o qual é separado o lixo reciclável e o hospitalar, já que não entram no processo de tratamento para a produção de energia.

"O lixo não reciclável, também chamado de lixo favorável, vai passar, posteriormente, pelo processo de secagem e compactação, e de seguida passa para a fase de gaseificação altas temperaturas", disse Jesus Guardado, acrescentando que "o calor obtido a partir do processo de gaseificação serve como combustível para mover as turbinas que vão gerar electricidade".

Por exemplo, salientou, para produzir energia eléctrica até dois megawatts por dia, o que permite

abastecer mais de 60 mil casas, é necessário o tratamento de 50 toneladas de lixo diariamente.

O engenheiro acentuou que existem 150 centrais eléctricas ou fabricas com diversos modelos em vários países do mundo desde 1998, mas nenhuma delas em África.

"Existe uma fábrica na África do Sul que trabalha no tratamento do lixo, mas produz produtos orgânicos destinados à agricultura", salientou engenheiro Jesus Guardado.

A stand da empresa montada na feira atraiu a curiosidade de várias personalidades, entre as quais a ministra do Ambiente, Fátima Jardim, que elogiou o projecto e informou que, nos próximos dias, vai entrar em contacto com empresa para estar mais informada sobre o projecto. A arquitecta e urbanista Eurídice Pedrosa, da empresa Energy Saving Engineering Angola, disse acreditar que, com a entrada em funcionamento da fábrica, a população começa a valorizar mais o lixo e a ter uma melhor qualidade ambiental.

Valorização do lixo

A empresa comercializa no país painéis fotovoltaicos, que além de permitirem absorver energia solar, que é depois transformada através de transformadores apropriados, servem também para cobrir janelas de edifícios. A energia fotovoltaica, acrescentou, pode ser usada para pôr em funcionamento electrodomésticos, como televisores, arcas e geleiras.

"A energia fotovoltaica é a energia eléctrica obtida a partir da luz solar e pode ser produzida mesmo em dias nublados.

Quanto maior for a intensidade de insolação, maior é a electricidade produzida", explicou Eurídice Pedrosa. A Energy Saving Engineering Angola possui uma fábrica em Luanda que transforma sucata para a indústria siderúrgica.

8.17 Operadoras cruzaram os braços e recolhem seus contentores

Jornal Grandes Notícias
6 De Junho de 2015

Por falta de cumprimento nos termos contratuais por parte do Governo Provincial de Luanda e seus parceiros a maior parte das empresas de recolha de lixo no município de Luanda e arredores cruzaram os braços e recolheram os seus contentores, em sinal de protestos por incumprimento de pagamento de valores entre ambas instituições.

Como resultado é desolador o quadro fotográfico que a maior parte das ruas apresenta, tal como a reportagem fotográfica ilustra: amontoados de lixo de todo o tipo, cheiro nauseabundo, moscas e vermes é o postal vergonhoso que a nossa Luanda apresenta sob o olhar silencioso e conivente de quem é de direito.

O mais caricato e intrigante é que muito recentemente as autoridades da nossa capital vieram a público dizer, de lixo, que tudo havia de depois de uma reunião com as operadoras de recolha lixo, que tudo havia de mudar no que no que diz respeito, falando-se mesmo na municipalização desse serviço. Afinal de contas onde está o problema? Falta de dinheiro, de estratégias ou inteligências? O facto é que as operadoras além de cruzarem os braços também recolheram os seus contentores, ora essa! O governo da província de Luanda, para não falarmos das administrações municipais, não dispõe de contentores próprios. Aonde está o problema, afinal?

Alguns moradores na zona dos combatentes questionado pela nossa reportagem' se conseguiam lidar com tanto lixo quase às portas das suas residências, os mesmos responderam ser graças a Deus não serem contaminados por doenças. "Damos graças a Deus que o tempo chuvoso já passou senão, não sabíamos o que seria de nós e das crianças principalmente. O mais agravante é que nem na rádio nem na televisão, vemos alguém dar qualquer explicação, como estivessem a lidar com animais"; lamentou a Dona Francisca, moradora da rua comandante Valódia, aos combatentes.

8.18 Trabalhadores da Elisal prometem greve para hoje

Novo Jornal

5 de Junho de 2015

DOS PONTOS reivindicativos apresentados pela comissão sindical dos trabalhadores, constam reclamações de uma aludida má gestão da empresa, péssimas condições laborais, aumento salarial, falta de seguro de saúde ou melhores condições médicas e medicamentosas e ainda a implementação do plano de carreira do trabalhador, prometido pelo patronato em 2013, segundo deu a conhecer esta semana, ao Novo Jornal, o primeiro secretário da comissão sindical, Carlos Marcos António.

Para o responsável, a concretizar-se a intenção dos trabalhadores, a fraca recolha de lixo que já se assiste em Luanda, poderá ficar ainda mais da Elisal, os funcionários daquela empresa, estão a ser obrigados a trabalhar duplamente para garantir a recolha de lixo

na capital do país. "Neste momento, apenas duas operadoras estão com a Elisal, as outras abandonaram as empreitadas. Então, imagine a nossa carga de trabalhos. Os grupos ficaram desfasados. Equipas de seis pessoas ficaram reduzidas a três elementos. Isto já é trabalhar em condições desumanas. A situação está a provocar absentismo, doenças e até mesmo a morte de trabalhadores", revelou.

A empresa, segundo Carlos António, sofreu uma baixa de 50 por cento no seu orçamento, porém, o sindicalista entende que, a situação não justifica as dificuldades laborais que os trabalhadores enfrentam. "Com a crise orçamental, a direcção acha que não há capacidade para fazer face aos custos adicionais. Dizem que o subsídio foi cortado em 50 por cento e que já não há condições de intervenção. Então, para onde foi o dinheiro das operadoras que abandonaram os serviços, ao ponto de nem termos máquinas para apanhar o lixo, a não ser com as pás? Isto é contra os direitos humanos", considerou, criticando a gestão da empresa.

" A gestão está má. Não temos condições de saúde, nem de trabalho. Criaram-se novas bases, mas não há água para o pessoal lavar-se após as actividades laborais, nem mesmo para beber. Dormimos no chão e vamos sujos para casa, levando doenças e a empresa não garante seguro de saúde para os trabalhadores, nem tão pouco para os nossos agregados familiares. Mas o trabalho continua. Afinal, para onde vai o dinheiro que produzimos?", indagou-se o interlocutor ao Novo Jornal.

FALTA DE PROMOÇÃO E NEPOTISMO

Uma das outras reclamações dos trabalhadores tem a ver com a falta de promoções, actos de nepotismo, praticado pela actual direcção geral da empresa. Dizem mesmo que, em menos de um ano de mandato, o actual director geral. é o responsável que mais pessoas empregou, desde a existência da empresa. Falam num total de 20 novos funcionários recentemente empregados, com cargos de chefia, categorias e salários altos, sendo na sua maioria familiares do responsável máximo da empresa, Ermelindo da Silva Gonçalves.

Um caso caricato. Contaram as nossas fontes, é o de uma jovem, recentemente empregada que, em menos de três meses, beneficiou de com níveis académicos médio ou superior, ou ainda trabalhadores sem escolaridade, mas com vários anos de carreira profissional. Para o sindicalista, o pretexto da direcção da Elisal em não actualizar ou promover funcionários, "não tem razão de ser".

"Não promovem por se tratar de uma empresa de lixo e os títulos não se compadecem com o objectivo social da empresa. Temos 30 técnicos superiores e dois mestres que estão subaproveitados. Não é justo que passados mais dez ou 20 anos, o trabalhador continue na mesma categoria. Isto é, estudando ou não", reclamou o interlocutor, que contesta as novas admissões. "Não promovem os antigos, mas, a direcção traz pessoas de fora para suprir as vagas administrativas da instituição e coloca-os em posições e categorias altas", criticou.

Por fim, Carlos António lembrou aos responsáveis da empresa que os funcionários da Elisal auferem salários desactualizados e que carecem de uma actualização, quer para os subsídios de transporte como para a alimentação.

"Somos uma empresa pública com autonomia financeira e administrativa, mas continuamos com os salários mais baixo em relação as outras empresas públicas, apesar de, no segundo trimestre do ano passado, o governo ter feito um reajuste nas categorias. Por exemplo, um técnico superior de primeira de uma outra empresa pública tem salário mais alto do que o funcionário da Elisal. Um técnico superior da função pública ganha mais do que nós. De todas as empresas públicas, a Elisal é que tem o salário mais baixo", acentuou

"É PRECISO CALMA"

Contactado o gabinete de Comunicação e Imagem, o porta-voz da Elisal, Manuel José reconheceu a existência do caderno reivindicativo por parte dos seus colegas. Porém, apelou à calma, lembrando aos seus companheiros de trabalhos que, "a situação económica não está boa para todas as empresas do país".

"Como sabe, a situação do país é de crise económica; então, algumas dessas reivindicações que se encontram no caderno reivindicativo não são passíveis de ser resolvidas, por enquanto. É só para dizer que o orçamento da Elisal ficou reduzido a 50 por cento. Mas é vontade da direcção da empresa satisfazer todas as exigências dos trabalhadores, Porém, para que isso aconteça, a empresa tem de ter condições", advogou.

Para Manuel José, a greve dos trabalhadores "pode até ser lícita", mas, o "momento não é o ideal, tendo em conta o contexto que o país está a atravessar". "Os colegas não estão a reflectir bem, e, esta greve até poderá agudizar ainda mais a nossa situação, em relação à continuidade da nossa existência no mercado", disse o "advogado comunicacional", recordando as baixas que a empresa vive.

"A nossa empresa deixou de ser uma operadora e também fiscalizadora. Todos esses serviços de limpeza e de fiscalização foram entregues aos municípios. A continuar assim, poderá haver despedimentos na Elisal, ou mesmo, poderemos deixar de existir. Por isso, é bom que tenhamos calma", apelou.

Por fim, o interlocutor considerou não corresponderem à verdade algumas reclamações dos seus colegas em relação à actualização de categorias. No seu entender muitos dos funcionários, têm feito formação média ou superior alheias ao objecto social da empresa. "O que é que um técnico superior de economia fará na nossa empresa?" questionou, exemplificando.

O melhor mesmo - continuou, - é, este funcionário com formação superior em economia, "procurar outro emprego" porque na Elisal, "não há lugar para pessoas com formação superior diferente do nosso objecto social que é o lixo", rebateu Manuel José.

"Muitos colegas estão a formar-se em áreas alheias às nossas actividades. Mas também não é verdade que não haja um plano de carreira do trabalhador, Temos por exemplo, dois colegas que se formaram em direito e hoje, foram repescados para a área jurídica onde havia duas vagas relacionadas com a sua formação académica. Então, é preciso ter calma porque a situação está ma para todos. Nenhuma empresa está a aumentar salários, nem a fazer actualizações. O combustível subiu, mas o orçamento de todas as empresas públicas não subiu", justificou o responsável comunicacional da instituição, ignorando os alegados casos de nepotismo na empresa.

Entretanto, vale dizer que em função da ameaça de greve para hoje, a direcção geral da empresa convocou para quarta-feira uma assembleia extraordinária de trabalhadores a fim de dissuadi-los da greve. Mas de acordo com as nossas fontes, o encontro resultou em fracasso. A greve vai mesmo sair, garantiram as nossas fontes. "Vamos mesmo paralisar na sexta-feira, dia 5. A questão do salário pode não ser resolvida agora, mas o resto é urgente", reafirmou num segundo contacto com o Novo Jornal, após a reunião dos trabalhadores, o primeiro secretário da comissão sindical, Carlos Marcos António.

De lembrar que a cidade Luanda se apresenta suja, nauseabunda e com amontoados de lixo por quase toda a capital, com realce para a periferia. A concretizar-se a greve dos trabalhadores da Elisal, advinha-se uma cidade ainda mais "suja" nos próximos dias, facto que poderá agravar ainda o

problema de saúde pública, com o aumento do paludismo e outras doenças.

8.19 O saneamento é um direito humano

Jornal de Angola

27 de Junho de 2015

Texto: Arão Martins

O representante do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), na região sul, Paulo Mendes, afirmou quinta-feira, no Lubango, que a higiene e o saneamento estão entre as formas mais benéficas de Intervenção de saúde pública, para a redução da mortalidade Infantil.

Paulo Mendes, que falava no seminário provincial de Planificação e Implementação de Programas de Saneamento Total Liderado pela Comunidade, a cargo do Executivo, em parceria com a UNICEF nas províncias da Huíla, Namibe, Cunene e Cuando Cubango, garantiu que o acesso ao saneamento é um direito humano fundamental para a protecção da saúde e da dignidade humana.

No seminário, em que participaram administradores municipais e seus adjuntos, responsáveis das secções do Urbanismo e Habitação, serviços comunitários, entre outros, foram debatidos temas sobre a avaliação e monitorização dos programas de saneamento básico, metodologias a introduzir no plano de saneamento total liderado pela comunidade, recursos e equipamentos necessários para a aplicação do programa.

O representante da UNICEF disse que um ambiente limpo e o acesso à água potável beneficiam as crianças, melhorando o seu desenvolvimento físico e mental a longo prazo.

"Os benefícios estendem-se a toda a sociedade, em termos de saúde, força de trabalho e desenvolvimento económico", disse o responsável da agência das Nações Unidas.

O saneamento é uma prática simples e chave que deve constar das prioridades de todos os governos e comunidades, para proteger as crianças e suas famílias dos inúmeros problemas de saúde relacionados com a eliminação insegura de dejectos humanos, que favorecem a transmissão de doenças diarreicas, parasitárias, atraso do crescimento dos menores e o seu enfraquecimento. Em Angola, a falta de saneamento é um sinal de

pobreza e representa um dos maiores desafios para o desenvolvimento humano. Os dados disponíveis no

inquérito sobre o bem-estar das populações demonstram que apenas 50 por cento da população tem acesso ao saneamento e cerca de 42 por cento continua a praticar a defecação ao ar livre, o que põe em risco a saúde e a qualidade de vida das crianças e da comunidade em geral.

O programa é um bom investimento, que pode resolver o problema da falta de saneamento em Angola. "É uma iniciativa eficaz e de baixo custo, que vai ao encontro dos aspectos fundamentais do desenvolvimento humano."

O representante da agência das Nações Unidas felicitou o Governo Provincial da Huíla por acolher a iniciativa, numa demonstração clara do compromisso para um investimento no saneamento adequado e numa planificação com equidade e de impacto directo na melhoria da saúde das populações.

Melhorias no saneamento

A vice-governadora provincial da Huíla para o sector Político e Social, Maria João Chipalavela, afirmou que o país tem conhecido melhorias significativas no desenvolvimento humano. As melhorias estão patentes nas taxas de alfabetização, serviços de saúde e segurança alimentar, que são indicadores importantes dos compromissos do Desenvolvimento do Milénio. A defecação ao ar livre contribui para a poluição ambiental com microrganismos que provocam cólera, febre tifóide e outras doenças, que podem ser prevenidas com outros comportamentos de higiene e limpeza.

O Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017 propõe como uma das medidas fundamentais a promoção e a construção de importantes infra-estruturas ao nível do saneamento básico na área urbana e rural.

A vice-governadora provincial disse que é importante definir estratégias claras e construtivas de participação que podem criar melhores condições de saúde e de qualidade de vida em todos os aspectos da vida dos cidadãos.

8.20 Remover carros mal estacionados é legal

Jornal de Angola

1 De Junho de 2015

Texto: Victorino Joaquim

Remover viaturas mal estacionadas é legal, a dúvida é saber se são os agentes de fiscalização ou os de trânsito a fazê-lo, afirmou na sexta-feira o porta-voz do Governo Provincial de Luanda.

Sebastião José, que falava no final do encontro entre o governador Graciano Domingos e os membros do Conselho Provincial de Auscultação e Concertação Social, disse que a Polícia de Ordem Pública acompanha os agentes de fiscalização na remoção de viaturas mal estacionadas.

O porta-voz, que não referiu os critérios para o pagamento das multas, declarou que a proposta de Lei sobre a organização e funcionamento das comissões de moradores está na fase de recolha de contribuições.

Todas essas questões, disse, ficam clarificadas no projecto de Lei que a Administração do Território vai submeter ao Parlamento.

Sebastião José salientou que as Administrações Municipais estão a elaborar planos de posturas camarárias para disciplinar a vida comunitária.

"Nesses planos de posturas há sanções e pagamentos de multas para as pessoas sem uma conduta salutar em comunidade, sobretudo no que diz respeito à destruição de bens públicos e a perturbação da convivência harmoniosa", revelou.

Sobre o novo modelo de limpeza que entra em Agosto e remete a responsabilidade para as Administrações Municipais de contratar pequenas e micro empresas de recolha de lixo, disse que "a questão está bem encaminhada". A partir de Agosto, garantiu, o Governo Provincial tem apenas a responsabilidade de contratar as grandes empresas, cabendo à ELISAL a tarefa de gerir e fiscalizar as actividades das empresas de recolha dos resíduos sólidos.

"Estas empresas já existem no Sistema de Saneamento Básico, mas vão ter de se adaptar ao novo modelo de recolha, porque pode haver algumas que não estejam em condições para fazer parte deste novo modelo e por isso vai ser realizado o concurso público", disse.

Sebastião José afirmou que "o Ministério das Finanças vai alocar as verbas directamente nas contas das Administrações Municipais, que estão orientadas para arrecadarem recursos financeiros localmente a adicionar aos valores recebidos do Estado".

O porta-voz esclareceu que, "embora as posturas camarárias ainda não tenham definidos os valores das taxas de salubridade a serem pagas como multa",

àqueles quantitativos "podem ser também adicionados outros para o pagamento do trabalho de recolha de lixo".

Em carteira, disse, está também a possibilidade do Kilamba Kiaxi deixar de ser distrito urbano e continuar como município devido à densidade populacional e extensão do seu território. Se voltar a ser município, realçou, o Kilamba Kiaxi vai acolher uma parte da parcela do município de Belas.

Sobre as reformas administrativas, lembrou que foram extintas as Direcções Provinciais e substituídas por gabinetes provinciais, que servem de apoio ao Governo Provincial. Algumas das tarefas que eram executadas pelo Governo Provincial passaram a ser da responsabilidade daqueles gabinetes.

O representante da agência das Nações Unidas felicitou o Governo Provincial da Huíla por acolher a iniciativa, numa demonstração clara do compromisso para um investimento no saneamento adequado e numa planificação com equidade e de impacto directo na melhoria da saúde das populações.

Melhorias no saneamento

A vice-governadora provincial da Huíla para o sector Político e Social, Maria João Chivalavela, afirmou que o país tem conhecido melhorias significativas no desenvolvimento humano. As melhorias estão patentes nas taxas de alfabetização, serviços de saúde e segurança alimentar, que são indicadores importantes dos compromissos do Desenvolvimento do Milénio. A defecação ao ar livre contribui para a poluição ambiental com microrganismos que provocam cólera, febre tifóide e outras doenças, que podem ser prevenidas com outros comportamentos de higiene e limpeza.

O Plano Nacional de Desenvolvimento 2013/2017 propõe como uma das medidas fundamentais a promoção e a construção de importantes infra-estruturas ao nível do saneamento básico na área urbana e rural.

A vice-governadora provincial disse que é importante definir estratégias claras e construtivas de participação que podem criar melhores condições de saúde e de qualidade de vida em todos os aspectos da vida dos cidadãos.

9. GÉNERO E VIOLÊNCIA

9.1 Aumento de Crimes com recursos à arma de fogo

Jornal O Crime

13 De Junho de 2015

Texto: WILSON CAPEMBA

O comandante da província do Kwanza Norte, subcomissário José Alexandre Manuel Canela, disse que, de Janeiro a presente data, a sua corporação registou 304 crimes de natureza diversa e foram esclarecidos 348 ocorrências, tendo atingido uma operatividade na ordem dos 91 por cento, correspondendo uma media mensal de 128 crimes.

Alexandre Canela esclarece que foram detidos cerca de 296 cidadãos com idades compreendidas entre 19 e 49 anos, sendo 66 do sexo masculino e, 33, do sexo oposto.

Foram ainda registados 136 casos de ofensas corporais simples, 83 casos de furtos, 31 casos de ofensas corporais voluntários graves, 30 casos de robos, 20 casos de posse e uso de estupefaciente, 7 casos de homicídios e 4 casos de profanação.

Os municípios com maiores índices de criminalidade são Cazenga (com 80 casos), Ambaca (com 26), Banga (com 12), Cambambe (com 10 casos), Lucala e Bolongongo (com nove casos), Kiculongo (com sete casos), Samba Caju (com seis registos) e Gonguembo (com cinco casos). O município do Golungo Alto foi, entre todos referidos, o mais pacífico, Segundo o comandante, o Kwanza Norte é uma província cuja sede situa-se a 190 quilómetros de Luanda, por isso, certos marginais saem da capital do país para estalarem-se naquela região, com a finalidade de "semear" praticas reprováveis pela sociedade, situação que faz com que aumente, nos últimos tempos, os casos de criminalidade com recurso a arma de fogo que, ate aquele instante, tinha registado nove casos.

Acresceu que o desentendimento é motivado pelo consumo excessivo de bebidas alcoólicas, que constitui uma das causas dos crimes que, por varias circunstancias, chegaram aquele órgão afecto ao Ministério do Interior (MININT), justificando a sua estatística, os casos de violências, ofensas corporais simples e graves.

Disse – por outro lado - que os resultados das acções acima referenciadas ocorrem sempre no seio das famílias e amigos. Alguns deles, quando em convívio, terminam em discussões, ofensas e, ate mesmo, acabando em cenas de pugilatos. Segundo apurou, as questões passionais, a situação da fraca iluminação nas zonas suburbanas e o apetite ao lucro fácil, foram as razões que contribuíram para origem de vários crimes.

José Manuel Alexandre Canela, no capítulo da sinistralidade rodoviária, diz que os homens da ordem registaram 155 acidentes de viação, tendo uma redução de 31 acidentes, comparativamente ao período anterior e descreve os municípios de Cazengo, Cambambe, Golungo Alto, Lucala, Samba Caju e, por ultimo, o município de Ambaca, com maiores registos neste capítulo.

O responsável aponta os despistes, atropelamentos, colisões entre veículo e motociclo, bem como colisões de veículos, capotamentos e colisões entre obstáculos fixos, como sendo a razão dos acidentes. Tiveram, como consequências, 36 mortes, 185 feridos, com os danos avaliados em cerca de 40 milhões de kwanzas. As causas destas ocorrências são excesso de velocidade, a não observância das regras de condução, mudança de direcção irregular, mau estado de algumas vias, mau estado técnico das viaturas, ultrapassagem irregular, há falta de iluminação em algumas trocos e condução sob efeito de álcool,

Alexandre Canelas aproveitou o momento para apelar, aos utentes da via, a pautarem por uma conduta responsável e observarem rigorosamente as regras de transito, bem como a usarem o capacete, no caso dos motociclistas, visto que dos dados apresentados há muitos mortos, onde os mais vulneráveis são motoqueiro que, em vario momentos, não fizeram o uso do capacete.

9.2 BENGO, SOB OLHAR DOS MARGINAIS

Jornal O Crime

13 De Junho de 2015

Texto: Norberta Paulo

A província do Bengo tem registado, nos últimos tempos, um elevado Índice de criminalidade, que tem causado pavor nos municípios.

Um dos casos que demonstram claramente que alguns pontos daquela província se encontram sob o

domínio dos marginais, foi o assalto ocorrido no passado mes de Abril num posto de abastecimento de combustível da SONANGOL, no município de Ambriz. Os assaltantes terão levado 210 mil kwanzas. Dois funcionários, incluindo o gerente do referido posto, morreram.

Para além de Ambriz, o município do Dande, propriamente no distrito do Panguila, e outro palco onde, segundo os moradores daquela circunscrição, os marginais assumem as suas rédeas no cometimento de crimes. Os motoqueiro, por outro lado, tem sido suas "presas" predilectas.

Fernando Maquina, morador do sector 8, no Panguila, afirma que a criminalidade naquela zona já teve dias piores, ou seja, os marginais não escolhiam horas para o altar e nem se intimidavam com a Polícia. Assaltavam principalmente motoqueiro e, a partir das 19 horas, já era arriscado andar sozinho pelas ruas, por ser muito perigoso. Já houve, inclusive, muitas mortes.

"Houve uma altura em que os assaltos aqui no sector 8 não paravam, houve muitas mortes e estava na mente de todos os motoqueiro, porque eles eram as principais vitimas", afirmou o município.

Recorda ainda que ate troca de tiros já houve entre marginais e um segurança que fazia a guarnição de uma padaria. O município reclama a ausência de esquadras móveis, principalmente no sector 8, que e tido como uma das zonas com maior incidência de crimes no Panguila. A Polícia, segundo ele, nunca esta presente no momento em que a população dela precisa.

Carlos Patrocínio e outro município preocupado com o aumento da criminalidade. Contou que a esquadra mais próxima, do sector onde reside, não se faz sentir, porque não consegue atender a demanda da população e há momentos que a população se depara com o triste cenário: as vezes, não tem havido patrulha disponível para atender os seus anseios.

O município afirmou também que o ultimo assalto que ocorreu no sector 8, e que ate hoje ainda e visível na mente dos populares, aconteceu no passado mes de Abril, por volta das IS horas a frente das instalações do MAPESSE, onde os supostos marginais demonstraram a sua audácia.

A falta de iluminação pública e de esquadras móveis tem contribuído muito para o aumento da criminalidade em algumas zonas do município", afirmou o município.

Caxito, a capital da província, e um outro palco onde os crimes tem aumentado nos últimos anos. Segundo

aqueles populares, os bairros João Mendes, Kawuango, Mifuma e o bairro Kitonhi são as áreas consideradas críticas em termos de criminalidade.

Em Caxito, ao contrario do município do Dande, os marginais assaltam mais em residências, principalmente residências de estudantes provenientes de outros pontos do País,

Os supostos marginais que tem assaltado em zonas naquela parcela do País – disseram os populares são, na sua maioria, oriundos de Luanda, isto e, da capital do País.

Ao contrario dos marginais que actuam em Luanda, os meliantes, no Bengo, não usam nomes de grupos (para não serem conotados pela Policia).

9.3 DETIDO HOMEM QUEVILOU E MATOU A PRÓPRIA IRMÃ

Jornal O Crime

13 De JUNHO de 2015

Texto: Norberta Paulo

O caso ocorreu no bairro da Calemba, na rua da Poeira, por volta das 15 horas quando o acusado, António da Silva, aproveitando a ausência dos demais membros da família, forçou a irmã a manter relações sexuais consigo.

Luzia da Silva, a malograda, ainda resistiu, mas em vão, pois tal reacção motivou uma mudança de postura do agressor, de modo que "a empurrou contra a parede". Dada a violência do embate, Luzia da Silva acabou de perder os sentidos. Ainda assim, aquele optou por abusar-la sexualmente, ou melhor, satisfazer-se.

Não satisfeito com a acção que praticou, António da Silva, sem dom nem piedade, desferiu golpes de um garfo nos seios da irmã, que ainda estava inconsciente e, a seguir, isto e, espetou uma faca no pescoço dela, o que provavelmente terá provocado a sua morte.

A filha da malograda, de quatro anos, presenciou toda a cena, mas nada pode fazer para salvar a mãe, o seu tio, na ocasião, meteu-se ao fresco trancando as portas de casa, deixando no seu interior a menina e a mãe morta, mas não sumiu sem antes consolar a menor nestes termos: "Fica a cuidar da mama que esta dormir".

Horas após o sucedido, Maria da Silva, irmã mais velha de ambos, encontrando a porta trancada, batia insistentemente. Só depois de alguns minutos, porem, e que a pequena contou tudo a tia. Preocupadíssima,

e com a ajuda de alguns vizinhos, arrombou a porta de modo que viu a sua irmã no chão, ensanguentada, sem roupa, com sinais de golpes desferidos pelo corpo. Havia, entre as mãos, um garfo, ou seja, uma das supostas armas do crime.

Recebeu feitiço para "brilhar" Segundo os familiares, António da Silva, depois de se aperceber da gravidade da acção que praticou, apareceu em casa e começou a chorar a morte da irmã, Ele chegou a desmaiar.

Levado ao Hospital Américo Boa Vida, sob custódia da Policia, internou alguns dias naquela unidade hospitalar, E, paradoxal e incompreensivelmente, António da Silva se desfez das garras policiaes, ao ponto de aparecer no óbito da irmã confessando, diante da mais velha, que foi ele o autor da morte.

De acordo Maria da Silva, o comportamento do irmão começou a mudar faz dois anos quando, movido por um sentimento de ganância, tentou encontrar os caminhos mais fáceis para conseguir fama e mulheres, ou seja, procurou um kimbandeiro, mas o "feitiço acabou virando contra o feiticeiro". Começou a sentir uma paixão doentia pelas irmãs "Ele comprou feitiço em Cabinda; mas, pelo seu azar, acabou se apaixonando loucamente pelas suas próprias irmãs, principalmente eu", confessou.

Ate ao fecho desta edição, o acusado encontrava-se detido na esquadra do Cassequel.

9.4 Homem dizima família a Martelada

Jornal O Crime

13 De Junho de 2015-07-13

Texto: Costa Kilunda

A crueldade aconteceu, na madrugada, do dia oito, sexta-feira, quando o cidadão identificado pelas penas por, José Panzo, Só anos, espancou mortalmente dois dos seus filhos e a própria mulher.

De acordo com a pequena Jane Serra, sobrevivente do massacre, que acompanhou milimetricamente a morte a marteladas de seus irmãos, e posteriormente o enforcamento do padrasto, tudo foi resultado de uma discussão entre a mãe e o padrasto, que o motivou a praticar tal barbaridade.

"Quando a mama sai da zunga (vender pão), ele fala que a mama vai namorar com o vizinho, depois, quando ficou de noite (o3 hs da manha), ele acordou começou a bater na cabeça do Gaston com martelo, e

disse não chora depois amarrou a mama no colchão, meteu fogo e se enforcou", frisou.

Visivelmente ainda assustada a pequena, explica que só depois do padrasto realizar tal acto macabro e que conseguiu escapar do cerco, acompanhada de seu irmão que levou uma martelada do pescoço, mas que se encontra fora de perigo apenas com lesões superficiais, correndo desta forma pela vizinhança a busca de socorro.

Por outro lado, o ancião do bairro, Domingos da Conceição Francisco, vizinho, explica quando tomou conhecimento do crime já era sem tempo de ajudar a todos, porque posto no local, deparou-se com uma criança já sem vida fora de casa, enquanto o pai pendurado aos lençóis e a mãe queimada e espancada no colchão ardente.

O ancião descreve que as vítimas estavam com sinais de espancamentos na zona craniana, enquanto a mãe apresentava queimaduras na região dos órgãos genitais abaixo, já o autor de tamanha barbaridade encontrava-se sem vida em suporte de lençóis amarrados no ferro do teto.

Sem outra alternativa, Domingos Francisco e vizinhos, comunicam a policia que prontamente chegou ao local para fazer as devidas diligências de remoção dos corpos.

Altura em que a vítima sobrevivente, ou melhor, Joana André Panda, de só anos, era transportada pelos vizinhos, ao Hospital Neves Bendinha, que rapidamente a socorreram. Os pequenos que tiveram morte imediata, São Gaston Serra, 13anos (enteado) e Bassunga Panza, de 1, meses de idade (filha), fruto da relação de Zé e Joana Panda.

Enquanto, Ricardo Panda, irmão de Joana Panda, disse desconhecer as motivações do crime, uma vez que não conhece e nunca esteve perto do suposto cunhado, tudo porque a referida irmã abandonou a casa dos pais e procurou abrigo em lugar incerto.

Ricardo, referiu também que os órgãos de comunicação, estão a veicular informações de que o presumível cunhado foi vítima de "CHIFRE", que motivou tal comportamento agressivo, o que é completamente errado. Porque segundo revelou a sobrinha, o padrasto possuía antecedentes de frustração de níveis preocupantes, razão pela qual o classifica como "psicopata."

Jane, adiantou que foram varias as vezes, que o individuo, fez ameaças de mortes "ele já nos fechou lá dentro, disse que esta a ir roubar arma de urna segurança para nos matar," Joana Panda, ignorando as ameaças e tentativas de mortes, proferidas pelo

marido, uma vez que apenas as produzia enquanto estava sob estado de embriagues, durante discussões, manteve-se ao silencio ate aquele fatídico dia. Gaston Serra e Bassunga Panzo, foram a enterrar, dia 11, no Cemitério da Camama.

"Deus protegeu-me tanto para não morrer"

Segundo Joana André Panda, as razoes que levaram José Panzo, a praticar tal acto e o pedido de separação que a mesma lhe fez. "Ele já me encontrou com três filhos do primeiro relacionamento, a minha família obrigaram a manter com ele e deixar o outro, concordei com eles, mas eu pedia para ele me fazer pedido junto da minha família e não tinha possibilidade." Joana, disse que o marido era pedreiro, para conseguir trabalho de reboque ou mesmo fazer buracos, para conseguir trazer comida ou alguma coisa em casa, era muito difícil.

E quanta a casa onde o casal vivia não era deles, pois apenas controlavam, ou seja, eles não tinham residência nem terreno.

Diante desta realidade e as difíceis circunstancias, Joana pediu separação para que cada um seguisse o seu próprio caminho, pedido esse que motivou tal reacção drástica.

"Ele fez mal a mim e no meu filho de 13 anos com outro marido, e também no próprio filho que eu fiz com ele, foi por volta das 00hs, quando todo mundo estava a dormir que ele começou a espancar-me, com martelo na cabeça ate desmaiar, depois queimou-me, enquanto as crianças já estavam mortas, também lhes bateu muito com martelo na cabeça."

De seguida, queimou todos documentos das crianças, a roupa sem deixar nada e, se enforcou com o lençol que nós utilizávamos, realçou, "Eu estava grave mesmo de verdade, só não morri porque me fingi de morta e ele acreditou, com todas crianças me jogou para fora de casa, a minha filha de nove anos veio e começou a me mexer, mama, mama não morre, vais nos deixar com quem? foi quando reagi e pedi na menina que fosse buscar ajuda, Deus protegeu-me tanto para não morrer ", reconheceu.

A vítima, contou ainda que a ajuda demorou, tudo porque já foi por volta da madrugada e, os vizinhos estavam com receio de aparecer, mas depois surgiu uma vizinha com mais cinco homens e conseguiram ajudar, embora encontraram as crianças já sem vida e, o referido assassino também morto.

9.5 Jovem espancada até a morte por causa de Droga

Jornal O Crime

13 De Junho de 2015-07-13

Texto: Norberto Paulo

O facto ocorreu no mes de Abril deste ano nas imediações do Largo dos Segredos, município de Luanda, por volta das 19 horas, quando António Manuel dos Santos, mais conhecido por 'Watara', foi interpelado por uns jovens cujo nomes não foram identificados. Os jovens, segundo apuramos, pediram a 'Watara' que desse a liamba que tinha comprado para fumar com os seus amigos.

O acusado, transtornado com a situação, partiu para a violência física, de maneira a impedir que o seu "bem precioso" fosse tirado de mãos beijadas, visto que, segundo ele, a droga era o seu amigo insubstituível, sempre nas noites frias e turbulentas.

Atendendo ao elevado número de agressores que se encontravam a sua volta, 'Watara' não teve alternativa senão fugir a fim de obter ajuda dos seus companheiros que se encontravam a lavar carros no Largo dos Segredos. Para o seu azar, porem, entre os agressores existia um que era uma espécie 'usain bolt'. Foi, portanto, apanhado em fracções de segundo.

'Watara', no meio dos seus opositores, isto e, numa espécie de tudo ou nada, disse: "Eles seguiram-me ate ao Largo e um deles, que era mais veloz, me alcançou, Deu-me uma rasteira, cai no chão, fiquei inconsciente", contou acusado.

Os seus amigos, inconformados com brutalidade de que 'Watara' foi Agarraram, então, um dos agressores e espancaram, tendo me acabado de morrer horas depois hospital.

O acusado revelou que não esteve presente na briga que resultou morte do cidadão alegando naquele momento, se encontrava inconsciente. A vítima, segundo foi espancada pelos seus amigos de ter recebido a droga das suas ma 'Watara' foi detido depois de semana e vi via na rua há mais d anos e, como se tudo não bast. Desconhece o paradeiro da sua família. Para esquecer as "malamba da vida", o consumo de bebidas alcoólicas e drogas tem sido o seu companheiro. 'Watara', agora, CO) risco de passar anos numa cela.

9.6 Viúva suspeita de ter morto o esposo

Semanário Angolense

27 De Junho de 2015

Texto: João Silva

De acordo com a viúva, que falou a reportagem do *Semanário Angolense* (SA), não havia nenhum problema entre eles, mas sustenta que na segunda semana de Junho, ocorreu um problema entre duas vizinhas e, na discussão, uma acusou a outra de estar a namorar com o vizinho que, por sinal, era o malogrado. A discussão originou briga entre as duas e foi Esperança Manuel, a viúva, que apaziguou a contenda.

Ela contou que quando o esposo chegou a casa, informou-o da briga das vizinhas porque uma alegava que a outra teria um caso com ele. Contudo, nessa noite, o casal ultrapassou o caso e não houve nada de relevante.

No dia seguinte pela manha, foi Mário Figueiredo que, em jeito de justificação, lamentou o facto e afiançou a esposa que não tinha e nunca tivera qualquer caso com a referida vizinha. Sem discussão, a esposa respondeu que a especulação devia-se popularidade que o esposo tinha no bairro.

Depois de alguns minutos, o falecido entrou no quarto e chamou a mulher que o encontrou com a pistola na mão. Temendo alguma loucura, pediu-lhe para pensar nela e nos filhos que sentiriam muito a sua falta.

Esperança Manuel afirma que marido manteve a arma em punho por quase vinte minutos, depois entrou no quarto do casal e guardou a arma por cima do guarda-fatos, o que a deixou despreocupada.

Algum tempo depois, o homem dirigiu-se novamente ao quarto, voltou a sair e dirigiu-se ao quarto das filhas. Intrigada, a mulher tentou segui-lo para impedir que trancasse a porta, mas já era tarde. De repente ouviu um disparo e teve que pedir ajuda aos vizinhos para arrombar a porta e encontram Mário Figueiredo estendido no chão já morto, como contou a viúva, o SA falou ainda com a empregada domestica, cuja versão dos acontecimentos não combinava com a da patroa. A viúva garantia que tudo estava bem em casa e, quando a empregada chegou para começar a trabalhar, encontrou o casal a conversar normalmente no quintal, tendo ainda a empregada brincando com a filha cassula, porque a patroa estava de saída.

Entretanto, dona joaninha, a empregada, alega que quando chegou ao seu local de trabalho, cerca das oito horas da manhã, encontrou o casal, com o patrão fardado e pronto para ir trabalhar, mas com a pistola na mão e um certo clima tenso. Logo de seguida, dona Esperança avisou-a que havia de sair e Joaninha começou a efectuar o seu trabalho. Encontrava-se a varrer a parte de trás da casa, quando ouviu um disparo dentro da residência e viu dona Esperança sair a correr gritando por socorro.

A empregada acrescentou que não ouvira qualquer discussão entre os patrões e desconhece a razão que terá levado o patrão a matar-se, Mas confirma que foram os vizinhos que romperam a porta do quarto em que se encontrava o sargento maior das FAA estendido no chão sem vida.

Familiares não acreditam na versão da ex-companheira

Alguns membros da família do malogrado, alegam que Esperança, a esposa da vítima, era uma pessoa que maltratava o marido, conforme informações colhidas nos vizinhos. Os mesmos afirmam que, por varias vezes, Mário fora obrigado a dormir no quintal da sua própria residência por causa dos ciúmes da esposa.

Uma das irmã do malogrado avançou que tudo quanta a viúva contou a reportagem do SA «mentira, porque não se justifica que um homem preparado para ir trabalhar, tenha levado com um balde de agua suja, atirado pela esposa e tenha voltado para dentro de casa para matar-se, não pode ser verdade», frisou, acrescentando que tanto a viúva como a empregada mentiram.

Assim sendo, a família enlutada pede aos órgãos competentes que se apure bem os factos e se faça justiça, porque ate os pertences do malogrado não foi encontrada, como telefones, computador portátil e outros meios.

Segundo os familiares do falecido, ainda foram ameaçados pelos familiares da mulher, que foram buscar patrulheiro da policia para os prender, ao mesmo tempo que eram impedidos de chorar e lamentar a morte do seu entequerido. Conforme alegaram, a família da viúva expulsou do local os membros da família do falecido, coisa que deixou toda a gente surpreendida.

Alguns vizinhos sentiram-se solidários com a família e afirmaram que o falecido eram uma pessoas muito amigo das pessoas e não tinha nenhum problema com ninguém. Em contrapartida, acrescentaram, a

esposa e que e uma pessoa de muitos problemas e era ela que arranjava sempre brigas com o esposo.

Um colega de unidade e companheiro de armas também afirmou que o falecido era uma pessoa que não se metia em problemas, mesmo na unidade em que trabalhava. Conhecia-o muito bem, porque foi o próprio Mário que o ajudou quando contraiu matrimónio.

Para o militar, a morte do colega deixou um grande vazio na sua unidade, visto que era um quadro das FAA bem aplicado e disciplinado.

9.7 Pai mata seu próprio filho á Catanada

Jornal O Crime

13 De Junho de 2015

Texto: WILSON CAPEMBA

Trata-se de Noé Cardoso Agostinho, também conhecido por "Cinco", 25 anos, que matou, a catanada, o seu próprio filho de um ano e seis meses. O facto aconteceu na sequência de uma briga que teve com a sua esposa, Branca Francisco Bangu. O autor do crime, segundo apura já esta a contas com a justiça.

Branca Francisco Bangu declarou, ao jornal "o Crime", que o homicídio aconteceu segunda-feira, quando ela deslocou-se a fazenda, situada a dois quilómetros da sede municipal, ao encontro do esposo que lá se encontrava acampado, para lavouras.

Segundo ela, ao chegar a fazenda, foi recebida inicialmente pelo marido com pancadaria e, ao afugentar-se, a criança que levava as costas soltou-se e caiu, tendo o pai desferido varies golpes de catana ao pequeno, a ponto de o aniquilar, Branca regressou ao local horas depois, tendo Noé Cardoso Agostinho fingido desconhecer o paradeiro do filho, ou seja, mandou-a procurar pela criança que, infelizmente já estava morta.

No local, segundo ainda Branca, suposto assassino a ameaçou de morte caso chorasse, obrigando-a a transportar o cadáver numa banheira ate a sede municipal, onde a Polícia Nacional foi imediatamente avisada. Branca Francisco Bangu, 21 anos, foi detida juntamente com o marido. O casal vivia no bairro Beta, na Vila do Golungo Alto.

Na fazenda, Noé Cardoso Agostinho, explorava maruvu (bebida alcoólica extraída da palmeira), apontando-se o estado de embriagues como a razão do cometimento deste acto bárbaro e, como o crime

não compensa já esta a prestar contas com as autoridades policiais.

Por seu turno, o teólogo Euclides dos Santos, da Igreja Metodista Unida no Kwanza Norte, lamenta atitude de Noé Cardoso Agostinho, pelo facto de ter tirado a vida do seu próprio filho. Esta situação, no seu entender, é muito chocante, reprovável e, igualmente, condenável, visto que se trata de uma criança de tenra idade e também inocente.

Euclides dos Santos aproveitou, depois de arrependido, o momento para apelar a sociedade (sobretudo os amantes do álcool) a evitar o consumo excessivo e a primarem pela paz nos corações, porque e através dessa prática fez com que o jovem, conhecido igualmente por "Cinco", cometesse aquele acto cruel.

9.8 Viúva suspeita de ter morto o esposo

Semanário Angolense

27 De Junho de 2015

Texto: João Silva

De acordo com a viúva, que falou a reportagem do *Semanário Angolense* (SA), não havia nenhum problema entre eles, mas sustenta que na segunda semana de Junho, ocorreu um problema entre duas vizinhas e, na discussão, uma acusou a outra de estar a namorar com o vizinho que, por sinal, era o malogrado. A discussão originou briga entre as duas e foi Esperança Manuel, a viúva, que apaziguou a contenda.

Ela contou que quando o esposo chegou a casa, informou-o da briga das vizinhas porque uma alegava que a outra teria um caso com ele. Contudo, nessa noite, o casal ultrapassou o caso e não houve nada de relevante.

No dia seguinte pela manhã, foi Mário Figueiredo que, em jeito de justificação, lamentou o facto e afiançou a esposa que não tinha e nunca tivera qualquer caso com a referida vizinha. Sem discussão, a esposa respondeu que a especulação devia-se popularidade que o esposo tinha no bairro.

Depois de alguns minutos, o falecido entrou no quarto e chamou a mulher que o encontrou com a pistola na mão. Temendo alguma loucura, pediu-lhe para pensar nela e nos filhos que sentiriam muito a sua falta.

Esperança Manuel afirma que marido manteve a arma em punho por quase vinte minutos, depois

entrou no quarto do casal e guardou a arma por cima do guarda-fatos, o que a deixou despreocupada.

Algum tempo depois, o homem dirigiu-se novamente ao quarto, voltou a sair e dirigiu-se ao quarto das filhas. Intrigada, a mulher tentou segui-lo para impedir que trancasse a porta, mas já era tarde. De repente ouviu um disparo e teve que pedir ajuda aos vizinhos para arrombar a porta e encontram Mário Figueiredo estendido no chão já morto, como contou a viúva, o SA falou ainda com a empregada doméstica, cuja versão dos acontecimentos não combinava com a da patroa. A viúva garantia que tudo estava bem em casa e, quando a empregada chegou para começar a trabalhar, encontrou o casal a conversar normalmente no quintal, tendo ainda a empregado brincando com a filha cassula, porque a patroa estava de saída.

Entretanto, dona Joaninha, a empregada, alega que quando chegou ao seu local de trabalho, cerca das oito horas da manhã, encontrou o casal, com o patrão fardado e pronto para ir trabalhar, mas com a pistola na mão e um certo clima tenso. Logo de seguida, dona Esperança avisou-a que havia de sair e Joaninha começou a efectuar o seu trabalho. Encontrava-se a varrer a parte de trás da casa, quando ouviu um disparo dentro da residência e viu dona Esperança sair a correr gritando por socorro.

A empregada acrescentou que não ouvira qualquer discussão entre os patrões e desconhece a razão que terá levado o patrão a matar-se. Mas confirma que foram os vizinhos que romperam a porta do quarto em que se encontrava o sargento maior das FAA estendido no chão sem vida.

Familiares não acreditam na versão da ex-companheira

Alguns membros da família do malogrado, alegam que Esperança, a esposa da vítima, era uma pessoa que maltratava o marido, conforme informações colhidas nos vizinhos. Os mesmos afirmam que, por várias vezes, Mário fora obrigado a dormir no quintal da sua própria residência por causa dos ciúmes da esposa.

Uma das irmãs do malogrado avançou que tudo quanta a viúva contou a reportagem do SA «mentira, porque não se justifica que um homem preparado para ir trabalhar, tenha levado com um balde de água suja, atirado pela esposa e tenha voltado para dentro de casa para matar-se, não pode ser verdade», frisou, acrescentando que tanto a viúva como a empregada mentiram.

Assim sendo, a família enlutada pede aos órgãos competentes que se apure bem os factos e se faça justiça, porque até os pertences do malgrado não foi encontrada, como telefones, computador portátil e outros meios.

Segundo os familiares do falecido, ainda foram ameaçados pelos familiares da mulher, que foram buscar patrulheiro da polícia para os prender, ao mesmo tempo que eram impedidos de chorar e lamentar a morte do seu entequerido. Conforme alegaram, a família da viúva expulsou do local os membros da família do falecido, coisa que deixou toda a gente surpreendida.

Alguns vizinhos sentiram-se solidários com a família e afirmaram que o falecido eram uma pessoas muito amigo das pessoas e não tinha nenhum problema com ninguém. Em contrapartida, acrescentaram, a esposa e que e uma pessoa de muitos problemas e era ela que arranjava sempre brigas com o esposo.

Um colega de unidade e companheiro de armas também afirmou que o falecido era uma pessoa que não se metia em problemas, mesmo na unidade em que trabalhava. Conhecia-o muito bem, porque foi o próprio Mário que o ajudou quando contraiu matrimónio.

Para o militar, a morte do colega deixou um grande vazio na sua unidade, visto que era um quadro das FAA bem aplicado e disciplinado.

9.9 Homicídios, violação de viaturas lideram estatísticas

Novo Jornal

12 De Junho de 2015

Texto: António Paulo

A POLÍCIA NACIONAL registou o esclarecimento de um total de 39 crimes com destaque para três crimes de homicídios voluntários, três crimes de violação, um crime de aborto e três crimes de roubo qualificado. Os dados fazem parte do balanço quinzenal da operação policial Ombembwa, apresentado esta semana em Luanda.

Dos crimes esclarecidos e ainda sob investigação, de acordo com o porta-voz da corporação, inspetor-chefe Mateus Rodrigues, destacam-se ainda dois crimes de posse ilegal de arma de fogo e cinco crimes de posse e uso de estupefacientes.

Por estas acções, segundo ainda o oficial subalterno,

foram detidos na operação, um total de 58 cidadãos nacionais como presumíveis autores dos crimes, com destaque para a detenção de duas cidadãs no município de Cacuaco, pelo crime de homicídio por carbonização.

Foi ainda detida uma cidadã acusada do crime de aborto no município do Cazenga, e ainda, um outro cidadão detido no município do Sambizanga, por tentativa de roubo com cometimento de crime de homicídio.

Das mãos dos marginais, segundo a nossa fonte, foram retiradas um total de 14 armas de fogo, sendo nove metralhadoras do tipo akm e cinco pistolas e recuperadas 13 viaturas, sendo quatro de marca Suzuki alto, duas brancas, uma cinzenta e uma marron, um Chevrolet Aveo de cor azul. Constam ainda da lista de viaturas recuperadas, quatro Toyota, sendo um Corolla XL cinzento, uma carrinha Hilux branca, um Toyota Hiace azul e branco e um Starlet cinzento.

Mateus Rodrigues apontou ainda na lista de recuperações, uma carrinha de marca Mitsubisch L200 de cor branca, dois Hiundays, um i10 e um sonata, ambos de cor cinzenta, um Nissan Micra de cor de laranja, duas motorizadas, 100 quilogramas de liamba, 12, 5 gramas de cocaína, bem como vários artigos de utensílios domésticos e artefactos utilizados no cometimento de crime.

Comentando sobre os crimes de homicídio, o agente policial, explicou que o crime de Cacuaco foi cometido por três membros da mesma família contra o "cabeça" do lar. Dois estão detidos e uma terceira pessoa envolvida está em fuga.

"De acordo com as informações que tivemos, trata-se de três integrantes da mesma família, duas pessoas detidas, mãe, filha e o genro que está em fuga. Por algum desentendimento, espancaram a vítima que era o marido e padrasto das mesmas", explicou, detalhando crime.

"Depois de espancado, os três homicidas atearam fogo ao corpo da vítima que acabou por morrer carbonizado. O crime ainda está a ser investigado, mas o que ressalta é que se trata de algum desentendimento entre os familiares, acentuou.

No que toca ao crime de aborto, Mateus Rodrigues informou que, a "cidadã, depois de um período de gestação decidiu fazer o aborto enterrando o feto no quintal".

No caso dos crimes de violação, o porta-voz afirmou que, tal como noutras ocasiões, o acto ocorre predominantemente no seio das famílias. "Em

muitos casos, estão envolvidos os próprios parentes, ou mesmo amigos da família.

Muitas vezes, os violadores aproveitam-se de algum momento em que estão sozinhos com as vítimas e realizam as suas acções", explicou Mateus Rodrigues apelando por uma maior vigilância dos menores e não só.

De salientar que nas estatísticas da operação Ombembwa, os crimes de Homicídios violação, furto e roubo de viaturas são os que mais se destacam nas estatísticas policiais.

Refira-se que a Polícia Nacional está proibida de apresentar marginais em público, tal como procedia até há bem pouco tempo a corporação. A proibição foi feita pela Procuradoria-Geral da República que quer ver respeitado os direitos de personalidade dos cidadãos, presumivelmente "culpados". À semelhança da penúltima apresentação, esta semana, os marginais também não estiveram presentes na Unidade operativa de Luanda.

9.10 Dezenas de marginais detidos no país

Jornal de Angola
09 De Junho de 2015

A Polícia Nacional deteve no fim-de-semana, em várias províncias do país, 59 pessoas por envolvimento em 64 crimes diversos, dos quais 46 delitos estão já esclarecidos, disse, ontem, o porta-voz do Comando-Geral da Polícia Nacional.

O comissário Aristanes dos Santos disse que dos crimes registados destacam-se três homicídios voluntários, quatro violações sexuais, ofensas corporais, roubos e furtos de viaturas, artigos diversos e de valores monetários.

De acordo com Aristófanos dos Santos, a província de Luanda lidera com 18 casos, seguindo-se a do Huambo com seis, Benguela, Cabinda e Uíge com cinco cada e Huíla com quatro.

O porta-voz do Comando-Geral da Polícia Nacional explicou que um dos homicídios voluntários, por disparos com arma de fogo do tipo Jericho, foi praticado por um homem de 25 anos, em que a vítima foi um homem de 29 anos, por desentendimento entre ambos na via pública, no Bairro Belo Monte, no município de Cacucaco.

Quanto às violações sexuais, foram vítimas crianças de dois, cinco e 11 anos, nas cidades do Lubango (Huíla), Saurimo (Lunda Sul) e Benguela, sendo os

praticantes pessoas próximas dos familiares que se aproveitaram da ausência dos pais das vítimas.

Em relação aos roubos de viaturas, esclareceu o oficial da Polícia, foram vítimas três cidadãos, entre os quais um de nacionalidade chinesa. Os actos ocorreram na via pública, no Kilamba Kiaxi e Viana (Luanda) e no Lubango (Huíla).

De acordo com o porta-voz da Polícia, durante o fim-de-semana foram registados 32 acidentes que causaram seis mortos e 28 feridos.

Oficial sob inquérito

A Polícia Nacional mandou instaurar um inquérito contra um suposto oficial superior da corporação, acusado de praticar um acto ilícito criminal no interior de um estabelecimento comercial, revela um comunicado assinado pelo director do Gabinete de Comunicação e Imagem do Comando-Geral da Polícia Nacional, distribuído, ontem, em Luanda, à imprensa.

Um vídeo posto a circular nas redes sociais revela que o oficial superior da Polícia Nacional teria furtado um telemóvel de uma cliente do estabelecimento comercial. De acordo com o comunicado, a Polícia lamenta o facto e reafirma que o alegado comportamento do presumível oficial não se coaduna com as regras de disciplina e da deontologia reinante no seio dos efectivos.

O Comando Geral da Polícia Nacional agradece os cidadãos terem denunciado o acto.

Incêndios em Luanda

O Comando Provincial do Serviço Nacional de Protecção Civil e Bombeiros (SNPCB) registou, durante o fim-de-semana, em Luanda, 21 ocorrências com destaque para 11 incêndios, disse o porta-voz da instituição, Faustino Mingues.

Os incêndios, de acordo com os serviços de bombeiros, foram causados por fogo posto, curto-circuito, negligência e fuga de gás, tendo afectado zonas de habitação e transportes nos distritos urbanos da Maianga, Ingombota e Kilamba Kiaxi, em Viana, Belas e Cazenga.

9.11 Mais de 50 crimes registados em 24 horas no país

Jornal Grandes Notícias
5 De Junho de 2015

A Polícia Nacional registou na semana transacta 58 crimes diversos, em todo país, dos quais 45 encontram-se já esclarecidos e deteve preventivamente 46 pessoas por suposto envolvimento em delitos.

O porta-voz do Comando Geral da PN, comissário Aristófares dos Santos, disse que em relação a dia semana antepassada, houve um aumento de oito delitos, com destaque para três homicídios voluntários, igual número de violações sexuais. Destacam-se também entre os crimes os roubos, furtos de viaturas, artigos diversos e valores monetários na via pública, estabelecimentos comerciais e no interior de residências, em alguns casos, com recurso a armas de fogo.

Os maiores índices registaram-se em Luanda com 19 delitos, na Huíla foram notificados oito casos, enquanto o Huambo e Zaire seguiram-se com quatro crimes cada.

A Polícia de Guarda Fronteira de Angola repatriou, 189 cidadãos e registou a ida voluntária de outros 43 para a República Democrática do Congo.

O porta-voz fez saber que I foram registadas 27 infracções económicas e detidas 20 pessoas, dentre eles oito estrangeiros, por crime de fraude nas vendas. Destaca-se a detenção de dois cidadãos, ambos de 25 anos de idade, envolvidos na falsificação de títulos de crédito, no valor de Akz.15.879.830,00, pertencente a firma "Geolinke Service Lda" destinado ao pagamento de Impostos de Rendimento de Trabalho, referente ao exercício económico, em Luanda.

9.12 Criminalidade está a piorar em alguns bairros do Cazenga

Semanário Angolense
6 de Junho de 2015

A criminalidade no município do Cazenga é bastante alta em alguns bairros. O inexistente patrulhamento policial e a ausência de fornecimento de energia eléctrica são apontados como razões para os problemas no bairro Carnbaxi, onde os amigos do alheio determinam as regras de jogo.

Gaspar Faustino

Os moradores do bairro do Carnbaxi, no Cazenga, deparam-se diariamente com lutas de gangues pelo controlo da área onde executam os assaltos à mão armada e crimes de violação sexual, ameaças de morte e constantes assassinatos.

Em face de tal situação, os moradores não descartam a hipótese de procurarem um local mais seguro para viver. Um dos moradores, que se identificou como Euclides Pombal, estudante universitário, afirmou ter presenciado inúmeros assaltos, principalmente em residências.

«Diariamente é possível presenciar três ou mais crimes; só no mês passado registaram-se dois homicídios no nosso bairro e o comandante não está a fazer o seu trabalho como deveria. Aqui no Cambaxi não há patrulhamento, é muito triste o que vivenciamos neste bairro», revelou, tendo acrescentando depois: «Alguns jovens que cometem estes crimes residem no bairro».

É no período nocturno que as acções criminosas se agravam. É ver os populares em passo apressado para chegarem são e salvos a casa com receio de caírem numa espécie de «recolher obrigatório», que é imposto pelos meliantes.

«O primeiro assassinato foi mesmo junto ao Comando de Divisão do Cazenga. Dois jovens de grupos tiveram uma briga muito feia. Nós ficamos admirados como é que a polícia não reagiu vendo um grupo de meliantes a lutarem próximo da esquadra, uma briga que custou a vida de um jovem de 17 anos», disse.

Por outro lado, os moradores queixam-se dos agentes da ordem pública destacados para aquele perímetro porque, no lugar de garantirem a tranquilidade, transfiguram-se em agentes reguladores de trânsito, interpellando as viaturas e as motos em troca de uma gasosa de 500 ou mil kwanzas.

Pascoal Gomes lamenta o fraco patrulhamento que existe na zona do Cambaxi. «No nosso bairro é impossível andar à-vontade porque, a partir das 17 horas, os bandidos já estão em acção. A nossa realidade é triste, só Deus é quem sabe!», realçou, para mais adiante, relatar que a sua família procura, há cinco meses, o seu sobrinho que desapareceu quando saía para mais uma jornada laboral.

No Cazenga, os bairros Malueca e Angolano foram também apontados como críticos no que toca a assaltos e outras acções de grupos criminosos. Segundo os relatos dos moradores, ali actuam diversos grupos de criminosos. Os malfeitores operam durante a noite, praticando diversas acções criminosas.

Por sua vez, Nuno Camacho, outro morador, assegurou que «no mês de Abril, uma jovem que saía da escola por volta das 20 horas, foi violada por seis elementos», sublinhando que também já foi alvo de vários assaltos na calada da noite em sua residência.

Já Domingas Graciano, vendedora ambulante e moradora do bairro Calawenda, no Cazenga, disse que a área em que reside «tem muitos bandidos», o que condiciona até a circulação dos moradores que não conseguem deslocar-se cedo aos seus locais de trabalho. A senhora explicou-nos que também já foi assaltada e agredida enquanto trabalhava e perdeu 60.000 Kwanzas.

Por sua vez, Neyde Constantino, moradora da zona Calawenda, disse que as pessoas andam constantemente desconfiadas que muitas vezes não se consegue andar no bairro, tudo porque meliantes confrontam-se constantemente com armas de fogo, garrafas, pedras, catanas e facas e, e muitos casos, as lutas estendem até às casas dos moradores.

«o senhor ministro do Interior ou o comandante-geral da Polícia tem de exonerar este comandante que não está a fazer nada para resolver a nossa situação. Já fomos várias vezes ao Comando de Divisão do Cazenga expor o que passamos, mas, de forma arrogante o comandante não nos atendeu disse que tem muita coisa a fazer não teria tempo naquela hora para ouvir as nossas reclamações», deplorou.

Autoridades negam falta de acção

De acordo com fonte da divisão Cazenga que preferiu falar I condição de anonimato, as áreas de maior incidência de crime são os bairros Calawenda, Vila da Mata, Terra Vermelha, Bairro Angolano, Cambaxi e Sonef.

A mesma fonte referiu Aine que a falta de iluminação pública é um dos grandes obstáculos

porque a maioria dos crimes no Cazenga são cometidos no período nocturno. «Nos bairros cuja iluminação é deficiente, ocorrem muitos crimes e muitos deles não são comunicados à polícia, o que dificulta a nossa real análise da criminalidade, porque se os crimes não são participados nós também não podemos ter uma ideia precisa da situação que os moradores estão a passar».

A fonte referiu que as principais vias estão policiadas, mas ressaltou que, no interior dos bairros, patrulhamento torna-se deficiente porque algumas ruas estão cheias de lixo e águas pútridas.

9.13 PARA ASSALTAR UM CASINO HOTEL

Jornal A Capital
6 De Junho de 2015

Depois de ter explicado como se processou tudo em relação à suposta ajuda solicitada pelo réu 'Mingão', ficou-se a saber, mediante as suas declarações (algo que já não era novidade) nos autos, que afinal, a ré 'Ivânia' estaria também implicada num furto de 100 mil dólares dos quais retirara algum valor para a compra de uma viatura e de duas motorizadas.

A novidade nisso tudo, foi que os supostos jovens que estavam a coagi-la queriam que ela os levasse ao mesmo local, já que além dos valores que ela retirou de lá, disse que havia muito mais, para um segundo furto.

Segundo disse o declarante, deste grupo fazia parte um indivíduo apenas identificado por 'Whyskinho', que no final ficou-se a saber através do co-réu 'Joãozinho' de que se tratava de um ex -namorado da ré 'Ivânia'.

Nesta altura, foi dada a palavra à ré 'Ivânia' no sentido de dizer se tais acusações, proferidas pelo declarante correspondiam com a veracidade dos factos, tendo esta negado e dito que o mesmo estaria a faltar com a verdade.

Instada a repor, então, a verdade dos factos, a ré disse que tudo quanto o agente da polícia Nacional disse não condizia com a verdade. A verdade, segundo ela, é que o mesmo também fazia parte do grupo de malfeitores, dos quais incluem ainda os co-réus 'Mingão' e 'Joãozinho'.

"Foi ele quem distribuiu algumas pistolas para assaltarmos novamente o Hotel Cascata, depois de termos parado nas bombas de combustível do Cedem", denunciou a ré em viva voz, sublinhando que naquele momento estavam em companhia de um

agente da Polícia fardado, não tendo sido possível identificá-lo pois não o conhecia.

O declarante Luís Miguel, também conhecido por 'Cadência', em seu turno, negou as acusações de Ivânia, sublinhando que nunca se congregou com os meliantes, agora no banco dos réus, que a ré citou muito menos chegou a dar-lhes arma e boleia para o referido assalto.

Garante, por outro lado, que a única vez que foi ao Hotel Cascata foi na presença de Ivânia, na companhia de outros sete agentes da Polícia Nacional, que compunham duas patrulhas, aquando da intenção de deter o 'Whyskinho' e a sua suposta quadrilha.

Erro crasso

Para o espanto do juiz, da digna procuradora do Ministério Público e da assistência, infelizmente esta quadrilha de que o declarante 'Cadência' se refere não chegou a ser detida, muito menos chegou-se a fazer um expediente investigaria, como é praxe nestas situações. O que seria o mais acertado, em função de ser um agente de investigação e conhecedor do métier, tudo porque segundo contou em tribunal, o mesmo estaria a impor uma condição da qual a sua informante, no caso, a ré Ivânia ou o co-réu 'Joãozinho' estariam a correr perigo de vida.

"Por este facto, decidi, mesmo não sendo o chefe da equipa, abortar a missão e levar de volta a Ivânia à casa. Não detivemos ninguém do grupo do 'Whyskinho', nem chegamos a fazer uma participação, queixa, processo-crime, expediente operativo muito menos um auto de notícia", explicou, deixando sérias dúvidas aos causídicos sobre o seu possível envolvimento no caso, uma vez que na altura era funcionário da divisão do Kilamba Kiaxi e mesmo assim, fez-se de bombeiro nas divisões da Maianga, Ingombota e Samba em digressão com a ré Ivânia Danilo.

No final foram ainda ouvidos Sara Domingos, irmã de Augusto Paulo Kabanga, o não menos conhecido 'Mingão', Jacinto António Bernardo, colega do malogrado e ainda o irmão mais velho de João Machado Pais da Cunha, também conhecido por 'Di Maria' ou 'Joãozinho'.

Em relação ao que disseram em julgamento, foi tudo mais uma fotocópia daquilo que já se sabia. Ou seja, não trouxeram nada de novo. Aguarda-se, no entanto, ainda a audição da mãe da ré Ivânia -Danilo dos Santos de Castro, que possivelmente poderá acontecer nesta segunda-feira, 08, data prevista para mais uma sessão deste mediatizado caso.

10. AMBIENTE

10.1 Degradação afecta maioria das províncias

Jornal de Angola
19 De Junho de 2015

Doze das 18 províncias do país apresentam sérios problemas de degradação de terras e de seca, revelou, quarta-feira, em Luanda, o Ministério do Ambiente.

As províncias afectadas são o Bengo, Benguela, Bié, Cuanza-Sul, Cuando Cubango, Cunene, Huambo, Huíla, Lunda Norte, Lunda Sul, Malanje, Moxico e Namibe, refere o Ministério do Ambiente, em comunicado. "Adesertificação representa, a nível nacional e internacional, um grave problema com implicações sociais, económicas e ecológicas, pois é um fenómeno que corresponde à transformação de terras com potencial produtivo em áreas inférteis ou em desertos", diz o documento do Ministério do Ambiente.

O combate à desertificação, refere Ministério do Ambiente, pode ser feita através do uso sustentável de recursos naturais, da conservação do ambiente e da prática agrícola adaptada às condições ecológicas locais.

Nas zonas propensas à desertificação deve-se usar técnicas agrícolas adequadas, seguras e sustentáveis com vista a prevenir o fenómeno, acrescenta o comunicado do Ministério do Ambiente.

Para dar resposta a este problema em Angola, o Governo, através do Ministério do Ambiente, elaborou o Programa de Acção Nacional de Combate à Desertificação (PANCOD), que define os domínios prioritários de intervenção, o papel e as responsabilidades dos vários actores, estabelecendo parcerias para lutar contra o fenómeno da desertificação e a criação de mecanismos institucionais de coordenação.

Descargas das petrolíferas

As empresas petrolíferas devem cumprir com as descargas das aparas em terra, no quadro do Decreto Executivo 97-14 sobre "Descarga Zero", que entra em vigor em Julho deste ano, apelou ontem, em Luanda, o director do Gabinete Jurídico do Ministério do Ambiente.

Miranda Kiala informou que o decreto proíbe a deposição das aparas que forem produzidas no decurso da exploração petrolífera têm de ser

transportadas para terra para o devido tratamento, e advertiu que as empresas petrolíferas devem cumprir com a legislação ambiental em Angola, caso contrário estão sujeitas ao pagamento de multas, em função da natureza e da gravidade da infracção cometida.

O regulamento aplica-se a todas as descargas operacionais geradas no decurso das operações petrolíferas, quer em terra quer em mar, excepto quando as instalações se encontrem em trânsito, disse o director do Gabinete Jurídico do Ministério do Ambiente, que explicou que o diploma legal se destina a garantir um padrão de sanidade ambiental aceitável e recomendável na indústria petrolífera.

"Esperamos que as empresas petrolíferas estejam preparadas para implementação deste regulamento, depois da moratória dada para que as mesmas estejam preparadas tecnologicamente, a fiscalização vai ser rigorosa". Tal procedimento contribui muito para a melhoria do meio ambiente marinho, para a redução de impactes negativos para com os mamíferos e outras espécies que estiverem no raio das operações, sobretudo no momento da descarga das aparas, concluiu o director do Gabinete Jurídico do Ministério do Ambiente.

Projecto Kitabanga

O projecto Kitabanga, da Faculdade de Ciências da Universidade Agostinho Neto (UAN), contribui para um melhor conhecimento e conservação das tartarugas marinhas, ao longo da costa de Angola, revelou, ontem, em Luanda, a instituição de ensino superior.

Implementado desde 2003 nas regiões do Kissembro, Longa, Cuio e Manono, o projecto Kitabanga tem o objectivo de contribuir para o conhecimento da condição e protecção das tartarugas marinhas ao longo da costa de Angola.

10.2 Luta contra a desertificação absorve 20 milhões de dólares

Semanário Económico

18 De Junho de 2015

Texto: Antónia Gonçalves

A luta contra a desertificação no país ganha nova dinâmica no segundo semestre deste ano, quando for assinado um memorando entre Angola e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

O acordo prevê um investimento de 20 milhões de dólares co-financiados pelo PNUD, para suportar o

projecto "Adaptação das Alterações Climáticas". A província do Cunene será prioritária por ser a mais afectada pela desertificação e seca, segundo o chefe do Departamento de Seca e Desertificação do ministério do Ambiente.

Luís o Constantino disse que projecto terá duração de cinco anos e visará o reforço da capacidade de adaptação climática para suportar riscos de desastres na bacia do Cuvelai e reduzir as vulnerabilidades relacionadas com o clima nas províncias da Huíla e do Namibe. "Queremos ampliar a rede de estação meteorológica. Não se pode falar de clima se não tivermos uma rede eficiente de estações meteorológicas porque o tempo precisa de ser monitorado constantemente", afirma o gestor. Constantino conta que a implementação do projecto consistirá na transferência de tecnologias apropriadas, desenvolvimento das capacidades infra-estruturais e monitorização climática.

Um segundo projecto, denominado "Reteza" está a ser desenvolvido na província de Benguela, nas regiões de transumância, tendo como objectivo o fortalecimento e restauração dos sistemas de produção agro-pastoris em áreas vulneráveis, segundo De acordo com outro técnico do Gabinete de Alterações Climáticas Consta do projecto a integração das alterações climáticas em políticas do sector agrícola e ambiental, bem como a capacitação e promoção das alterações climáticas através da fertilidade do solo e práticas de gestão sustentável de terras. João Vintém explica que estas regiões têm sérios problemas de degradação dos recursos naturais como a escassez da vegetação, de pastos, de água, sendo necessário resolvê-los para que as populações não tenham problemas.

O seu entender, a desertificação está relacionada com as actividades humanas e secundariamente por causas naturais, ligada ao uso do sistema sustentável da terra e das alterações climáticas.

"Enquanto o país depender maioritariamente da agricultura para a subsistência da população, acho que devemos começar a nos preocupar porque este fenómeno traz consigo muito a problemas e um deles e a fome", alerta.

Quanto ao contexto angolano explica que o país possui uma orla costeira de cerca de 1600 quilómetros que se situa na zona árida, semi-árida, ou seja, húmida e seca, desde o extremo sudeste do Namibe até a província de Cabinda.

"Uma parte da província de Cabinda tem um clima equatorial e semi-árido. Chove aproximadamente 650 a 800 milímetros de chuva por anos. O litoral de

Cabinda tem problemas sérios. O nosso país infelizmente está muito ligado aos climas secos", diz.

O técnico diz ainda que o problema da desertificação é uma preocupação mundial porque abrange todos os países do mundo, nomeadamente os inseridos em climas inter-tropicais e tropicais, com climas áridos, semi-áridos e sub-húmidos secos.

O Dia Mundial de Combate à Desertificação e à Seca foi aprovado ao abrigo da Resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas A/RES/49/115), em 1994, para promover a consciencialização pública acerca deste tema.

O documento foi adoptado de modo a apoiar os países que sofrem secas severas e desertificação, particularmente em África, razão por que os Estados que subscreveram a Convenção celebram a data com actos de consciencialização das pessoas sobre o perigo deste fenómeno em todo o mundo.

10.3 Acções humanas sobre ambiente aceleram seca e desertificação

Jornal Republica
19 De Junho de 2015

A contaminação das águas dos rios, a desflorestação, a poluição atmosférica e dos solos foram apontadas, na cidade do Huambo, como principais acções que aceleram a seca e a desertificação.

A afirmação é do ambientalista Gervásio Mendes Kaluhongue, em declarações à imprensa, a propósito do Dia Mundial de Combate à Seca e à Desertificação, afirmando que estes dois fenómenos representam uma ameaça à vida. Embora admita que a seca e a desertificação sejam causadas por factores naturais, o ambientalista diz acreditar que as acções humanas têm impacto muito significativo sobre ambos os fenómenos.

Gervásio Kaluhongue disse ser necessária a implementação de medidas que visem banir qualquer acção humana que danifique o ambiente, admitindo que a seca é um problema comum em Angola.

"A natureza não pode continuar a ser explorada de forma tradicional. É necessário promover a cultura da sustentabilidade dos recursos naturais", alertou.

O também docente da Escola Superior Pedagógica da província do Bié mostrou-se preocupado com a lavagem de viaturas nos rios, uma vez que os fluidos resultantes desta acção poluem as águas e contaminam o solo na zona adjacente. Quanto ao derrube da vegetação, particularmente de

árvores, Gervásio Mendes Kaluhongue disse ser uma prática que interfere directamente na manutenção do ciclo hidrológico, causando, por isso, irregularidade nas precipitações. Um outro problema que no entender do especialista em protecção e conservação do ambiente favorece a seca e a desertificação é o uso de fertilizantes e pesticidas na agricultura, por serem substâncias tóxicas que ao infiltrarem-se no solo contaminam e comprometem as nascentes de água doce.

"Há ainda a deposição directa de resíduos sólidos nos rios que, associada ao aumento da temperatura, está a fazer com que muitos deixam de ser constante e passem a ter água apenas na época chuvosa", referiu.

O 17 de Junho foi instituído em 1995, pela ONU, com objectivo de promover a sensibilização pública relativa à cooperação internacional no combate à desertificação e os efeitos da seca.

A desertificação corresponde à transformação de uma área com potencial produtivo em terras inférteis, já a seca ou estiagem é um fenómeno climático causado pela insuficiência de precipitações pluviométricas, ou chuva, numa determinada região por um período de tempo muito grande.

10.4 A defesa do Ambiente

Jornal de Angola
4 De Junho de 2015

A quinta edição da Feira Internacional de Tecnologias Ambientais começa hoje, 4 Junho, numa altura em que cresce o compromisso para a qualidade do ambiente em todas as esferas da vida do país. A feira inclui um ciclo de conferências temáticas sobre questões ambientais no âmbito das comemorações dos 40 anos de Independência Nacional. A feira representa não apenas a determinação do Executivo em retomar os desafios ambientais numa questão de Estado, como transforma-los também em assunto que deve preocupar os cidadãos,

Angola cresce economicamente, numerosas empresas instalam-se em varias parcelas do território nacional e é fundamental que elas observem as leis ligadas à preservação do ambiente. Temos um vasto território em superfície terrestre, uma longa fronteira marítima e vivemos ainda um processo de ocupação dos solos que nem sempre respeita as normas e boas praticas ambientais. E preciso, para a defesa do ambiente, identificar os principais problemas para encontrar as melhores soluções.

As boas praticas ambientais tem sido amplamente promovidas pelo Ministério do Ambiente, pela Comissão Multi-sectorial para o Ambiente, pelas

associações ligadas ao sector, numa altura em que cresceu em todo o mundo a necessidade de respostas aos problemas com um impacto global. Se fizermos isso, apenas estamos a cumprir a nossa parte em benefício de muitos milhões de pessoas.

As preocupações globais quanto à degradação dos solos, emissões de gases poluentes da atmosfera e o aquecimento global impõem regras de conduta que devem ser seguidas por todos, sobretudo na utilização dos solos, das águas e do ar.

Reconhecemos que estamos num processo, cujos resultados relativamente à implementação de políticas ambientais começam a revelar resultados animadores em todo o país. Temos ainda muitos desafios ao nível de questões que dizem respeito ao ambiente, mas muitos passos foram dados no sentido da observância de regras.

A gestão ambiental em Angola é já uma realidade a que se dá, felizmente, bastante importância. Hoje podemos dizer com segurança que Angola tem condições para tratar em termos quantitativos e qualitativos os efeitos ambientais perniciosos que agredem o ambiente.

Acreditamos que, com a realização desta Feira Internacional de Tecnologias Ambientais, o país, as empresas e as pessoas singulares, ficam melhor preparados na medida em que se aprende mais e se trocam experiências, o que faz com todos nos ganhemos.

Como disse o secretário-geral da Rede Ambiental Maiombe, Rafael Neto, em declarações Angop, "desde a realização da primeira feira de tecnologias ambientais em Angola (2011) até aos dias de hoje, observamos que demos um salto positivo na medida que as empresas públicas e privadas continuam a mobilizar-se na aquisição de equipamentos que favorecem um ambiente mais saudável".

Durante a feira, os especialistas vão analisar os ganhos dos tempos modernos que tem haver, por exemplo, com o uso de energias renováveis como painéis solares foto voltaicos, produção de energia com base em combustíveis fósseis e construção de edifícios sustentáveis.

A reciclagem de resíduos sólidos e o aproveitamento dos que resultam das demolições, além do funcionamento das pedreiras, entre outros passos, podem contribuir para conseguirmos tomar efectivo um desenvolvimento sustentável para Angola baseada no equilíbrio entre a "preservação do ambiente e crescimento económico".

Que a quinta edição da Feira internacional de Tecnologias Ambientais venha fazer boas opções e recomendações sobretudo para as empresas que, como sabemos, são os maiores poluentes.

Embora a pressão demográfica contribua para a degradação dos espaços geográficos, não há dúvida de que o impacto ambiental das actividades das empresas é maior, principalmente quando não reguladas.

É positivo que se promova a observância de normas ambientais e se mobilize a sociedade, as famílias e as empresas para as questões que tem a ver com o ambiente, cujo tratamento deve ser considerado assunto prioritário.

As boas práticas ambientais geram também uma boa qualidade de vida para os cidadãos. Auguramos todos que, com a realização do ciclo de conferências e com a quinta edição da Feira Internacional de Tecnologias Ambientais, venhamos a estar melhor preparados para implementarmos bons hábitos ambientais em todo o país. (o ambiente deve passar a fazer parte das nossas preocupações. Não se trata apenas de assunto de Estado. As comunidades em questões que lhes dizem directamente respeito, como o ambiente, é uma boa opção.

10.5 Mais de 9 mil toneladas de resíduos hospitalares serão produzido ainda este ano

Jornal O País

12 De Junho de 2015

Texto: Afrodite Zumba

O dado foi extraído do relatório divulgado no Seminário sobre a Gestão de Resíduos Hospitalares, organizado pelos ministérios do Ambiente e da Saúde que decorreu sob o lema: "Angola 40 anos, Ambiente Puro mais Saúde e mais qualidade de Vida".

Segundo o documento, estima-se que ainda este ano seja produzido mais de 9 mil toneladas de resíduos hospitalares, quantidades que tendem a multiplicar anualmente, como consequência do crescimento populacional e a modernização do sistema de saúde. Para garantia da execução do projecto traçado serão desembolsados 50 milhões de dólares, para a construção de infra-estruturas num período de seis anos, assim como 23 milhões de dólares para despesas operacionais.

Ao dissertar no evento, o Inspector-geral da saúde, Miguel Oliveira salientou que no país o decreto presidencial nº 160/14 De 18 de Junho, rege a Gestão de Resíduos Hospitalares e Serviços de Saúde, o responsável esclareceu que de acordo com aquele dispositivo legal, cada unidade geradora de resíduos deve possuir o seu respectivo plano de gestão, bem como a incumbência de dar tratamento adequado as quantidades de substâncias contaminadas que produzem.

Miguel Oliveira elucidou que neste grupo estão também incluídas as unidades farmacêuticas, prestadoras de serviços de radiologia, os laboratórios e as veterinárias. Ao fazer referência ao actual acondicionamento dos resíduos hospitalares no território nacional, o gestor salientou que não é o mais correcto.

Prosseguiu dizendo que, por tal facto, desde Setembro do ano transacto tem sido desencadeadas acções de sensibilização a fim de se corrigir o processo.

"Depois da fase de sensibilização, orientar-nos as unidades geradoras para que se adequassem, com a aquisição de equipamentos tal como a formação de pessoal e a elaboração dos dispositivos manuais", detalhou.

O inspector-geral esclareceu que o término do período que visava o enquadramento das unidades geradoras ao projecto a ser implementado estava previsto para Fevereiro. Todavia, a falta de verbas, principalmente nas unidades públicas, fez com que se prorrogasse o prazo ate Maio.

O responsável declarou que no momento já existem condições para se verificar a implementação do programa em termos da segregação de resíduos e normas de acondicionamento, transporte, armazenamento temporário e tratamento. Concluiu tecendo que as unidades geradoras envolvidas no processo, que eventualmente infringirem as normas estabelecidas no diploma legal que rege a GRHSS, estão sujeitas ao pagamento de multas que variam dos 100 a 200 milhões de kwanzas ou o cancelamento da licença assim como a suspensão da sua actividade ou ate mesmo o encerramento do respectivo estabelecimento.

A Gestão de Resíduos Hospitalares no país ainda é preocupante o ministro da saúde, José Van-Dunem ao intervir no fórum de debate, afirmou que o mesmo representa uma oportunidade para se avaliar a proposta do Plano estratégico da Gestão de Resíduos Hospitalares, PERH, que contribuirá para uma melhor defesa da saúde publica e do Ambiente.

A entidade ministerial realçou que no país a temática em questão é preocupante, tendo em conta ao estado de vulnerabilidade do saneamento básico existente e o impacto que tais substâncias causam no que se refere ao potencial infeccioso e poluente.

Prosseguiu dizendo haver a necessidade de capacitarem-se os profissionais do sector, de modo que saibam manusear de forma correcta os resíduos hospitalares sem colocarem em risco a sua saúde e a dos utentes que diariamente procuraram as unidades hospitalares.

O ministro acentuou também a importância das sinergias dos sectores empenhados na protecção da saúde e prevenção da doença, com vista a garantir o bem-estar de todos os angolanos, tal como preconizado no Plano Nacional de Desenvolvimento Sanitário 2012- 2025.

O responsável apelou a participação dos profissionais do sector, de modo a serem formuladas contribuições para o desenvolvimento do Plano Estratégico para a Gestão de Resíduos Hospitalares dos Serviços de Saúde, a fim de serem alcançados sucessos num futuro próximo.

10.6 Oceanos e resíduos sólidos

Jornal Semanário Económico
11 De Junho de 2015

Os resíduos sólidos são uma das consequências da industrialização que acompanhada de pouca consciencialização ambiental dos intervenientes, em todo o processo de desenvolvimento, ao longo dos anos. Em muitos campos o Homem venceu o desconhecido, transformando matérias para produzir bens de consumo para a população, mas está a pagar pelo não acautelamento dos excessos e excedentes dos resíduos, no geral, e em particular dos resíduos sólidos resultantes.

Um dos grandes contribuintes da classe dos resíduos sólidos são os plásticos, produto fundamentalmente constituído por polímeros resultado dos produtos refinados do petróleo e outros materiais. Entende-se pois que a evolução da matéria plástica e sua utilização foi simultânea à evolução da indústria química' esta associada à indústria de transformação do petróleo, que como sabemos é matéria-prima fóssil e não renovável. Os produtos plásticos não são biodegradáveis, com algumas excepções, e a sua degradação no ambiente desde décadas até centenas de anos para se realizar. Os oceanos são um dos biomas mais vulneráveis à poluição proveniente do

continente por acção humana, que com a sua actividade contamina os afluentes e lança os resíduos sólidos (lixo). O lixo lançado ao mar põe em perigo a vida dos oceanos interferindo quer com os processos físicos e ou químicos mas também nos biológicos o leito marinho, o lixo acumula -se e aí permanece por centenas de anos, tempo que leva até à sua degradação. Para além da alteração física do leito, altera-se a dinâmica ecológica entre o meio e as comunidades utilizadoras das áreas afectadas.

A fauna marinha, é assim largamente afectada porque altera o seu habitat (organismos bentónicos) e passa-se a adquirir os elementos tóxicos, através da cadeia alimentar que transporta a contaminação para a população humana, afectando-a. E a porta de entrada é directa via o consumo dos recursos biológicos marinhos explorados (pesca) e que constituem uma grande fonte de proteínas para o Homem.

Outras espécies como tartarugas marinhas ingerem sacos plásticos, por exemplo, que são responsáveis pela morte de muitos animais que os confundem com medusas, alimento seu.

Um outro exemplo são as redes de pesca fantasmas, largadas em diferentes zonas da costa, e constituem barreiras físicas para peixes, tubarões, tartarugas e mamíferos marinhos, Quaisquer situações deste tipo têm, no geral, consequências nefastas onde a morte é uma das principais.

E não há muitos caminhos para a solução pois dois são claros e distintos: A primeira não alterar o quadro presente, sendo esta uma atitude tenebrosa que leva-nos a todos a afundar o Planeta, pois continuaremos a destruí-lo e aos seus habitantes! A segunda é inverter a situação através de um pacote de soluções locais estruturadas e ambientalmente responsáveis começando pela educação do Homem.

10.7 Crescimento urbano invade habitat de animais selvagens

Jornal De Angola

29 De Maio de 2015

Texto: Manuel Fontoura

O crescimento das áreas urbanas na periferia de Ndalatando, capital da província do Cuanza Norte, provocado pelo afluxo das populações, está a permitir a invasão de animais selvagens.

O chefe do departamento provincial do Instituto de Desenvolvimento Florestal, Guilherme da Costa,

disse que o alargamento dos bairros resulta da elevada densidade populacional, assinalando que a deslocação de habitantes do interior para Ndalatando começou durante o conflito armado em que o país esteve mergulhado. Por isso, vastas áreas florestais foram ocupadas por habitações.

Guilherme da Costa deu como exemplo os bairros da Kitata e Kibuangoma, que recentemente foram invadidos por dois elefantes, deixando a população em pânico.

Para o responsável, nesta estação seca em que há muita concorrência sobre os resíduos hídricos e nutrientes, os animais invadem as lavras e acabam por destruir todas as culturas. "As populações depararam com elefantes a devorar as suas culturas e para afugentá-los decidiram arremessar pedras e paus. Na tentativa de se livrarem da agressão, os animais em desespero ao invés de tomarem a rota em direcção à floresta, passaram pelo interior do bairro, o que originou o pânico", explicou.

Para se defender dos ataques, um dos elefantes correu entre as habitações, de construção precária, acabando por destruir parcialmente uma delas, antes de se pôr em fuga, sem causar vítimas humanas.

"Não se pode dizer de concreto que seja o animal que tenha invadido o bairro periférico, mas tudo aconteceu pelo facto de as pessoas perseguirem o animal que se sentiu ameaçado e pôs-se em fuga, tendo encontrado depois passagem de volta para o mato", explicou Guilherme da Costa.

O chefe do departamento provincial do Instituto de Desenvolvimento Florestal condenou a atitude das pessoas que tentaram matar o animal, mas disse que "felizmente os elefantes conseguiram escapar.

Acho ser uma atitude reprovável da população que, ao invés de apenas afugentar o animal, prendiam a todo custo matá-lo, o que não é o mais correcto", disse.

10.8 Buscar saúde entre o mar e o lixo

Jornal Semanário Angolense

13 De Junho de 2015

Texto: Ilídio Manuel

À entrada da ilha de Luanda, à esquerda, o mar estende-se para lá da linha do horizonte perdendo-se numa imensidão de águas de tons azuis-turquesas. Ao longe, algumas embarcações fazem-se ao mar.

À direita, sobre a língua de asfalto que serpenteia até ao Ponto Final, há um posto móvel da polícia que, a espaços, «filtra» os acessos dos meios rolantes à Ilha.

Na baía, navios fundeados aguardam à vez de acostagem. À noite, o cenário ganha outra dimensão e beleza, quando a iluminação dos barcos arreda a escuridão, desenhando no horizonte silhuetas de uma cidade flutuante, à deriva em pleno oceano.

A Ilha constitui, provavelmente, um dos melhores ângulos de observação do crescimento arquitectónico que a baixa luandense tem vindo a registar nestes últimos anos, ou melhor, da febre de arranha-céus que enxameiam a cidade, onde já não parece sobrar espaço de sobrevivência para casas térreas ou áreas de lazer.

Fruto da sua posição privilegiada, a Ilha continua a ser o local escolhido por muitos cidadãos para manter a sua saúde física e mental em dia, exercitando os músculos ou esticando as pernas, em passos largos ou cadenciados.

No ar, um' misto de cheiros pestilentos empesta a atmosfera, tornando-se mais forte à medida que avançamos em direcção ao interior da Ilha. O ardor fétido de excrementos humanos acentua-se junto aos esporões, locais transformados em autênticos sanitários a céu aberto.

No chão, um cenário de destruição: lixo a transbordar dos contentores, estilhaços de garrafas de cerveja, vinho e whisky que testemunham o grau de violência da noite anterior, ou, antes, os sinais indelévels das bebedeiras colectivas a que se entregaram grupos de jovens noctívagos. Por incrível que pareça, há bancos de cimento e passeios de betão arrancados à força do solo.

Sobre a areia fina da praia proliferam resíduos sólidos, alguns dos quais «esquecidos» pelos banhistas, outros devolvidos à terra pelas águas revoltas do oceano; há entulhos das obras de construção civil largados na calada da noite por empreiteiros do ramo.

No espaço destinado aos banhistas, há canoas e redes dos pescadores estendidas ao sol; montes de peixe miúdo sob o sol, provavelmente, à espera de clientela.

A contrastar com os sistemáticos apelos feitos no sentido de se manter o espaço limpo, uma placa enterrada na areia que convida os cidadãos a preservar «o que a Ilha de Luanda tem de mais belo»; uma mensagem apelativa que alguns munícipes olham com indiferença.

Lamentavelmente, a Ilha representa uma referência negativa em termos de conservação das nossas infra-estruturas sociais, mesmo depois de terem sido reabilitadas em empreitadas que custaram aos cofres do erário público rios e rios de dinheiro.

O elevado grau de destruição e vandalização a que tem sido sujeita o património colectivo constitui também uma prova da falta de urbanidade e civismo de alguns cidadãos, assim como da ausência de uma fiscalização por parte das autoridades afins, mais concretamente da Comissão Administrativa da Cidade de Luanda.

Embora se saiba, à partida, que humanamente não é possível ter-se um agente policial para cada residente ou visitante que aporte à Ilha, há no entanto mecanismos de fiscalização modernos que já deveriam ser implementados no local, mais concretamente meios de vigilância electrónica, cuja instalação em muito ajudaria a polícia a localizar os vândalos que, pela calada da noite, têm andado a canibalizar o nosso património colectivo, como também os empreiteiros que fazem das nossas praias autênticos depósitos de lixo. Ou, ainda, identificar os automobilistas que têm andado a «varrer» impunemente os postes de iluminação pública e os sinais de trânsito plantados verticalmente na via.

Além da colocação de meios electrónicos de vigilância, o órgão afim deveria também apostar mais em patrulhamentos, a pé ou com velocípedes, de forma a dissuadir as transgressões administrativas e as acções criminosas.

Infelizmente, a Ilha tem estado a sucumbir a olhos vistos, a cada dia que passa, sob o olhar silencioso da sociedade, em particular das entidades que já deveriam mobilizar os meios ao seu alcance para defender o património colectivo.

Urge tomar as medidas que se impõe, colocar, quanto antes, termo às agressões ao meio ambiente que lá se registam, de forma a evitar-se o iminente desastre ecológico que se desenha no horizonte.

10.9 Milhares de pessoas são afectadas pela seca

Jornal De Angola

18 De Junho de 2015

Texto: Dionísio David

Mais de 40 mil famílias da comuna de Chiedi, município de Namacunde, na província do Cunene, necessitam com urgência de assistência alimentar e de

água potável, em consequência da seca, apelou ontem, em Namacunde, o administrador municipal.

Miguel Kavaongelwa referiu que apesar de existirem alguns poços tradicionais de água e furos, a situação ainda é deficitária devido às distâncias entre as localidades onde há furos, situação que tem motivado a dispersão das comunidades. "Estamos preocupado com a situação, mas vamos continuar a trabalhar de modo a minimizar o sofrimento das populações", disse.

Campanha de vacinação

Mais de dez mil cabeças de gado foram vacinadas na comuna de Chiedi, no município de Namacunde, província do Cunene, contra o surto de febre aftosa que provocou a morte a mais de duas dezenas de animais nas duas últimas semanas. O administrador da circunscrição, Miguel Kavaongelwa, informou que a área mais afectada é a de Ochana-Shanalama e as localidades próximas, consideradas pontos de pastagem e transumância, e que fazem fronteira com a província do Cuando Cubango.

A Direcção Provincial da Agricultura lançou uma campanha de emergência de vacinação, para tranquilizar os criadores que manifestaram preocupação com o surgimento da febre aftosa nos bois.

10.10 Município de Namacunde é o mais afectado pela seca

Jornal de Angola
06 De Junho de 2015

A comuna de Chiedi, no município de Namacunde, é a área mais afectada pela seca devido às fracas chuvas registadas na região no ano passada, disse ontem o administrador municipal.

Apoio Ndinoulenga sugere como solução, para acabar com este problema, a instalação de placas solares, com vista a facilitar que o sistema de abastecimento se torne mais moderno e versátil, no sentido de garantir a sustentabilidade do fornecimento do produto.

O administrador disse também ser necessário mais furos de águas em áreas onde a situação é tida mais difícil, principalmente fontes com uma profundidade de 150 a 200 metros. Esta situação, explicou o responsável, que além de garantir o permanente abastecimento de água às populações, o sistema pode proporcionar o incentivo da produção de bens agrícolas, de sustentabilidade e água suficiente para os animais quer nas épocas chuvosas, quer seca.

O administrador falava durante uma visita de constatação feita ontem pelos deputados do círculo provincial do MPLA, para auscultar as populações das áreas mais críticas.

No âmbito do programa de avaliação do desempenho das autoridades administrativas locais sobre a resolução dos problemas das localidades que dirigem.

O grupo de deputados, liderados por Josefina Pandeingue, Haleinge visitou as localidades de Enhombui da Cadjuu, Onyombui e Ochana Shanalama, na comuna de Chiedi, e de Omukwashinjala, Nacacanga Onguma Ounonge, em Namacunde. Nas referidas localidades, os parlamentares apelaram para as autoridades encontrarem soluções urgentes para os problemas que afectam as comunidades locais.

A coordenadora do grupo de deputados, Josefina Pandeingue, apelou as comunidades a se engajarem mais em actividades produtivas com vista a superar as dificuldades que a seca causa. Josefina Pandeingue ressaltou que a problemática da falta de água, para as populações e o seu gado, tem causado a escassez de pasto e ausência de mantimentos, daí serem as maiores preocupações do momento.

Na China Shanalama, os deputados constataram que a comunidade abastece-se de água, por meio de poços cavados com mais de dez metros de profundidade, um exercício feito por camponeses.

10.11 Consumo racional da água garante futuro

Jornal de Angola
07 De Junho de 2015

A necessidade da racionalização da água para preservar o desenvolvimento sustentável foi defendida ontem, em Luanda, por vários especialistas na Feira Internacional de Tecnologias Ambientais que termina hoje.

Djane Solange, que dissertava sobre o tema "Água e Desenvolvimento Sustentável", na sequência do ciclo de conferências da V edição da Feira Internacional de Tecnologias Ambientais - "Ambiente Angola2015", pediu à população para utilizar a água dos rios de forma racional por ser um recurso escasso no planeta.

Lucrecio Costa, antigo director da EPAL considerou as actividades agrícolas, industriais, domésticas e outras como potenciais poluentes da água.

"O desenvolvimento sustentável satisfaz as necessidades das pessoas sem comprometer o futuro das gerações vindouras", reforçou Lucrecio Costa.

Durante o debate, os participantes apontaram o reaproveitamento das águas pluviais e residuais como um dos métodos mais eficazes para a racionalização do líquido.

Reaproveitamento de óleo

A exposição sobre reaproveitamento do óleo de fritura alimentar e para a produção de sabão neutro, sabonete e biodiesel da Universidade Metodista de Angola atrai a atenção dos visitantes e empresário.

No pavilhão da universidade, os visitantes procuram saber como são reaproveitados o óleo de fritura alimentar e equipamentos electrónicos, além de apreciarem a maquete de uma aldeia ecológica denominada "Odjango", feita de contentores.

Em fase experimental, o projecto elaborado por estudantes é desenvolvido pelo centro experimental de tecnologias e energias renováveis da Universidade Metodista de Angola, disse o seu pró-Reitor, André Filomeno Feijó.

André Feijó deu a conhecer que a recolha dos óleos de frituras alimentares é feita em restaurantes de hotéis, cantinas e em residências.

"A nossa intenção é expandir o projecto para que as pessoas possam também conhecer e saber como fazer, porque se não fizermos isso, o óleo de frituras é jogado nas sarjetas ou em algum lugar impróprio como solo", sublinhou André Filomeno Feijó. "A produção de sabão surge depois do aproveitamento do biodiesel, com base na reacção química envolvente neste processo, onde as substâncias ficam separadas e surge a glicerina para se fazer o sabão", explicou.

Ainda no quadro dos cursos de Biologia, Informática e Arquitectura, a universidade desenvolve trabalhos de reaproveitamento de resíduos como lixo electrónico de computadores, que são reciclados e enviados para escolas primárias, além de contentores para a montagem de residências ecológicas.

Nesta edição da Feira Internacional de Tecnologias Ambientais participam expositores nacionais e da África do Sul, Brasil, Espanha, França, Alemanha, Portugal, China. O evento que decorre sob o lema "Promover as normas ambientais em todos os sectores da economia", está a ser realizado numa área

de exposição de seis mil metros quadrados nos pavilhões I e 11 da Feira Internacional de Luanda..

10.12 Governo Provincial do Bié reforça acções de combate

Jornal de Angola

07 De Junho de 2015

Texto: João Constantino

O Governo Provincial do Bié vai continuar a reforçar as medidas de combate ao derrube indiscriminado e queimada de árvores e à caça furtiva, consideradas as maiores causas do desgaste ambiental naquela região do país, assegurou o vice-governador local para a área Política e Social.

Carlos Ulombe da Silva, que falava por ocasião do Dia Mundial do Ambiente, celebrado na última sexta-feira, lembrou que o país é rico em recursos ecológicos, que devem ser preservados.

O vice-governador referiu que as instituições do Estado no Bié têm realizado acções em defesa do meio ambiente, dando como exemplo o programa de repovoamento florestal, a criação de polígonos e o controlo da caça e de queimadas.

O responsável lamentou o facto de se observarem muitos casos de abate indiscriminado de árvores, numa altura em que a sua reposição não corresponde ao número de unidades derrubadas.

Carlos Ulombe da Silva salientou, também, que a caça furtiva põe em risco a existência de muitas espécies animais.

O responsável disse que o Governo Provincial do Bié combate os actos que lesam o ecossistema, com a intervenção dos órgãos de fiscalização e da Polícia Nacional. Tais actos provocam danos nos solos, nas margens dos rios e desequilibram o meio ambiente.

Na província do Bié, as jornadas comemorativas do Dia Mundial do Ambiente foram marcadas com várias visitas a algumas aldeias do município da Nharêa, onde os técnicos do organismo que superintende o pelouro realizaram sessões de esclarecimento e sensibilização para a defesa do meio ambiente junto das comunidades.

10.13 Total arrebatou troféu em Luanda

Jornal de Angola

08 De Junho de 2015

Texto: Walter António

O trabalho de educação ambiental dirigido à população do Cazenga, em Luanda, a instalação de uma stand com produtos voltados para soluções de acesso à energia solar e a aposta na sustentabilidade estão na origem da atribuição, à petrolífera Total, do "Grande Troféu" da 58 Edição da Feira Internacional de Tecnologias Ambientais.

A Total mostrou aos visitantes o projecto Awango, que visa proporcionar soluções alternativas de energia, como a energia solar e foto-voltaica. O projecto compreende pequenos painéis solares que, no seu conjunto, dispõem de uma lâmpada de 12 volts, que, carregada, pode ficar ligada durante sete horas.

Gerson Gaspar, da área de Desenvolvimento Sustentável da Total, anunciou ao Jornal de Angola que os painéis solares começam a ser comercializados no próximo ano a preços que vão dos 1.500 kwanzas aos 15 mil kwanzas.

O director do Bloco 32 da Total, Pedro Ribeiro, disse, depois de ter recebido o prémio, que a petrolífera mantém o seu "compromisso inabalável com o meio ambiente em Angola e noutros países onde se encontra instalada".

A Total, acrescentou, tem uma política que orienta os quadros da empresa para nunca descarregarem nada para o mar e garante a integridade do meio ambiente.

"Além disso, antes das nossas operações, é feito um levantamento de dados sobre o ambiente", declarou Pedro Ribeiro, para quem "o futuro é construído hoje, com a educação das pessoas". A Feira Internacional de Tecnologias Ambientais, que decorreu até ontem nas instalações da Feira Internacional de Luanda, sob o lema "Promover as normas ambientais em todos os sectores da economia", registou a presença, além do país anfitrião, da África do Sul, Alemanha, Brasil, China, Espanha, Estados Unidos, Portugal e Suécia. Concorreram ao prémio 80 expositores, entre

nacionais e estrangeiros, que participaram em onze categorias.

Empresas vencedoras

O prémio "Personalidade do ano" foi entregue à Fundação Quiçama, pelo trabalho desenvolvido na preservação do ambiente.

O município do Cazenga obteve o troféu de "Melhor participação municipal", enquanto a representação sueca arrebatou o prémio de "Melhor participação internacional".

A província de Malanje conquistou o troféu de "Melhor participação provincial", enquanto a Odebrecht e a Resurb ganharam, respectivamente, nas categorias "Exemplo de qualidade ambiental" e "Melhor projecto ecológico".

As empresas King Ligth Energia, Chevron e a Elisal conquistaram troféus nas categorias de "Inovação tecnológica", "Tecnologias ambientais" e "Melhor prestação de serviços". Já o prémio ligado à categoria "Melhor participação reciclagem" foi conquistado pela empresa John Ferreira Alberto.

A ministra do Ambiente, Fátima Jardim, disse, ontem, que a realização da feira é um "sinal positivo e claro" de que o Executivo continua atento às questões ambientais nas mais diferentes áreas.

"As questões ambientais continuarão a ter um tratamento responsável", declarou a ministra do Ambiente, Fátima Jardim.

10.14 África, a maior vítima do aquecimento global

Jornal Expansão

19 De Junho de 2015

Texto: Benjamin Carvalho

A temperatura em África é actualmente meio grau centígrado superior à que se verificava há 100 anos, o que gera uma maior pressão sobre os recursos hídricos. Nas previsões dos cientistas, em muitas partes do território africano o aumento de temperatura será o dobro do da média global, gerando diversas catástrofes climáticas.

E um novo recorde de calor foi atingido no decurso do primeiro trimestre deste ano. Segundo revelou a Administração Oceânica e Atmosférica Nacional norte-americana (NOAA), o mês de Março passado foi o mais quente desde 1880, ano em que aquela agência realizou as suas primeiras medições. Com uma temperatura média de 13,6 °C, o mês de Março

ultrapassou em 1,5 °C o recorde estabelecido em 2010.

Foi no Leste e Sul do continente que foram registadas as mais altas temperaturas. A África do Sul teve uma temperatura média superior em 2 graus à de Março de 2014, com uma máxima de 42°C no Cabo. Em Luanda, a temperatura média foi de 34 °C, superior em 4 graus à de Março de 2014.

Para o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), o aquecimento no continente está a ocorrer num ritmo mais rápido do que seria de esperar. Mesmo se os esforços internacionais forem suficientes para manter o aquecimento global abaixo dos 2 °C neste século, a adaptação climática teria um alto custo para África, que pode chegar aos 50 mil milhões USD até ao ano de 2050, um nível além da capacidade do continente.

Embora África produza menor quantidade de dióxido de carbono do que qualquer outra região do mundo, é considerada a mais vulnerável a secas, inundações e a outras intempéries, e os cientistas sustentam que vão aumentar com o aquecimento do planeta. Além de poder causar declínio na produção de alimentos e aumentar o nível do mar, a mudança no clima também vai incentivar mais guerra em África.

Pelas projecções do PNUMA, a temperatura média de África pode subir mais do que 2 °C nas últimas duas décadas do século, e existe até a possibilidade de alcançar entre 3 °C e 6 °C até ao fim do século. Os impactos para a produção agrícola, para a segurança alimentar, para a disponibilidade de água e para a saúde humana seriam severos.

Caso a temperatura média suba 4°C, o nível do mar pode aumentar mais rápido do que o esperado, causando cheias em Moçambique, Tanzânia, Camarões, Egipto, Senegal e Marrocos. O mapa de África já está a sofrer várias alterações, como confirmam as imagens de satélite. O principal responsável é o aquecimento global, embora a acção directa do Homem também tenha reflexos evidentes na geografia africana.

Num continente que contribui apenas com 4% das emissões globais de dióxido de carbono, as neves do monte Kilimanjaro estão a desaparecer, o lago Chade está quase seco e os glaciares das montanhas Rwenzori, no Uganda, diminuíram 50% nas últimas décadas. Todos os anos desaparecem quatro milhões de hectares de florestas em África. Os terrenos aráveis sofrem com a erosão e os danos químicos, sendo que 65% desses terrenos estão degradados.

Oportunidade para a inovação tecnológica Os cientistas não têm dúvidas: todos os países serão afectados pelas alterações climáticas. Mas há uns mais vulneráveis que outros, e todos os anos saem listas de países que precisam urgentemente de ajuda para combater este fenómeno que, até 2100, provocará vagas de destruição e migração de populações. Baseado na história recente de conflitos e temperatura, um estudo feito por pesquisadores nos Estados Unidos indica que em 2030 a incidência de conflito em África subsariana será 54% maior, resultando num número adicional de 393 mil mortes em combate.

Sudão e Etiópia, assim como os países que cercam o lago Vitória na África Central e o canto sudeste do continente, onde se encontram parte da África do Sul, Moçambique e Zimbabué, deverão ter estações mais secas, com a redução de colheitas, enquanto as enchentes ocorrerão perto dos lagos.

Estas são as principais conclusões de um estudo que, pela primeira vez, identificou três regiões africanas que deverão preparar-se para enfrentar problemas múltiplos em 20 anos. Segundo cientistas alemães, elas encontram-se no nordeste, centro e sudeste do continente.

Há no entanto uma boa notícia: grandes países como a Nigéria e a região do Congo deverão ser muito menos impactados. O aquecimento é com certeza uma questão global, mas os efeitos têm ampla variação no tempo e no espaço.

As medidas de adaptação podem incluir melhor acesso aos mercados agrícolas internacionais para vender gado antes de secas, sistemas de seguros para a variabilidade crescente das colheitas ou armazenamento de água em sistemas de cisternas.

De facto, a mudança climática é uma realidade pessimista, contudo pode ser uma oportunidade para procurar novas formas de geração de energia como a eólica, a foto voltaica e as pequenas hidroeléctricas. Além disso, as medidas de adaptação e mitigação podem impulsionar a inovação tecnológica na produção agrícola africana, como o uso da irrigação e de fertilizantes, diminuindo o impacto do aquecimento global na economia desses países, mas para isso é necessário consciencialização política doméstica e internacional.

10.15 Já se percebe a incapacidade dos sinistrados

20 De Junho de 2015

Texto: Marcos António

Se há três semanas, ainda antes da reportagem intitulada «Do Abalo das Chuvas à Casa Adequada», o Governo de Benguela permanecia fiel à sua posição inicial, agora, com o realojamento definitivo na ordem do dia, já admite que as vítimas das chuvas estão sem capacidade para construir casas condignas. Na hora do reconhecimento, numa recente visita do ministro do Interior à urbanização dos Cabrais, o vice-governador para a área Técnica e de Infra-estruturas salientou que a construção de urna casa representa mais do que um alicerce, areia, tijolos e cimento. Victor Sardinha Moita salienta, aliás, que o material de construção disponível, obtido durante a campanha de solidariedade que vinha decorrendo desde Março, altura das enxurradas, não é suficiente para as mais de trezentas casas projectadas para o local.

Moita, que respondia a questões formuladas por Ângelo da Veiga Tavares, disse que as autoridades locais também não dispõem de recursos para fazer mais do que as cinco casas! Modelo. Em resposta, naquele que foi o primeiro pronunciamento de um membro do Governo central, o ministro do Interior começou por lembrar que foi feita, no âmbito do Sistema Nacional de Protecção Civil, que tem em mãos propostas do Executivo de Isaac dos Anjos, uma profunda reflexão a propósito do assunto. Tanto é que o 22 de Junho, dia do MINIT, vai ter como ponto de partida outras reflexões sobre a catástrofe que desalojou mais de nove mil pessoas nas cidades de Benguela, Lobito, Catumbela e Baía Farta.

De volta à avaliação feita no quadro da Protecção Civil, Ângelo da Veiga acrescentou que a operação tendente ao realojamento das famílias em casas condignas implica custos bastante altos se analisado o estado actual das finanças públicas. «Ternos, assim sendo, de continuar a dialogar e a interagir com o Governo de Benguela e com os diferentes departamentos ministeriais», reforçou o governante, que preferiu valorizar a necessidade de obras de qualidade na urbanização entre o Culango e o Biópio. Confrontado com o fim dos quatro meses estabelecidos para o abandono das tendas do

Camuringue, respondeu, cauteloso, que o melhor é que as pessoas estejam bem alojadas, com condições não inferiores às actuais. As duas outras opções entregues à Protecção Civil sugerem investimentos de 700 milhões de Kwanzas e mais de mil milhões de Kwanzas, com o Estado a ter de aplicar investimentos avultados.

10.16 Angola lidera projecto Okavango-Zambeze

Jornal de Angola

21 De Junho de 2015

Angola assumiu sexta-feira a presidência rotativa da Área Transfronteiriça de Conservação do Okavango/Zambeze (ATFC KAZA), organização de que também fazem parte o Botswana, Namíbia, Zâmbia e Zimbabwe.

Uma nota da Embaixada de Angola no Botswana refere que as pastas da presidência foram entregues pelo ministro zimbabweano do Ambiente, Água e Clima, Savior Kasukuwere, ao secretário de Estado angolano do Turismo, Alfredo Varo Kaputo, na sequência de urna reunião do comité de ministros da ATFC KAZA, decorrida a 18 de Junho, em Kasane (norte do Botswana). O Zimbabwe cessou o mandato após um período de dois anos.

Angola passa assim a coordenar as actividades da AFTC KAZA, cujo objectivo principal é o da conservação do ambiente, fauna e recursos naturais e o desenvolvimento do turismo da região partilhada pelos cinco Estados membros.

No final do encontro, os participantes emitiram um comunicado no qual felicitam o Governo angolano pelo progresso alcançado com o seu programa de desminagem, que permitiu que 70 por cento da área da AFTC KAZA estivesse livre de minas, melhorando o acesso à zona e a fiscalização da vida selvagem. Os ministros presentes apreciaram igualmente os esforços do Executivo por ter iniciado já a aquisição de equipamentos para aumentar a eficácia das operações no campo e recomendaram várias acções com vista ao desenvolvimento dos programas da ATFC KAZA, entre as quais se destacam a revisão, a médio prazo, do projecto KAZA, a extensão do projecto-piloto Unvisa KAZA, a cooperação com os parceiros e a estratégia de sustentabilidade financeira da organização.

A ATFC KAZA tem como parceiro principal o Governo da Alemanha, que através da sua agência KFW, garantiu um financiamento de 15,5 milhões de euros (cerca de 20 milhões de dólares) para o

projecto. A próxima reunião da AFTCKAZA está marcada para Dezembro deste ano, no Zimbábue, tendo a anterior sido realizada em Katima Mulilo, Namíbia, no mês de Março do ano passado. Além do secretário de Estado para o Turismo, integraram a delegação angolana à reunião de Kasane, o coordenador nacional do projecto, Miguel Ndawanapo, e representantes do Governo Provincial do Cuando Cubango e da Embaixada de Angola no Botswana.

10.17 Recursos florestais são fontes seguras de receitas públicas

Jornal de Angola
21 De Junho de 2015

Os recursos florestais constituem uma das fontes de receita mais seguras da sociedade, por ser renovável, disse o secretário de Estado André de Jesus Moda.

O governante, que falava em Nambuangongo, província do Bengo, disse que estes recursos são a fonte mais sustentável, porque há países que dependem apenas destes e vivem melhor em relação àqueles que têm outros recursos como o petróleo que é esgotável.

O secretário de Estado frisou que petróleo, principal fonte de receitas para o Orçamento Geral Do Estado, é um recurso que sempre alavancou e sustentou o país, mas a fixação dos preços não depende de Angola, mas, no caso dos recursos florestais, o país pode ditar as regras, os preços, as normas, bem como explorar segundo as próprias metas.

André de Jesus Moda recomendou aos membros do conselho de concertação e auscultação social do município do Nambuangongo, autoridades tradicionais, madeireiros, empresários e a população local maior vigilância e fiscalização dos recursos florestais.

O secretário de Estado para os Recursos Florestais exortou os habitantes a elevar a capacidade na gestão e uso destes meios da natureza que pertence a um território bem delimitado, cuja população está a crescer. O governante mostrou-se satisfeito pela forma como as instituições do município do Nambuangongo estão unidas. "Devemos estar todos unidos, colaborarmos, respeitarmo-nos e seguirmos aquele rumo orientado pelo Presidente da República, para conseguirmos vencer as grandes dificuldades", precisou.

André de Jesus Moda considerou ainda a exploração ilícita dos recursos florestais como uma ameaça à riqueza natural do país. Adiantou que, para estancar este mal, o Governo tem já elaborada a Lei das Florestas que brevemente passa pelo Conselho de Ministros para os devidos debates naquele nível, para depois ir ao parlamento para aprovação.

10.18 A importância da população na preservação do ambiente

Jornal de Angola
22 De Junho de 2015

A conjugação de esforços entre instituições do Estado, famílias e madeireiros é importante para conter "o abate indiscriminado de árvores", disse na quinta-feira à Angop, o chefe da Administração Municipal da Banga.

Domingos Gomes referiu o interesse de iniciativas de esclarecimento sobre as vantagens da preservação da flora e fauna para o equilíbrio ecológico e que para tal tem de se evitar o abate indiscriminado de árvores e queimadas desnecessárias, como se tem registado.

O responsável lembrou que nesta época de Cacimbo o abate de árvores é mais frequente e que apesar de isso não ser proibido quem o faz deve observar as regras da preservação da flora e fauna.

"A participação de todos é determinante no combate à desflorestação que atinge contornos alarmantes no município e afecta o ecossistema da região", disse.

Domingos Gomes, que responsabilizou madeireiros e as famílias camponesas de serem os principais responsáveis pela destruição das florestas, pediu a colaboração das instituições escolares e associações ambientalistas nas acções de sensibilização sobre o interesse de preservar o ambiente.

A Administração Municipal, em parceria com o Instituto de Desenvolvimento Agrário, realiza campanhas de esclarecimento junto da população em geral e dos madeireiros em particular sobre a necessidade -' do repovoamento florestal.

10.19 Cegueira dos rios faz dezenas de vítimas

Jornal de Angola
06 De Junho de 2015

Um surto de oncocercose, que afecta a comunidade de Cachirandanda, município da Quiçama, Luanda, Já provocou cegueira a mais de 20 pessoas, revelou

ontem a directora do Gabinete Provincial da Saúde de Luanda, Rosa Bessa.

Para fazer face à doença, mais conhecida por "cegueira dos rios", o Governo Provincial de Luanda fez deslocar uma equipa de profissionais de saúde à Quiçama constituída por enfermeiros, médicos, epidemiologistas e técnicos do programa de luta anti-vectorial.

Transmitida por uma mosca preta, a zimúlio; a oncocercose ocorre geralmente em regiões próximas de rios e com vegetação abundante, provocando igualmente infecções na pele, que se manifestam pela despigmentação e prurido persistente, sendo conhecida precisamente por "cegueira dos rios", pela sua consequência mais gravosa.

Além do tratamento aos doentes afectados, a equipa de profissionais de saúde pública está igualmente a recolher amostras da água para posterior análise no Laboratório Nacional de Saúde Pública.

Rosa Bessa disse que os técnicos de saúde enviados para o município da Quiçama encontraram um número considerável de pessoas em risco cegueira, que já não conseguem ver a cem metros.

Além da cegueira dos rios, disse, o município da Quiçama enfrenta um surto de chistosomíase, doença causada pela ingestão de água infectada com caracóis, retirada de lagoas ou rios e que afecta o tracto urinário, sobretudo em crianças.

Uma equipa avançada, integrada por médicos, enfermeiros e técnicos de diagnóstico, está no local, onde permanecem por uma semana para prestar assistência médica e medicamentosa gratuita a população, com consultas de medicina, pediatria, pré-natal e planeamento familiar. O Governo Provincial de Luanda, devido à inacessibilidade da zona, apoiado de avionetas da

Força Aérea Nacional que ajudam no transporte de pessoal, material gastável e medicamentos.

Cachirandanda, com cerca de 950 habitantes, carece de estruturas sanitárias, pelo que os moradores são obrigados a percorrer longas distâncias para conseguirem assistência médica.

A cegueira dos rios é a segunda principal doença infecciosa causadora de cegueira no mundo. Dados do Programa Africano de Luta Contra a Oncocercose referem que a doença coloca em risco de cegueira mais de dois milhões e meio de pessoas em 44 municípios de Angola e é endémica em nove províncias.

O Governo de Angola tem em execução oito projectos, sob direcção comunitária, que cobrem mais de 3.240 comunidades endémicas apoiadas pela Organização Mundial de Saúde e APOC.

Angola beneficiou de 2005 a 2010 de uma contribuição financeira do APOC de 1,3 milhões de dólares para combater a doença.

10.20 Consumo racional da água garante futuro

Jornal de Angola

07 De Junho de 2015

A necessidade da racionalização da água para preservar o desenvolvimento sustentável foi defendida ontem, em Luanda, por vários especialistas na Feira Internacional de Tecnologias Ambientais que termina hoje.

Djane Solange, que dissertava sobre o tema "Água e Desenvolvimento Sustentável", na sequência do ciclo de conferências da V edição da Feira Internacional de Tecnologias Ambientais - "Ambiente Angola2015", pediu à população para utilizar a água dos rios de forma racional por ser um recurso escasso no planeta.

Lucrécio Costa, antigo director da EPAL considerou as actividades agrícolas, industriais, domésticas e outras como potenciais poluentes da água.

"O desenvolvimento sustentável satisfaz as necessidades das pessoas sem comprometer o futuro das gerações vindouras", reforçou Lucrécio Costa.

Durante o debate, os participantes apontaram o reaproveitamento das águas pluviais e residuais como um dos métodos mais eficazes para a racionalização do líquido.

Reaproveitamento de óleo

A exposição sobre reaproveitamento do óleo de fritura alimentar e para a produção de sabão neutro, sabonete e biodiesel da Universidade Metodista de Angola atrai a atenção dos visitantes e empresário.

No pavilhão da universidade, os visitantes procuram saber como são reaproveitados o óleo de fritura alimentar e equipamentos electrónicos, além de apreciarem a maquete de uma aldeia ecológica denominada "Odjango", feita de contentores.

Em fase experimental, o projecto elaborado por estudantes é desenvolvido pelo centro experimental de tecnologias e energias renováveis da Universidade

Metodista de Angola, disse o seu pró-Reitor, André Filomeno Feijó.

André Feijó deu a conhecer que a recolha dos óleos de frituras alimentares é feita em restaurantes de hotéis, cantinas e em residências.

"A nossa intenção é expandir o projecto para que as pessoas possam também conhecer e saber como fazer, porque se não fizermos isso, o óleo de frituras é jogado nas sarjetas ou em algum lugar impróprio como solo", sublinhou André Filomeno Feijó. "A produção de sabão surge depois do aproveitamento do biodiesel, com base na reacção química envolvente neste processo, onde as substâncias ficam separadas e surge a glicerina para se fazer o sabão", explicou.

Ainda no quadro dos cursos de Biologia, Informática e Arquitectura, a universidade desenvolve trabalhos de reaproveitamento de resíduos como lixo electrónico de computadores, que são reciclados e enviados para escolas primárias, além de contentores para a montagem de residências ecológicas.

Nesta edição da Feira Internacional de Tecnologias Ambientais participam expositores nacionais e da África do Sul, Brasil, Espanha, França, Alemanha, Portugal, China. O evento que decorre sob o lema "Promover as normas ambientais em todos os sectores da economia", está a ser realizado numa área de exposição de seis mil metros quadrados nos pavilhões I e 11 da Feira Internacional de Luanda..

10.21 Governo Provincial do Bié reforça acções de combate

Jornal de Angola

07 De Junho de 2015

Texto: João Constantino

O Governo Provincial do Bié vai continuar a reforçar as medidas de combate ao derrube indiscriminado e queimada de árvores e à caça furtiva, consideradas as maiores causas do desgaste ambiental naquela região do país, assegurou o vice-governador local para a área Política e Social.

Carlos Ulombe da Silva, que falava por ocasião do Dia Mundial do Ambiente, celebrado na última sexta-feira, lembrou que o país é rico em recursos ecológicos, que devem ser preservados.

O vice-governador referiu que as instituições do Estado no Bié têm realizado acções em defesa do meio ambiente, dando como exemplo o programa de

repovoamento florestal, a criação de polígonos e o controlo da caça e de queimadas.

O responsável lamentou o facto de se observarem muitos casos de abate indiscriminado de árvores, numa altura em que a sua reposição não corresponde ao número de unidades derrubadas.

Carlos Ulombe da Silva salientou, também, que a caça furtiva põe em risco a existência de muitas espécies animais.

O responsável disse que o Governo Provincial do Bié combate os actos que lesam o ecossistema, com a intervenção dos órgãos de fiscalização e da Polícia Nacional.

Tais actos provocam danos nos solos, nas margens dos rios e desequilibram o meio ambiente.

Na província do Bié, as jornadas comemorativas do Dia Mundial do Ambiente foram marcadas com várias visitas a algumas aldeias do município da Nharêa, onde os técnicos do organismo que superintende o pelouro realizaram sessões de esclarecimento e sensibilização para a defesa do meio ambiente junto das comunidades.

10.22 Total arrebatou troféu em Luanda

Jornal de Angola

08 De Junho de 2015

Texto: Walter António

O trabalho de educação ambiental dirigido à população do Cazenga, em Luanda, a instalação de uma stand com produtos voltados para soluções de acesso à energia solar e a aposta na sustentabilidade estão na origem da atribuição, à petrolífera Total, do "Grande Troféu" da 58 Edição da Feira Internacional de Tecnologias Ambientais.

A Total mostrou aos visitantes o projecto Awango, que visa proporcionar soluções alternativas de energia, como a energia solar e foto-voltaica. O projecto compreende pequenos painéis solares que, no seu conjunto, dispõem de uma lâmpada de 12 volts, que, carregada, pode ficar ligada durante sete horas.

Gerson Gaspar, da área de Desenvolvimento Sustentável da Total, anunciou ao Jornal de Angola que os painéis solares começam a ser comercializados no próximo ano a preços que vão dos 1.500 kwanzas aos 15 mil kwanzas.

O director do Bloco 32 da Total, Pedro Ribeiro, disse, depois de ter recebido o prémio, que a petrolífera mantém o seu "compromisso inabalável com o meio ambiente em Angola e noutros países onde se encontra instalada".

A Total, acrescentou, tem uma política que orienta os quadros da empresa para nunca descarregarem nada para o mar e garante a integridade do meio ambiente.

"Além disso, antes das nossas operações, é feito um levantamento de dados sobre o ambiente", declarou Pedro Ribeiro, para quem "o futuro é construído hoje, com a educação das pessoas". A Feira Internacional de Tecnologias Ambientais, que decorreu até ontem nas instalações da Feira Internacional de Luanda, sob o lema "Promover as normas ambientais em todos os sectores da economia", registou a presença, além do país anfitrião, da África do Sul, Alemanha, Brasil, China, Espanha, Estados Unidos, Portugal e Suécia. Concorreram ao prémio 80 expositores, entre nacionais e estrangeiros, que participaram em onze categorias.

Empresas vencedoras

O prémio "Personalidade do ano" foi entregue à Fundação Quiçama, pelo trabalho desenvolvido na preservação do ambiente.

O município do Cazenga obteve o troféu de "Melhor participação municipal", enquanto a representação sueca arrebatou o prémio de "Melhor participação internacional".

A província de Malanje conquistou o troféu de "Melhor participação provincial", enquanto a Odebrecht e a Resurb ganharam, respectivamente, nas categorias "Exemplo de qualidade ambiental" e "Melhor projecto ecológico".

As empresas King Ligth Energia, Chevron e a Elisal conquistaram troféus nas categorias de "Inovação tecnológica", "Tecnologias ambientais" e "Melhor prestação de serviços". Já o prémio ligado à categoria "Melhor participação reciclagem" foi conquistado pela empresa John Ferreira Alberto.

A ministra do Ambiente, Fátima Jardim, disse, ontem, que a realização da feira é um "sinal positivo e claro" de que o Executivo continua atento às questões ambientais nas mais diferentes áreas.

"As questões ambientais continuarão a ter um tratamento responsável", declarou a ministra do Ambiente, Fátima Jardim.

10.23 África, a maior vítima do aquecimento global

Jornal Expansão

19 De Junho de 2015

Texto: Benjamim Carvalho

A temperatura em África é actualmente meio grau centígrado superior à que se verificava há 100 anos, o que gera uma maior pressão sobre os recursos hídricos. Nas previsões dos cientistas, em muitas partes do território africano o aumento de temperatura será o dobro do da média global, gerando diversas catástrofes climáticas.

E um novo recorde de calor foi atingido no decurso do primeiro trimestre deste ano. Segundo revelou a Administração Oceânica e Atmosférica Nacional norte-americana (NOAA), o mês de Março passado foi o mais quente desde 1880, ano em que aquela agência realizou as suas primeiras medições. Com uma temperatura média de 13,6 °C, o mês de Março ultrapassou em 1,5 °C o recorde estabelecido em 2010.

Foi no Leste e Sul do continente que foram registadas as mais altas temperaturas. A África do Sul teve uma temperatura média superior em 2 graus à de Março de 2014, com uma máxima de 42°C no Cabo. Em Luanda, a temperatura média foi de 34 °C, superior em 4 graus à de Março de 2014.

Para o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), o aquecimento no continente está a ocorrer num ritmo mais rápido do que seria de esperar. Mesmo se os esforços internacionais forem suficientes para manter o aquecimento global abaixo dos 2 °C neste século, a adaptação climática teria um alto custo para África, que pode chegar aos 50 mil milhões USD até ao ano de 2050, um nível além da capacidade do continente.

Embora África produza menor quantidade de dióxido de carbono do que qualquer outra região do mundo, é considerada a mais vulnerável a secas, inundações e a outras intempéries, e os cientistas sustentam que vão aumentar com o aquecimento do planeta. Além de poder causar declínio na produção de alimentos e aumentar o nível do mar, a mudança no clima também vai incentivar mais guerra em África.

Pelas projecções do PNUMA, a temperatura média de África pode subir mais do que 2 °C nas últimas duas décadas do século, e existe até a possibilidade de alcançar entre 3 °C e 6 °C até ao fim do século. Os impactos para a produção agrícola, para a segurança

alimentar, para a disponibilidade de água e para a saúde humana seriam severos.

Caso a temperatura média suba 4°C, o nível do mar pode aumentar mais rápido do que o esperado, causando cheias em Moçambique, Tanzânia, Camarões, Egipto, Senegal e Marrocos, O mapa de África já está a sofrer várias alterações, como confirmam as imagens de satélite. O principal responsável é o aquecimento global, embora a acção directa do Homem também tenha reflexos evidentes na geografia africana.

Num continente que contribui apenas com 4% das emissões globais de dióxido de carbono, as neves do monte Kilimanjaro estão a desaparecer, o lago Chade está quase seco e os glaciares das montanhas Rwenzori, no Uganda, diminuíram 50% nas últimas décadas. Todos os anos desaparecem quatro milhões de hectares de florestas em África. Os terrenos aráveis sofrem com a erosão e os danos químicos, sendo que 65% desses terrenos estão degradados.

10.24 'Alterações climáticas é um assunto de bandeira em todos os países'

Jornal o PAÍS

5 de Junho de 2015

Temos sabido lidar com a questão do ?

Há várias tentativas de reagir ao problema. Ainda não estamos naquela fase de ser proactivos. Quando digo ser proactivos é que estamos sempre a olhar para a limpeza e na recolha do lixo. Ainda não estamos a fazer questões relacionadas com a reciclagem e a reutilização, que vai fazer com que haja uma diminuição do volume de resíduos. Temos um contentar se a gente puser o lixo orgânico, papelão e vidro, em duas horas enche. Se só pusermos o lixo orgânico e os outros tipos de lixo têm outro destino, então esse contentar vai demorar mais tempo. É preciso começar a pensar nessas centrais de triagens, ecopontos e pontos de recolha para posterior reciclagem. Isso vai fazer com que o lixo se tome uma matéria-prima e não seja tratada apenas como lixo, só vai para o aterro aquilo que não tem um destino final adequado. Vai fornecer emprego, impostos para o país e vamos fazer com que o volume de lixo que é produzido, que vai parar para o aterro e para a lixeira, seja reduzido.

Estamos atrasados nesta matéria da reciclagem?

Estamos. Há o Plano Estratégico de Gestão de Resíduos Sólidos e Urbanos (PFSGRU), desenvolvido e aprovado pelo Ministério do Ambiente, que tem uma série de metas para serem desenvolvidas ao longo dos anos. Acontece que isso tem que ser mesmo desenvolvido no cumprimento das metas. Há prazos e têm que ser cumpridos.

Os prazos e as metas estão a ser cumpridos?

Ainda não foi feito um balanço deste plano. Julgo que alguns passos estão a ser dados. Essa nova metodologia de recolha e de limpeza da província de Luanda é resultado disso. O surgimento de aterros sanitários em algumas províncias, porque o objectivo é ter em todas as províncias, também é resultado disso. A melhor avaliação e cadastramento dos operadores de resíduos é resultado disso. Existem algumas coisas e passos que estão a ser dados. Mas os passos fundamentais ainda vão levar algum tempo, porque dependem também da dinâmica do sector privado, incentivos fiscais para reciclagem, de terem acesso da água da conduta e da energia da rede e não de geradores e de cisternas.

E os lixos hospitalares e electrónicos?

Está tudo previsto neste diploma, mas não há resposta adequada. Os resíduos hospitalares, alguns são incinerados' porque há unidades hospitalares que têm pequenas incineradoras, outros não, e às vezes é misturado com o lixo comum. O lixo electrónico vai certamente ser um problema bastante grande em Angola nos próximos anos. Os telemóveis trocam -se mensalmente em alguns casos ou anualmente. São muito baratos. As baterias de alguns mais sofisticados não se vêem, porque não dá para trocar. Portanto, há muito lixo electrónico a ser produzido, UPS, impressoras, que hoje são mais baratas do que os tonéis. Portanto, é muito resíduo que não havendo ainda tratamento vai criar muitos problemas para as comunidades.

Há informações de que se vai taxar os sacos plásticos nas superfícies comerciais. E a favor dessa medida?

Sim, isso foi feito na África do Sul e executado há cerca de 10 anos. O Ministério do Ambiente depois de muita dificuldade conseguiu fazer isso. O importante é que essa taxa, na realidade o que acontece é o cidadão quando vai para fazer compras a qual quer superfície comercial vai pagar por cada saco uma quantia módica. Cinco ou 10 kwanzas. O objectivo é ele saber porquê que está a pagar, para estar consciente de que está a proteger o ambiente. Não é mais um negócio para a entidade ou para a superfície comercial. É uma forma de sensibilizar que estás a pagar isso porque esse saco vai poluir o

ambiente e esses recursos devem ser revertidos a favor de projectos ambientais. Não é para o lucro de quem está a comercializar, porque ele antes já oferecia o saco. É o seu contributo para que haja um fundo que possa proteger, a julgar nos projectos de limpeza, sensibilização e fazer surgir um mercado que já existe, que são os sacos reutilizáveis. Em algumas superfícies, principalmente em Luanda, as pessoas podem levar os seus sacos, pôr as compras e outra vez que for levar o mesmo saco. Respondendo a sua pergunta, posso-lhe dizer que estou de acordo, mas desde que o valor recolhido com a venda de sacos plásticos seja revertido a favor de projectos ambientais.

A exploração desenfreada de inertes em todo o país é outra questão preocupante. O que pode ser feito?

Aí está aquela questão da aplicação da lei. Existe lei específica que regulamenta os trabalhos de exploração mineira, quer seja de diamantes, pedras, burgau ou areia. Devem ser feitos estudos de impacto ambiental, planos de recuperação paisagística. A questão é saber se estão a ser implementados? Não na sua totalidade. Por um lado, vemos empresas que cumprem, apresentam os seus estudos, apresentam as suas medidas e fazem os seus projectos sem danificarem o ambiente, ou danificarem minimamente possível, mas depois de acabarem fazem a reposição. Mas noutros casos isso não acontece, porque há urna exploração desenfreada de inertes e têm sempre aquela noção de que vamos proteger os embondeiros. Então vêem sempre os embondeiros lá no pedestal, mas nada de solos para suportar os embondeiros. Isso é de facto contra a lei. É daquelas situações em que existe legislação, mas não é cumprida na sua totalidade.

Fala-se muito dos projectos de impacte ambiental. Quem acompanha vê que só as grandes parecem estar na vanguarda. E as pequenas e médias empresas?

O que acontece é que todo o empreendimento, segundo a legislação, que potencialmente venha a causar um impacto sobre o ambiente, eventualmente deverá realizar um estudo de impacte ambiental. De facto, este é um trabalho que o Ministério do Ambiente tem feito com algum sucesso e é possível verificar que grande parte dos empreendimentos, pequenos, médios está a fazer os estudos de impacte ambiental. Acontece que a consulta pública que é um processo ímpar depois do estudo ser feito, é apenas realizada para grandes projectos. Os condomínios em zonas já urbanizadas, por exemplo, loteadas, os prédios e outros, são projectos de pequenas indústrias, que de acordo com o Ministério do Ambiente não justificam a realização de consultas

públicas. Já aqueles projectos grandes, como barragens, estradas, centrais térmicas, linhas de transmissão, têm um impacto maior, esses sim vão a consulta pública e aparecerem no Jornal de Angola. Os dados que tenho são de que desde 2009, quando começou a haver uma pressão maior do Ministério do Ambiente para a realização de estudos de impacte ambiental, há cada vez mais estudos a serem feitos e sectores a aderirem.

O ambiente é uma questão global. Estamos a nos proteger em relação ao aquecimento global?

A questão das alterações climáticas é um assunto de bandeira em todos os países e estão a tentar encontrar uma solução. Vai haver uma reunião este ano em Paris, onde se vai tentar definir qual vai ser o próximo acordo climático. Angola tem estado a acompanhar através da elaboração de instrumentos importantes, seja a estratégia de alterações climáticas. Fez há alguns anos um inventário nacional da emissão de gases de efeito estufa e com base nisso desenvolveu um plano de acção de adaptação. Isto é um documento que vai permitir Angola desenvolver acções de modo que possa adaptar-se as alterações climáticas. Havia uma visão inicial de mitigar os efeitos, mas não é possível só mitigar. É preciso nós nos adaptarmos. Por exemplo, se houver temperaturas extremas como é que a agricultura se vai adaptar a isso? Que tipo de sementes ou quais são as culturas que vamos semear para que essa agricultura prevaleça? Ou seja, olhar a sementes resistentes à seca. E daí aquela minha conversa de que é um processo transversal porque já Ministério do Ambiente, da Cultura, Segurança Alimentar e Instituto Nacional de Meteoroloste uma série de instituições, do Ministério da Saúde, que trabalhar de forma conjunta para identificar soluções em conjunto. Existem alguns passos sobre isso. Angola, que é um país que não tem de emissão, tem ainda potencial de poder desenvolver o seu parque industrial, mas tem estar atenta a das alterações climáticas.

Gostaria de acrescentar a essa conversa?

Talvez que amanhã (hoje) será o , Junho, o lema definido pelo na das Nações Unidas para o Ambiente é: 7 biliões de sonhos, um , consuma com cuidado. A própria Nações Unidas está a se afastar um bocado daqueles temas que eram o ambiente, a biodiversidade, a floresta, porque tudo isso é ido fruto do que nós consumirmos. Quer dizer que somos 7 biliões de pessoas, cada um com o seu sonho, mas apenas é um planeta. Vamos consumir com cuidado. É importante divulgar essa informação.

10.25 “ O lixo electrónico vai ser um problema em Angola nos próximos anos”

Jornal O PAÍS

5 de Junho de 2015

Texto: Dani Costa

Por quê escrever sobre o ambiente para as crianças?

Este projecto que desenvolvo junto com a Fundação Kissama 'Estórias para conversar' tem três objectivos primordiais. O primeiro é dar a conhecer ao público mais jovem, porque é uma colecção infanto-juvenil, sobre as espécies de animais que temos em Angola e quais são os perigos que elas enfrentam. É dar a conhecer um bocado para além daqueles animais que normalmente se falam. Ir buscar animais e falar da importância do habitat, a casa dos animais, O outro é permitir que as crianças interajam com a leitura, promovendo o gosto pela leitura, pela escrita e pela poesia. Que as crianças usem a palavra para aprender e também para ensinar. Porque estes textos são aprovados pelo Ministério da Educação para estarem enquadrados no curriculum escolar. O terceiro objectivo é para servir como um veículo de educação ambiental. Temos um problema muito sério no país que é a dificuldade de encontrar materiais para falarmos do ambiente. Com as crianças é muito mais fácil falar com aquilo que a gente chama de material de apoio e aprendizagem. Podiam ser imagens, vídeos e teatro. Neste caso, é o livro que é utilizado como veículo de transmissão de conhecimento e de sensibilização para a protecção do ambiente e da qualidade de vida das pessoas.

Têm tido o feed back dos primeiros livros lançados?

Sim. Os livros lançados vão para as escolas, associações e outras entidades' maioritariamente para as escolas. Portanto, os feed back que recebemos é extremamente positivo, principalmente aqueles que são lançados fora de Luanda. Tivemos por exemplo no ano passado o lançamento de um livro sobre o manatim do Kuanza, que é um animal que muito pouca gente conhece, e que foi lançado na fronteira entre uma escola em Malanje e outra no Kuanza - Norte. As crianças ficaram maravilhadas. Seria, digamos, o primeiro livro, porque eram crianças que faziam parte de um programa de alfabetização, e iam ter contacto com isso. Fizemos, por exemplo, no Namibe com a chita e o deserto do lona, está a resultar num aprendizado, mas também para os professores puderem utilizar essa matéria para as suas aulas. Vi recentemente a prova de uma escola em que a redacção era uma estória sobre um livro que tivesse gostado. E uma aluna fez um resumo sobre um livro

da Fundação Kissama. Portanto, temos esse feed back de que as crianças estão a ler, anseiam por um próximo livro. Tentamos manter algumas personagens sempre no livro e a mesma metodologia, porque não é só a estória infantil. São as informações sobre as espécies e o habitat que sustentam o livro. No entanto, temos um feed back bastante positivo e estamos a tentar alargar mais para todas as crianças. Não é possível chegar a todas do nosso país, mas vamos fazendo em orfanatos para que também as crianças que não têm essa possibilidade possam conhecer também a nossa biodiversidade.

As crianças já vão percebendo que é necessário preservarmos o ambiente?

Se tivesse de comparar as palestras que damos actualmente com as que dávamos há cinco ou sete anos atrás, nota-se um apetite por informação sobre as espécies nas crianças. Uma forma de medir é que há cinco ou sete anos atrás as perguntas vinham no fim, umas quatro ou cinco crianças timidamente as faziam, mas actualmente no primeiro minuto já há crianças a fazerem perguntas. Portanto, as crianças estão mais curiosas e têm mais apetite por informação, principalmente informação nossa. É fácil aceder a livros do Mickey, do Noddy e de bonecos e informações que não são nossas, não têm nada ver com a nossa realidade. Mas ter acesso a essa informação é mais difícil. Só isso é um dos indicadores que, de facto, há mais apetite e que as crianças depois levam para as suas casas para ensinar os seus familiares.

São os mais velhos que mais poluem. Por quê razão começar pelas crianças?

Está é uma decisão da Fundação Kissama. O nosso projecto de educação ambiental é direccionado a um público específico que está no primeiro e no segundo ciclo.

Por vezes fazemos actividades com universidades ou institutos médios, mas o nosso enfoque principal são as crianças. As crianças poderão ser o futuro do amanhã, transmitir essa informação aos pais e se calhar levar a uma atitude de mudança dos pais. Ou se calhar levar a um questionamento das acções que os pais, mães, primos e parentes têm na sociedade. Portanto, o nosso objectivo concreto para este projecto é este público. Temos outros projectos em que temos um outro público-alvo mais académico, como por exemplo na conservação da palanca negra gigante, turistas quando falamos em comunidades piscatórias, da conservação de tartarugas marinhas, mas esse específico é para crianças. Achamos que deveremos dar essa oportunidade porque muitos de nós não tivemos. É dar uma oportunidade de as

crianças conhecerem a nossa fauna, a nossa flora com base nestes livros.

Os angolanos, no geral, já têm uma outra consciência ambiental?

Há cada vez mais consciência. Mas também há cada vez mais tentações, mais consumismo. Há cada vez mais informação, mas que por vezes desinforma. Então, temos um conjunto de cidadãos que estão cada vez mais informados, têm acesso às redes sociais, vários canais de televisão nacionais e internacionais, informação nos jornais, rádios, etc, mas essa informação que é passada não é depois posta em prática. Vimos que de facto há muito mais problemas ambientais, porque de facto somos mais, comparados com o que éramos há 10 -15 anos, a população de Angola aumentou bastante, e a passagem da informação apesar de lá estar não é suficiente para acompanhar esse aumento populacional. É importante perceber que o processo de educação ambiental tem que ser contínuo, porque hoje estou a educar uma criança de cinco, seis ou sete anos, mas alguém tem que continuar depois dos 12 aos 18, e por aí além. Se a gente só incide para um grupo durante um ano, não podemos esquecer que as crianças que hoje têm quatro, amanhã têm cinco. E, se calhar, não tiveram essa oportunidade de serem sempre sensibilizadas. Então, tem que ser um processo contínuo, coerente a nível da escola, da família e da sociedade.

Quais são os grandes problemas ambientais que enfrentamos no país?

Temos problemas diferenciados de acordo com as zonas do país. Se olharmos o que diz o Relatório sobre o Estado do Ambiente de 2012, vamos focar resíduos sólidos, a produção

e destino final dos resíduos sólidos é um dos problemas sérios devido à contaminação que faz, os vectores das doenças. Temos derrubes de árvores de uma forma geral, quer para abertura de campos agrícolas, quer para criar centralidades, caça. Portanto, há uma série de aspectos associados às queimadas e também à caça. Há caça furtiva. Com o advento da paz e com o processo de reconciliação nacional, o cidadão pode chegar a qualquer parte do país, tem acesso e está desminado. Isso está a resultar num aumento da caça, da comercialização das espécies vivas, particularmente macacos, aves, que são capturados devido a essa facilidade e entram num mercado de comércio dessas espécies. Portanto, a caça é também um dos problemas. Temos também já alguns problemas de poluição, particularmente a atmosférica nos grandes centros urbanos, alguns problemas de poluição dos solos

devido às práticas agrícolas e a contaminação de determinadas actividades industriais, isto é contaminação industrial e das águas que ainda não temos a capacidade de verificar in loco e de medir. Mas de facto existem em muitas partes do país. Depois temos aqueles problemas que estão associados aos processos de desenvolvimento e também as acções naturais, que são as alterações climáticas que ainda não se sente muito, mas é um problema que iremos ter no futuro e a questão das ravinas, associada a erosão. Há uma série de problemas, há muitas soluções e alguns projectos a serem implementados, mas de facto a localização dos problemas depende das províncias e da região.

Temos mecanismos legais para sancionar convenientemente aqueles que atentam contra o ambiente?

Sim. O país está provido de legislação de protecção do solo; da água e da biodiversidade. Portanto, a maior parte dos problemas que temos - e que descrevi - têm algum respaldo legal. Poderemos não ter algo muito detalhado no que diz respeito às emissões atmosféricas, mas a poluição de uma forma geral está regulamentada. Falta um instrumento importante que é a tipificação do crime ambiental, porque no nosso código o crime ambiental não configura, é uma coisa muito recente. Há um processo de elaboração da lei de crimes ambientais e depois a tipificação no novo código de crime, para deixar de ser apenas uma penalização administrativa. Isto é, se alguém é apanhado a prevaricar contra o ambiente, seja por poluição, corte, etc, não seja apenas uma coima, multa, mas que dê também direito à prisão. Só a tipificação do crime ambiental é que vai permitir isso. Existe em algumas outras leis avulsas artigos específicos. A lei da probidade tem, do branqueamento de capitais tem artigos específicos de protecção do ambiente, temos uma lei sobre a responsabilidade civil por danos ao ambiente. Existem vários instrumentos, o que é preciso é tipificar os crimes ambientais e fazer com que os tribunais estejam preparados para julgar estes casos.

Os nossos tribunais estão preparados?

A meu ver ainda não. É um processo que está a começar. Tivemos recentemente um julgamento de cidadãos que foram apanhados a cortar árvores no Maiombe. Foi feito um julgamento sumário, aplicada uma multa e uma ' pena de prisão suspensa. Mas foi um dos primeiros casos. Tem havido alguns casos, mas ainda não estamos preparados. Nem os tribunais nem os cidadãos estão conscientes de que podem levar alguém a tribunal por verem os seus direitos constitucionais afectados.

Mas há casos de pessoas que vivem daquele meio, por exemplo do carvão que exploram. Como enquadrar isso?

Nós temos aquilo que é previsto, que é a subsistência. Não podemos prejudicar uma pessoa que vive no campo e que vá caçar para a sua subsistência, porque é da mesma forma quando ele vai fazer agricultura para a sua subsistência. Esse cidadão não pode ser penalizado. Estamos a falar daqueles que usam o subterfúgio da subsistência para fazer comércio. O cidadão que vive numa aldeia, que vem alguém de Luanda que quer comprar 200 sacos de carvão, ele está a fazer negócio e não tem licença para isso. Está a destruir a sua saúde para fazer negócio. Aí tem que haver essa separação: entre aquilo que é subsistência, que é para proveito próprio e em pequena escala, e aquilo que passa a ser para comércio. Os grandes carvoeiros, a caça que é feita para a carne de caça, que é ilegal, ou mesmo o cidadão que por causa da subsistência vai utilizar métodos ilícitos. Por exemplo a pesca com granadas, envenenamento dos animais, armadilhas. Há mecanismos que não são permitidos por lei. Portanto, há que diferenciar aquilo que é subsistência e o que é pequeno, médio e grande comércio. Isso está de certa forma regulamentado.

Recentemente um cidadão foi apanhado com enormes quantidades de marfim no Aeroporto 4 de Fevereiro e dias depois o Ministério do Ambiente publicou um comunicado anunciando Multas pesadas para pessoas que atentassem contra os animais em vias de extinção. É a melhor forma para inibirmos as pessoas?

O comunicado do Ministério do Ambiente apenas veio referir o que já existe. Portanto, as leis existem. Têm é que ser cumpridas e aplicadas. Pode-se fazer vários comunicados, que tem sempre um efeito persuasor, as pessoas podem naquele mês refrear a sua actividade, mas se no terreno não houver fiscalização, nas alfândegas ou nos postos fronteiriços, mas uma fiscalização que puna. Por exemplo, quando há caça não é só prender o artefacto da caça, as peças de animais, mas sim os equipamentos utilizados na caça. As motos, viaturas, armamentos. É preciso que isso também seja feito. Sensibilizar, palestrar, divulgar a lei, mas sem uma aplicação da lei... Vemos por exemplo os carros que estão mal estacionados. São rebocados e há uma penalização. Mas vamos continuar a ter sempre pessoas que estacionam mal os carros. É preciso essa divulgação, actuação e essa proximidade com o cidadão. E onde é nítido que há uma prevaricação, que as pessoas não estão a cumprir, fazer uma actuação exemplar.

Se tivesse poder de facto, o que é que gostaria de fazer em relação ao ambiente?

Nós temos três áreas que são fundamentais: primeiro é de facto continuar a sensibilizar e ter a certeza que a matéria ambiental é transversal. Porque solicitar ao Ministério Ambiente que por si só faça tudo é injusto. Temos transgressões que acontecem na agricultura, nas pescas, F. I no comércio, na hotelaria e turismo. Há uma série de sectores que contribuem para a degradação ambiental. Então um dos aspectos principais é isso, a transversalidade das questões ambientais e a responsabilização das pessoas que estão nestes cargos políticos de fazer a actuação. A formação de quadros porque temos de ter fiscais nos parques, a andarem nas ruas, a visitarem os empreendimentos mais susceptíveis de causar problemas. Esses fiscais têm que ter formação e experiência suficiente para detectar o problema, porque é muito fácil ver que nas superfícies está tudo bem, mas há muitos problemas que são silenciosos e estão a afectar. Principalmente os relacionados com a poluição dos solos, das águas e do ar, que não vemos e podiam ser detectados se houvessem mais recursos humanos e mais formação desses quadros. Seria formação de quadros para colocação a nível das províncias e não ver Luanda como o país. Depois temos o terceiro aspecto que é a aplicação da lei. É a aplicação exemplar da lei de forma, por um lado, a permitir que as pessoas fossem levadas à prisão - e tem que ser - e, por outro lado, pudessem produzir recursos que seriam utilizados para projectos. As coimas podem ser repartidas entre o Ministério das Finanças e a instituição que aplica as multas e esses valores podem ser utilizados para os projectos de sensibilização e de formação. É arranjar uma forma para que a aplicação da lei não seja só do ponto de vista punitivo, da apreensão e multas, mas que possa resultar em fundos para execução de projectos.

Falou dos problemas ambientais silenciosos. Um deles é a poluição, sobretudo a causada pelos automóveis. Existem muitos, carros sobretudo chineses, que nem deveriam estar a circular no país. Qual é a sua opinião?

Temos uma lei bastante clara que não permite a compra de carros com mais de três anos. Claro que isso é uma lei que foi imposta. Três anos para os ligeiros e cinco anos para os pesados. Essa mesma lei diz que todas as viaturas deveriam ser avaliadas anualmente, isto é vão para um processo de inspecção, onde se vai garantir se a viatura pode ou não circular. O que é que está a faltar? A aplicação da lei. Porque se a lei fosse aplicada, essas viaturas não poderiam circular. Não adianta ter leis que não são aplicadas. Quando se fazem leis é com um propósito,

que na maior parte das vezes é para proteger o cidadão, o Estado. É muito visível e quem circula por Angola vê viaturas em mau estado de conservação a circular, com eixo quebrado, sem iluminação e sem condições técnicas para funcionarem. Elas passam pelos postos de controlo e circulam com um documento de multa. Mas uma coisa é uma multa por faltar um pisca, um retrovisor e outra coisa é um carro que não está em condições de circular. Não pode circular com ou sem papel. A aplicação da lei é extremamente importante para evitar que essas viaturas que poluem, geradores, estejam a funcionar.

Como é que está o nosso ecossistema?

Temos aspectos que são positivos, onde se nota uma recuperação de algumas zonas florestais, principalmente aquelas onde o ser humano tem dificuldade de chegar. Vamos assistindo a reabilitação de alguns projectos. Temos alguns problemas com algumas zonas húmidas. Problemas associados aos mangais, o corte de mangal para a construção, edificação, e temos o problema da destruição de florestas para a produção de madeira e carvão. Acho que em termos de degradação de ecossistema temos mangais, áreas protegidas e as zonas florestais. Esses, digamos, são os mais visíveis. Há outros que a gente não vê, que são os ecossistemas das zonas ribeirinhas, como rios e lagoas. Como disse são silenciosos, o despejo de químicos que não se nota, não é visível a olho nu e isso pode provocar alguma destruição destes habitats aquáticos.

Estivemos durante muito tempo centrados na palanca negra. Há outras espécies no país que correm o risco de extinção?

Estes livros que temos estado a produzir é exactamente para alertar sobre aquelas espécies que estão numa situação semelhante ao da palanca negra gigante. As tartarugas marinhas, por exemplo. Há uma mortandade muito grande das tartarugas marinhas por altura da desova. Temos o caso da chita e da hiena no deserto do Namibe, que são espécies que temos números bastante reduzidos. O manatim, que é uma espécie que existe apenas do rio Kuanza para norte. É bastante caçado. Há dois anos, com a estiagem, foi muito mais caçado, porque os animais que vivem em lagoas com pouca água são mais fáceis de caçar. O gorila, o papaio cinzento da floresta do Maiombe, em Cabinda, são outras espécies. Os leões também estão a desaparecer. Elefantes. Temos algumas espécies que têm problemas e dificuldades mais do que as outras. De facto, vamos tentando em termos de divulgação fazer alguma coisa, já que em termos de projectos são sempre muito caros, difíceis de gerir e temos estado a trabalhar na palanca negra

gigante e nas tartarugas marinhas como projectos de bandeira.

O projecto Arca de Noé, que serviu para o repovoamento animal na Kissama, não podia ser intensivo a outras províncias?

O projecto de reintrodução de espécie em áreas protegidas, espécies que já existiram, tem regras. A biologia animal tem regras. É possível apenas reintroduzir as espécies que existiam nessa área. É algo que é feito em todo o mundo, mas para que isso aconteça é preciso garantir que essas espécies serão protegidas. Isso foi feito na operação Arca de Noé, uma operação desesperada que foi feita nos anos 2000- 2001, e que surtiu efeito porque os animais estão a repovoar. Mas se a gente quiser fazer isso noutras parques tem que garantir a segurança dos animais. Fizemos isso com a palanca, onde tiramos alguns exemplares da reserva do Luando para o Parque de Cangandala, num santuário melhor protegido. Poder-se-á fazer isso no Bicuar, na Chimalavera, mas é preciso ter a certeza de que há condições de segurança para os animais. Segurança do ponto de vista dos caçadores furtivos e do próprio habitat, se sustenta a quantidade de animais que serão colocados.

É verdade que a palanca negra estará propensa a algum tipo de doença, que poderá pôr em causa a sua existência, tal como se noticiou recentemente?

Acontece que a proximidade dos animais domésticos com os selvagens, : a probabilidade e propagação de doenças é bastante grande. Portanto, temos casos em que os parques são fronteiras com fazendas, particular mente de bovinos. Qualquer problema de transmissão de doenças de um animal doméstico para um selvagem, que não é monitorado, não é feito um acompanhamento a nível veterinário, poderá levar ao desaparecimento da espécie, independentemente da doença. As espécies têm menos resistência aos parasitas e aos vírus que têm os animais domésticos, que estão vacinados, tratados e com um controlo rigoroso. Os animais selvagens estão no mato. Em alguns casos é possível um controlo veterinário, mas muito reduzido e não havendo não é possível detectar sinais de doenças no início. Portanto, se houver essa transmissão de gado suíno, bovino, poderá levar ao desaparecimento de espécies numa área específica.

10.26 Protecção e melhoria do meio ambiente na ordem do dia

Semanário Angolense
6 De Junho de 2015

O Dia Mundial do Meio Ambiente, foi instituído pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 1972, durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, em Estocolmo, passando desde então a ser comemorado, anualmente, a 05 de Junho.

A data foi escolhida para coincidir com a da realização daquela conferência, que teve como objectivo principal chamar a atenção de todas as esferas da população para os problemas ambientais e para a importância da preservação dos recursos naturais, que até então eram considerados, por muitos, inesgotáveis.

Na conferência, que ficou conhecida como «Conferência de Estocolmo», iniciou-se uma mudança no modo de ver e tratar as questões ambientais ao redor do mundo, além de serem estabelecidos princípios para orientar a política ambiental em todo o planeta. Apesar do grande avanço que a mesma representou, não se pode afirmar, no entanto, que todos os problemas foram resolvidos a partir daí.

Actualmente existe uma grande preocupação em torno do meio ambiente e dos impactos negativos da acção do homem sobre ele. A destruição constante do habitat e a poluição de grandes áreas, por exemplo, são alguns dos pontos que exercem maior influência na sobrevivência de diversas espécies.

Tendo em vista o acentuado crescimento dos problemas ambientais, muitos pontos merecem ser revistos, tanto pelos governantes quanto pela população, para que os impactos sejam diminuídos. Se nada for feito, o consumo exagerado dos recursos e a perda constante de biodiversidade poderão alterar consideravelmente o modo como se vive actualmente, comprometendo, inclusive, a nossa sobrevivência.

Dentre os principais problemas que afectam o meio ambiente, pode-se destacar o descarte inadequado de lixo, a falta de colecta selectiva e de projectos de reciclagem, consumo exagerado de recursos naturais,

desmatamento, inserção de espécies exóticas, uso de combustíveis fósseis, desperdício de água e esgotamento do solo.

Esses problemas e outros poderiam ser evitados se os governantes e a população se consciencializarem da importância do uso correcto e moderado dos nossos recursos naturais.

Em razão da importância da consciência e da dimensão do impacto gerado pelo homem, o Dia Mundial do Meio Ambiente é uma data que merece bastante destaque no calendário mundial. Entretanto, não basta apenas plantar uma árvore ou separar o lixo nesse dia, é necessário que sejam feitas campanhas de grande impacto que mostrem a necessidade de mudanças imediatas nos nossos hábitos de vida diários.

Apesar de muitos acreditarem que a mudança deve acontecer em escala mundial e que apenas uma pessoa não consegue mudar o mundo, é fundamental que cada um faça a sua parte e que toda a sociedade reivindique o cumprimento das leis ambientais. Todos devemos assumir uma postura de responsabilidade ambiental, pois só assim conseguiremos mudar o quadro actual.

Segundo a declaração de Estocolmo sobre o ambiente humano de 1972, «a protecção e o melhoramento do meio ambiente humano é uma questão fundamental que afecta o bem-estar dos povos e o desenvolvimento económico do mundo inteiro, um desejo urgente dos povos de todo o mundo e um dever de todos os governos».

10.27 Executivo combate alterações climáticas

Jornal de Angola
25 De Junho

Um projecto denominado "Integração da Resiliência Climática em Sistemas de produção agrícola e agropecuária através da gestão da fertilidade do solo em áreas produtivas e vulneráveis", é executado nas províncias do Huambo, Malanje, Huíla e Bié pelo Ministério do Ambiente, disse, ontem, em Luanda, o chefe do Departamento de Seca e Desertificação do Ministério do Ambiente.

Luís Constantino falava no âmbito do Dia Mundial de Combate à Seca e à Desertificação e explicou que o Ministério do Ambiente executa projectos que visam mitigar os efeitos das alterações climáticas no planalto central. Com a integração das alterações climáticas e as políticas agrícolas e ambientais.

"O Ministério do Ambiente conta com o apoio do Fundo das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), na qualidade de agência responsável pelo projecto, enquanto o Ministério da Agricultura e os governos provinciais beneficiárias do projecto são parceiros na execução", esclareceu o chefe do Departamento de Seca e Desertificação do Ministério do Ambiente.

Para a província do Cunene, acrescentou Luís Constantino, o Ministério do Ambiente, em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), tem outro projecto, denominado " Promoção do Desenvolvimento Resiliente ao Clima e Reforço da Capacidade de Adaptação para Suportar Riscos de Desastres na Bacia Hidrográfica do rio Cuvelai". O projecto visa reduzir as vulnerabilidades relacionadas ao clima que enfrentam os habitantes da Bacia Hidrográfica do rio Cuvelai em Angola, através de investimentos direccionados e de desenvolvimento de capacidades.

Luís Constantino explicou serem perdidos anualmente, em todo o país, cerca de 20 milhões de toneladas métricas de solo, o equivalente à perda da possibilidade de alimentar 50 mil pessoas por ano, devido à desertificação. "Entre 1990 e 2000, Angola perdeu uma média de 124.800 hectares de floresta por ano e esse número aumentou 2,1 por cento entre os anos de 2000 a 2005, tendo o país perdido um milhão e 872 mil hectares de floresta, o que representou cerca de 3,1 por cento da superfície florestal do país", referiu.

"Só a agricultura familiar enquadrrou entre um milhão e 200 mil a dois milhões e 400 mil famílias, com cerca de um hectare de superfície para cultivo, que é abandonado quando a produção agrícola diminui", concluiu o ambientalista Luís Constantino.

10.28 Queimadas de cacimbo devastam florestas

Jornal de Angola

28 de Junho de 2015

Texto: António Canepa E

Tatianamarta

As queimadas anárquicas que nesta época de Cacimbo devastam florestas um pouco por todo o país e em particular na região do Planalto Central preocupam os ambientalistas, o Governo Provincial e sociedade civil do Huambo, disse na cidade do Huambo o director provincial da Agricultura, Pescas e Desenvolvimento Rural.

Em declarações ao Jornal de Angola, Emitério Tiago explicou que as queimadas são muitas vezes justificadas pelas populações com a abertura de novas áreas de cultivo, recuperação de pastos, afugentamento de animais selvagens, obtenção de peças de caça ou a criação de acessos às vias de comunicação.

No Huambo esta prática devasta milhares de hectares de florestas e destrói polígonos criados para a preservação ambiental e equilíbrio do ecossistema e áreas utilizadas para a agricultura e criação de gado, disse o director provincial da Agricultura, Pescas e Desenvolvimento Rural, que informou ser a queimada uma prática comum entre os agricultores e camponeses no país, fundamentalmente aqueles que têm poucos recursos financeiros.

"Do ponto de vista agronómico, as queimadas não são recomendadas, porque o fogo elimina os nutrientes essenciais às plantas, como potássio, nitrogénio e fósforo. O fogo prejudica a flora e a fauna de uma determinada área e também reduz a humidade do solo".

Além dos efeitos nefastos que as queimadas têm sobre o solo, Emitério Tiago salienta a deterioração da qualidade do ar pelo fogo, que reduz a biodiversidade e prejudica a saúde humana.

"A maioria das queimadas resulta da actividade humana, quer dizer só é admissível a realização das queimadas que cerca de 90 por cento das queimadas são efectuadas pelo homem, apenas dez por cento são geradas por causas naturais, como relâmpagos e faíscas em locais de vegetação seca", disse Emitério Tiago. Do ponto de vista técnico, considera o director provincial de Agricultura, Pescas e Desenvolvimento Rural, só é admissível a realização das queimadas nos campos em situação de emergência, como na fitossanitária, na ocorrência de pragas e doenças na altura da lavoura." Quer dizer que esta prática devia ser efectuada em situações pontuais e por recomendação de um especialista", referiu.

As queimadas tendem a generalizar-se a quase toda a dimensão da província do Huambo por volta do mês de Agosto, mas quando amassa vegetal o justifica, fazem-se queimadas já no mês de Maio, disse Emitério Tiago, que aconselhou o Governo a elaborar planos de acção para prevenção e controlo das queimadas e reduzir gradualmente esta prática destrutiva do Ambiente.

O representante do Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF) e ambientalista Hamilton Caetano disse, na cidade do Huambo, que as queimadas

empobrecem os solos e põem em risco a fauna, a flora e a sobrevivência do próprio homem.

O técnico esclarece que a prática das queimadas de florestas constitui o sistema de mais baixo custo utilizado para limpar uma área, por isso é muito utilizada nesta época da seca ou Cacimbo, pelos camponeses no acto de preparação da terra para as lavouras.

As queimadas muitas vezes são utilizadas para controlar as pragas, além de limpar as áreas de cultivo, noutros casos servem para renovar as pastagens ou facilitar a colheita, no caso da cana-de-açúcar, mas pode provocar danos ao património público e privado, sobretudo quando ocorrem próximas às instituições, estradas, redes eléctricas ou mesmo entre limites de áreas cultivadas, explicou Hamilton Caetano.

II. MIGRAÇÃO

II.1 Polícia detém imigrantes em situação ilegal

Jornal de Angola
09 De Junho de 2015

A Polícia de Guarda Fronteira no Zaire deteve, nos últimos sete dias, 14 cidadãos da República Democrática do Congo (RDC), por entrada ilegal em território nacional, revelou, ontem, em Mbanza Congo, a Direcção Provincial do Serviço de Migração e Estrangeiros (SMB)

No mesmo período, a Polícia de Guarda Fronteira impediu quatro tentativas de violação do perímetro fronteiriço entre a Província do Zaire (Angola) e a região do Baixo Congo (RDC).

Comparativamente a igual período anterior registou-se uma diminuição de dois casos de transposição ilegal da linha divisória que separa as duas localidades fronteiriças.

Quanto às acções de busca e recolha de estrangeiros em situação migratória irregular, a Polícia informa que foram interpelados e detidos 31 cidadãos da RDC, mais seis do que na semana passada.

Operações na Cahama

A Polícia Nacional deteve nos últimos sete dias, no município da Cahama, província do Cunene, quatro cidadãos da República Democrática do Congo, por entrada ilegal em território angolano.

A informação foi avançada ontem pelo porta-voz do comando provincial da Polícia Nacional, intendente Piedade Pombal, referindo que a detenção ocorreu no posto montado pela corpo ração no troço Cahama/Chivemba.

Além dos congolezes, acrescentou, as forças policiais detiveram, ainda no mesmo período, dois cidadãos da Guiné Conacri e um moçambicano, por estada ilegal em Angola.

Piedade Pombal informou que, no âmbito da protecção da fronteira comum entre Angola e a Namíbia, a Polícia Nacional registou seis violações, mais uma em relação ao período anterior.

Na Província da Lunda Norte, as autoridades da Polícia de Guarda Fronteira redobram esforços para manter a inviolabilidade da fronteira por estrangeiros,

sobretudo cidadãos da RDC, que procuram atingir as áreas ricas em diamantes.

11.2 Processo de repatriamento interrompido

Jornal de Angola

09 De Junho de 2015

O processo de repatriamento voluntário e organizado dos ex-refugiados angolanos na República Democrática do Congo (RDC) na província do Zaire foi interrompido no sábado, informou ontem, em Mbanza Congo, o director provincial da Assistência e Reinserção Social, Manuel José António.

Segundo Manuel José António, a interrupção do processo de repatriamento deve-se a questões organizativas por parte das autoridades governamentais da República Democrática do Congo. "Foi uma decisão unilateral tomada pelas entidades do Congo Democrático. Acreditamos que nos próximos dias o processo pode ser retomado", garantiu. Desde o início da segunda fase do processo de repatriamento, a província do Zaire já recebeu mais de dois mil regressados a partir do posto fronteiriço do Luvo, 60 quilómetros a norte da cidade de Mbanza Congo, capital da província do Zaire.

11.3 Regresso voluntário de cidadãos da RDC

Jornal de Angola

21 De Junho de 2015

Texto: Armando Sapalo

Milhares de cidadãos estrangeiros que vivem em situação migratória ilegal, sobretudo nas zonas de exploração diamantífera na Lunda Norte, estão desde o dia 16 deste mês a regressar voluntariamente à República Democrática do Congo, disse, ontem, o director do Gabinete de Estudos Informação e Análise do Comando Provincial da Polícia Nacional.

O superintendente-chefe Leonardo Bernardo referiu que, até ao dia 18 deste mês, tinham deixado voluntariamente o país 17.824 congoleses democráticos, no quadro da "Operação Intermitente" e das acções de sensibilização sobre os perigos da imigração ilegal e do tráfico de diamantes. Entre os cidadãos que abandonaram o território angolano, 14.117 são homens e 3.707 mulheres, acompanhadas de 3.007 crianças.

Leonardo Bernardo assegurou que as forças de defesa e segurança da República Democrática do Congo

estão informadas do processo de repatriamento voluntário dos cidadãos daquele país, uma vez que as autoridades angolanas estabeleceram o dia 30 deste mês como data limite para a saída de todos os estrangeiros em situação ilegal.

O oficial da Polícia Nacional disse que os Serviços de Migração da RDC disseram ter criadas as condições para acolherem os seus cidadãos. O Governo Provincial da Lunda Norte, acrescentou, está a prestar o apoio necessário durante o processo de repatriamento voluntário de estrangeiros em situação ilegal ao país de origem, desde o transporte até à fronteira do Chissanda, assistência médica e segurança dos seus haveres.

Segundo Leonardo Bernardo, o regresso voluntário marca o ponto de partida dos avanços que se esperam nas acções de prevenção e combate à imigração ilegal, cujas medidas visam salvaguardar o respeito pelos direitos humanos.

Os estrangeiros, disse o superintendente-chefe Leonardo Bernardo, estão sensibilizados que correm muitos riscos ao viverem de forma ilegal, mas ganham se optarem por entrar no território angolano por vias estabelecidas pela lei migratória do país.

Fruto das jazidas de diamantes, referiu, a província da Lunda Norte tem atraído muitos estrangeiros que entram ilegalmente em Angola para a sua extracção e tráfico, a partir das reservas do Estado, pondo em causa a soberania e a economia nacional.

Respeito pelos acordos Leonardo Bernardo esclareceu que no processo de repatriamento voluntário em curso estão a ser tidos em conta os acordos bilaterais assinados em Abril de 2013 entre os governos provinciais da Lunda Norte e do Cassai Ocidental, na RDC, sobre a necessidade de serem reforçados os mecanismos de sensibilização junto das respectivas populações para o respeito das leis migratórias.

Não obstante os acordos existentes, disse o superintendente-chefe Leonardo Bernardo, assiste-se com frequência a uma invasão silenciosa de imigrantes em situação ilegal, entre os quais cidadãos provenientes de países oeste-africanos que atravessam as fronteiras da RDC com destino a Angola. Além do regresso voluntário, resultante do intenso trabalho de sensibilização, Leonardo Bernardo informou que, no âmbito da "Operação Intermitente", foram repatriados para os seus países de origem 30.489 imigrantes em situação ilegal. Na mesma operação, acrescentou o superintendente-chefe Leonardo Bernardo, foram também detidos 80 cidadãos por prática de crimes, com realce para oito

nacionais, devido ao auxílio e promoção à imigração ilegal e 67 estrangeiros em consequência de posse ilícita de diamantes, falsificação e caducidade de documentos e contrabando de combustível.

Além da RDC, entre os estrangeiros detidos pelas forças policiais figuram cidadãos da Mauritânia, Eritreia, Sudão do Sul, Vietname, Serra Leoa, Gâmbia, Costa do Marfim, China e Guiné-Conacri.

Para combater a imigração ilegal na Lunda-Norte, Leonardo Bernardo apontou a necessidade de se continuar a dismantelar os grupos organizados, que a partir da RDC fomentam o fenómeno, bem como os comités de recepção em Angola. Disse ser também fundamental a intensificação do patrulhamento conjunto ao longo da fronteira comum. O superintendente-chefe Leonardo Bernardo informou que, no quadro do intercâmbio regional que visa reforçar os níveis de segurança ao longo da fronteira, no dia 24 deste mês o governador da Lunda Norte, Ernesto Muangala, reúne-se com o homólogo Alex Kandé Mupompa, da província congolosa de Kassai Ocidental, na cidade de Kananga. A reunião entre os dois governadores tem ainda como objectivo adoptar novas medidas de normalização do processo de circulação de pessoas e mercadorias e, fundamentalmente, para a redução dos grandes focos de imigração ilegal que se registam no perímetro fronteiriço, acrescentou o superintendente-chefe Leonardo Bemardo.

O Governo Provincial da Lunda Norte, disse, pretende com esta reunião elevar a consciência dos cidadãos de ambos os países sobre o perigo que a imigração ilegal representa na defesa da soberania e dos interesses económicos de cada Estado. A iniciativa visa o cumprimento das orientações saídas na 9a reunião da Comissão Mista Angola-RDC, realizada em 2009, em Luanda.

11.4 Centenas de refugiados registados

Jornal de Angola
22 De Junho de 2015

Mais de 200 refugiados de diversas nacionalidades, com estatuto de residentes, foram registados pela Direcção da Assistência e Reinserção Social da província da Lunda Sul, revelou sábado 1 em Saurimo a directora provincial Maria Segunda.

Muitos destes refugiados já constituíram família e os seus negócios contribuem para o crescimento e desenvolvimento da província, disse Maria Segunda

durante o acto comemorativo do Dia Internacional do Refugiado.

No âmbito do processo de repatriamento voluntário, o Ministério a Assistência e Reinserção Social recebeu 1.040 angolanos que residiam na República Democrática do Congo, na Zâmbia e na Namíbia. De 2002 até hoje, acrescentou Maria Segunda, a Direcção Provincial da Assistência e Reinserção Social da Lunda Sul já registou dez mil compatriotas que decidiram regressar para a região e foram reassentadas nos quatro municípios que compõe a província, Cacolo, Dala, Muconda e Saurimo.

O Dia Mundial do Refugiado foi instituído em 2000 pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) em solidariedade com o continente africano, que albergava o maior número de refugiados e que, tradicionalmente, já celebrava o Dia Africano do Refugiado a 20 de Junho.

A data foi adoptada com o objectivo de aumentar a consciência da sociedade sobre a problemática dos homens e mulheres deslocados por razões de guerras ou perseguições por motivos religiosos, de nacionalidade, raça, grupo social e opinião política. A deslocação humana representa um dos maiores problemas da actualidade. Aproximadamente 60 milhões de pessoas estão deslocadas devido a conflitos, violência, perseguições, degradação ambiental ou desastres naturais e o número tende a crescer. Entre elas estão dez milhões de refugiados sob os cuidados do Alto Comissariado da ONU para os Refugiados (ACNUR).

11.5 Endiama Doa Viaturas Para Reforçar Combate À Imigração

15 De Maio De 2015
Texto: Faustino Diogo

O COMBATE A IMIGRAÇÃO e garimpo ilegal de diamantes na província da Lunda-Norte foi reforçado com a entrega de meios rolantes a polícia local para melhor patrulhar as zonas de entrada dos ilegais vindos da Republica Democrática do Congo.

A entrega de quatro viaturas todo terreno. Por parte da Endiama, enquadra-se no plano de cooperação entre a diamantífera e o governo local.

"Era preciso encontrarmos uma solução e não podemos permitir que os diamantes sejam roubados como tern estado a acontecer e o governador aconselhou-nos a reforçar a capacidade da policia e conjuntamente com as nossas forcas de segurança conseguirmos fazer urn patrulhamento permanente

nas zonas de fronteira e garimpo ilegal", explicou o presidente do conselho de administração da Endiama Carlos Sumbula.

A melhoria rodoviária da polícia local e apenas uma das medidas em curso para minimizar esta situação de ilegalidade na província da Lunda-Norte. Estando em curso acções de controlo que passam pelo confisco do material de trabalho dos garimpeiros ilegais, com resultados satisfatórios segundo o responsável máximo da Endiama

"Neste momento estamos com um balanço positivo. A nível do Lucapa, a região já está limpa, apreendeu-se muito equipamento que está a ser armazenado. E aqueles que vierem fazer a exploração ilegal serão recebidos os seus equipamentos e sensibilizados a voltarem em Angola só quando tiverem a sua situação resolvida", adiantou.

As viaturas entregues fazem parte do plano de apoio social que a Lunda-Norte tem recebido e satisfaz a governação. "São apoios com os quais podemos minimizar os problemas da nossa Província e não são os primeiros, porque já recebemos no município do Cuango. Estamos satisfeitos com a participação social da Endiama, em particular no Dundo disse o governador Ernesto Muangala que considera o combate à imigração e garimpo ilegal de diamantes mais abrangente.

"Para esta operação não bastarão apenas estes apoios. É importante a participação dos cidadãos nacionais e a criação de condições para os cidadãos nacionais que vivem ao longo da fronteira. O conjunto destas medidas contribuirá na redução da imigração ilegal. Há necessidade das autoridades eclesásticas, tradicionais, juventude, mulheres e todos residentes na província da Lunda-Norte colaborarem", justificou à sua posição Ernesto Muangala.

De acordo o líder máximo da província, a polícia nacional também está a reforçar os efectivos nos postos fronteiriços. As administrações municipais foram orientadas a fazer um levantamento sobre os estrangeiros que vivem nas suas regiões, mas é preciso ter alguns cuidados.

"Temos na província alguns cidadãos estrangeiros que vivem há mais de 15 anos, têm família angolana e estão ilegais. São questões que devem ser tidas em conta", concluiu Ernesto Muangala que considera o quadro actual da imigração na Lunda-Norte de "não alarmante".

12. EXPLORAÇÃO MINEIRA

12.1 Processo Kimberly em busca de consenso

Jornal de Angola

23 De Junho de 2015

Texto: Natacha Roberto

Angola presidiu ontem a um encontro com representantes de nove países e blocos económicos a fim de encontrar um consenso para a eleição do vice-presidente do "Processo Kimberly".

A reunião juntou, além de Angola, representantes da África do Sul, Austrália, Estados Unidos, Emirado do Dubai, República Centro Africana (RCA), Rússia, União Europeia e Venezuela, que tentaram ultrapassar o impasse na eleição da vice-presidência do Processo disputada por dois membros, Austrália e Dubai, desde Novembro do ano passado.

O presidente do "Processo Kimberly", o angolano Bernardo Campos, lembrou os procedimentos da organização que estabelecem uma presidência automática exercida pelo país que assumiu a eleição ou de consenso. O Dubai apresentou a sua candidatura em Março do ano passado mas, em Outubro, a Austrália também se candidatou, gerando o actual impasse na provisão do posto.

"Esse bloqueio entre os dois candidatos impediu uma solução para o avanço imediato de um dos países como vice-presidente do processo Kimberly' 2015", disse Bernardo Campos. O presidente do conselho de administração da ENDIAMA disse ontem em Luanda, a margem da reunião, que Angola insiste no consenso como melhor forma de solucionar a indicação da vice-presidência do "Processo Kimberly". Carlos Sumbula anunciou que na reunião os participantes revêem as sanções contra as exportações de diamantes da RCA, com a auscultação dos membros do Processo.

Bernardo Campos declarou a semana passada que a presidência angolana do "Processo Kimberly" viabilizou o levantamento do embargo à exportação dos diamantes da Costa do Marfim e a identificação de condições favoráveis para que o mesmo aconteça à RCA.

Na reunião de Intercessão que decorre em Luanda sob a presidência de Angola são discutidos assuntos relacionados com as actividades dos grupos de

trabalho do "Processo Kimberley" a serem remetidos a Reunião Plenária, em Novembro, em Luanda. Os assuntos abordados envolvem a situação da RCA, Venezuela, a vice-presidência, branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo, bem como os princípios voluntários de segurança e direitos humanos.

O encontro de Luanda está previsto nos estatutos e é realizado todos os anos desde que a organização foi criada, em 2003, para preparar a Cimeira, este ano marcada para Novembro, em Luanda. Países como Liechtenstein, Koweit e Chile, segundo Angola, podem em breve aderir a certificação Kimberley, o mesmo acontecendo com Moçambique, o "Processo Kimberley" e um sistema de certificação internacional que regula o comércio de diamantes em bruto, impedindo o fluxo de pedras preciosas das zonas de conflito. Angola dirige a organização desde Janeiro deste ano.

12.2 Levantamento geológico termina no final do ano

Jornal Expansão
5 De Junho de 2015

O levantamento geológico em curso no País, no âmbito do Plano Nacional de Geologia (Planageo), deve ficar concluído até ao final do ano em curso, afirmou nesta terça-feira o ministro da Geologia e Minas, Francisco Queiroz. "Queremos transferir para o serviço público da Geologia e Minas uma visão, empresarial, empreendedora e de capacidade de execução", tendo em vista criar um ambiente institucional de atracção de investidores privados, afirmou o ministro.

12.3 Levantamento geológico do Planageo termina no final do ano

Jornal Seminário Económico
11 De Junho de 2015

O levantamento geológico, em curso no país no âmbito do Plano Nacional de Geologia (Planageo), deve ficar concluído até o final do ano em curso, afirmou o ministro da Geologia e Minas, Francisco Queiroz.

Francisco Queiroz, fez saber que o passo seguinte vai ser a recolha das amostras que deverão ser levadas aos laboratórios, sendo que a construção dos laboratórios no Kilamba (Luanda), em Saurimo

(Lunda Sul) e na Huíla estão em fase adiantada de edificação.

12.4 Exploração ilegal de inertes soma e segue em Luanda

Jornal Terra Angolana
12 De Junho de 2015

O governo provincial de Luanda vai desencadear acções preventivas contra a exploração ilegal de inertes, uma prática que envolve chineses e angolanos, num negócio que tem a chancela das empresas dos generais das FAA.

A exploração ilegal de inertes como areia, brita e rocha para a construção civil, tem provocado sérios problemas em termos ambientais, mas autoridades quase ou nada fazem para travar o garimpo.

Tais práticas são mais visíveis nas áreas da Boavista (Sambizanga), Futungo de Belas, Cacuaco, Palmeirinhas (Samba) e na estrada Luanda/Barra do Cuanza, bem como na orla costeira, onde a fragilidade ambiental poderá colocar em risco a sua futura utilização.

Para conter a situação, além de responsabilização criminal dos autores, é necessária a criação de mecanismos para a legalização das empresas envolvidas.

As actividades que estão a ser desenvolvidas de forma ilegal revelam um atropelo ao regulamento com as normas de funcionamento das empresas mineiras que se dedicam à exploração de inerte publicado recentemente pelo Ministério da Geologia e Minas. Existem operadores em situação ilegal ou em conivência com operadores sem requisitos para exercer a actividade mineira nos termos da lei, denuncia o Ministério.

O Código Mineiro prevê, a nível da protecção ambiental, restauração e recuperação de solos, estudo de impacto ambiental, cumprimento das imposições do estudo de avaliação de impacto ambiental e condições de abandono definitivo das áreas de concessão.

Quanto ao trânsito de inertes, a legislação impõe que as cargas sejam cobertas por lonas apropriadas e não ultrapassem a capacidade dos meios de transporte.

Os operadores do sector mineiro são obrigados a comunicar periodicamente ao Ministério de tutela os dados da actividade mineira e a fazerem a demarcação da área de prospecção e exploração seguras contra acidentes de trabalho e apresentação de plano de exploração mineira.

O Código Mineiro, em vigor desde 22 de Dezembro de 2011, impõe também aos operadores condições gerais de segurança, higiene e salubridade no trabalho, como equipamentos de protecção colectiva e individual e sinalização de segurança mineira.

Quanto a encargos tributários, taxas e emolumentos, as empresas estão sujeitas ao pagamento de impostos, incluindo "royalties", taxas de superfície, alvará, licença de prospecção e exploração, além de registo mineiro.

12.5 Kimberley resolve impasse em Luanda

Jornal De Angola
18 De Junho de 2015

Uma reunião do Processo Kimberley decorre em Luanda de 22 a 26 deste mês para indicar uma vice-presidência para a organização, um posto disputado entre o Emirado do Dubai e a Austrália desde a plenária de Guangzu, China, em Novembro de 2014.

Numa conferência de imprensa realizada terça-feira, em Luanda, o presidente angolano do Processo Kimberley anunciou que, nos primeiros dias da reunião, a representação da Austrália vai fazer um pronunciamento sobre a solução encontrada para ultrapassar o impasse na indicação da vice-presidência da organização.

Bernardo Campos lembrou procedimentos da organização que estabelecem uma presidência automática exercida pelo país que assumiu a vice-presidência depois de uma eleição ou de consenso. O Dubai apresentou a sua candidatura em Março do ano passado mas, em Outubro, a Austrália também se candidatou, gerando o actual impasse na provisão do posto.

"Esse bloqueio entre os dois candidatos impediu que houvesse uma solução para o avanço imediato de um dos países como vice-presidente para o Processo Kimberley 2015", disse Bernardo Campos.

O presidente da organização considerou positivo o trabalho realizado por Angola ao longo dos primeiros seis meses na presidência do Processo Kimberley, apontando o levantamento do embargo à exportação dos diamantes da Costa do Marfim e a identificação de condições favoráveis para que o mesmo aconteça na República Centro Africana.

Bernardo Campos anunciou que a Venezuela, que se retirou da organização em 2008, participa na reunião que escolhe o nome do país que vai ocupar a vice-

presidência com uma delegação de alto nível. Ele também revelou que Angola foi convidada a prestar assistência técnica a este país da América Latina para reintegrar a organização. O dirigente da organização indicou que, durante a reunião, a Venezuela vai apresentar o seu programa de trabalho e, posteriormente, se a presidência angolana do Processo Kimberley aceitar, decorrerão alguns meses de trabalho e assistência técnica.

O encontro que se realiza em Luanda surge na sequência de reuniões anuais desde que a organização foi criada, em 2003, para preparar a cimeira, este ano marcada para Novembro, em Angola. É esperada a participação de mais de 200 delegados de 82 países.

O Processo de Kimberley é um sistema de certificação internacional que regula o comércio de diamantes em bruto, impedindo o fluxo de pedras preciosas das zonas conflituosas e de guerra. Angola dirige a organização desde Janeiro deste ano.

12.6 Serviços de internamento sem morte

Jornal de Angola
10 De Junho de 2015
Texto: Joaquim Júnior

Os serviços de internamento do Centro Materno-Infantil da Pedreira, bairro da periferia da cidade do Uíge, não registaram nenhuma morte entre os 1.886 de pacientes atendidos entre os meses de Janeiro e Abril deste ano, revelou, ontem, a directora da unidade.

Madalena Virgílio disse que o feito é resultado do trabalho prestada pelos técnicos desta unidade de saúde e pela grande colaboração da população no cumprimento das medidas preventivas de muitas doenças.

A directora do Centro Materno Infantil da Pedreira explicou que concorreram para o sucesso alcançado, a implementação do Programa Alargado de Vacinação (PAV) que imunizou 4.776 crianças dos zero aos cinco anos, contra a pólio, BCG, sarampo e febre-amarela. "No período em análise, centenas de mulheres foram vacinadas contra o tétano e beneficiaram de mosquiteiros tratados com insecticida."

Madalena Virgílio assegurou que centro tem conhecido grandes melhorias no atendimento aos doentes, fruto da atenção que as autoridades provinciais prestam à unidade, desde o reforço da

capacidade medicamentosa, de pessoal técnico e apetrechamento com meios de trabalho. "A direcção da instituição trabalha para cumprir com a redução das mortes materno-infantis e proporcionar bem-estar às populações locais."

Nas consultas externas de pediatria do centro foram atendidas 4.833 crianças dos zero aos 14 anos, que padeciam de malária, doenças diarreicas e respiratórias agudas, parasitoses e gripe. Madalena Virgílio referiu que os trabalhos de asfaltagem na via que liga a cidade do Uíge ao bairro Pedreira, cuja estrada passa defronte ao centro, contribui para o fluxo de pacientes aumentar.

A directora do centro salientou que nos serviços de consultas pré-natais foram observadas 6.012 gestantes, com 287 partos realizados.

Casos de Sida

Pelo menos 2.984 pacientes, entre mulheres grávidas e voluntárias, realizaram testes de VIH no Centro de Aconselhamento e Testagem Voluntária (CATV), em funcionamento no Centro Materno-infantil do bairro da Pedreira. Do total de testadas, um total de 44 pessoas tiveram resultados positivos, disse a chefe do centro. Madalena Virgílio disse que as pacientes infectadas merecem o devido acompanhamento dos médicos em serviço naquela unidade de saúde.

"Aconselhamos as mulheres gestantes a observarem rigorosamente as medidas de prevenção para evitar a transmissão de algumas infecções ao bebé", disse a responsável. Madalena Virgílio avançou igualmente que as mães, sobretudo as jovens, devem aderir ao planeamento familiar, para que após apostar mais na sua formação académica e profissional", sublinhou.

O Centro Materno-Infantil Pedreira funciona com 91 trabalhadores, dos quais três médicos, enfermeiros e ainda 38 funcionários administrativos.

A unidade sanitária do bairro periferia da cidade do Uíge oferece serviços integrados de consultas pré-natais, ginecologia, pedia medicina geral, puericultura, planeamento familiar, PAV, CATV de partos e laboratório.

